

**HISTORIOGRAFIAS
NO BRASIL:**

**VOZES,
PLURALIDADES
E FUTUROS
POSSÍVEIS.**

XI | SNHH

ANAIS

ORGANIZAÇÃO



Sociedade Brasileira
de Teoria e História da
Historiografia



UNIFESP
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CAMPUS DE SÃO CARLOS - SP



PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO
HISTÓRIA

APOIO



CAPES



Ciência, Cultura e Desenvolvimento | 1942 - 2022

ORGANIZADORES

Fábio Franzini
Karina Anhezini

HISTORIOGRAFIAS NO BRASIL: VOZES, PLURALIDADES E FUTUROS POSSÍVEIS

1º . edição

Mariana
SBTHH
2023

Copyright © 2023 Fábio Franzini e Karina Anhezini

Todos os direitos reservados. A reprodução de qualquer parte desta obra, por qualquer meio, sem a autorização dos autores, constitui violação da LDA 9610/98.

1ª Edição - 2023

Textos e sua revisão são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Preparação dos originais

Aline Michelini Menoncello

Karina Anhezini

Capa

André Benicio

Diagramação e Projeto Gráfico

Ilda Renata Andreatta Sesquim

Marianna Andrade Melo

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Seminário Brasileiro de Teoria e História da
Historiografia (11. : 2023 : Guarulhos, SP)
Anais XI seminário brasileiro de teoria e
história da historiografia [livro eletrônico] :
historiografias no Brasil : vozes, pluralidades e
futuros possíveis / organização Fábio Franzini ,
Karina Anhezini. -- 1. ed. -- Mariana, MG :
Edições SBTHH, 2023.

PDF

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-85-69703-13-6

1. Brasil - Historiografia 2. Historiografia -
História I. Franzini, Fábio. II. Anhezini, Karina.
III. Título.

23-170186

CDD-981.0072

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Historiografia 981.0072

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

XI Seminário Brasileiro de Teoria e História da Historiografia

Monitores

Aline Xavier Teixeira (UNIFESP)
Beatriz BertoLLi Paulini (UNIFESP)
Daniel Gimene Lioffi de Sousa (UNIFESP)
Douglas Gomes Zambao (UNIFESP)
Emília Chagas de Almeida (UNIFESP)
Érica Karina Silva (UNICENTRO)
Giovana Guedes Almeida (UNIFESP)
Giovanna Silva (UNIFESP)
Guilherme de Oliveira Fioruci (UNIFESP)
Gustavo Adamo Marques de Pietro (UNIFESP)
Luana Ayumi Silazaki (UNIFESP)
Lucas Arantes Lorga (UNIFESP)
Luís Miguel Rocha Pinto (UNIFESP)
Luís Roberto Manhani (UNESP)
Raphaela Escuer Beraldo (UNIFESP)
Sabrina Sayuri Yasuda (UNIFESP)
Thaís Conceição Feitosa Almeida (IFF)

Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia

Karina Anhezini (UNESP)

Presidente

Flávia Varella (UFSC)

Vice-presidente

Géssica Guimarães (UERJ)

Secretária Geral

Evandro dos Santos (UFRN)

Secretário Adjunto

Arthur Oliveira Alfaix Assis (UnB)

Tesouraria

Conselho Fiscal

Rebeca Gontijo (UFRRJ)

Mateus Henrique de Faria Pereira (UFOP)

Wagner Geminiano dos Santos (Rede municipal de Ensino de Água Preta e São José da Coroa Grande – PE)

Diretor de Publicações

Fábio Franzini (UNIFESP)

Conselho Científico e Editorial de Publicações

Júlio Bentivoglio (UFES)

Presidente

Comissão Organizadora

Fábio Franzini (UNIFESP)

Karina Anhezini (UNESP)

Evandro dos Santos (UFRN)

Géssica Guimarães (UERJ)

Denilson Botelho de Deus (UNIFESP)

Maria Rita de Almeida Toledo (UNIFESP)

Alexandre Pianelli Godoy (UNIFESP)

Iuri Cavlak (UNIFESP)

Organização

Sociedade Brasileira de Teoria

e História da Historiografia

Universidade Federal De São Paulo

Observatório da História

Programa de Pós-graduação

em História da UNESP

Apoio

Coordenação de Aperfeiçoamento

de Pessoal de Nível Superior

Fundação de Amparo à Pesquisa

do Estado de São Paulo

Membros

Alexandre Avelar (UFU)

Beatriz Vieira (UERJ)

Carlos Fico (UFRJ)

Cássio Fernandes (UNIFESP)

Durval Muniz de Albuquerque Júnior (UFRN)

Estevão de Rezende Martins (UnB)

Hans Ulrich Gumbrecht (Stanford University)

Helena Mollo (UFOP)

Henrique Estrada Rodrigues (PUC-Rio)

João Paulo G. Pimenta (USP)

Julio Bentivoglio (UFES)

Lucia Maria Paschoal Guimarães (UERJ)

Luiz Costa Lima (PUC-Rio)

Mara Cristina Rodrigues (UFRGS)

Marcelo Gantus Jasmin (PUC-Rio)

Marcia de Almeida Gonçalves (UERJ)

Maria da Glória de Oliveira (UFRRJ)

Pedro Spinola Pereira Caldas (UNIRIO)

Sérgio da Mata (UFOP)

Temístocles Cezar (UFRGS)

Valdei Lopes de Araujo (UFOP)

16
17
18
NOV
2022

**HISTORIOGRAFIAS
NO BRASIL:
VOZES,
PLURALIDADES
E FUTUROS
POSSÍVEIS**

SNHH

SU MÁRIO



- 8-9 APRESENTAÇÃO**
- 10-18 A DISCIPLINA HISTÓRICA COMO ARTEFATO LITERÁRIO**
MAYA MOLDES DA ROCHA PEREIRA
- 19-32 A FORMA COMO VEMOS O TEMPO E O ESPAÇO É A FORMA COMO AGIMOS NO MUNDO: COMO SE RELACIONAR COM A NATUREZA NO ANTROPOCENO?**
THIAGO RODRIGO OLIVEIRA DE LIMA
- 33-37 A MORTALIDADE REDESCOBERTA: MODALIDADES DE HABITAR E DE (RE)DESCOBRIR FUTUROS POSSÍVEIS NO TEMPO ANTROPOCÊNICO**
MARCONI DA SILVA FELINTO JÚNIOR
- 38-52 A NOÇÃO DE DESIDENTIFICAÇÃO NO PENSAMENTO DE JACQUES RANCIÈRE**
FERNANDO VOJNIAK
- 53-59 A OPOSIÇÃO ÀS POLÍTICAS DE COTAS RACIAIS POR HISTORIADORES (AS) NO BRASIL (2006 A 2016)**
FLORIZA BEATRIZ DE SENA PAULA
- 60-65 A TRAJETÓRIA DE CAROLINA MARIA DE JESUS EM SÃO PAULO, 1937-1960: NOTAS SOBRE A CONSTRUÇÃO DE UMA PESQUISA**
TATIANE PEREIRA NEVES

- 66-78 ANARQUISMO E HISTÓRIA: RECEPÇÃO DO HISTORICISMO ALEMÃO DO FIM DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX POR MAX NETTLAU**
RICARDO LENARD ALVES
- 79-86 BLISSFUL AGONY DE AMYLTON DE ALMEIDA: UM ARQUIVO DA MEMÓRIA CAPIXABA EM TEMPOS DE REPRESSÃO (1972)**
KELLY ALVES ANDRADE
- 87-93 BRASIL PINHEIRO MACHADO – SUGESTÕES PARA O ESTUDO DA HISTÓRIA**
LUCIANA CRISTINA PINTO
- 94-107 COLABORACIONISMO, NACIONALISMO E CULTURA HISTÓRICA: RECEPÇÃO DE FUSTEL DE COULANGES PELA ACTION FRANÇAISE DURANTE A FRANÇA DE VICHY (1940-1944)**
LUCAS ARANTES LORGA
- 108-115 COSMOS E CATÁSTROFE: A QUESTÃO DA TEMPORALIDADE NAS DISCUSSÕES CLIMÁTICAS NOS LIVROS DE CARL SAGAN**
MARLON FERREIRA DOS REIS
- 116-123 DA PERIFERIA AO CENTRO: COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA E CIRCULAÇÃO INTELCTUAL DO CLUBE INTERNACIONAL DE FOLCLORE (AMÉRICA LATINA, 1951-1964)**
EWERTON WIRLLEY
- 124-132 FIGURAÇÕES DE UM TEMPO EM REVOLUÇÃO: OS DEBATES SOBRE A REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA DE 1817 E A TEMPORALIDADE NACIONAL NO BRASIL OITOCENTISTA**
LUCAS DOS SANTOS SILVA
- 133-142 HISTORIADOR, GEÓGRAFO, INTELCTUAL: CAPISTRANO DE ABREU FRENTE A PADRÕES DISCIPLINARES**
MATHEUS CAVALCANTI RODRIGUES
- 143-149 INAUGURAÇÃO FILOSÓFICA EM DOIS TEMPOS: ENSINO, AUTORIA, HISTÓRIA DA FILOSOFIA**
JÚLIO MIRANDA CANHADA
- 150-160 MAPEANDO ESTUDOS DO TEMPO NA TEORIA DA HISTÓRIA RECENTE**
HÉLIO REBELLO CARDOSO JR.
- 161-170 O NEGRO NO TEMPO DA NAÇÃO: ENTRE A RETÓRICA DA NACIONALIDADE DA “CASA DA MEMÓRIA NACIONAL” E DA IMPRENSA NEGRA**
LUÍS ROBERTO MANHANI
- 171-182 O RAP FRENTE À COLONIALIDADE DO SER: PRODUÇÃO DE MEMÓRIAS COLETIVAS E ELABORAÇÃO DO PASSADO TRAUMÁTICO DE VIDAS PERIFÉRICAS**
CRISTIANO FERREIRA CAMPOS
- 183-194 PERFIS HISTORIOGRÁFICOS DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DE BEATRIZ PELLIZZETTI LOLLA (1974-1981)**
MEG DIA BOGO

- 195-206** **REFERÊNCIAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA DO BRASIL COLONIAL (2001-2020)**
ANA LÍGIA VIANA ADAMI
- 207-214** **TESTEMUNHOS DO HOLOCAUSTO, DESEJO DE PRESENÇA E O INQUIETANTE: O CASO DO DIMENSIONS IN TESTIMONY**
FERNANDO GOMES GARCIA
- 215-225** **UMA HISTORIADORA ASSOMBRADA: LÊDA BOECHAT RODRIGUES E O LUGAR DO FEMININO NA HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA**
ILDA RENATA ANDRETA SESQUIM
- 226-233** **UMA INTRODUÇÃO A PARALAXE TEMPORAL E SEU ANACRONISMO**
THAYRAN JOSÉ RAMOS

APRESENTAÇÃO

XI SEMINÁRIO BRASILEIRO DE TEORIA E HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA
Historiografias no Brasil: vozes, pluralidades e futuros possíveis

Promovido pela Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (www.sbthh.org.br), o Seminário Brasileiro de Teoria e História da Historiografia (SNHH) é reconhecido como o mais importante evento científico de sua área, sendo um dos principais da América Latina, com vínculos fortes com redes de pesquisadoras/es e instituições dos EUA e Europa. Ao longo de sua história, o SNHH foi um dos principais fatores para a expansão e consolidação do campo no país, que atualmente ocupa um lugar de ponta na produção de pesquisa no domínio da História e das Ciências Humanas em geral. No âmbito do SNHH se realizam os principais debates, encontros e trocas entre as/os estudiosas/os brasileiras/os e estrangeiras/os da área de Teoria e História da Historiografia. O evento permite, deste modo, tanto o amadurecimento de pesquisas, quanto o delineamento de projetos e ações que visam dar continuidade ao crescimento do campo, seja em termos da definição de agendas de investigação, formação de novos quadros, ou ainda ações que envolvem a docência e a circulação do conhecimento produzido.

Nesta décima primeira edição, o SNHH ocorreu na UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo, entre os dias 16, 17 e 18 de novembro de 2022, sob a organização da Sociedade Brasileira de Teoria e História e da Historiografia (SBTHH), do Departamento de História/UNIFESP, do PPG em História/UNIFESP, do Observatório da História e apoio do PPG em História da UNESP.

O tema central, deliberado em assembleia da SBTHH em Mariana em 2018, teve como objetivo central refletir e debater as Historiografias no Brasil: vozes, pluralidades e futuros possíveis. Sob essa rubrica nos voltamos para a riqueza e diversidade da escrita da história produzida no Brasil sobre os mais diversos temas, convidando colegas de diferentes especializações para refletirem sobre o passado recente e o futuro de seus territórios de estudo e pesquisa. Nesse sentido, especificamente, os principais objetivos do XI SNHH foram os que seguem abaixo:

1. No horizonte da grande diversidade que define a temática geral haveria ainda um ethos comum ao historiador brasileiro?
2. Que novos métodos e ferramentas analíticas precisamos lançar mão para visualizar uma produção historiográfica tão intensa, acelerada e dispersa?
3. Que novos suportes para a representação historiográfica temos adotado e qual impacto deverão ter na formação do futuro historiador e historiadora?
4. O quanto e como a área de história tem reconhecido (ou não) grupos minorizados que hoje assumem protagonismo em diversas fronteiras historiográficas?
5. Que lugar a historiografia produzida no Brasil ocupa e poderá ocupar em um cenário global em expansão?
6. Por fim, mas não menos importante, qual o futuro das relações entre democracia e o direito à história em todas as suas dimensões (ensino básico, pesquisa, história pública) no Brasil atual?

O XI SNHH visou igualmente incentivar o intercâmbio entre as/os alunas/os e professoras/res que desenvolvem pesquisas no campo, promovendo a possibilidade de acordos interinstitucionais que viabilizem a participação em eventos internacionais, bolsas nos modelos parcial e integral em instituições estrangeiras de excelência, bem como o intercâmbio das pesquisadoras/res na condição de professoras/es visitantes.

Karina Anhezini

Presidente da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (Gestão 2021-2024)

A DISCIPLINA HISTÓRICA COMO ARTEFATO LITERÁRIO

MAYA MOLDES

Doutoranda em História (UFRJ)

maya.moldes.mrp@gmail.com

“Não quero dizer de forma alguma que a imaginação anunciaria as futuras verdades e que deveria estar no poder, mas que as verdades já são imaginações e que a imaginação está no poder desde sempre.” (Bachelard).

No espírito da interdisciplinaridade, que é a proposta do simpósio¹ no qual este texto se inscreve, precisei decidir se tomava por recorte a temática de minha pesquisa ou se tratava de sua metodologia, ambas pertinentes para se pensar sobre diferentes áreas de conhecimento, especialmente por residirem no endereço que Ivan Jablonka batizou de terceiro continente, habitado pela história e a literatura², conforme espero que este ensaio o demonstre. Mas, dito sinceramente, preciso admitir que a questão da interdisciplinaridade não é para mim uma questão, já que as fronteiras entre as áreas não costumam me cobrar visto nem passaporte para tomar suas reflexões emprestadas, então minha pesquisa as transpõe com frequência. O mesmo não pode ser dito de uns e outros que se assumem vigias de disciplinas e programas, tipos geralmente encontrados em bancas e eventos e, em homenagem a eles, por pouco não me inscrevi neste simpósio sob o título: “Parem de me mandar para letras!”.

1 Ministrado por Alexandra Dias Ferraz Tedesco (UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e Carla Baute (UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas), o simpósio possui a seguinte proposta: “Este simpósio temático objetiva discutir, a partir de reflexões acerca da identidade da historiografia profissionalizada, as fronteiras disciplinares que constroem e, ao mesmo tempo, amplificam a prática historiadora. A história das disciplinas é um campo de estudos no qual se entrecruzam não apenas disputas teóricas – como a definição das fronteiras dos objetos e agendas de pesquisa – mas também querelas extra teóricas. Isso significa assumir que a historiografia não se define apenas em seus termos, mas também em uma relação de negociação constante com as disciplinas vizinhas. [...] O ST proposto acolherá comunicações que tratam tanto da relação entre a história e outras áreas do saber, bem como aquelas acerca de pesquisas que fazem uso de aportes teórico-metodológicos multidisciplinares e por si só colocam em questão os tensionamentos aqui expostos.” Aproveito a oportunidade para agradecer às coordenadoras, bem como aos colegas de mesa e público, que tornaram tão positiva e proveitosa a oportunidade do encontro.

2 Em seu texto “O terceiro continente”, o professor descreve a ultrapassada distinção entre o “continente do imaginário” (habitado pelas ficções, pelo que entretém, “dá asas à criatividade” e traz prazer) e o “continente do real” (composto de fatos, informações, arquivos, tabelas e cercado pelo lago das ciências sociais, a saber, história, sociologia, antropologia, etc.). O autor propõe a criação de um terceiro continente, onde o real e o imaginário possam coabitar: “Ora, um raciocínio tem a absoluta necessidade de ficções – ficções visíveis, assumidas como tais, erigidas em ferramentas cognitivas. Essas “ficções metodológicas” compreendem as hipóteses, a enunciação do possível e do plausível; os processos de desfamiliarização [...]” (JABLONKA, 2017, p. 13).

Decidi por dedicar minha apresentação e esse texto não ao constrangimento teórico-metodológico que associam à interdisciplinaridade, mas, justamente, à falta desse constranger. Ilustrando um episódio específico, aproveito a oportunidade para ensaiar uma resposta à questão que me foi colocada durante a defesa do mestrado: se trabalhar com história e literatura, particularmente lidando com conceitos como imaginação e ficção, eu não incorria no risco de afrouxar a disciplina histórica e seus constructos científicos, especialmente “em tempos como esses”.³ Começo por Hayden White:

A meu ver, a história como disciplina vai mal atualmente porque perdeu de vista suas origens na **imaginação** literária. No empenho de parecer **científica e objetiva**, ela reprimiu e negou a si própria sua maior fonte de vigor e renovação. Ao fazer a historiografia recuar uma vez mais até à sua íntima conexão com sua base literária, não devemos estar apenas nos resguardando contra distorções simplesmente ideológicas, devemos fazê-lo no intuito de chegar àquela “teoria” da história sem a qual não se pode de maneira alguma considerá-la “disciplina”. (WHITE, 2014, p. 116, grifos meus)

Essa teria sido minha resposta se durante as bancas não acometesse aos discentes o mal de perder a fluência na própria língua. Procurarei desenvolvê-la agora, a começar pelo destaque dos termos “imaginação” e “científica e objetiva”, estes colocados enquanto uma dupla, como se a ciência reivindicasse a objetividade, ao passo que formam um par antitético com a imaginação, com o que não vamos concordar, apenas assumir, por ora, uma vez que foi colocado assim por White. Peço ajuda ao autor com o qual trabalho, Jorge Semprún, para refletir sobre os termos e dar corpo à minha defesa; afinal, vejam bem, é justo: sua literatura que me dá trabalho defender.

Jorge Semprún foi um espanhol, militante comunista, filósofo, escritor, cineasta, sobrevivente do campo de concentração Buchenwald, autor da literatura de testemunho⁴, notadamente, onde todas essas identidades convergem. Sobre sua particularidade enquanto autor, ele nos esclarece: “Talvez eu não seja um bom testemunho, um testemunho como convém.” (SEMPRÚN, 1995, p. 87).⁵ Isso porque Semprún tem como prioridade: “Contar bem. Contar bem quer dizer, de modo a sermos escutados. Não conseguiremos sem um pouco de artifício literário. Artifício suficiente para que se torne arte!” (SEMPRÚN, 1995, p. 125).

3 A questão, colocada por uma das mais queridas professoras, Keila Grinberg, foi pontuada com toda delicadeza, respeito e inteligência típicos de quem a formulou. Longe de pretender menosprezar a área de história e literatura, a professora fez um convite à elaboração dessa angústia que perpassa aquele historiador que se torna mais amigo do livreiro que do arquivista. Angústia essa, acentuada em meio às distorções de verdades diárias que assistimos no noticiário, afora o caso extremo – nem por isso menos difundido – das *fake news*. Em uma disciplina chamada “História e Ficção” (UFRJ/PUC), ministrada por Luiza Larangeira e João Duarte, a mesma questão foi levantada. Partes das reflexões desse texto se devem à escuta dos colegas e docentes.

4 Ver: *The Era of the Witness* (WIEVIORKA, 2006).

5 Aqui cabe a colocação: o que seria um testemunho como convém? Essa discussão é ampla – ver “O que resta de Auschwitz – o arquivo e a testemunha” (AGAMBEN, 2008) e não temos objetivo de enveredar por ela; portanto, respondo provisoriamente com o próprio Semprún, que está tomando Primo Levi como referencial, ao fazer essa declaração. Um dos capítulos de “A escrita ou a vida” se chama “O dia da morte de Primo Levi” (SEMPRÚN, 1995, p. 219-244). Neste, o autor relata o quanto o evento que dá nome ao capítulo o impactou sobremaneira: “De repente, o anúncio da morte de Primo Levi, a notícia de seu suicídio, alterava radicalmente a perspectiva. Talvez eu não tivesse apenas cinco anos para viver, aqueles que me faltavam para chegar à idade de Primo Levi, mas a morte estava novamente inscrita no meu futuro.” (SEMPRÚN, 1995, p. 240). Semprún intercala a experiência de leitura da “Trégua”, em 1963, com o lançamento do seu primeiro livro “A Grande Viagem”, nesse mesmo ano; bem como a morte de Primo Levi, em 1987, e o surgimento de outro livro seu, o próprio “A escrita ou a vida”, que veio a ser publicado em 1994. Ao longo do capítulo, Semprún traça paralelos entre Levi e si mesmo, principalmente sobre as respostas que cada um encontra para lidar com a falibilidade do testemunho. Primo Levi as incorpora na escrita, explicitando as próprias lacunas; Semprún também as reconhece, mas preenche, com trabalho de imaginação.

Retomando White, cujas palavras no ensaio esclarecem bem o procedimento de Semprún:

Os acontecimentos são convertidos em história pela supressão ou subordinação de alguns deles e pelo realce de outros, por caracterização, repetição do motivo, variação do tom e do ponto de vista, estratégias discursivas alternativas e assim por diante – em suma, por todas as técnicas que se espera encontrar na urdidura do enredo de um romance. (WHITE, 2014, p. 100-101)

E, com as minhas próprias palavras, pontuo que Semprún ficcionaliza a experiência vivida no Lager⁶, imaginando eventos e sujeitos que não existiram, ou melhor, não exatamente como ele os descreve, em aparente objetividade. Os trechos acima e os próximos de sua obra que forem citados aqui, são extraídos do livro “A escrita ou a vida” (1995), que possui um tom confessional sobre seus artifícios enquanto escritor. O leitor desavisado, que for conhecê-lo por outro volume, dificilmente perceberá os rastros de ficção que Semprún nos deixa de aceno, como retomar um mesmo episódio capítulos adiante, com este ou aquele detalhe diferente. “A escrita ou a vida”, conforme o título nos diz de saída, é um testemunho sobre o ato de testemunhar, mas também um escrito sobre o ofício de escrever, suas possibilidades e impossibilidades, bem como as saídas ficcionais que encontra.

Conforme dito, não se trata de um relato factual, que busca rememorar e reconstituir “o que realmente aconteceu”⁷ Em nome da transmissibilidade da experiência, nosso autor faz uso da imaginação. Cabe nos perguntarmos o porquê. Por que um testemunho factual é avesso ao transmissível? É possível levantarmos muitas hipóteses, como o inverossímil da experiência do campo – mas outros já não lidaram com ela – ou o indizível dessa experiência.⁸ Proponho não nos afastarmos do autor, pelo contrário, nos debruçar⁹ sobre suas respostas:

Qual um câncer luminoso, o relato que eu me arrancava da memória, fiapo por fiapo, frase após frase, devorava minha vida. Tinha certeza de que estava chegando a um ponto último, quando deveria registrar o meu fracasso. Não porque não conseguia escrever: mais porque não conseguia sobreviver à escrita. (SEMPRÚN, 1995, p. 190)

Se Semprún é comumente acusado de faltar com a verdade objetiva, neste caso não é possível. Seu relato não é factual porque ele não consegue que seja, porque a tentativa dessa reconstrução o aproxima

6 Campo de concentração.

7 Referência a Leopold von Ranke: “Wie es eigentlich gewesen ist”, cuja expressão Benjamin critica duramente nas “Teses sobre o conceito de História” (BENJAMIN, 2012, p. 243).

8 “O inefável com o qual nos vão martelar os ouvidos não passa de um alibi. Ou sinal de preguiça. Sempre se pode dizer tudo, a linguagem contém tudo.” (SEMPRÚN, 1995, p. 23). O tom premonitório de Semprún acerca das discussões sobre a representabilidade do Holocausto se explica pela data de publicação do romance, onde destaquei essa fala: 1994. Ele próprio, a essa altura, já havia se envolvido em uma polêmica com o diretor de Shoah (1985), Claude Lanzmann, acerca do uso “extremo e fundamentalista” que este fez dos testemunhos em seu filme, “sem nenhuma imaginação”. Ver em: SEMPRÚN, 2000 e LANZMANN, 2001.

9 Faço referência ao ensaio do historiador Georges Didi-Huberman, “Pensar debruçado”: “A vista sobrepujante eleva-se, liberta-se para ver melhor: fixa a distância necessária a qualquer visão numa postura de recuo constante que lhe confere a sua própria mestria. Deixa assim o objeto olhado em baixo, separado do olho que olha. Ao contrário, a vista abrangente – poderíamos nomeá-la assim – debruça-se para ver melhor: dialetiza e abisma a própria distância. Deixa assim o objeto olhado subir em direção ao olho, quaisquer que sejam os riscos ou as consequências aferentes. Para a vista sobrepujante, o mundo aparece na distância do definitivamente inatingível, a sua virtude possível é a explicitação das coisas, que é um saber puro, imaculado. Na visão abrangente, pelo contrário, o mundo aparece segundo uma distância invertida, uma distância em movimento de vai e vem capaz de nos tornar sensíveis a tudo o que a vista de baixo poderia atingir na vista de cima: aqui não há nada de definitivo, o não-saber faz parte deste outro banquete do olhar.” (DIDI-HUBERMAN, 2015, p. 8-9).

de tal forma do evento que ameaça tomá-lo todo, incorrer pela segunda vez no risco da não sobrevivência.

Talvez para a história essa impossibilidade não seja incontornável. Há biografias históricas, reconstruções da vida de sujeitos, sejam esses nossos contemporâneos ou que tenham vivido em tempos longínquos, a partir de registros dos próprios ou outros tipos de documentos.¹⁰ Tal investigação é válida, mas a que pergunta ela atende? No caso desse texto, que está ensaiando as possibilidades da imaginação enquanto parte da transmissão de uma experiência do passado, de que nos serviria desvendar a ficção? A verdade enfim revelada é mais relevante para uma compreensão sensível do testemunho de Semprún, do que pensar a partir do que o próprio escolhe relatar? Quanto à historiografia e sua suposta fragilidade, quando não esconde seu parentesco com a literatura, – não ganhamos mais consistência ao aprender com os recursos literários na obra de Semprún, em vez de descartá-los indo atrás de fatos?

Como advogo que sim, sigo com o autor. O trecho que irei descrever – e parte transcrever – em seguida, nos ajuda a elaborar esse tanto de perguntas do parágrafo anterior. Se encontra no capítulo “O guarda-chuva de Bakunin” e estou chamando-o provisoriamente de episódio da orelha e a neve. Começa com o narrador-personagem Semprún deitado na cama com uma jovem chamada Lorène. Data de alguns meses depois da libertação do campo e de já algumas tentativas fracassadas de escrita. A moça, ao se debruçar, sem querer esbarra em sua orelha: “Cuidado, é a minha orelha ruim!” (SEMPRÚN, 1995, p. 203) e Semprún – que a jovem conhece como Manuel – permite que ela afaste seus cabelos para descobrir, realmente, uma cicatriz azulada em toda extensão superior da sua orelha direita. “– É verdade mesmo – exclamou. /– Nas pequenas coisas, não minto nunca!” (SEMPRÚN, 1995, p. 204).

Se Semprún não mente nas pequenas coisas, nem nas grandes – as quais ele chama de verdade essencial da experiência – quais são as médias, em sua concepção? Essas que escolhe ficcionalizar:

E, além disso, haverá documentos... mais tarde os historiadores recolherão, reunirão, analisarão, farão obras eruditas. Onde tudo será verdade, salvo que faltará a verdade essencial, a qual nenhuma reconstrução histórica objetiva jamais poderia alcançar. O outro tipo de compreensão, a verdade essencial da experiência não é transmissível. Ou melhor, só pode ser imaginável pelo artifício literário. (SEMPRÚN, 1995, p. 126)

Temos aí o mesmo par que figurou no trecho de White, objetividade e imaginação, novamente em campos opostos. Como já sabemos da capacidade desta primeira, sigo narrando o episódio da orelha que, creio, ilustra bem o potencial da imaginação.

Intrigada em descobrir a origem da cicatriz, Lorène interpela o amante com dezenas de perguntas, que só recebem “médias respostas” como retorno. Até que Semprún atribui seu ferimento à neve e, nesse ponto, a narrativa se perde em um punhado de páginas de rememoração, que só ele e o leitor têm acesso. Acontece que há um tempo atrás dessa noite em que está acompanhado, nosso narrador viajava em um

10 Sobre o próprio Semprún foram escritas biografias. Ver: HERRMANN; FERRÁN, 2014.

trem pela França. O vagão estava cheio e já se aproximava vagarosamente da estação, com as portas abertas. Subitamente, começou a nevar:

Houve um solavanco, no rangido barulhento dos freios puxados. Houve gritos, uns de pavor, outros de raiva. Estava preso numa ganga de corpos amontoados, que se balançavam, espremidos uns contra os outros. Via um rosto voltado para mim, boca aberta, procurando respirar. O jovem de rosto sofredor, voltado para mim, implorava: “Não me deixe, Gerárd¹¹, não me deixe!”. A porta corrediça do vagão se abria, ouviam-se nitidamente latidos raivosos de cachorros. Estávamos sob a luz crua dos holofotes que iluminavam uma plataforma de estação. Estávamos diante de uma paisagem noturna, nevada. Havia gritos, ordens breves, guturais. E os cachorros, sempre: um horizonte noturno de cachorros uivantes diante de uma cortina de árvores sob a neve. Saltávamos para a plataforma misturados, desajeitados. Corríamos de pés descalços pela neve. Capacetes, fardas, coronhadas de fuzil. E os cachorros, sempre, roucos, babando de raiva mortal. Saíamos da estação, em filas de cinco, a passos céleres. Estávamos numa avenida larga iluminada por altos lampiões. Colunas sustentavam a intervalos regulares águias hitleristas. (SEMPRÚN, 1995, p. 213)

Na verdade – esse é um dos casos essenciais – Semprún delirou entre as temporalidades, se convenceu de estar a caminho de Buchenwald, se lançou para a plataforma, no que foi segurado pelos demais passageiros. Mas a metade superior de seu corpo já içado, notadamente seu rosto – sua orelha – foi bruscamente cortada pela malha de ferro dos trilhos. É esse entremeado de experiências que ele rememora, enquanto a moça ainda aguarda por uma resposta que seja mais do que lacônica ou suspeitamente falsa.

No capítulo anterior a este, somos apresentados a um camarada de Semprún, Morales: “É bom que se diga que sua história era o máximo do romanesco.” (SEMPRÚN, 1995, p. 184). Tendo uma biografia semelhante, ambos se aproximam enquanto resistentes da clandestina organização comunista de Buchenwald e sobrevivem até 45, à libertação.

Morales sobreviveu à guerra da Espanha, aos combates do planalto dos Glières – é sua mais terrível lembrança – ele me disse: a longa andança pela neve profunda, sob o fogo cruzado das metralhadoras [...] não é justo morrer bestamente de caganeira depois de tantas ocasiões de morrer de armas na mão. Depois da libertação do campo, além do mais, quando o essencial parecia conquistado, a liberdade reencontrada. Quando as ocasiões de morrer de armas na mão, na guerrilha antifranquista, na Espanha, ofereciam-se de novo a ele, como desafio de liberdade, justamente era estúpido morrer de desinteria fulminante provocada por uma alimentação que de repente voltara a ser rica demais para o seu organismo debilitado. (SEMPRÚN, 1995, p. 187, grifo meu)

Às investidas insistentes de Lorène, Semprún por fim responde com esta neve, não àquela, de seu próprio passado:

Contei-lhe a batalha dos Glière como se estivesse lá. Não era eu, como se sabe, era Morales. A neve, a fuga pela neve profunda no frio glacial do inverno, sob o fogo cruzado das metralhadoras. A noite caía sobre o meu relato. Sobre o relato de Morales, a bem da verdade. Lorène me escutava, fascinada. Escutava o relato de um morto desconhecido com a impressão de que, finalmente, aprendia alguma coisa ao meu respeito. Morales, como eu, comunista espanhol, resistente, deportado, meu irmão fraterno, com quem estive do lado de lá da morte, o essencial de nossa experiência compartilhada. Lorène

11 Gerárd era o pseudônimo adotado pelo jovem Semprún, quando este ingressou na organização clandestina francesa chamada *Jean-Marie action*. Ele participou ativamente da resistência na França e sob este nome foi capturado pela Gestapo, preso e torturado durante o ano de 1942, por fim transferido para Buchenwald.

escutava algo que me pertencesse de verdade, que fosse essencial. Como disse, nessas coisas não minto nunca. (SEMPRÚN, 1995, p. 214, 215)

Há alguns parágrafos acima, escrevi que toda investigação histórica é válida, apenas é o caso de saber a que questão se reporta. Lorène deu-se por satisfeita, e eu também, aliás, pois a passagem permite elaborar diversas temáticas essenciais à compreensão do testemunho. A bem da verdade – emprestando a expressão de Semprún – o relato é insatisfatório se quiséssemos conhecer a batalha dos Glière. Sobre esta, continuo sabendo tão pouco quanto antes. Além de insatisfatório, é falso. Para dizer o mínimo, não é muito bom que circule por aí um artigo sobre uma batalha que diga que nela combateu alguém não o fez. Mas “A escrita ou a vida” não é um livro sobre a resistência francesa durante a Segunda Guerra Mundial, é um livro sobre e de testemunho.

Um dos temas mais recorrentes nessa literatura é o de testemunhar por outrem. Há o conhecido e comovente caso de Primo Levi e o menino Hurbinek, presente em “A trégua”:

Hurbinek, que tinha tres anos e que nascera talvez em Auschwitz e que não vira jamais uma árvore; Hurbinek, que combatera como um homem, até um último suspiro, para conquistar a entrada no mundo dos homens, do qual uma força bestial o teria impedido; Hurbinek, o que não tinha nome, cujo minúsculo antebraço fora marcado mesmo assim pela tatuagem de Auschwitz; Hurbinek morreu nos primeiros dias de março de 1945, liberto, mas não redimido. Nada resta dele: seu testemunho se dá por meio de minhas palavras. (LEVI, 2010, p.14, grifo meu)

Também Semprún – fazendo referência a Levi – carrega as palavras de seus próprios fantasmas fraternos:

Então, sem tê-lo premeditado, sem tê-lo por assim dizer decidido — se decisão havia, de minha parte, era mais a de me calar —, comecei a falar. [...] Talvez porque Yann Dassau não voltaria e era preciso falar em seu nome, em nome de seu silêncio, de todos os silêncios: milhares de gritos sufocados. Talvez porque as aparições devem falar no lugar dos desaparecidos, às vezes os sobreviventes no lugar dos naufragados. [...] Falei até a aurora, até que minha voz ficasse rouca e fraca, até perder a voz. Contei o desespero nas suas linhas gerais, a morte no seu menor desvão. (SEMPRÚN, 1995, p. 138)

Nesses exemplos, especialmente no de Semprún, há uma intimidade entre três temas: a fraternidade, uma experiência compartilhada e o próprio ato de testemunhar, não só por si mesmo, mas pelos que não retornaram “do lado de lá da morte” (SEMPRÚN, 1995, p. 215); quiçá seja incomensurável por quem o testemunho testemunha. Sem tempo de me deter o quanto é merecido em cada dessas temáticas, irei ao menos discorrer brevemente sobre elas.

Fraternidade é um dos termos mais recorrentes no vocabulário de “A escrita ou a vida”. Pode-se dizer que, em seu nome, Semprún acabou preso nos campos, uma vez que não era judeu, mas sim um jovem e promissor estudante de filosofia da Sorbonne, filho de um importante republicano espanhol, vivendo

confortavelmente no exílio da França.¹² Antes, durante e depois de Buchenwald, a noção fraterna permeia boa parte dos eventos de seus livros, o que lhe dá inclusive certa identidade que não se esfacela, mesmo diante do extremo. Por fraternidade que ele sobrevive¹³, também por ela que ele, enfim, escreve.

Acerca da experiência compartilhada, apenas para nortear minha compreensão desse conceito, me remeto ao mais interdisciplinar dos autores que conheço, Walter Benjamin. Há uma vasta bibliografia do autor dedicada à compreensão desse conceito, mas conheço principalmente conforme está escrito em “O narrador”. Neste ensaio, Benjamin divide em duas as noções de experiência: *Erfahrung*, a vida compartilhada, que remete a um tempo no qual as gerações diferem pouco entre si e ainda é possível dar conselhos, transmitir sabedoria (BENJAMIN, 2012, p. 216) e *Erlebnis*, a vida vivida, que, deslocada dessa tradição coletiva, torna-se estéril ao compartilhamento e é experimentada somente no singular. Ora, se “as ações da experiência estão em baixa” (*Verfall der Erfahrung*) (BENJAMIN, 2015, p. 214) desde a década de 30, era de se esperar que o evento do Holocausto as tenha deixado por terra de vez.

Não é como parece, ao lermos Semprún, que associa fraternidade ao “lado de lá da morte”. Não seria esse lado de lá uma espécie de *Erfahrung*? Benjamin, ele sim judeu, se matou ante a ameaça do nazismo. Ainda assim, sua obra nos dá certeza de discordar da conclusão simplista de que não há mais possibilidade de transmissão de experiências através da narrativa: “Se essa ideia está se atrofiando, temos que concluir que o rosto da morte deve ter assumido outro aspecto.” (BENJAMIN, 2012, p. 223). Por que não o do testemunho? Ele nos lembra que morrer “era antes um episódio público” (BENJAMIN, 2012, p. 223), mas o Holocausto não escancara novamente essa experiência, especialmente diante dos que mergulharam nela? E a morte “é a sanção de tudo que o narrador pode relatar.” (BENJAMIN, 2012, p. 224). Não é esse o tema do testemunho?

Sobre o terceiro tema, acerca do sobrevivente testemunhar pelo não sobrevivente, ainda em Benjamin encontro inspiração para refletir: “O narrador retira o que ele conta da experiência: de sua própria experiência ou da relatada por outros. E incorpora, por sua vez, as coisas narradas à experiência de seus ouvintes.” (BENJAMIN, 2012, p. 217). Semprún não considera a si mesmo um testemunho como convém, conforme vimos; no entanto, me parece guardar grande semelhança com o narrador benjaminiano.

Todas essas reflexões merecem muito mais espaço e desenvolvimento. Por enquanto, somente as levantei para ilustrar o quanto o recurso da imaginação serve para contar histórias e construir compreensão sobre acontecimentos do passado. As ficções de Semprún, mote do qual parti, não são precisas para sabermos a batalha dos Glière, mas nem mesmo sobre Buchenwald, tal e qual o foi. Isso não saberíamos

12 Sobre sua condição não judaica, há a conversa publicada entre Semprún e outro sobrevivente, Eli Wiesel (2020), na obra *“It’s Impossible to Remain Silent, Reflections on Fate and Memory in Buchenwald”*. E acerca de sua consciência dos riscos deliberados que corria, enquanto resistente anti-nazista, ver entrevista concedida a Ricardo Cayuela Gally: “A mim, ninguém obrigou a ser resistente. Eu teria podido seguir meus estudos de filosofia e teria concluído, claro que em contradição com minhas ideias. Assim sendo, a primeira experiência de liberdade em Buchenwald, é que eu havia parado ali livremente. Claro que não decidi sofrer os espancamentos dos SS livremente, não sou masoquista, mas escolhi a atividade que sabia poderia me conduzir ao campo.” (trad. minha). Disponível em: <https://www.lettraslibres.com/mexico-espana/la-memoria-como-escritura-entrevista-jorge-Semprún-0>. Acesso em: 16/12/2022

13 O acaso da sobrevivência de Semprún é narrado em outro livro, chamado “O morto certo”: “Não, eu não, François, não vou morrer. Não nessa noite, prometo. Vou sobreviver a essa noite, vou tentar sobreviver a muitas outras noites, para me lembrar. Provavelmente, e de antemão peço-lhe desculpas, vai acontecer de eu esquecer. Não poderei viver o tempo todo nessa memória, François: você bem sabe que é uma memória mortífera. [...] Vou tentar sobreviver para me lembrar de você. Para me lembrar dos livros que você leu, dos quais me falou, no barracão nas latrinas no pequeno Campo.” (SEMPRÚN, 2005, p. 143).

mesmo. “E, além disso, haverá documentos... mais tarde os historiadores recolherão, reunirão, analisarão, farão obras eruditas.” (SEMPRÚN, 1995, p. 126), que contribuem de forma indispensável com nosso conhecimento do campo, complementando o testemunho, respondendo a outras questões, possibilitando a formulação de novas através dessa combinatória¹⁴. Isso talvez nos diga que toda compreensão se dê pelo interdisciplinar.

Retomando a questão da minha defesa – que, a essa altura, espera-se, tenha sido melhor defendida que meu desempenho em tempo real –: se aproximar história e literatura não fragiliza o estatuto de ciência da nossa disciplina. Respondo novamente e encerro com um ditado, no espírito benjaminiano que gostava de colecioná-los: na tempestade, o carvalho, por sua rigidez, se parte; o trigo, que possui o caule flexível, se inclina em direção ao solo, donde resiste sem se quebrar.

Referências bibliográficas:

- AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz: O arquivo e a testemunha**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- BENJAMIN, Walter. **O Narrador**. In: Obras escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política. Ensaio sobre Literatura e História da Cultura. São Paulo: Brasiliense, 2012, v. 1, p. 213-240.
- DIDI-HUBERMAN, Pensar debruçado. **YMAGO Ensaio Breves**. Lisboa: KKYM, 2015.
- HERRMANN, Gina; FERRÁN; Ofelia (orgs.). **A critical companion to Jorge Semprún: Buchenwald, before and after**. New York: Palgrave Macmillan, 2014.
- JABLONKA, Ivan. O terceiro continente. **ArtCultura**. Uberlândia, v. 19, n. 35, p. 9-17, jul.-dez. 2017.
- LANZMANN, Claude. Le monument contre l’archive?. **Les Cahiers de Médiologie**, n. 11, 2001.
- LEVI, Primo. A trégua. **São Paulo**: Companhia de bolso, 2010.
- SEMPRÚN, Jorge. **A escrita ou a vida**. Tradução: Rosa Freire D’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SEMPRÚN, Jorge. L’art contre l’oubli. **Le Monde des Débats**, p. 11-13, maio, 2000.
- SEMPRÚN, Jorge. **La memoria como escritura**. Letras Libres, n. 60, p. 32-39, dezembro, 2003.
- SEMPRÚN, Jorge. **O morto certo**. Trad. Eloísa Araújo Ribeiro. São Paulo: Arx, 2005.

14 Semprún o reconhece: “Há limites. Nunca devemos inventar ou acrescentar à história em sua parte testemunhal um exagero para tornar a narrativa do horror mais eficaz e bela; digo com certa ironia, nunca se deve acrescentar uma informação falsa, porque esses são os dados que os historiadores vão usar — entre aspas — da escola negacionista, revisionista, que dizem que não houve campos de concentração, que não houve mortes, não houve judeus nas câmaras de gás. O método que deve ser usado em um testemunho nunca deve adicionar à verdade outra verdade que não seja verificável.” (SEMPRÚN, 2011, p. 61, tradução nossa).

SEMPRÚN, Jorge; WIESEL, Elie. **It is impossible to remain silent**. Reflections on Fate and Memory in Buchenwald. Indiana: Indiana University Press, 2020.

SEMPRÚN, Jorge. **Libro interminable de la memoria**. Revista de la Universidad de México, n. 89, p. 61-64, julio, 2011.

WHITE, Hayden. **Trópicos do Discurso**. Ensaaios Sobre a Crítica da Cultura. São Paulo: EdUSP, 2014.

WIEVIORKA, Annette. **The Era of the Witness**. Traduzido do francês por Jared Stark. Ithaca; London,- Cornell University Press, 2006.

A FORMA COMO VEMOS O TEMPO E O ESPAÇO É A FORMA COMO AGIMOS NO MUNDO: COMO SE RELACIONAR COM A NATUREZA NO ANTROPOCENO?

THIAGO LIMA RODRIGO OLIVEIRA DE LIMA
Mestrando em História (UFOP)
thiago.lima1@aluno.ufop.edu.br

Em um movimento inicial, é necessário circunscrever o conceito de “Antropoceno”, primeiro, porque sua proposição é recente, datada no ano 2000, em um artigo intitulado “The Anthropocene”, escrito pelo nobel em química Paul Crutzen e o biólogo Eugene Stoermer. Segundo, pois, é oriundo de outros campos de conhecimento, como a biologia e química, áreas de atuação dos seus propositores. Terceiro, pelo fato de que não é reconhecido e formalizado oficialmente pela *International Union of Geological Sciences (IUGS)*, entidade que detém a autoridade de defini-lo - ou não - como uma nova era geológica. O “Antropoceno” então é, hoje, uma realidade estratigráfica real, cuja recomendação foi positiva para a sua formalização, mas que ainda necessita de maiores análises para a ratificação¹, segundo o relatório *The Working Group on the Anthropocene: Summary of evidence and interim recommendations*, apresentado em 2016, no 35º Congresso Internacional de Geologia, realizado em *Cape Town*, na África do Sul, pelo *Working Group on the Anthropocene (WGA)*.²

As origens do “Antropoceno” que, como já citado, necessita de uma análise mais aprofundada para a sua formalização, lastreiam-se, principalmente, sobre os últimos trezentos anos da história humana na terra, segundo Crutzen e Stoermer, que listam no artigo de proposição do termo, uma série de ações antrópicas na estrutura terrestre. Ações que correspondem ao crescimento populacional em 10 vezes; chegada da população de gado a 1,4 bilhão; crescimento em 10 vezes da urbanização. Sobre os combustíveis fósseis, afirmam que em poucos séculos será consumido a quantidade

1 “The AWG has analyzed the concept of the Anthropocene in stratigraphic terms, and has collated and considered a sufficiently wide range of evidence to permit preliminary conclusions and recommendations to be drawn. The AWG concludes that the Anthropocene represents a distinct change of geological processes that are clearly reflected in stratal characteristics. Anthropocene deposits are significant and geologically ‘real’, and in a number of respects novel, on the scale of Earth history. These changes mark the proposed Anthropocene as being sufficiently different from the Holocene to constitute a new unit of geological time. The future trajectory of the Anthropocene remains to be seen and will depend on future changes to the Earth System. However, it seems likely that, as humans continue to operate collectively as a major geological agent, with modulation, and in some cases amplification, by feedback effects – such as that of albedo changes in polar regions – human impacts will become increasingly significant.” (ZALASIEWICZ, Jan et al., 2019, p. 59)

2 O WGA é um grupo interdisciplinar de pesquisa, dedicado à investigação do Antropoceno. Foi criado em 2009 pela Subcomissão sobre Estratigrafia Quaternária (SQS), organismo que compõe a Comissão Internacional sobre Estratigrafia (ICS), e desde então tem trabalhado para avaliar o Antropoceno como uma unidade de tempo geológica.

que foi gerada em centenas de milhões de anos; a liberação de SO₂ na atmosfera, oriunda da queima de carvão e petróleo, já atingiu cerca de 160 Tg/ano, no mínimo duas vezes maior que a natural; o escape de NO para a atmosfera, é maior que a natural; a emissão de gases do efeito estufa, fundamentais no controle climático da terra, aumentaram consideravelmente, 30% a mais de CO₂ e 100% a mais de CH₄; a fixação sintética de nitrogênio e seu uso como fertilizante é maior do que a fixação natural dos ecossistemas, dentre outros.

Assim, “Antropo” = homem + “Ceno” = recente, de acordo com a linguagem da Ciência Geológica, formam o conceito “Antropoceno”, dando ênfase ao caráter humano do processo, diferenciando e explicitando sua excepcionalidade em relação aos outros períodos geológicos. Por exemplo, o Holoceno, que é, ainda, o período geológico atual e oficial, é formado pelo termo “Holo” = inteiro/todo + “Ceno” = recente. Justifica-se a terminologia, então, os autores formuladores do conceito, ao enfatizarem que devido aos impactos das atividades humanas na Terra nos últimos 300 anos “[...] no solo, na atmosfera e em todas as escalas, incluindo globais, parece-nos mais do que apropriado enfatizar o papel central da humanidade na geologia e ecologia ao propor o uso do termo “Antropoceno” para a era geológica corrente.” (CRUTZEN; STOERMER, 2015, p. 114).

Além das explicações anteriores, é importante salientar que o termo já está presente em alguns dicionários, como o *Cambridge Dictionary*, o que auxilia na compreensão corrente do conceito, e que denuncia, também, a necessidade da sua circunscrição (mesmo antes da formalização), o que contribui para o seu entendimento. Desse modo, é definido como “Período mais recente da história da Terra, em que as atividades humanas causam um efeito muito significativo no ambiente e no clima da Terra (=condições atmosféricas)”; ou “Muitos geólogos acreditam que os seres humanos alteraram tanto a Terra desde o início da revolução industrial, que estamos agora vivendo numa nova época chamada Antropoceno”; por fim, que “O Antropoceno representa uma nova fase na história tanto da humanidade como da Terra, em que as forças naturais e as forças humanas se entrelaçaram” (ANTHROPOCENE, tradução nossa). Ou seja, é o período na história da relação entre Homem e planeta Terra em que o primeiro se torna, também, uma força geológica terrestre.

Agora, em relação aos métodos, a estratigrafia ou o método estratigráfico é, para a Geologia, a ferramenta que possibilita, ou não, a identificação de novas eras geológicas. Como é diferente do método historiográfico, da Ciência Histórica, sua definição é importante para o entendimento das discussões propostas. De acordo com o verbete da “Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos”, estratigrafia é o

Estudo da gênese, da sucessão, no tempo e no espaço, e da representatividade areal e vertical das camadas e sequências de rochas de uma região, buscando-se determinar os eventos, processos e ambientes geológicos associados, o que inclui, entre outros, a determinação de fases de erosão ou de ausências de deposição (superfícies de discordâncias). (ESTRATIGRAFIA, 2018)

Outro fator de importância é quais aspectos o método estratigráfico visa fornecer, e nesse sentido

A estratigrafia objetiva organizar o conhecimento geológico através da caracterização de unidades

estratigráficas com suas abrangências verticais e laterais, estabelecer correlações geológicas entre regiões diferentes e servir de fundamento para o estabelecimento da história da evolução geológica local, regional e mundial. (ESTRATIGRAFIA, 2018)

Por fim, e talvez, o contato mais próximo da ciência histórica com o método estratigráfico, que ilustra e permite-nos compreender melhor seu escopo é que

Uma das ferramentas básicas da metodologia geológica é a representação da estratigrafia das sequências de rochas através de perfis geológicos e a síntese dos dados desses perfis em uma coluna geológica ou estratigráfica, na forma de um log litoestratigráfico vertical onde se representa a sucessão das camadas (as mais velhas embaixo das mais novas), as suas espessuras mínimas e máximas da região, associando-se a cada unidade ou sub-unidade indicada na coluna uma sinopse descritiva dos tipos de rochas e dos processos geológicos associados. (ESTRATIGRAFIA, 2018)

A partir do verbete anterior, é possível descrever de maneira mais clara o modo pelo qual a estratigrafia identifica os eventos de inflexão em que a ação direta do homem no espaço, como uma força geológica, aparecem. Aspectos que definiriam, assim, o “Antropoceno” como uma nova era geológica, em que a ação antrópica, nos últimos trezentos anos da história do homem na terra, logrou como produto. A hipótese é de que o período do “Antropoceno” teria início com a industrialização, no séc. VIII e, posteriormente, agravado pela “Grande Aceleração”³, nos anos 50, e com o desenvolvimento da fissão nuclear, no séc. XX. Isso, porque, é possível detectar nas estruturas geológicas mais recentes da terra, por meio da estratigrafia, vestígios que datam a ação antrópica direta do homem em dois momentos. Primeiro, através dos vestígios radioativos, oriundos de testes das bombas nucleares. Segundo, pelo acúmulo de substâncias como plástico e carbono, decorrentes da industrialização. Nos dois casos, são identificáveis já na segunda metade do séc. XX, de acordo com o *WGA* e o relatório apresentado em 2016.⁴

É interessante destacar que, mesmo antes da formalização do conceito, historiadores e antropólogos, principalmente, têm se apropriado do termo “Antropoceno”, o que uma breve revisão de literatura nos ajuda a ilustrar: “O Clima da História: Quatro Teses”, 2009, do historiador indiano Dipesh Chakrabarty; “Para Além do Antropocentrismo”, 2013, da historiadora polonesa Ewa Domanska; “Há Mundo Por vir? Ensaio sobre os Medos e os Fins”, 2015, dos antropólogos Déborah Danowski e Viveiros de Castro; “Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: Fazendo Parentes”, 2016, da filósofa Donna Haraway; “Onde

3 “Os cientistas concordam que, desde a década de 1950, os ecossistemas foram modificados de forma mais rápida e profunda do que jamais ocorreu - sob os efeitos combinados do aumento sem precedentes do consumo em massa - em países pertencentes à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD), –, do expressivo aumento populacional, do crescimento econômico e da urbanização. O químico norte-americano Will Steffen denominou esse fenômeno de “a grande aceleração”. (UM GLOSSÁRIO..., 2018).

4 “Among the array of proxies that might be used as a primary marker, anthropogenic radionuclides associated with nuclear arms testing are the most promising; potential secondary markers include plastic, carbon isotope patterns and industrial fly ash. All these proxies have excellent global or near-global correlation potential in a wide variety of sedimentary bodies, both marine and non-marine.” (ZALASIEWICZ, Jan, et al. 2019, p. 55)

Aterrar? Como se Orientar Politicamente no Antropoceno”, 2017, do antropólogo Bruno Latour; dentre outros, são exemplos que ratificam a afirmação do uso antes da formalização, seja no título ou corpo dos textos.

Nas ciências humanas, em especial a Ciência Histórica, a historiografia e seus métodos, é no campo da relação entre História, Homem e Natureza, que repousa o maior uso do termo “Antropoceno”, discutindo suas origens, consequências e alternativas à catástrofe climática próxima que o conceito anuncia. Outro fator que colabora para os usos é o período de surgimento do fenômeno, a Modernidade, o mesmo em que as relações binômicas entre Homem e Natureza contemporâneas se consolidaram. Relações que já eram debatidas, ao fim dos anos 90, antes mesmo da proposição do termo “Antropoceno”, baseadas nas denúncias acerca da crise climática, ainda sob o signo do “aquecimento global”. Como produto e indicador dessa afirmação, é ao final da década de 90 que ocorre a primeira conferência sobre o clima (COP-95), em 1995, e em 1997, a terceira, dando origem ao “Protocolo de Kyoto”⁵, o primeiro acordo internacional de redução de emissão de gases do efeito estufa na atmosfera terrestre.

Em “O Clima da História: Quatro Teses” (2013), Chakrabarty aponta que há um movimento entre a comunidade de historiadores no que diz respeito a uma separação do que seria uma história humana de uma história natural “[...] às vezes chegando a negar que a natureza seja capaz de ter alguma história, no mesmo sentido em os humanos a têm.” (CHAKRABARTY, 2013, p. 5). E ressalta que “Esse costume tem, ele mesmo, um longo e rico passado que, por razões de espaço e limitações pessoais, só posso resumir rapidamente, num esboço muito provisório e um tanto arbitrário.” (CHAKRABARTY, 2013, p. 5). O autor salienta que essa separação pode ter como origem as ideias dos filósofos italiano Giambattista Vico e o inglês Thomas Hobbes, defensores de que só é possível ao homem conhecer aquilo o que cria, ou seja, as instituições civis e políticas; ao passo que a natureza, obra de Deus, então, não seria passível do conhecimento humano.

Aponta, também, que há divergências se Vico fez uma separação tão drástica entre História e Natureza, posição creditada a ele por Benedetto Croce, em “The Philosophy of Giambattista Vico”, traduzida em 1913, para o inglês, com grande influência na historiografia norte americana. O ponto é que, se não é possível remontar a origem, foi essa a visão que sobreviveu na tradição histórica, influenciando vários autores de vertentes e gerações distintas, do séc. XIX ao XXI. Destaca, também, que mesmo Fernand Braudel quando, em “O Mediterrâneo”, coloca em pauta novamente as relações entre História e Natureza em uma posição não binária, não foge da perspectiva de que o mundo natural modifica-se de forma tão lenta, que sua relação com a história seria, assim, quase que atemporal. É o oposto das posições atuais sobre a natureza, em que as mudanças climáticas se dão de formas tão rápidas, ao ponto de influenciarem diretamente no curso da história humana no contemporâneo.

Se não é possível traçar uma genealogia completa das relações e separação entre História e Natureza na Modernidade, é possível identificar vestígios que corroboram com a hipótese de que, senão

5 “O processo do Mandato de Berlim culminou na terceira Conferência das Partes, realizada em Quioto, Japão, em 1997, com uma decisão por consenso em favor da adoção do Protocolo de Quioto. De acordo com o Protocolo, os países desenvolvidos aceitaram compromissos diferenciados de redução ou limitação de emissões entre 2008 e 2012 (representando, no total dos países desenvolvidos, redução em pelo menos 5% em relação às emissões combinadas de gases de efeito estufa de 1990).” (PROTOCOLO DE QUIOTO E LEGISLAÇÃO CORRELATA, 2004, p. 11).

sua gênese, sua perpetuação na tradição se dá a partir das leituras de Vico. Começamos por Reinhart Koselleck, em “Futuro Passado”, e Hannah Arendt, em “Entre o Passado e o Futuro” ao discorrerem sobre a passagem do conceito antigo de história, a *Magistra Vitae* ou história “Mestra da Vida”, para o conceito moderno, em que o primeiro afirma

A uniformidade potencial e a capacidade de repetição peculiar às histórias ligadas à natureza foram relegadas ao passado, a própria história foi reestruturada em forma de uma grandeza não natural, a respeito da qual não é mais possível filosofar como até então se fazia a respeito da Natureza. Natureza e história puderam desde então separar-se conceitualmente, e a prova disso é que exatamente nessas décadas o antigo ramo da *historia naturalis* foi excluído do complexo das ciências históricas, como se pode ler na *Enciclopédia* de Voltaire e, na Alemanha, em Adelung. (KOSELLECK, 2006, p. 54)

Ademais completa, agora sim, citando Vico diretamente que

Por trás dessa separação de caráter aparentemente científico e histórico, preparada por Vico, oculta-se com certeza a descoberta de um tempo especificamente histórico. Se quisermos dizer dessa maneira, trata-se de uma temporalização da história, que, a partir de então, se distancia da cronologia natural. (KOSELLECK, 2006, p. 54)

Já Hannah Arendt, cita diretamente Vico, a partir da constatação de que:

De consequências muito mais imediatas para nosso conceito de História foi a versão positiva de subjetivismo que emergiu do mesmo transe: não obstante o homem pareça incapaz de reconhecer o mundo dado que ele não fez, deve contudo ser capaz de conhecer ao menos aquilo que ele mesmo fez. Essa atitude pragmática já é a razão inteiramente articulada pela qual Vico voltou sua atenção para a História e se tornou assim um dos pais da moderna consciência histórica. (ARENDR, 2016, p. 80)

Podemos, também, recuperar essa tradição da separação entre História, Homem e Natureza recorrendo ao historiador francês Marc Bloch, em “Apologia da História ou Ofício do Historiador”. Quando busca definir o objeto de estudo da Ciência Histórica, diz que “[...] a ciência do passado [...] a própria idéia de que o passado, enquanto tal, possa ser objeto de ciência é absurda” (BLOCH, 2002, p. 52). Se não é o passado, o que diferencia, então, a História das outras ciências? Usando como exemplo o assoreamento do importante porto de *Zwin* (hoje, Bélgica), no século X, afirma que é o homem o objeto da Ciência Histórica, pois, ao passo que o porto se tornava inavegável, o campo de saber escolhido para lidar com o problema seria

De imediato, todos designarão a geologia. Mecanismo de aluvionamento, papel das correntes marinhas, mudanças, talvez, no nível dos oceanos: não foi ela criada e posta no mundo para tratar de tudo isso? Certamente. Olhando de perto, porém, as coisas não são de modo algum assim tão simples. Tratar-se-ia, em primeiro lugar, de escutar as origens da transformação? Eis o nosso geólogo

já obrigado a se colocar questões que não são mais, estritamente, de sua alçada. Pois, sem dúvida, esse assoreamento foi, pelo menos, favorecido por construções de diques, desvios de canais, secas: diversos atos do homem, resultado de necessidades coletivas e que apenas uma certa estrutura social torna possíveis. (BLOCH, 2002, p. 53)

Seguindo Bloch e seu exemplo, o que diferencia o objeto da Ciência Histórica da Geologia é a ação do homem, porque “O que se produziu que parecera apelar imperiosamente à intervenção da história? Foi que o humano apareceu.” (BLOCH, 2002, p. 54), e completa: “[...] o objeto da história é, por natureza, o homem. Digamos melhor: os homens.” (BLOCH, 2002, p. 54). Não satisfeito com a definição, completa: “Ciência dos homens”, dissemos. É ainda vago demais. É preciso acrescentar: “dos homens, no tempo”. O historiador não apenas pensa “humano”. A atmosfera em que seu pensamento respira naturalmente é a categoria da duração.” (BLOCH, 2002, p. 55).

Afirma, também, que todas as ciências, de alguma maneira, fazem o uso do tempo, porém, o tempo para as outras ciências seria apenas uma medida, já para a História, a “Realidade concreta e viva, submetida à irreversibilidade de seu impulso, o tempo da história, ao contrário, é o próprio plasma em que se engastam os fenômenos e como o lugar de sua inteligibilidade.” (BLOCH, 2002, p. 55). E completa, de novo recorrendo à Geologia, que se “[...] esta ou aquela dessas metamorfoses tenha ocorrido há mil anos, ontem ou hoje ou que deva se produzir amanhã, sem dúvida tal consideração interessaria ao geólogo, porque a geologia é, à sua maneira, uma disciplina histórica; ela deixa o físico frio como gelo. (BLOCH, 2002, p. 55). Ou seja, além do objeto ser o homem, e o homem no tempo, ambos são diferenciáveis do objeto e do tempo da natureza, estudado pela geologia - um tempo frio. É, assim, a separação entre História, Homem e Natureza, presente na tradição.

Assim, fica mais palpável afirmar que a consolidação do conceito de Moderno de história, em relação ao antigo, ocorre em um contexto de separação entre História, Homem e Natureza. Na Modernidade, o homem acredita se libertar dos ciclos biológicos e circulares da vida, por meio da criação e consolidação do “tempo histórico” face ao “tempo Natural”. Se antes, a história “Mestra da Vida” orientava as ações humanas no presente por meio da repetição - ou apreensão de que os eventos se repetiam, dada a lentidão em que os processos se davam -, a história na Modernidade, “singular-coletiva”, nos termos de Koselleck, é diferente. Ocorre a “aceleração do tempo”, ou seja, em um espaço de tempo, acontecem mudanças em velocidades e proporções muito mais rápidas, acarretando em um distanciamento maior entre os “espaços de experiência” (passado) e os “horizontes de expectativa” (futuro), em que esse passado não consegue mais orientar as ações no presente, e o futuro, se torna aberto, em novas possibilidades de ação.

Também, como Ciência Histórica e seu método, visto nos termos de Bloch, para as outras ciências, como a Geologia, o tempo é apenas uma medida, já para o historiador é parte essencial no entendimento do contexto, ou historicidade - a condição das coisas serem e estarem no tempo. Nesse aspecto, a relação da História com a Natureza é apenas, sendo a segunda, um receptáculo das ações humanas, e só deve aparecer no momento em que o homem surge; é, assim, por definição, antropocêntrica. Voltando ao comentário de Dipesh Chakrabarty sobre Fernand Braudel, a natureza na Antiguidade muda de forma tão lenta, que sua relação com o tempo da vida humana, curto, se torna desprezível, pois não influi nas ações humanas no presente. No “Antropoceno”, ao contrário, as mudanças se dão de formas tão rápidas, que urge uma nova relação da Ciência Histórica com a Natureza, que não seja essa em que só aparece a partir

da ação humana.

Há outros caminhos em que a separação entre Homem, História e Natureza podem ser traçados, mas a questão principal é que em eventos justapostos, não necessariamente lineares, o homem, a partir do processo de modernização europeu-ocidental, no séc. XV, separou-se - ou pelo menos acreditou - da natureza. Além disso, e esse aspecto merece ser destacado, segundo Hannah Arendt, mais do que a separação dos ciclos biológicos da natureza, o homem moderno desenvolveu a capacidade de influir diretamente nos processos naturais, ao “criar natureza”. São processos que não aconteceriam sem a ação humana, cujas consequências não eram mensuráveis naquele momento. O maior exemplo do “criar natureza” é a fissão nuclear, que agora, na identificação dos isótopos radioativos, é um dos marcadores do “Antropoceno” como uma nova era geológica. Pode-se, assim dizer, então, que o “Antropoceno” é o produto contemporâneo das formas pelas quais o Homem passou a se relacionar com a natureza na Modernidade.

Segundo Hannah Arendt, a relação entre Homem e História é, tanto no conceito antigo quanto moderno de História, estreitamente ligado à Natureza. Para os gregos, a Natureza era eterna, e assim, não necessitava ser lembrada. Ao contrário, os homens - mortais -, para garantirem a imortalidade, como indivíduos, deveriam ter suas histórias - os grandes feitos - narrados pela eternidade. A imortalidade, assim, se torna o signo distintivo dos homens em relação, principalmente, aos animais, ao romper os movimentos circulares da vida biológica, pois “É isso a imortalidade: mover-se ao longo de uma linha retilínea em um universo onde tudo, se é que se move, se move em uma ordem cíclica.” (ARENDR, 2016, p. 71). E é a História, por meio da palavra escrita - uma fabricação - a ferramenta capaz de fazer os grandes feitos dos indivíduos perdurarem na recordação; é “Através da História [que] os homens se tornam quase iguais a natureza, e unicamente os acontecimentos, feitos ou palavras que se ergueram por si mesmos ao contínuo desafio natural eram os que chamaríamos de históricos.” (ARENDR, 2016, p. 77).

A relação entre Homem e História, na modernidade - e do conceito moderno de história - não é diferente do que na Antiguidade, no que tange sua ligação íntima com a Natureza. É importante salientar, porém, que o conceito moderno de Natureza e História surgem no bojo do desenvolvimento das ciências naturais, no século XV e XVI, em especial, a Física, junto à ideia de objetividade acerca do mundo, e, para a História

Objetividade, a “extinção do eu” como condição de visão pura (*Dais rene sehen der Dinge - Ranke*), significava a abstenção, de parte do historiador, a outorgar louvor ou opróbrio, ao lado de uma atitude de perfeita distância com a qual se ele deveria seguir o curso dos eventos conforme foram revelados em suas fontes documentais. (ARENDR, 2016, p. 79)

Em tese, a única limitação a essa objetividade seria a própria limitação humana, com mente e tempo de vida pequenos, face a um corpo documental aparentemente infinito, e por isso, e também, porque todo o material escolhido pelo historiador interfere naquilo que narra.

Em resumo, esse é o problema moderno acerca da objetividade, segundo Arendt:

[...] tal como ele surgiu na época moderna, que acreditou ter descoberto na História uma “nova Ciência” que deveria, então, aquiescer aos padrões da Ciência “mais velha” da natureza. Isso, entretanto, foi uma autoincompreensão. A Ciência Natural moderna rapidamente se desenvolveu em uma ciência ainda mais “nova” que a História, e ambas brotaram, como veremos, exatamente do mesmo conjunto de “novas” experiências advindas com a exploração do universo feita no início da época moderna. (ARENDR, 2016, p. 80)

É nesse contexto, do nascimento da moderna ideia de história, junto ao grande crescimento também das ciências naturais, que coincidem e são/é “[...] estimulada pela dúvida da época moderna acerca da realidade de um mundo exterior dado “objetivamente” à percepção humana como um objeto imutado e imutável.” (ARENDR, 2016, p. 83). A consequência disso é o cenário em que a sensação pareceria ser mais “real” que o próprio objeto “sentido”, convertendo-se no único fundamento realmente seguro da experiência, e tudo se torna, assim, reduzido às sensações, e no limiar, tudo se torna reduzido às sensações individuais, ou seja, “ao gosto” dos indivíduos.

É desse mundo que “[...] surgiu a tremenda estrutura do edifício humano em que hoje vivemos e em cujo âmbito descobrimos até mesmo os meios de destruí-lo juntamente com todas as coisas não-produzidas-pelo homem existentes sobre a terra.” (ARENDR, 2016, p. 84), cujo *omnibus dubitandum est*, em tradução livre, “deve-se duvidar de tudo”, cunhada por Descartes, de acordo com Arendt, é a expressão máxima da alienação do mundo moderno, pois

Descartes chegou a essa regra porque as então recentes descobertas das ciências naturais o haviam convencido de que o homem, em sua busca da verdade e do conhecimento, não pode confiar nem na evidência dada dos sentidos, nem na “verdade inata” da mente, nem tampouco na luz interior da razão. (ARENDR, 2016, p. 85)

É essa a base do mundo moderno, que duvida da capacidade dos sentidos em serem capazes de alcançar alguma verdade. O grande exemplo da dúvida cartesiana

[...] foi a descoberta de que a terra, contrariamente a toda experiência sensível direta, gira em torno do sol. A época moderna começou quando o homem, com o auxílio do telescópio, voltou seus olhos rumo ao universo, acerca do qual especulava doravante longo tempo [...] e aprendeu que seus sentidos não eram adequados para o universo [...] (ARENDR, 2016, p. 85)

Para resolver esse grande problema, as ciências naturais voltam-se para o experimento, ou seja, a intervenção direta com/e na natureza, mas percebe-se, também, que mesmo no cenário controlado da experimentação, a natureza se comporta de maneira muito diferente daquilo que é visível e apreendido pelos sentidos humanos, e “[...] que nenhum modelo formado segundo nossas experiências em larga escala pode jamais ser “verdadeiro” [...] (ARENDR, 2016, p. 86). Ou seja, se não é concebível pelo meio dos sentidos, também não o é pelo meio da razão e do raciocínio. Daí surge a ideia de que “[...] não obstante o homem pareça incapaz de reconhecer o mundo dado que ele não fez, deve contudo ser capaz de reco-

“conhecer ao menos aquilo que fez.” (ARENDR, 2016, p. 88), já citada ao longo do texto e creditada a Vico. O ponto mais importante é que a partir desse contexto, a ciência moderna passa do interesse do “que”, para a investigação do “como”, pois só seria possível conhecer algo, sabendo como ele se deu, e deslocando o interesse para os processos.

Se não é possível entender o processo criativo - e divino - da natureza, seria possível, então, compreender o processo criativo dos homens. E então

Na época moderna, a História emergiu como algo que jamais fora antes. Ela não mais compôs-se dos feitos e sofrimentos dos homens, e não contou mais a estória dos eventos que afetaram a vida dos homens; tornou-se um processo feito pelo homem, o único processo global cuja existência se deveu exclusivamente à raça humana. (ARENDR, 2016, p. 89)

Por meio da experimentação e dos processos, o homem moderno logrou a capacidade de “fazer natureza” à medida que “faz história”, através das descobertas nucleares, diferente da pré-industrial e Antiguidade, em que a água e o vento, por exemplo, eram usados como meios artificiais a fim de emular e exceder a força humana artificialmente. A tecnologia, interseção entre as ciências naturais e humanas, em especial a físico-química, começou a fazer sobre a natureza o que acreditou-se poder fazer com a história, ou seja, agir sobre ela. A principal diferença é no modo pelo qual o homem lida com a natureza, em que antes, para o *homo faber*, ela fornecia os materiais necessários para a existência humana, já no mundo moderno, essa relação é determinada pela ação do homem - sobre - a natureza ao criar processos naturais, cujas consequências não são mensuráveis. Isso, porque, o *homo faber* - que fabrica - é diferente do *homo laborans* - que age; o primeiro, a partir da natureza, e o segundo, sobre a natureza.

A fabricação é diferente da ação, pois, a fabricação tem um início definido e um fim previsível, e pelo contrário, a ação seria “fútil” a não deixar esse produto final, e “Se chega a ter quaisquer consequências, estas consistem, em princípio, em uma nova e indeterminável cadeia de acontecimentos cujo resultado final o ator é absolutamente incapaz de conhecer ou controlar de antemão.” (ARENDR, 2016, p. 91). Antes, os processos eram restritos ao mundo humano, e a grande preocupação era a utilização da natureza, por meio da fabricação, para se defender contra as próprias forças naturais, agora, a partir da criação dos processos naturais artificiais, como os nucleares, o que ocorre é um domínio sobre a natureza, e mais, incorporando-a no mundo humano, diluindo as fronteiras entre os dois mundos. O grande perigo é, então, transferir para a natureza a imprevisibilidade tanto humana quanto das suas ações, tornando-a, também, imprevisível.

Pois bem, não por acaso, as palavras-chave da historiografia moderna são os conceitos de Desenvolvimento e Progresso, que, também, não por acaso, são chaves para a Biologia e Geologia. O contexto de nascimento da relação moderna do Homem, História e Natureza é a necessidade de compreender tudo aquilo que não criou “[...] desesperando de encontrar um dia a verdade através de mera contemplação, começou a experimentar suas capacidades para a ação, e ao fazê-lo, não podia deixar de se tornar consciente de que onde quer que esteja, o homem inicia processos.” (ARENDR, 2016, p. 94). O processo, então, é o resultado da ação humana; ao agir sobre a história, transformou-a em processo, ao agir sobre a natureza, também a transformou em um processo. Por fim, “O moderno conceito de processo, perpassando igual-

mente a história e a natureza, separa a época moderna do passado mais profundamente de qualquer outra ideia tomada individualmente.” (ARENDDT, 2016, p. 95).

Ou seja, a natureza e a forma de nos relacionamos com ela não é único, mas dotado de historicidade, por isso “A Forma como Vemos o Tempo e o Espaço é a Forma como Agimos Mundo” (título do projeto de pesquisa, da apresentação no SNHH e do texto aqui desenvolvido). Já é sabido que a natureza é, antes, um espaço que se relaciona com a espécie humana - um meio - também historicamente localizado. E se não eram conhecidas as consequências do “criar natureza”, o “Antropoceno” e o colapso climático surgem como o seu produto. A história e a Ciência Histórica, também, são dotadas de historicidade, e co/respondem às demandas do presente de cada período. Se no período antigo, marcado pela repetição, a *Magistra Vitae* guiava por meio dos exemplos, na Modernidade, com a abertura dos “horizontes de expectativa”, as “Filosofias da História” tentaram sistematizar as leis do progresso humano. Assim, tendo a Ciência Histórica a função de orientação das ações - e do sofrer - humanos no tempo (RUSEN, 2001), mas importante salientar, também no espaço, a questão que se coloca é: “Como se Relacionar com a Natureza no Antropoceno?”.

A historiadora polonesa Ewa Domanska, em “Para Além do Antropocentrismo no Estudos Históricos”, 2013, mobiliza algumas propostas com o objetivo de tentar responder, através da Ciência Histórica, às demandas atuais no contexto do “Antropoceno” e crise climática apontadas até aqui. Argumenta, assim, que na década de 90, ao passo que as ciências humanas e sociais não conseguiam, por meio dos seus referenciais, orientar face às demandas da crise climática, emergiu um novo paradigma com base, principalmente, na biologia, com o objetivo de [...] ampliar o leque de investigação para incluir os seres “não-humanos” (pós-humanismo). Assim, podemos falar sobre a aparentemente paradoxal “ciências humanas não-antropocêntricas”, em que o termo “não-antropocêntrica” significa “não centrado no ser humano.” (DOMANSKA, 2013, p. 10).

O Antropocentrismo é

[...] a atitude que apresenta a espécie humana como o centro do mundo, desfrutando de sua hegemonia sobre os outros seres e funcionando como mestres de natureza que existe para atender às suas necessidades [...] Idealmente, um paradigma não-antropocêntrico procura descentrar seres humanos e focar em não-humanos como sujeitos da pesquisa [...]. (DOMANSKA, 2013, p. 10)

Assim, “humanidades não antropocêntricas” seriam “[...] um conjunto institucionalizado de tópicos de pesquisa, técnicas e interesses que deriva seu ethos do movimento intelectual e postura ética chamado de pós-humanismo.” (DOMANSKA, 2013, p. 10), que não nega os valores Humanistas, como expressado nos direitos humanos, mas entende como se tornaram uma definição da excepcionalidade do ser humano como espécie.

A autora afirma que “O conhecimento é relativo e toda teoria é criada em um determinado tempo e lugar, como resultado de necessidades particulares, e, portanto, devem ser constantemente verificados.” (DOMANSKA, 2013, p. 11). A Ciência Histórica deve, então, como alternativa, incorporar as novas questões que a crise climática implica, em uma escolha ética voltada para o futuro da humanidade, porque

“Apesar da confiança iluminista no conhecimento como um “instrumento supremo [...] precisamos do tipo de conhecimento, cognição e ciência humana que têm valor de sobrevivência e podem ajudar na proteção e continuação da espécie”. (DOMANSKA, 2013, p. 14-15). Para tal, sugere a abordagem relacional, não-antropocêntrica, entre humanos e não-humanos, epistemologia que:

[...] é marcada por uma ausência do dualismo ontológico da natureza e da cultura, e do corpo e da mente, que são características do pensamento ocidental [...] rejeita a visão positivista de objetos ou atores como fechados e separados do mundo, existindo em si mesmos, antes de qualquer participação em redes ecossociais e semióticos de interações [...]. (DOMANSKA, 2013, p.17-18)

Em outro escrito, “Constituição do Ancestral Retroativo, Novo Animismo e Modernidades Alternativas” (2017), Ewa Domanska propõe, em uma configuração similar ao artigo anterior, a epistemologia relacional a partir do antropólogo brasileiro Eduardo Viveiros de Castro, através do “Perspectivismo Ameríndio”, em uma proposta que visa refundar as bases pelas quais as ciências modernas se organizam acerca da relação entre Homem e Natureza contemporâneos que

[...] ao invés de buscar por inspiração na filosofia e história europeias (ocidentais) eu seguirei o trabalho de antropólogos e arqueólogos tais quais Nurit Bird-David, Philippe Descola, Graham Harvey, Tim Ingold e especialmente Eduardo Viveiros de Castro, e eu gostaria de falar sobre o novo animismo (que irei definir mais tarde) como uma plataforma conceitual significando um conjunto de ideias e abordagens ideais para construir a visão orientada para o futuro da constituição ancestral que também inclui ancestrais não-humanos. (DOMANSKA, 2017, p. 100)

E completa mais a frente que

[...] Neste sentido, o animismo pode ser como um tipo de epistemologia radical e a antítese da ciência moderna - oferecendo efetivamente uma crítica à racionalidade ocidental, já que, com sua visão mecanicista poderia ajudar a reconceitualizar as relações entre natureza e cultura, humanos e não-humanos, vivos e mortos, orgânico e inorgânico. (DOMANSKA, 2017, p. 101)

O “Perspectivismo Ameríndio” é uma visão de mundo oposta à separação moderna-ocidental - europeia - entre Cultura/Natureza/Homem/Animal. Isso, porque, não tem como base o dualismo como forma de organização; dentro, fora, exterior e interior, corpo e mente, dentre outras; mas uma interação, sendo o corpo uma categoria central que, por meio das qualidades sensíveis, como cores, cheiros e sabores, articula, assim, proposições complexas sobre a realidade. Ou seja, o corpo não é algo à parte da natureza, e/ou fora dela, codificando e decodificando suas informações, mas ao contrário, é parte dela. O “Perspectivismo Ameríndio” é, assim e portanto, também um processo de alteridade, já que ao pôr-se no lugar do outro, em uma concepção segundo a qual o mundo é povoado de outros sujeitos ou pessoas, além dos seres humanos, e que vêem a realidade de modo diferente, a forma de se relacionar com o outro não se orienta pela

oposição, mas sim, por meio da interação.

É diferente, também, do naturalismo europeu-moderno, que opõe Natureza/Cultura/Humanos/Animais, em que o homem sai da condição de Selvagem/Animal, para a condição de Homem/Cultural. Pelo contrário, a proposição ameríndia é de que os animais eram todos eles humanos, e deixaram de sê-lo, sendo a humanidade o fundo comum tanto da humanidade quanto da animalidade. É a condição universal em que todos os sujeitos, animais humanos e não-humanos, são, em essência, humanos, apenas uns sendo menos ou mais humanos que outros, em uma concepção animista de que o âmago universal da realidade é o espírito. Segundo o próprio Viveiros de Castro, no texto “Perspectivismo e Multinaturalismo na América Indígena” (2002):

[...] a distinção clássica entre Natureza e Cultura não pode ser utilizada para descrever dimensões ou domínios internos a cosmologias não-ocidentais sem passar antes por uma crítica etnológica rigorosa [...] Enquanto estas se apóiam na implicação mútua entre unicidade da natureza e multiplicidade das culturas - a primeira garantida pela universalidade objetiva dos corpos e da substância, a segunda gerada pela particularidade subjetiva dos espíritos e do significado - , a concepção ameríndia suporia, ao contrário, uma unidade do espírito e uma diversidade dos corpos. A cultura ou o sujeito seriam aqui a forma do universal, a natureza ou o objeto a forma do particular [...]. (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 226)

Philippe Descola, antropólogo francês, aluno e estudioso de Claude Lévi-Strauss, no ensaio “As Duas Naturezas de Lévi-Strauss” (2011), busca, por meio das principais obras do também antropólogo francês, organizar as relações entre Natureza e Cultura desenvolvidas por ele, pois “Ninguém ignora o papel crucial que tem na obra de Claude Lévi-Strauss a oposição contrastiva entre natureza e cultura: ele a utiliza em contextos tão diversos e com finalidades tão numerosas que, para muitos, ela chegou a encarnar uma das características de sua maneira de pensar.” (DESCOLA, 2011, p. 35). E completa que o binômio Natureza e Cultura, como conceitos, não são fáceis de serem identificados na obra de Lévi-Strauss, pois são “[...] ao mesmo tempo ferramenta de análise, cena filosófica dos primórdios e antinomia a superar, ele é revestido pelo autor de uma pluralidade de significados, às vezes contraditórios, que tornam sua utilização altamente produtiva e sua interpretação difícil.” (DESCOLA, 2011, p. 35). A partir de então, discorre de maneira ampla e densa sobre o tema escolhido, que torna-se útil, aqui, quando aborda tais os ameríndios

Porque, se há um domínio em que a distinção natureza/cultura não funciona é o dos mitos ameríndios, estas histórias insólitas de uma época em que humanos e não humanos não eram diferenciados, época em que, tomando exemplos jívaros, era normal que curiango cozinhasse, que grilo tocasse sanfona, que colibri lavrasse os roçados ou que pedreiro caçasse com a sarabatana. Naquele tempo, de fato, animais e plantas dominavam as artes da civilização, comunicavam-se entre si sem problema e seguiam os grandes princípios da etiqueta social. Pelo que se sabe, sua aparência era humana, e só alguns indícios – seu nome, comportamentos estranhos – anunciavam aquilo em que iriam se transformar. (DESCOLA, 2011, p. 44-45)

Agora a conclusão - do texto - e não à questão de “como se relacionar com a Natureza no Antropoceno”, ou sobre a dificuldade das ciências em responderem às demandas do tempo presente em um ce-

nário de crise climática, pois o contexto é de tamanha complexidade, que qualquer afirmação seria, nesse momento, vazia. Seguindo o caminho de Chakrabarty,

Não sendo eu um cientista, também adoto um postulado fundamental sobre a ciência da mudança climática. Considero que a ciência está correta em suas linhas gerais [...] base racional suficiente para aceitar, a menos que venha a ocorrer alguma grande guinada no consenso científico, que as teorias antropogênicas da mudança climática contêm uma grande dose de verdade. (CHAKRABARTY, 2013, p. 5)

Ou seja, o “Antropoceno”, como era em que o ser humano se torna agente geológico na terra, produto da relação moderna entre Homem e Natureza, se não foi ainda formalizado, será, e mesmo que não seja, a crise climática, com ou sem o uso do termo, é uma realidade imposta à humanidade, pois as mudanças e consequências disso não desaparecerão caso o termo não seja oficialmente aceito.

Tanto que, mesmo antes da sua proposição, nos anos 2000, a crise climática sob o signo do “aquecimento global” já havia logrado êxito em estabelecer metas de redução na emissão de gases do “efeito estufa” pelos países desenvolvidos, através do “protocolo de Kyoto”. A crise climática global, deflagrada nos anos 90 no cenário público exigiu que as ciências repensassem tanto seus objetos, quanto suas epistemologias, pois as formas pelas quais se seus referenciais de ação se orientavam, mostraram-se ineficientes para lidar com as demandas contemporâneas. A Ciência Histórica não é diferente, seu relacionamento com o Homem e a Natureza foi sedimentado, também, na modernidade, com a separação entre o “tempo histórico” do “tempo natural”; a separação das ações dos homens no tempo, do tempo da natureza em relação às ações do homem. Dentre vários aspectos, a passagem do conceito antigo de história, a *Magistra Vitae* para o “singular-coletivo”, a história como um processo humano, tem no seu cerne a separação entre História e Natureza.

Assim, coloca-se outra questão: como a Ciência Histórica, tendo como base, justamente, a separação entre Homem e Natureza, e também como função, a orientação das ações humanas no tempo, pode cumprir esse papel no momento em que a natureza volta a ser a questão central? De qual forma, nessas bases epistemológicas, ajudará na questão de “como se relacionar com a Natureza no Antropoceno?”. É nesse contexto que a proposta da Historiadora Ewa Domanska, a epistemologia relacional e não antropocêntrica se faz necessária, em que o objeto da Ciência Histórica não seja só o humano no tempo, com uma natureza coadjuvante, mas sim, incorporando tanto a natureza quanto os outros animais não-humanos. É nesse ponto, também, que a Antropologia, por meio do “Perspectivismo Ameríndio” teorizado por Viveiros de Castro, e a construção do binômio Natureza e Cultura, por Lévi-Strauss, analisado por Philippe Descola, se tornam fundamentais, pois representam alternativas ao cenário de demandas atuais.

Por fim, e talvez a maior colaboração da discussão sobre o “Antropoceno” seja amalgamar, delimitar e definir, pelo menos em partes, os inícios, eventos de inflexão, atores, agentes, causas e consequências, enfim, tudo aquilo que faz parte do processo moderno em que o Homem, e não só, mas também as ciências, acreditaram separar-se da natureza. A quantidade de material produzido acerca do fenômeno pode ser o começo de uma nova base técnica, de produção de conhecimento sobre as relações entre Homem e Natureza, usadas com o objetivo de, se não acabar com os problemas climáticos, ao menos minorá-los

em tempo hábil, antes que o apocalipse que se anuncia, aconteça. Tanto o Homem, quanto a Natureza e a Ciência Histórica existem no tempo e no espaço, tal qual as relações entre essas categorias, e o “Antropoceno” nos obriga, como historiadores, a repensar a nossa ciência, nossos objetos, e nossa epistemologia, para cumprir, como ciência que é, a função de orientação das ações humanas no tempo - e, mais ainda, no espaço da natureza.

Referências bibliográficas:

ARENDDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo Perspectiva, 2016.

BLOCH, Marc. **Apologia da história**, ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CHAKRABARTY, D. O Clima da História: Quatro Teses. **Revista Sopro**, 91, p. 2-22, jul. 2013.

CRUTZEN, Paul J; STOERMER, Eugene F. O antropoceno. *Anthropocenica*. **Revista de Estudos do Antropoceno e Ecocrítica** 1: p 113-116.

ESTRATIGRAFIA. Glossário Geológico. 2018. Disponível em: <<http://sigep.cprm.gov.br/glossario/verbete/estratigrafia.htm>>. Acesso em: 19 de Novembro de 2022.

Anthropocene. *In*: Cambridge Advanced Learner’s Dictionary & Thesaurus. Cambridge University Press. Disponível em: <<https://dictionary.cambridge.org/us/dictionary/english/anthropocene?q=Anthropocene>>. Acesso em: 12 de nov. de 2022.

UM GLOSSÁRIO para o Antropoceno. *In*: Correio da Unesco: muitas vozes, um mundo. 2018. Disponível em: <<https://pt.unesco.org/courier/2018-2/lexicon-anthropocene>>. Acesso em: 01 de nov. de 2022.

DESCOLA, Philippe. As Duas Naturezas de Lévi-Strauss. *Sociologia & Sntropologia* | v.01.02: 35–51, 2011.

DOMANSKA, Ewa. Constituição do Ancestral Retroativo, Novo Animismo e Modernidades Alternativas. *In*: TOZZI, Verónica; BENTIVOGLIO, Julio (Org). **Hayden White: 40 Anos de Meta-História**. Do “Passado Histórico” ao “Passado Prático”. – Serra, ES: Milfontes, 2017, p. 97-123.

DOMANSKA, Ewa. Para Além do Antropocentrismo nos Estudos Históricos. **Revista Expedições: Teoria da História & Historiografia** v. 4, n.1, p. 9-26, Janeiro-Julho de 2013.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

PROTOCOLO DE QUIOTO E LEGISLAÇÃO CORRELATA. **Senado Federal**. Brasília: Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Ed. UNB, 2001.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. **A Inconstância da Alma Selvagem e Outros Ensaios de Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. Perspectivismo e Multinaturalismo na América Indígena. *In*: **A Inconstância da Alma Selvagem e Outros Ensaios de Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

ZALASIEWICZ, Jan. *et al*. The Working Group on the Anthropocene: Summary of evidence and interim recommendations. **Anthropocene**, v. 19, p. 55–60, 2017.

A MORTALIDADE REDESCOBERTA: MODALIDADES DE HABITAR E DE (RE) DESCOBRIR FUTUROS POSSÍVEIS NO TEMPO ANTROPOCÊNICO

MARCONI FELINTO JR.

Graduando em História (PUC-Rio)¹

marconi.felinto2014@gmail.com

Introdução

A ideia inicial deste projeto é pensar a disciplina histórica em meio ao contexto da emergência climática contemporânea, lançando mão do debate acerca do conceito do Antropoceno e a atualidade e necessidade de se produzir imaginações utópicas do futuro-presente em que tal discussão se encontra inserida. Encontrando-se ainda num momento inicial, de levantamento bibliográfico e fichamento, o que se segue são as primeiras considerações, impressões e possibilidades que o futuro da pesquisa pode indicar.

Primeiras considerações: a emergência climática

Observada cada vez mais frequentemente nos jornais e repercutida na *internet*, a emergência climática, com as suas implicações vivenciadas no cotidiano das pessoas ao redor do planeta – com o aumento das temperaturas, bem como a recorrência de enchentes, queimadas e chuvas torrenciais em períodos do ano antes pouco prováveis de ocorrer –, é, com efeito, fator crítico que aparece como pauta de primeira ordem nos debates científicos e políticos das últimas décadas.² É também um consenso nestes debates a compreensão de que um dos fatores – o determinante – que possibilitou a presente conjuntura (denominada, genericamente, de *mudanças climáticas*), como sendo a própria agência humana, sobretudo a agência técnica-industrial, não de um ou de um punhado de países, mas sim da humanidade como um todo. Escolher, contudo, a “humanidade” para definir o agente *sine qua non* para a atual situação do planeta, por mais hiperbólica que pareça ser, não significa ignorar a responsabilidade

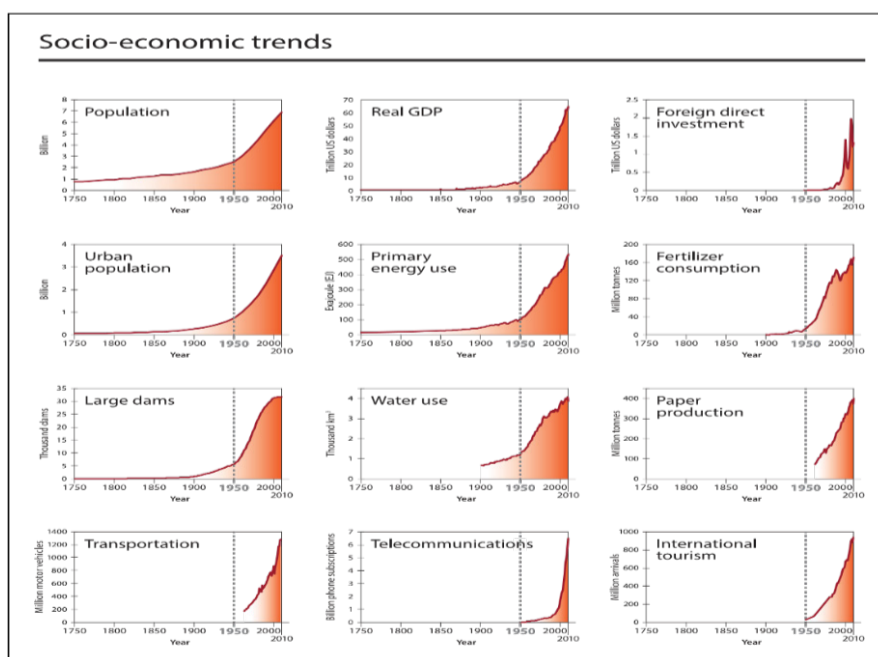
1 Orientado pelo prof. Henrique Estrada Rodrigues. Bolsista PIBIC.

2 Desde, pelo menos, a primeira conferência internacional sobre o meio ambiente (sugestivamente intitulada de “Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano”), realizada em 1972 na cidade de Estocolmo. Nas últimas duas décadas, vale pontuar, o debate se tornou mais acirrado e frequente, com as COPs (COP – Conference of the parties), eventos esperados pela comunidade internacional, particularmente após a COP de 2015, quando fora assinado o Acordo de Paris. Lembro, ainda, dos recentes relatórios (2021, 2022 e 2023) do IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change), que, mesmo sendo um documento e estudo por excelência científico, é atravessado por interesses e expectativas políticas.

e os principais responsáveis, os quais contribuíram de maneira determinante para que chegássemos ao estado atual. Significa, por outro lado, reconhecer minimamente a condição planetária como *consequência* tanto de um desenvolvimento técnico e científico quanto de um modo de existência (epistemológico e ontológico) que subjaz a esse desenvolvimento, que engloba, hierarquiza e divide os humanos e os não-humanos, a vida orgânica e os compostos inorgânicos. Uma condição, enfim, catastrófica não somente para o *nós* humanos, mas também para o *todo* planetário, que coloca em xeque a própria possibilidade de vida – tal como a conhecemos – na Terra.

Dito de uma forma resumida, a condição planetária atual tem sido denominada, pela comunidade científica, como sendo a *Época do Antropoceno*³, uma nova época geológica em que se introduziu uma nova e distinta força geológica, capaz de modificar as condições de equilíbrio biogeoquímico do planeta: a espécie humana. A razão para tanto já foi exposta acima. Vale pontuar que, por mais que ainda não tenha sido afirmado, oficialmente, como sendo uma nova época geológica pelos grupos internacionais de pesquisa em estratigrafia (área da geologia que estuda a sedimentação e a composição das camadas geológicas do planeta), já é um termo largamente aceito tanto por geólogos, quanto por químicos, oceanógrafos, e outros cientistas do Sistema Terra, que vêm levantando dados e estudos para determinar e oficializar a nova época, a exemplo do Anthropocene Working Group – AWG, vinculado à Comissão Internacional de Estratigrafia⁴. Segundo alguns destes estudos recentes, que procuram estabelecer *tipping points* (pontos de virada) para as condições de manutenção do Antropoceno, uma das datações possíveis – e uma das mais bem aceitas – converge para o período do pós-guerra (1945-50), com o início da “era atômica”, seguido pela chamada Grande Aceleração, período de retomada e expansão (no sentido da globalização) do sistema capitalista de exploração (mineral e humana), produção, consumo e circulação de pessoas e recursos (Figura I).

Figura I



Fonte: STEFFEN, Will, *et al.* The trajectory of the Anthropocene: The Great Acceleration. *The Anthropocene Review*; 2(1), 2015, p. 84. Notar: o tracejado vertical dos gráficos é referente ao ano de 1950.

3 Termo proposto pelo químico atmosférico Paul Crutzen e pelo biólogo Eugene F. Stoermer. Ver: CRUTZEN, STOERMER, 2000.

4 Mesmo os não iniciados em estratigrafia podem acompanhar as discussões do AWG. Ver: <http://quaternary.stratigraphy.org/working-groups/anthropocene/>.

Segundas considerações: possibilidades para a disciplina histórica

Mais do que um conceito mobilizado pelos cientistas do Sistema Terra⁵, o que se percebe, particularmente, é que o Antropoceno também repercutiu – e repercute – nas humanidades. De forma mais acentuada, as ciências sociais, em geral, têm se esforçado em compreender a situação existencial humana frente ao colapso climático a partir de diversos paradigmas, seja por um enfoque em um modo de produção específico, seja, ainda, pela chave da literatura. Isso se expressa, com efeito, no debate acerca da nomenclatura desta nova época em que a humanidade e a não-humanidade se encontram. Assim, o Antropoceno também é chamado, por vezes, de Capitaloceno, Plantationoceno, Negroceno ou Cthulhuceno, entre outros “títulos” chamativos. É este quadro de discussão pelas mais diversas áreas de conhecimento e debate público, que o geógrafo Jamie Lorimer identifica o que ele chama de “Antropo-cena”⁶ (LORIMER, 2017).

É nessa efervescência conceitual nas humanidades, provocada pelo momento do “fim do mundo” dado pelo conceito de Antropoceno e suas variantes, que a disciplina histórica se encontra atualmente. Introduzida ao Antropoceno pelo texto referencial de Chakrabarty⁷ (2013), a História enquanto disciplina produtora de conhecimento, vem sendo testada por uma onda de novas possibilidades metodológicas e de interpretação. Algumas das principais implicações encontram-se no esforço de pensar a questão do *tempo*, ao passo em que há, na percepção do colapso planetário, uma convergência entre o tempo histórico (por excelência, das coisas humanas) e o tempo natural/geológico, tomadas até então como dimensões muito bem separadas e delimitadas pela modernidade. Na medida em que as consequências das ações pensadas e praticadas pelos humanos resultam na modificação e, em específico, na degradação do ambiente – não superficial, mas sim profundamente, com os seus efeitos presentes na longuíssima duração do tempo geológico –, ao passo em que o próprio complexo do planeta responde indiferentemente (LATOOUR, 2021) à classe, cor e hemisfério, com os seus eventos *naturais* extremos e ao mesmo tempo gradativos (como o aumento do nível do oceano), a cisão entre a dimensão humana e a natural parece perder o seu sentido preestabelecido. Outro problema posto é pensar a degeneração do conceito genuinamente moderno de *progresso*, mote que abarca não somente a técnica, mas também a moral e a política das sociedades contemporâneas, sobretudo as ocidentais. Como lembrado por Koselleck (2020), o conceito de progresso, menos linear do que se supunha, parece engendrar em si mesmo a ideia de degradação/declínio, tornando-o dinâmico e, nesse sentido, ainda mais complexo e interessante o esforço de se compreender os seus usos no tempo presente.

Além disso⁸, outros dois aspectos aparecem como pontos urgentes na produção historiográfica sobre

5 A Ciência do Sistema Terra busca compreender o funcionamento planetário como um único sistema, internamente conectado e interdependente, mobilizando sobretudo as ditas “ciências duras” (física, química, biologia, climatologia, geologia, etc.).

6 O autor indica pelo menos cinco campos de discussão sobre o Antropoceno: como questão científica, como zeitgeist intelectual, como provocação ideológica/política, como proposições de novas ontologias e pelo viés da ficção científica.

7 Mas vale indicar, antes, que a História Ambiental, surgida como vertente historiográfica consciente por volta da década de 1970, pode ser identificada a uma certa genealogia do pensamento ecológico acentuado pela condição em que se encontra atualmente a disciplina histórica. Ver: PÁDUA, 2010.

8 O parágrafo que se segue toma por base a conversa estabelecida entre Zoltán Simon, Marek Tamm e Ewa Domańska, três dos historiadores contemporâneos com maior proeminência internacional no debate acerca do conhecimento histórico antropocênico. Ver: SIMON, TAMM, DOMAŃSKA, 2021.

o assunto. Zoltán Simon chama atenção para o primeiro deles, o qual seria a necessidade de se criar uma nova literatura científica (*scientific literacy*) ou acadêmica capaz de contemplar o que Marek Tamm denominou de, mais do que uma “economia”, uma “ecologia de conhecimento”, o que consistiria, na prática, no compartilhamento conceitual (*connective concepts*) entre saberes historicamente distintos e divididos (entre a história e a biologia, geologia, antropologia, etc.). Nessa perspectiva, - o segundo aspecto - o último autor e, especialmente, a historiadora Ewa Domańska, propuseram não apenas a abertura para saberes legitimados tradicionalmente (postos como “científicos”), mas também uma abertura para aprender e pensar junto a outros modos de saber, como os movimentos e produções artísticas que pensam o tempo presente (e o futuro), no caso de Tamm, e os saberes tradicionais dos povos originários, no caso de Domańska. Modos diferentes e, em certo sentido, não plenamente experimentados de pensar e experienciar o mundo pela tradição intelectual e científica ocidental.

Considerações finais: possibilidades de pesquisa

São por essas leituras e de outras não abarcadas diretamente no texto, que visualizo uma possibilidade de imaginação do futuro. Tal como um “conhecimento artístico” (literário, cinematográfico, gráfico, etc.), as experiências ameríndias propõem uma outra forma de experienciar o (e visualizar o futuro do) mundo, junto a outros modos de existência. Cosmovisões outras, não saio do óbvio ao dizer que suas compreensões de mundo afirmam a relação entre o humano e a natureza de maneira diversa da compreensão moderna (norte-europeia, branca, masculina, capitalista e, *por que não?*, judaico-cristã). Pelo período de mais de quinhentos anos de extermínio e uma luta presente para manterem vivos os seus modos de vida e, mais drástico ainda, suas próprias vidas, os povos indígenas criaram, por isso, uma tradição de luta e resistência, cultural e política. Lutas que, sendo ao mesmo tempo presentes e ancestrais, têm no futuro sua imagem e expectativa de realização e respeito. Um exemplo disso, conforme analisado por Suzane Costa (2021), está nas cartas escritas por coletivos indígenas endereçadas a pessoas, instituições e países, reivindicando a demarcação de suas terras, o respeito às suas tradições e modos de viver. Segundo a autora, estas cartas compõem um conjunto de *miradas utópicas*, que visam, na prática presente, contemplar esse desejo de mudar sua situação imposta de oprimidos e violentados, num acúmulo histórico de episódios, pela estrutura do estado. Outra possibilidade de leitura pode ser vislumbrada nas próprias cosmovisões indígenas, que trazem consigo, por exemplo, o *sonho* como componente e participante das transformações e agências na realidade socio-natural em que tudo e todos convivem – encerrando em si outras concepções de *tempo* e *realidade*. Sonho e agência os quais, também, mobilizam uma *crítica* a toda deterioração ecológica (da “floresta”, do “rio”, etc.) pelas mãos capitalistas – não aquela invisível, mas pelas mãos daqueles que, em maior ou menor grau, participam da cadeia de exploração e produção capitalistas, em nome do progresso, civilização ou “bem-estar” social, e em detrimento à manutenção das condições de vida no planeta⁹.

Acredito que, colocados dessa forma, as ideias e informações mobilizadas no texto podem ser uma maneira, mesmo que inicial e/ou muito pouco desenvolvida, de pensar outros modos de habitar o tempo do

9 Além do texto de Suzane Costa, para uma outra referência acerca de como as agências políticas e a dimensão cosmológica dos ameríndios estão intrincadas de modo a não serem compreendidas separadamente, ver DE LA CADENA, 2018.

Antropoceno, buscando conciliar saberes não-ocidentais ao passo em que, ao criticar, reconhece a capacidade de auxílio que, da filosofia à ciência ecológica contemporânea, os saberes construídos no espírito ocidental podem proporcionar. Ou seja, viver o presente e, sobretudo, imaginar o futuro, têm nas suas condições de realização, a *abertura*: ao conhecimento compartilhado, ao outro até então ignorado.

Referências bibliográficas:

ANTHROPOCENE Working Group. Disponível em: <http://quaternary.stratigraphy.org/working-groups/anthropocene/>. Acessado em 16/05/2023.

CHAKRABARTY, Dipesh. O clima da História: quatro teses. Tradução: Denise Bottmann *et. al.* **Sopro**, v. 91, p. 1-22, 2013.

COSTA, Suzane Lima. Gestos de Utopia no sul global: as cartas indígenas para o mundo. **Thomas Project. A border journal for utopian thoughts**, v. 5, p. 75-89, jan., 2021.

CRUTZEN, Paul J.; STOERMER, Eugene F. The “Anthropocene”, **Global Change Newsletter**, 41, 17, 2000.

DE LA CADENA, Marisol. Natureza incomum: histórias do antro-po-cego. Tradução: Jamile Pinheiro Dias. **Revista do instituto de Estudos Brasileiros**, nº69, p. 95-117, abr. 2018.

KOSELLECK, Reinhart. Progresso e declínio: um adendo à história de dois conceitos. *In*: KOSELLECK, Reinhart. **Histórias de Conceitos**. Tradução: Marcus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2020, p. 169-190.

LATOURE, Bruno. Esperando Gaia. Tradução: Alyne Costa. **Piseagrama**. Belo Horizonte, seção Extra! fev. 2021. Disponível em: <https://piseagrama.org/extra/esperando-gaia/>.

LORIMER, Jamie. The Anthro-Scene: A Guide for the Perplexed. **Social Studies of Science**, 47, n. 1, p. 117-142, 2017.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos avançados**. 24, 68, p. 81- 101, 2010.

SIMON, Zóltan; TAMM, Marek; DOMAŃSKA, Ewa. Anthropocenic historical knowledge: promises and pitfalls. **Rethinking History**, 25, 4, p. 406-439, 2021.

STEFFEN, Will, *et al.* The trajectory of the Anthropocene: The Great Acceleration. **The Anthropocene Review**; 2(1), p. 81-98, 2015.

TURIN, Rodrigo. A “catástrofe cósmica” do presente: alguns desafios do antropoceno para a consciência histórica contemporânea. *In*: Angélica Müller; Francine Ilegelski. (Org.). **História do tempo presente: mutações e reflexões**. 1 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2022, v. 1, p. 141-166.

A NOÇÃO DE DESIDENTIFICAÇÃO NO PENSAMENTO DE JACQUES RANCIÈRE

FERNANDO VOJNIAK

Doutor em História (UFFS)

fernando.vojniak@uffs.edu.br

Introdução

Filho de pais franceses, nascido na Argélia, em 1940, passando a viver em Marselha depois dos dois anos, e, dos cinco em diante, sua infância, formação e vida acadêmica e intelectual, em Paris, Jacques Rancière chega aos 82 anos, neste 2022¹, em plena e aclamada atividade intelectual. Há mais de duas décadas jubilado como Professor Emérito da Universidade de Paris VIII - Vincennes Saint-Dennis (LONGMAN; VIANA, 2009, p. 17), a despeito da idade propecta, o filósofo francês continua, para a sorte dos entusiastas de sua obra, concedendo entrevistas, publicando livros e artigos e atuando como professor, agora na *European Graduate School* de Saas-Fee, na Suíça, e, tudo isso, com ritmo intenso de produção e capacidade ampla e contundente de abordagem, marca de sua trajetória intelectual.

Se compararmos a força da circulação do pensamento de Jacques Rancière com a de seus pares na Universidade de Paris VIII, a exemplo de Michel Foucault e Gilles Deleuze - o primeiro como um dos fundadores do Departamento de Filosofia da então recém criada universidade experimental de aspirações democratizantes², entre o fim dos anos 1960 e começos dos anos 1970, e o segundo como colega de departamento até 1987 -, de fato, ela não foi tão intensa como a de seus ilustres condiscípulos e sua obra não obteve o alcance meteórico das obras desses e de outros intelectuais franceses que se tornaram verdadeiros ícones da filosofia e das ciências sociais contemporâneas, como Althusser, Sartre e Bourdieu, aos quais dirigiu virulentas críticas.

1 A comunicação que resultou no presente texto foi apresentada em novembro de 2022, no Simpósio Temático "Biografias, intelectuais e historiografias na modernidade" coordenado pelos professores Júlio Bentivoglio e Alexandre Avelar, no interior da programação do XI Seminário Brasileiro de Teoria e História da Historiografia realizado na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) - Campus Guarulhos.

2 A universidade de Paris VIII foi criada na esteira dos movimentos de Maio de 1968. Inicialmente, como reação do governo gaullista às críticas ao caráter elitista e pouco democrático da universidade francesa denunciado pelos revoltosos do Maio, a atual Université de Paris VIII - Vincennes Saint-Denis foi criada ainda no outono de 1968, em Vincennes, em Paris, como uma universidade experimental e com pretensões de promover maior autonomia, democracia interna e pluridisciplinaridade no ensino universitário francês. Michel Foucault foi o responsável pela criação do Departamento de Filosofia e pela contratação dos professores. Nesse processo, Rancière será contratado em 1969 e fará parte do quadro de professores daquela universidade até se aposentar em 2000. (SOULIÉ, 2014).

Mas isso foi o retrato de um período inicial na carreira de Rancière, pois, a partir de meados dos anos 1990, sua obra parece ser mais intensamente descoberta e o volume de reedições e traduções de seus livros cresce fortemente, materializado-se tanto em algumas traduções e reedições de textos que Rancière havia publicado ainda nos anos 1970 e 1980, quanto na proliferação de traduções de livros mais recentes, publicadas, muitas vezes, no mesmo ano da aparição das edições originais. Com frequência cada vez maior, artigos, textos e capítulos esparsos do autor também passaram, nas últimas décadas, a ser reunidos em edições monográficas ou em coletâneas, assim como estudos de sua obra se multiplicaram de forma crescente, principalmente nos últimos anos.

Desse modo, a partir dos anos 2000, de um autor que margeava os cânones do pensamento filosófico dos anos 1960 a 1990, Jacques Rancière consolidou-se como um dos mais importantes pensadores contemporâneos. Quem estuda sua trajetória intelectual de mais de meio século, desde sua contribuição para o aclamado livro *Ler O Capital*, resultado dos seminários organizados por Louis Althusser (1918-1990), seu mestre na Escola Normal Superior, publicado em 1966 (ALTHUSSER; RANCIÈRE; MACHÉREY, 1979), e percebe o quão próximo ele esteve dos debates que marcaram a filosofia, as ciências sociais e a história na segunda metade do século XX, sobretudo como um crítico contundente de alguns dos principais teóricos dessas áreas, experimenta uma estranha sensação de que ele “sempre esteve lá”, sempre se posicionando como uma voz dissonante, como um crítico impertinente. Por isso, embora marginalizada, sua produção inicial mereceu ser reconhecida, ainda que tardiamente, e sua obra madura e mais recente mereceram e merecem o reconhecimento que gozaram e gozam atualmente, diríamos que mereceriam um reconhecimento ainda maior.

O que atesta o fortalecimento de tal reconhecimento, tardio mas merecido, foi a proliferação, nos anos 2000, de traduções de livros de Jacques Rancière cujas primeiras edições haviam sido publicadas ainda nos anos 1970 e 1980. Algumas dessas são: *La leçon d’Althusser* (A lição de Althusser), de 1974, que recebeu uma importante tradução em espanhol em 2014 (RANCIÈRE, 2014); *Le philosophe et ses pauvres* (O filósofo e seus pobres), de 1983, que ganhou uma tradução também para o espanhol em 2013 (RANCIÈRE, 2013); *Le maître ignorant* (O mestre ignorante) (RANCIÈRE, 1987), talvez o livro mais traduzido e conhecido de Rancière, dedicado às ideias do controverso intelectual e pedagogo revolucionário francês Joseph Jacotot (1770-1840), que, após a rara tradução estadunidense de 1991, só teria uma profusão de traduções no início dos anos 2000;³ e, finalmente, sua tese de doutorado, *La nuit des prolétaires* (A noite dos proletários), publicada em 1981, que, depois de uma tradução em português pela Companhia das Letras publicada ainda nos anos 1980 (RANCIÈRE, 1988), hoje bastante rara, recebeu uma ótima tradução da editora portuguesa Antígona, publicada em 2012 (RANCIÈRE, 2012). Essas condições demonstram certa força que ganharam seus escritos primordiais em tempos mais recentes, especialmente na América Latina, constituindo espécie de redescoberta do autor, pelo menos de sua obra mais antiga.

3 A primeira tradução do livro é em inglês e tem como título: *The ignorant schoolmaster: Five Lessons in Intellectual Emancipation*; Kristin Ross, professora da Universidade de Nova Iorque, assina essa edição publicada na Califórnia pela Stanford University Press, em 1991; a edição brasileira tem como título *O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual* e foi traduzida por Lillian do Valle e publicada em Belo Horizonte pela editora Autêntica, em 2002. Outras edições: Alemã: *Der unwissende Lehrmeister*. Wien: Passagen-Verl, 2007; Espanhola: *El maestro ignorante [Texto impreso]: cinco lecciones sobre emancipación intelectual*. 1 ed. Barcelona: Laertes, 2003; Holandesa: *De onwetende meester: vijf lessen over intellectuele emancipatie*. 1e dr / Acco / 2007; Argentina: *El maestro ignorante: cinco lecciones sobre la emancipación intelectual*. 1 ed. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2007; Portuguesa: *O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual*; com tradução de Maria Correia e Revisão Ângela Magalhães, essa edição foi publicada em Mangualde pelas Edições Pedagogo em 2010.

Se sua obra inicial passaria a ser melhor conhecida mundo afora pelas reedições e traduções dos anos 2000 e 2010, sua produção, subsequente àquela, já vinha circulando bem nos anos 1990, inclusive no Brasil, a julgar pelas traduções de *Politiques de l'Écriture*, (Políticas da Escrita), livro traduzido para o português no mesmo ano de sua publicação na França, em 1995 (RANCIÈRE, 1995), *La mésestente*, (O desentendimento), publicado na França em 1995 e traduzido no Brasil no ano seguinte (RANCIÈRE, 1996), e o clássico estudo sobre o que chamou de poética da história, *Les noms de l'histoire* (Os nomes da história), publicado em 1992, traduzido para o português dois anos depois (RANCIÈRE, 1994) e novamente traduzido em 2014 (RANCIÈRE, 2014).

Nos últimos anos, cada novo livro, entrevista, artigo ou capítulo lançado por Jacques Rancière rapidamente passou a circular e ser debatido em diversas partes do mundo, tal como confirmam as cada vez mais disputadas edições de livros, traduções de textos e entrevistas concedidas pelo autor e os cada vez mais numerosos estudos sobre sua obra que são apresentados na academia e fora dela. Atualmente, assistimos a uma verdadeira disseminação de seu pensamento que pode ser conferida não apenas nas traduções de sua obra para diversos idiomas, mas, também, na forma como ele é debatido em diversas áreas de conhecimento como artes, literatura, filosofia, psicologia, história e cinema, com destaque para o campo da educação, dado o enorme alcance obtido pelas ideias de Joseph Jacotot (1770-1840) pela caneta de Rancière, especialmente considerando a ideia de emancipação intelectual, cara aos estudiosos da educação.⁴

Assim, neste clima de descoberta e redescoberta do pensamento de Jacques Rancière, partilhando de uma atmosfera de crescimento de interesse pelo autor em diversas áreas do conhecimento, bastante evidente nos últimos anos, propomos recuperar uma parte menos conhecida e menos traduzida de sua obra. Tratam-se daqueles escritos produzidos, sobretudo, nos anos 1970, 1980 e 1990, três décadas marcadas pelo trânsito do autor entre a filosofia e a história e entre a estética e a política. Esse momento parece fundamental para compreender os rumos que as pesquisas do autor iriam tomar na segunda metade dos anos 1990 e começos dos anos 2000, quando passa a se dedicar mais intensamente ao estudo da política e da estética, porque, como se pode depreender de seus escritos, é possível estabelecer uma ponte que liga suas concepções críticas sobre a história do movimento operário, das filosofias e utopias de emancipação social dos séculos XIX e XX, por ele estudadas nos anos 1970 e 1980, com suas concepções mais recentes sobre estética e política ou sobre igualdade e democracia, especialmente, segundo nossa tese, se considerada a noção de desidentificação. Essa é a proposta do presente estudo. É verdade que o autor passa a fazer um uso mais recorrente da noção de desidentificação a partir de meados dos anos 1990, reservando também, nessa época, críticas a alguns dos mais ilustres historiadores franceses da nova história, mas ela tem um incrível poder de conexão entre os conceitos e noções fundamentais que marcaram sua atividade intelectual, desde o fim dos anos 1960, com noções posteriores e mais recentes, que se tornaram centrais em seu pensamento, tais como desentendimento, partilha do sensível, emancipação (política e intelectual) e igualdade, ou noções que parecem se afirmar ainda mais recentemente como a ideia de desterritorialização da palavra (materializada na territorialização em um espaço-tempo homogêneo) e a ideia de desterritorialização das identidades (materializada na territorialização do Outro).

4 Inclusive, sobre esses temas, acaba de ser publicada a coletânea “Jacques Rancière e a escola: educação, política e emancipação”, organizada por José Sérgio Fonseca de Carvalho e publicada pela editora autêntica (CARVALHO, 2022).

Filosofia e história: identidade e emancipação como vertigem

La leçon d'Althusser (A lição de Althusser), essa coleção de textos críticos ao seu antigo mestre na célebre Escola Normal Superior de Paris, publicada em 1974, é seu “tiro de misericórdia” no marxismo althusseriano. Ela marca também o abandono de Rancière da retórica do sujeito da história que caracterizou a querela entre o cientificismo de Louis Althusser e a história marxista social do britânico John Lewis.⁵ Desde 1972, quando passou a frequentar os arquivos da história do movimento operário francês, Rancière “virou as costas” à filosofia RANCIÈRE, 1997, p. 29), como uma “decisão teórica de abandonar o campo da teoria” (RANCIÈRE, 2011, p. 15-16), e passa a se dedicar quase que exclusivamente aos documentos históricos das revoltas dos operários franceses dos tempos das “religiões utópicas” e dos sonhos de “emancipação política” dos anos 1830 e 1840 e também dos tempos das Revoluções de 1848 e 1971 e dos sindicalistas críticos ou aderentes à social democracia da primeira metade do século XX.

Na metade dos anos 1970, Jacques Rancière passou a divergir do modo como aqueles que disputavam a interpretação da história do movimento operário pensavam a emancipação dos trabalhadores ao instituírem a separação dos sujeitos menos qualificados dos mais qualificados para “fazer história”. Para Rancière, inspirado nos escritos do jovem Marx, isso significava uma espécie de retorno à uma antiga abstração da divisão hierárquica entre trabalho manual e intelectual, pois, para ele, ao contrário das proposições que geraram o contencioso Althusser/Lewis, Marx não opôs a tese boa - as massas fazem história - à tese má - o homem faz a história -, apenas contentou-se em “opor o homem aos indivíduos empíricos”, pois “não é o homem quem faz a história, são os *homens*, quer dizer, os indivíduos concretos, aqueles que produzem seus meios de subsistência, aqueles que lutam a luta de classes” (RANCIÈRE, 1974, p. 26-27).

Assim, o mergulho do autor nos arquivos da história dos trabalhadores do século XIX foi motivado por uma busca de um certo “sujeito operário”, de um “indivíduo concreto”, de uma mentalidade operária ou de classe, uma mentalidade de baixo, circunscrita em uma certa identidade operária. Foi também uma imersão no arquivo operário motivada pela busca de um *ethos* ou de uma cultura “verdadeiramente” operária, uma busca por sujeitos e grupos circunscritos em certa empiria relacionada a movimentos e ideias de emancipação, agentes de revoltas, cenas de revolta, uma busca, enfim, por estudantes e trabalhadores que, tal como no *Maió de 68*, contestaram os patrões, os porta-vozes do sindicalismo e os acadêmicos complacentes com o *status quo*.

Em suas primeiras incursões nos arquivos, parece que Rancière buscava um sujeito “concreto” da história como forma de reação à uma “história sem sujeito” proclamada por Althusser. Primeiramente, ele encontra uma alternativa na história das mentalidades, ainda que com uma certa desconfiança no seu poder “metodológico”: “a história das mentalidades serviu-me, ao mesmo tempo, de modelo e de base”, escreveu Rancière, em 1981, em uma entrevista para o *Le monde*, depois publicada em uma coletânea, em 2009. Entretanto, o autor confessou, nesta mesma entrevista, que, à predileção da história das mentalidades “por longos períodos de história ‘imóvel’”, ele pretendia “opor uma antropologia do combate operário:

5 Trata-se do debate entre John Lewis e Louis Althusser movido pela publicação do texto *The Althusser Case*, no periódico *Marxism Today*, em 1972, em que Lewis critica o “anti humanismo marxista” de Althusser. Em resposta ao filósofo inglês, Althusser publicaria, no ano seguinte, o texto *Réponse a John Lewis* (LEWIS, 1972); (ALTHUSSER, 1973).

das sociabilidades espontâneas aos grandes slogans, do saber manejar uma ferramenta ao saber manejar uma arma”. De qualquer forma, o filósofo lembra que logo se desiluiu: “os panfletos e os jornais operários nos informavam principalmente sobre a imagem que queriam nos dar de si mesmos”, uma imagem diferente da usualmente produzida sobre a identidade e a história dos operários, uma vez que “as práticas de resistência ou de sociabilidade operária só chegaram até nós através das descrições de patrões encurralados ou filantropos fantasiando sobre as promiscuidades da miséria ou as orgias do cabaré” (RANCIÈRE, 2009a, p. 36), ou seja, a palavra operária encontrada por Rancière nos arquivos parecia bem diferente da de seus porta-vozes, quer seja daquela encarnada na imagem formada pela burguesia patronal, quer seja daquela pintada pelas autoridades sindicais ou, em sua época, daquela dos hermeneutas da história do movimento operário, como filósofos, historiadores, intelectuais, numa palavra, uma *intelligentsia* que, como dirá na sua crítica a Althusser, não tratava propriamente do “sujeito da história”, mas da “competência das massas” (RANCIÈRE, 1974, p. 40).

De 1969 a 1974, enquanto cuidava da publicação das fortes críticas ao seu antigo mestre,⁶ Rancière fez importantes incursões nos arquivos da história dos operários franceses. Os trabalhos frutificaram e o autor passou a publicar, nos anos seguintes, uma série de artigos inspirados nos documentos ali encontrados. De 1975 a 1981 - ano em que publica sua tese, *A noite dos proletários*, a grande síntese dos anos de trabalho que lhe renderam, à época, a qualificação, por ele negada, de historiador do movimento operário - Rancière publicará, mais ou menos, uma dezena de artigos voltados à uma reflexão sobre histórias e palavras de operários. (RANCIÈRE, 2009a, p.35).

Em 1976, em parceria com Alain Faure, Rancière publica *La parole ouvrière* (RANCIÈRE; FAURE, 1976), uma coletânea de textos de associações operárias, discursos operários, jornais e panfletos de associações de ajuda mútua ou ligadas ao protesto feminista. Essa coletânea de documentos pretendia “dar o maior alcance” ao que, “entre a revolução de julho de 1830 e o golpe de estado de dezembro de 1851, havia sido escrito em nome da classe trabalhadora” e reunir documentos como “panfletos republicanos”, “manifestos corporativos”, “textos de combate”, “meticulosos regulamentos de associações”, “manifestos socialistas” e “apelos à união das classes” (RANCIÈRE, 2007, p. 340).

As primeiras análises desses documentos foram publicadas já em 1975, no periódico *Les révoltes logiques* (doravante RL), revista do *Centre de Recherche sur les Idéologies de la Révolte* (CRIR), coletivo que Rancière ajudou a fundar em novembro do ano anterior, juntamente com Gèneviève Fraisse (1948) e Jean Borreil (1938-1992).

O primeiro texto publicado no primeiro número do periódico RL foi *En allant à l'expo: l'ouvrier, sa femme et les machines* (A caminho da exposição: o trabalhador, sua esposa e as máquinas). Nesse texto, Rancière e Patrice Vauday - co-autor do artigo - analisam como os operários mecânicos que visitaram a Exposição Universal de 1867 perceberam o modo como aquele “espetáculo do trabalho” criou um mundo

6 Em 1970, aparece discretamente o primeiro texto de crítica aberta de Rancière a Althusser: “Sobre a teoria da ideologia”. Redigido em julho de 1969, o texto recebeu uma versão em espanhol publicada no ano seguinte, na Argentina, com o título *Sobre la teoría de la ideología*, numa coletânea de textos intitulada *Lectura de Althusser* (Ed. Galerna, 1970), para a qual colaboraram Alain Badiou, Saúl Karsz (org.), Emilio de Ipola e Jean Pouillon. Em 1971, saiu uma edição em português do texto publicada pela editora Portucalense, com o título *Sobre a teoria da ideologia – a política de Althusser* (RANCIÈRE, 1971). O artigo só seria publicado na França, em 1973, no n. 27 do periódico *L’homme et la société* (RANCIÈRE, 1973). Essa versão, que se diferenciou das anteriores, segundo Rancière, “apenas por um asterisco”, veio a ser integrada no livro *La leçon d’Althusser* (RANCIÈRE, 1974, p. 227).

em que eles se tornaram estrangeiros a si mesmos ao verem os produtos de seu trabalho serem “expostos como produtos do patrão”. Esses trabalhadores, todavia, não registraram passivamente essa “desposseção”. De acordo com Rancière, “a imoralidade da divisão capitalista do trabalho que fez do operário escravo da máquina suscitou a consciência de classe de uma necessária organização do trabalho pelos próprios operários” (RANCIÈRE; VAUDAY, 1975, p.6-12 passim).

Rancière e os colaboradores do periódico RL interessavam-se, portanto, por essas cenas de revolta. Animado pela força das revoltas do *Maio de 68*, o coletivo buscou uma história da revolta, em certa medida, motivado pela busca de uma cultura ou de uma identidade operária, uma identidade de classe na história das revoltas que se podia verificar nos registros das ações e discursos do movimento operário, dos camponeses, das mulheres e da imprensa feminista. Esses objetivos almejados pela revista e pelo coletivo advinham da própria trajetória intelectual que os fundadores do CRIR - Jacques Rancière, Jean Borreil e Geneviève Fraisse - tinham construído, individualmente e respectivamente, até ali: nos “objetivos” CRIR consta que o coletivo pretendia “desenvolver e comparar várias pesquisas, primeiramente realizadas separadamente, sobre a formação histórica das ideias e práticas de revolta que determinam em nossa sociedade os fundamentos, as regras ou os limites da subversão”, e realizar pesquisas “sobre a história das ideologias da revolta operária, camponesa, nacional (catalã e occitana), bem como o protesto feminista” (BORREIL; FRAISSE; RANCIÈRE, 1975, p.2).

Nos objetivos do CRIR, distinguia-se o estudo ou a leitura da história do movimento operário, almejada pelo coletivo, da forma como a historiografia materialista da época vinha abordando a “materialidade” da história do movimento operário. Para o coletivo, as concepções ortodoxas do materialismo histórico negligenciaram os significados da revolta, especialmente aqueles relacionados “à materialidade das ideologias de revolta, às formas de percepção do intolerável, à circulação de slogans e ideias práticas de revolta, às formas de conhecimento – manual e intelectual – que transformam a ferramenta em arma e o lugar da opressão em lugar de insurreição”. As críticas aos historiadores sociais ficam mais evidentes quando o coletivo os definem como “teóricos da história imóvel”, como produtores de uma história das “grandes regularidades”, de uma história limitada pela “natureza” (BORREIL; FRAISSE; RANCIÈRE, 1975, p.7).

Ao longo da segunda metade da década de 1970, de forma mais intensa, as pesquisas de Rancière e do CRIR voltam-se para cenas de palavra, singularidades, instantes de revolta na história dos operários, dos camponeses e das mulheres, afastando-se da história das mentalidades e reforçando a crítica à dita história imóvel. Notadamente, essas críticas são direcionadas aos *Annales* e às noções de longa duração da história social francesa da época. Entretanto, acompanhando o desenrolar dos debates difundidos no periódico RL, percebe-se que essas críticas são também revisões dos objetivos iniciais do coletivo e, por isso, são parte de uma autocrítica que os leva a questionar o modo como as culturas operárias e as identidades de classe foram tratadas pelos marxistas ortodoxos, pelos estruturalistas ou pelas abordagens de longa duração, pela história das mentalidades e por diversos intérpretes da história operária, pois aquele projeto de concepção e descoberta de um *ethos* operário, que se esperava encontrar respaldo nos arquivos, fora frustrado no encontro com a materialidade e a polifonia dos textos que analisaram, tendo em vista uma abordagem crítica do arquivo.

Rancière não encontrou, pois, uma identidade ou uma unidade cultural no tecido das sociabilidades da classe operária ou nas organizações empenhadas em promover o socialismo utópico: “em vez dessa

unidade cultural”, escreve Rancière, “a investigação primeiro ofereceu duas realidades separadas uma da outra”: por um lado, “a crônica dessas lutas incontáveis”, mas “fechada na particularidade de seus atores”, por outro, a constatação de que havia uma generalidade encontrada nessas “brochuras e jornais operários”, uma “palavra operária” afirmando o que se buscava, isto é, uma identidade operária, mas uma identidade que “dependia da negação da identidade emprestada pelos Outros”. Para Rancière, “os trabalhadores falavam para dizer que não eram aqueles outros, aqueles ‘bárbaros’ que o discurso burguês denunciava”, mas, ao mesmo tempo, sua palavra, “longe de enraizar-se no solo da cultura utópica”, apresentava indiferença a ela ou mesmo a negava (RANCIÈRE, 1981a, p. 4-5).

Escreve Rancière: “o problema é que esse discurso sobre a classe trabalhadora nunca funciona tão bem como na lógica dos outros ou em benefício deles”, quer seja pela operação burguesa de conversão da palavra operária em uma imagem negativa que afirma a incapacidade das massas, quer seja na imagem do discurso utópico ou de emancipação do sindicalismo militante, positivada nas ideias de “amor ao trabalho” e “dignidade operária”, ou, ainda, nas imagens do trabalhador que se orgulha de sua função, apesar da exploração e penosidade que enfrenta. Para Rancière, essas imagens eram construídas por intelectuais e políticos ao redor de um “fantasma insistente”, aquele da “boa identidade e do bom lugar”: “Trabalhadores cuja atividade é trabalhar, proletários cujo dever é combater” e “plebeus cuja natureza é resistir” são apreendidos no discurso de políticos e intelectuais por meio de “homenagens de filósofos à plebe” e do “entusiasmo dos historiadores pelo arquivo oral” ou “pela cultura popular, pelos heróis da França profunda”, no sentido de “fazer falar os mudos”. Entretanto, ao conferirem identidades coletivas, homogêneas ou imóveis, ao buscarem a reabilitação de uma “palavra muda”, os discursos militantes, burgueses, republicanos e eruditos, segundo Rancière, não faziam outra coisa que dizer ao operário: “seja sempre o que você é”, para que “nós possamos permanecer o que somos”. O que Rancière encontrou, afinal, nos arquivos, não foram pessoas “mudas”, mas, ao contrário, “tagarelas”. Enfim, Rancière encontrou palavras que podiam ser entendidas no plano de uma “experiência propriamente filosófica: como viver filosoficamente a condição operária”. Portanto, não era um pensamento restrito ao orgulho de classe - inclusive, poderia ser um pensamento crítico a ele -, mas uma “experiência de uma identidade operária vivida ao modo de uma cisão”, em que a palavra desses operários e sua filosofia sobre a condição operária revelavam situações limites, angústias de sujeitos muitas vezes divididos entre ser ou não ser/aceitar a condição de operário, ou, diante de não se ter escolha, lutar para que a condição de operário seja temporária ou, pelo menos, que não resulte reduzida à pura exploração. Nesse sentido, os arquivos analisados pelo autor lhe permitiram questionar “o caminho supostamente natural da exploração à emancipação que passaria pela ‘tomada de consciência’ e pela apropriação da identidade operária” e encontrar muito mais uma “via da emancipação que passa pela capacidade de tornar-se outro; não pela tomada de consciência, mas pela vertigem, pela perda de identidade” (RANCIÈRE, 1981a, p. 6-7 passim).

Caminhos da noção de desidentificação no pensamento de Jacques Rancière

As pesquisas de Jacques Rancière dos anos 1970 ainda ecoavam em suas novas ideias sobre política, subjetivação e estética apresentadas nos anos 1990. Aparentemente, a primeira vez que o filósofo recorreu à noção de desidentificação foi em 1992: “O que é um processo de subjetivação?” indaga Rancière, ao que imediatamente responde: “é a formação de um que não é um eu mas é a relação de um eu com um

outro”. Em seguida, o filósofo esclarece seu argumento:

Deixe-me demonstrar isso, com respeito a um nome ultrapassado, “o proletário”. Um de seus primeiros usos ocorre na França do século XIX, quando o líder revolucionário Auguste Blanqui foi processado por rebelião. O promotor perguntou-lhe: “Qual é a sua profissão?” Ele respondeu: “Proletário”. Em seguida, o promotor: “Não é uma profissão”. E a resposta de Blanqui foi: “É a profissão da maioria do nosso povo, privada de direitos políticos.” Do ponto de vista da polícia, o promotor estava certo: não é profissão. E, obviamente, Blanqui não era o que se costuma chamar de trabalhador. Mas, do ponto de vista da política, Blanqui estava certo: proletário não era o nome de nenhum grupo social que pudesse ser sociologicamente identificado, é o nome de um pária. Em latim, *proletarii* significava “pessoas prolíficas” - pessoas que fazem filhos, que apenas vivem e se reproduzem sem nome, sem serem contadas como parte da ordem simbólica da cidade. Proletários era, portanto, o nome que convinha aos operários como o nome de um qualquer [ou do qualquer um, como, mais tarde, Rancière irá frequentemente reiterar], o nome do pária: aqueles que não pertencem à ordem das castas, aliás, **aqueles que se comprazem em desfazer essa ordem** (a classe que dissolve as classes, como Marx disse). Dessa forma, um processo de subjetivação é um **processo de desidentificação** ou desclassificação. (RANCIÈRE, 1992, p. 60-61, grifos nossos)

Como vimos, os sujeitos que Rancière encontrou nos arquivos não pareciam formar conjuntos representativos do reconhecimento de uma identidade de classe, geração ou gênero, ou, pelo menos, as ações e discursos desses operários, dessas personagens pinçadas em arquivos pareciam questionar a suposta homogeneidade ou a estrutura duradoura desses conjuntos: “Não estamos interessados em ‘objetos’ mulher, criança, família; interessam-nos os discursos pelos quais eles procuram se identificar, nas imagens que os ‘representantes’ dos trabalhadores formam deles”, disse Rancière em entrevista ao periódico *L’Ane*, em 1981 (RANCIÈRE, 1981b, p. 2). O processo de identificação, conforme a maneira como Rancière o compreendeu desde meados dos anos 1970 até esta que aparentemente fora a primeira menção à palavra desidentificação, já nos anos 1990, não é um processo pelo qual as práticas e os discursos necessariamente correspondem ou necessariamente não correspondem à imagem formada sobre os trabalhadores pela “ciência”, pela filosofia, pelos intelectuais ou pelos “representantes” dos trabalhadores. Por isso, nesses processos de identificação em relação a um referente, considera-se também, ou, no caso de Rancière, principalmente, processos de desidentificação com esse referente, porque interessa a Rancière não apenas “aqueles que não pertencem à ordem das castas”, mas, sobretudo, aqueles “que se comprazem em desfazer essa ordem”, tal como vimos na citação acima.

A segunda ocorrência do termo, de acordo com o que pudemos apurar, é de 1995, podendo ser conferida na primeira edição francesa do livro *O desentendimento: política e filosofia*, e, tal como em sua primeira aparição, é mobilizada para pensar a noção de subjetivação:

Toda subjetivação é uma **desidentificação**, o arrancar à naturalidade de um lugar, a abertura de um espaço de sujeito onde qualquer um pode contar-se porque é o espaço de uma contagem dos incontados, do relacionamento entre uma parcela e uma ausência de parcela. A subjetivação política ‘proletária’, como tentei mostrá-lo em outro local, não é nenhuma forma de ‘cultura’, de *ethos* coletivo que ganharia voz. Ela pressupõe, ao contrário, uma multiplicidade de fraturas que separam os corpos operários de seu *ethos* e da voz que supostamente exprime sua alma, uma multiplicidade de eventos de palavra, quer dizer, de experiências singulares do litígio em torno da palavra e da voz, em torno da partilha do sensível. A ‘tomada de palavra’ não é consciência e expressão de um si mesmo que afirma o

seu próprio. Ela é ocupação do lugar onde o logos define outra natureza que a *phoné*. O animal político moderno é antes de tudo um animal literário, preso no circuito de uma literariedade que desfaz as relações entre a ordem das palavras e a ordem dos corpos que determinavam o lugar de cada um. Uma subjetivação política é o produto dessas linhas de fratura múltiplas pelas quais indivíduos e redes de indivíduos subjetivam a distância entre sua condição de animais dotados de voz e o encontro violento da igualdade do logos. (RANCIÈRE, 1996, p. 48, grifos nossos)

No Prefácio escrito em 2006 para a reedição francesa da Flammarion, de 2007, de *Le philosophe et ses pauvres* (O filósofo e seus pobres), encontraremos mais uma ocorrência da noção de desidentificação, a terceira, portanto. Ao realizar uma análise retrospectiva do livro, Rancière recorre, agora, à noção de desidentificação para sintetizar concepções em torno da identidade, as quais pareciam não estar totalmente contornadas em meados dos anos 1970. Em seus estudos sobre os “caminhos distorcidos da emancipação”, o autor considerou que “a possibilidade de uma palavra própria por parte da comunidade operária passava pela **desidentificação** de um corpo, de uma cultura e de uma identidade operária **dadas**” (RANCIÈRE, 2007, p. V, Grifos nossos). Portanto, para Rancière, tratavam-se de processos de subjetivação da identidade que passavam por processos de desidentificação com o já dado, isto é, processos de desidentificação com “a partilha que reserva para uns as tarefas do pensamento e para outros o trabalho da produção”. A identidade como processo de desidentificação significava “perturbar a partilha das identidades, das fronteiras de classe e saberes” (RANCIÈRE, 2007, p. VI).

A quarta ocorrência da noção de desidentificação aparece no *Posfácio* à reedição de 2007 da coletânea de textos operários, *La parole ouvrière* (A palavra operária), publicada originalmente em 1976. Segundo Rancière, essa reunião de textos não visava “favorecer uma dessas expressões múltiplas e contraditórias, nem apagar o que as formas polidas e racionais desses textos poderiam ter de desconcertante para todos aqueles que buscassem ali o grito selvagem da revolta ou a adequação entre o pensamento de classe e uma ampla visão de emancipação humana”. O autor lembra que, à época, algumas pressuposições animaram o levantamento de tal documentação: “essas múltiplas expressões poderiam ser pensadas como tantas formas de expressar o mesmo pensamento de classe, a mesma atitude de autoafirmação, buscando contrariar este ou aquele aspecto da imagem do trabalhador formada pela burguesia” e que a coletânea estava “ansiosa por quebrar os estereótipos dominantes do pensamento operário”, mas “ainda compartilhava a ideia de uma voz operária forjada nas lutas da oficina, como expressão da mesma atitude de classe”. Escreve Rancière nesse mesmo posfácio: “É esta suposição que o resto do meu próprio trabalho me levou a questionar”, isto é, ele “insistia, ao contrário, na ruptura que separa a palavra operária e toda aderência simples a um *corpus* operário coletivo”, porque “a voz que afirma um sujeito operário supunha todo um **trabalho de desidentificação**, de subtração à uma dada identidade operária”, pressupunha “entrar por transgressão no terreno do pensamento e da fala dos outros” (RANCIÈRE, 2007, p. 340-341 grifos nossos).

Mais uma vez a palavra desidentificação é recorrida, agora em 2009, para pensar a experiência estética e seus efeitos políticos no debate sobre *comunidade estética*, apresentado em um dos capítulos da tradução de Gregory Elliott para a primeira edição em inglês do livro *O espectador emancipado* (RANCIÈRE, 2009b). Nos referimos a este capítulo e a esta edição do livro específicos, porque na edição em francês, que serviu de base para as traduções em português e em espanhol, por exemplo, a palavra desi-

dentificação não aparece no capítulo correspondente.⁷ De qualquer forma, o que está em jogo agora é o problema dos efeitos políticos da experiência estética na obra de Rancière e o modo como o conceito de desidentificação aí se adere. Vejamos como o termo desidentificação aparece nesse texto:

A experiência estética tem um efeito político na medida em que a perda de destino que ela pressupõe perturba a forma como os corpos se ajustam às suas funções e destinos. O que ela produz não é uma persuasão retórica sobre o que deve ser feito. Tampouco é o enquadramento de um corpo coletivo. É uma multiplicação de conexões e desconexões que ressignificam a relação entre os corpos, o mundo em que vivem e a maneira como estão 'equipados' para se adaptar a ele. É uma multiplicidade de dobras e lacunas no tecido da experiência comum que muda a cartografia do perceptível, do pensável e do factível. Como tal, permite novos modos de construção política de objetos comuns e novas possibilidades de enunciação coletiva. No entanto, esse efeito político ocorre sob a condição de uma disjunção original, um efeito original, que é a suspensão de qualquer relação direta entre causa e efeito. A comunidade estética é uma **comunidade de desidentificação**. A comunidade estética é uma comunidade de pessoas desidentificadas. (RANCIÈRE, 2009b, p. 72-73, grifos nossos)

Encontramos, assim, um dos elementos fundamentais do pensamento de Rancière sobre a identidade como processo de identificação e desidentificação: a experiência estética como disjunção da distribuição hierárquica dos destinos e das funções que também passa por um processo de desidentificação, como prática e lógica heterogênea da cultura:

Não eram os operários que promoviam uma cultura operária, popular, ou uma linguagem especificamente operária, pelo contrário, eram essencialmente os operários que buscavam sair de uma certa identidade operária. Lá onde eu procurava um processo de formação de uma identidade, encontrei, ao contrário, **processos de desidentificação**, isto é, as pessoas não falavam uma língua própria dos operários, mas ao contrário, procuravam emprestar a linguagem dos outros, seja para fazer a argumentação, por exemplo, de uma greve, seja para incorporar as palavras, as personagens, as situações da poesia romântica ou as grandes novelas da época romântica. (RANCIÈRE, 2015, p. 188 grifos nossos)

Tendo em vista a noção de desidentificação de Jacques Rancière, nos parece que o estudo das identidades - do passado e do presente - necessita levar em consideração a forma como os atores sociais, em diversas situações de palavra, subvertem os lugares nas hierarquias que os discursos e as representações estabelecem sobre eles. O problema da identidade em Rancière, assim como os problemas relacionados à política e à estética na filosofia, ou à narrativa e às experiências de tempo na história, não podem prescindir do estudo daquilo que, com o autor, podemos denominar de processos de subjetivação como processos de identificação, desidentificação e (re)identificação.

Palavras finais: temporalidades e narrativas desterritorializadas

Nesse esboço do modo como a noção de desidentificação aparece na obra de Jacques Rancière,

7 Em rigor, esse texto é diferente dos demais, isto é, diferente do original e das traduções.

percebemos que ela é mobilizada pelo autor sobretudo para pensar a identidade e a subjetivação. Vimos que o autor considera fundamentalmente os processos de desidentificação para compreender a identidade e a emancipação como vertigem, como perda de identidade, como a capacidade de tornar-se outro. A palavra dos operários estudada por Rancière permitiu-lhe considerar existências anfíbias, pessoas que subverteram os lugares que esperavam que elas devessem ocupar. Por meio do emprego do pensamento, da atividade intelectual noturna, os atores estudados por Rancière subverteram a ordem dos tempos de trabalho, descanso e reprodução, bem como a ordem dos papéis distribuídos hierarquicamente pela antiga fábula dos homens de ouro e dos homens de ferro (RANCIÈRE, 2013, p. 12), fábula que diz que o trabalhador - o homem de ferro - é aquele que não tem tempo porque o trabalho não espera, portanto, não pode ocupar o lugar dos eruditos, dos burgueses, dos intelectuais - os homens de ouro. Rancière nos mostrou que os operários se apropriaram da palavra e do lugar dos outros e inventaram outras experiências de tempo que lhes permitiram “escapar da condição operária sem tirar o avental” (RANCIÈRE, 1978, p. 29).

Vimos também que a noção de desidentificação ajuda a compreender as relações entre política e estética em seu pensamento, especialmente se considerarmos a noção de processo de subjetivação. Remetendo-se a um estudo de Juan Blanco e Lucas Martin sobre a relação entre os pensamentos de Rancière e Paul Ricœur, Frederico Viana Machado analisa a noção de “subjetivação política” nos processos de “partilha do sensível” discutidos por Rancière, esse último, como um conceito que define não apenas os lugares e os modos de participação na ordem hierarquizada, como também o questionamento do erro de contagem na distribuição das partes de um comum partilhado que situa o problema da desigualdade e da igualdade na política.⁸ Segundo Machado, “um processo de subjetivação política compreende a possibilidade de questionar não apenas a conta de cada parte em um sistema partilhado, mas o próprio processo de contar as partes, separando-as hierarquicamente”. Para o autor, na subjetivação política, existe um processo de desidentificação que é sucedido por um processo de reidentificação, mas não como processos distintos e sim numa mesma aparição que, a partir da transcendência por subjetivação da ordem constituída, aparece como desidentificação e, pela novidade que irrompe, aparece como (re)identificação. (MACHADO, 2013, p. 269).

Mas, e em relação à história, de que modo os processos de subjetivação, desidentificação e as condições políticas e estéticas em jogo na partilha do sensível implicam na área da história? Certamente existem diversas formas de analisar os encontros de Rancière com a história e uma pequena parte dessa relação foi aqui resumida, especialmente, ao apresentarmos aspectos de uma longa trajetória, desde suas críticas à ortodoxia marxista, iniciada ainda nos anos 1960, como seus estudos nos arquivos operários que o levaram à crítica da história social dita “imóvel”, nos anos 1970 e 1980, e a uma nova concepção sobre a identidade e a subjetivação, nas décadas seguintes, profundamente relacionada às concepções advindas da análise crítica desse arquivo da história das revoltas e filosofias dos operários. Ainda assim, para adentrar mais à fundo nas incursões do autor nos debates sobre a escrita da história, duas noções nos parecem

8 No livro *A Partilha do Sensível: estética e política*, Rancière define a partilha do sensível como “[...] o sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um comum e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Uma partilha do sensível fixa, portanto, ao mesmo tempo, um comum partilhado e partes exclusivas. Essa repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividade que determina propriamente a maneira como um comum se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha” (RANCIÈRE, 2009c, p. 15, grifos do autor).

centrais: as noções de **tempo** e de **narrativa**. São conceitos importantes, não apenas porque são chaves de compreensão do pensamento do autor no campo da história, mas também, naturalmente, pela centralidade dessas noções nos estudos de teoria da história e história da historiografia.

A reflexão de Rancière sobre o tempo, como vimos, já estava presente nos seus trabalhos dos anos 1970 e 1980 ao demonstrar aí o questionamento das hierarquias por meio do questionamento das fábulas que opunham os homens ilustres e o qualquer um, ou os homens de ação e aqueles que apenas reproduzem a força de trabalho, aqueles fadados a viver a vida ordinária do trabalho e dos dias. É, enfim, uma desidentificação com a ordem hierárquica que estabelece, de um lado, aqueles que não têm tempo, cuja fábula platônica de que “cada um faça seu próprio negócio e desenvolva a virtude de sua condição” institui uma “ordem simbólica de uma cidade que a divindade ordenou, segundo a justiça” colocar “ferro na alma daqueles trabalhadores, os que proveem a necessidade da comunidade”, e, de outro lado, “ouro na dos guardiães que a dirigem a seu fim” (RANCIÈRE, 2013, p. 12).

Rancière nos apresenta, ainda em seus primeiros escritos, essas cenas de desidentificação com a ordem temporal da fábula platônica; cenas pelas quais visualizamos certos atores, que supostamente não tinham tempo, encontrarem meios para promover a subversão dessa ordem temporal e a “ruptura da semelhança entre os operários e o ‘seu’ tempo, o tempo do ciclo ordinário do tempo, o ciclo do dia consagrado ao trabalho e da noite consagrada ao repouso, impedindo os trabalhadores de fazer, em termos platônicos, outra coisa senão se ocupar de seus afazeres” (RANCIÈRE, 2011, p. 48). Eram experiências novas de tempo em que trabalhadores se ocupavam na produção de uma imprensa operária ou de associações operárias e de ajuda mútua, ou, ainda, ocupavam o tempo após o trabalho frequentando o teatro, mergulhando na filosofia ou na boemia literária daquelas noites roubadas ao tempo destinado ao sono de repouso do trabalhador.

Portanto, o questionamento dessa ordem temporal hierárquica passa por um processo de desidentificação com um tempo homogêneo. Ao subverter essa ordem, os atores estudados por Rancière reinventaram outras experiências de tempo. É esse debate que leva o autor a conceber a crítica à “teoria homogênea e unitária de temporalidade histórica que fundou e marcou a moderna racionalidade histórica a partir dos *Annales*” (SALOMON, 2018, p. 321). Para Marlon Salomon, na introdução para uma entrevista realizada com Rancière em 2018, “foi, de certa forma, contra esse princípio epistêmico homogeneizador do tempo histórico e contra suas implicações que ele [Rancière] foi levado a forjar uma concepção pluralista de temporalidade e a pensar a histórica como multiplicidade temporal” (SALOMON, 2018, p. 322). É nesse sentido que Rancière apresenta sua crítica ao temor do “pecado dos pecados” do historiador segundo Lucien Febvre: o anacronismo. Para ele, o questionamento a respeito da crença ou descrença de Rabelais apresentado por Febvre para pensar o anacronismo acaba levando o grande historiador francês a produzir uma concepção homogeneizante de tempo. Rancière acolhe positivamente o que chama de anacronia: “uma anacronia é uma palavra, um acontecimento, uma sequência significativa saídos do ‘seu’ tempo, dotados de capacidade de definir direcionamentos temporais inéditos, de garantir o salto ou a conexão de uma linha de temporalidade com uma outra”. Em Rancière, as concepções de tempo homogêneas que marcaram em grande medida os historiadores da nova história são contrapostas pela ideia de que “é através desses direcionamentos, desses saltos, dessas conexões que existe um poder de ‘fazer’ a história. A multiplicidade das linhas de temporalidades dos sentidos mesmo de tempo incluídos em um ‘mesmo’ tempo é a condição do agir histórico” (RANCIÈRE, 2011, p. 49).

No que diz respeito ao problema da narrativa, uma vez mais as críticas de Jacques Rancière são direcionadas à nova história. A história da era democrática, do tempo das massas, em que esse poder de “fazer a história” é estendido ao “qualquer um”, desse tempo da papelada dos anônimos que invade a es-
crivaninha dos reis e dos embaixadores, esse tempo, afinal, da “tagarelice invasora dos pobres” fez com que a nova história - de Michelet a Braudel - tivesse de lidar com o excesso de palavra realizando uma espécie de territorialização da palavra por meio de um “triplo contrato narrativo, científico e político” que a “consciência histórica moderna violou com sucesso sob o signo da ‘cientifização’ da história” (WHITE, 1994). Essas questões são apresentadas sobretudo no livro *Os nomes da história*, ainda em 1992 (RANCIÈRE, 2014). Como a recepção do livro tivesse sido “um tanto áspera” entre os historiadores e provocado até mesmo “reações hostis”, como disse Arlete Farge em resenha para o livro publicada no periódico *Critique* (FARGE, 1997), talvez uma voz contemporânea ao livro como a desta grande historiadora seja o mais adequado para resumir o modo como Jacques Rancière se debruçou também sobre os paradoxos da história. Aliás, uma história da recepção desse livro seria de grande valia, o que justifica uma citação - coisa não recomendável - na parte conclusiva de um texto que, como esse, já se alonga em demasia, mas que, aqui, como uma pequena amostra das condições da recepção do livro, talvez seja algo válido. Nesse livro, segundo Farge,

[...] o autor interroga-se, em suma, sobre a forma como a história (enquanto disciplina), a nova história, querendo distanciar-se da velha história e buscando o terreno hegemônico da certeza científica, substituiu os acontecimentos pelos fatos. Durante muito tempo descritiva, apegada às causalidades e sucessões de acontecimentos que se podia enumerar sem receio, criticada por isso, a história decidiu dar um passo além, fabricando a narrativa – dita científica – do conjunto da realidade humana “na rede das suas correlações”. Assim, a demografia, as análises seriais, os estudos quantitativos podiam eliminar do fraseado tradicional dos historiadores os romances ruins que escreviam ao narrarem os acontecimentos com demasiada proximidade, ou seja, sem determinação do que julgam ser o conjunto das identidades e dos fatos sociais totais, os quais constituem a matéria mesma da humanidade, como se faz hoje. Desta forma, a história tornou-se ciência do social e a idade das massas pôde ser interpretada, enunciada, posta em palavras segundo regras e procedimentos literários que lhe atribuíam o estatuto de “ciência” (são essas regras e procedimentos que o autor nomeia poética).

A partir daí, pensa Jacques Rancière, a história “perde” o acontecimento, e a preocupação de *Os Nomes da história* será com o que solidariza, de um lado, os seres falantes e os acontecimentos de palavra, de outro, discursos ilegítimos e inaudíveis. A questão torna-se: “O que é uma ciência que se ocupa de seres falantes e de acontecimentos que ocorrem com esses seres falantes?” Fazendo a história dos anônimos, a disciplina e seus grandes autores não teriam simplesmente deixado a história muda? No seu ateliê, o historiador não teria, com suas novas narrativas, tratado a palavra dos outros fazendo com que se calasse, falado dos acontecimentos transformando-os em não-acontecimentos? [...] Doravante, eles são acusados de anular determinado tipo de verdade, de excluir as figuras da alteridade e de não prezarem o excesso de palavras ou do discurso, ou ainda no melhor dos casos, ignorando o sentido que nelas se expressa. O mesmo ocorrendo com a história dos pobres, engolida pela história seriada das vidas anônimas: “o historiador, escreve Rancière, as faz calar tornando-as visíveis”; o paradoxo é demolidor. (FARGE, 1997, p. 461-462)

Rancière, portanto, promoveu e promove a acolhida das experiências de tempo múltiplo como reação a uma concepção de tempo homogêneo, assim como acolheu e acolhe a alteridade, a desidentificação, a subjetivação e as ações e palavras fora de um lugar ou de um contexto dados, como uma forma de reação à territorialização e a ordenação hierárquica das palavras, das coisas e dos seres falantes. Juntamente com outras noções fundamentais do autor, como a de desentendimento, partilha do sensível ou de regime

estético, por exemplo, a noção de desidentificação também nos parece contribuir para a compreensão das ideias do autor, no conjunto, como reação, de um lado, à uma “territorialização do sentido” (FARGE, 1997, p. 463) e à uma territorialização da palavra operadas por uma “geo-história do espaços-tempos da vida material”, como diz Rancière e, de outro, à uma “territorialização do Outro” operada, também na pena do autor, por uma “etno-história das mentalidades” (RANCIÈRE, 2014, p. 115). Essas abordagens históricas, afinal, se voltam, ao contrário de Rancière, às estruturas e aos contextos, enquanto que este último promove a necessária consideração das singularidades e das conjunturas e a busca por uma espécie de desterritorialização da narrativa.

Referências bibliográficas:

ALTHUSSER, Louis. **Réponse à John Lewis**. Paris: François Maspero, 1973.

ALTHUSSER, Louis; RANCIÈRE, Jacques; MACHEREY, Pierre. **Ler o capital**. (Vol. 1). Tradução: Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

BORREIL, Jean; FRAISSE, Geneviève; RANCIÈRE, Jacques. **Définition des objectifs et projets de recherches pour l'année 1975**. Centre de Recherche sur l'Idéologie de la Révolte, 1975. Editions Horlieu, p. 2. Disponível em: <file:///C:/Users/ferna/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/cap%C3%ADtulo%20ranci%C3%A8re/le-centre-de-recherche-sur-les-ideologies-de-la-revolte.pdf>. Acesso em: 10/11/2022.

CARVALHO, José Sérgio Fonseca de (Org.). **Jacques Rancière e a escola: educação, política e emancipação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

FARGE, Arlette. L'histoire comme avènement. **Critique**, jun./jul., n. 601-602, p. 461-466, 1997.

LEWIS, John. The Althusser Case. Part 1. Marxist Humanism. **Marxism Today**. London: CPGB, Jan., p. 23-28, 1972.

LONGMAN, Gabriela.; VIANA, Diego. Partilha do sensível: a associação entre arte e política segundo o filósofo Jacques Rancière. Jacques Rancière - Entrevista. Fotos: Ilana Lichtenstein. **Cult** - Revista Brasileira de Cultura. São Paulo: Editora Bregantini, n. 139, Ano 12, p. 17-23, set., 2009.

MACHADO, Frederico Viana. Subjetivação política e identidade: contribuições de Jacques Rancière para a psicologia política. **Psicologia Política**. v.13, n. 27, p. 261-280, São Paulo, ago., 2013.

RANCIÈRE, Jacques. **A noite dos proletários: arquivos do sonho operário**. Tradução: Marilda Pedreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

RANCIÈRE, Jacques. **A noite dos proletários: arquivos do sonho operário**. Tradução: Luís Leitão. Lisboa: Antígona, 2012.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**. Tradução: Mônica Costa Netto. São Paulo: Ed. 34, 2009c.

RANCIÈRE, Jacques. **El filósofo y sus pobres**. Tradução: Marie Bardet e Nathalie Goldwaser. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento; Buenos Aires: INADI, 2013.

RANCIÈRE, Jacques. Prefacio. In: RANCIÈRE, Jacques. **El filósofo y sus pobres**. Tradução: Marie Bardet e Nathalie Goldwaser. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento; Buenos Aires: INADI, 2013, p. 11-19.

RANCIÈRE, Jacques. Et tant pis pour les gens fatigués. In: RANCIÈRE, Jacques. **Et tant pis pour les gens fatigués**. Entretiens. Paris: Éditions Amsterdam, 2009a.

RANCIÈRE, Jacques. Révoltes logiques: La Contre-histoire. **L'Ane**, n. 1, 1981b. Disponível em: horlieu-editions.com/introuvables/les-revoltes-logiques/entretien-l-ane.pdf Acesso em 22/11/2022.

- RANCIÈRE, Jacques. **La Lección de Althusser**. Tradução: Augustina Blanco. CABA: Libros del Zorzal, 2014.
- RANCIÈRE, Jacques. **La leçon d'Althusser**. Paris, Editions Gallimard, 1974.
- RANCIÈRE, Jacques.; FAURE, Alain. **La parole ouvrière**. Textes choisis et présentés par Alain Faure e Jacques Rancière. Paris: La Fabrique Éditions, 2007.
- RANCIÈRE, Jacques. Postface. In: RANCIÈRE, Jacques.; FAURE, Alain. **La parole ouvrière**. Textes choisis et présentés par Alain Faure et Jacques Rancière. Paris: La Fabrique Éditions, 2007.
- RANCIÈRE, Jacques. Préface. In: RANCIÈRE, Jacques. **Le philosophe et ses pauvres**. Paris: Flammarion, 2007.
- RANCIÈRE, Jacques; VAUDAY, Patrice. En allant à l'expo: l'ouvrier, sa femme et les machines. **Les révoltes logiques**, n. 1, Hiver, 1975.
- RANCIÈRE, Jacques. Le bon temps ou la barrière des plaisirs. **Les Révoltes Logiques**. n. 7, 2ème trimestre, 1978.
- RANCIÈRE, Jacques. Le prolétaire et son double *ou* le philosophe inconnu. **Les révoltes logiques**, n. 13, 1ère trimestre, 1981a.
- RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**: política e filosofia. Tradução Ângela Leite Lopes. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- RANCIÈRE, Jacques. **O mestre ignorante**: cinco lições sobre a emancipação intelectual. Tradução: Lílian do Valle. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- RANCIÈRE, Jacques. Politics, Identification and Subjectivization. **October**, v. I. 61, The Identity in Question. Summer, 1992.
- RANCIÈRE, Jacques. **Os nomes da história**: Ensaio de Poética do Saber. Tradução Eduardo Guimarães, Eni Pulcinelli Orlandi. São Paulo: EDUC/Pontes, 1994.
- RANCIÈRE, Jacques. **Os nomes da história**: ensaio de poética do saber. Tradução: Mariana Exalar. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- RANCIÈRE, Jacques. **Políticas da escrita**. Tradução: Raquel Ramallete. São Paulo: Ed. 34, 1995.
- RANCIÈRE, Jacques. L'excès des mots: pratiques de désidentification et logiques hétérogènes de la culture. Entretien avec Jacques Rancière réalisé par Maria-Benedita Basto et José Neves. **Práticas da História** – Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past. v. 1 (1), p.184-214, 2015.
- RANCIÈRE, Jacques. Democracy means equality. Interview Jacques Rancière. **Radical Philosophy**. N. 82, mar. abr., 1997.
- RANCIÈRE, Jacques. Sobre la teoría de la ideología (La política de Althusser). In: KARSZ, Saul *et al.* **Lectura de Althusser**. Buenos Aires: Editorial Galerna, 1970, p. 319-357.
- RANCIÈRE, Jacques. **Sobre a teoria da ideologia**: a política de Althusser. Porto: Portucalense, 1971.
- RANCIÈRE, Jacques. Sur la théorie de l'idéologie - politique d'althusser. **L'Homme et la société**, n. 27, p. 31-61, 1973.
- RANCIÈRE, Jacques. Aesthetic separation, aesthetic community. In: Rancière, J. **The emancipated spectator**. London; New York: Verso, p. 51-82, 2009b.
- RANCIÈRE, Jacques. **The ignorant schoolmaster**: Five Lessons in Intellectual Emancipation. Tradução: Kristin Ross. Stanford, California: Stanford University Press, 1991.
- SOULIÉ, Charles. Uma tentativa de democratização universitária na França: história da universidade de Paris VIII Vincennes (1968-1980). Tradução: Fernando Coelho, revisão técnica Ione Ribeiro Valle. **Revis-**

A OPOSIÇÃO ÀS POLÍTICAS DE COTAS RACIAIS POR HISTORIADORES (AS) NO BRASIL (2006 A 2016)¹

FLORIZA BEATRIZ DE SENA PAULA

Mestranda em História (UFOP)
floriza.paula@aluno.ufop.edu.br

Por que devemos falar sobre ações afirmativas no formato de cotas raciais no ensino superior?

Para que possamos falar sobre ações afirmativas voltadas para a população negra no Brasil, é preciso que entendamos o lugar do racismo na nossa sociedade. Para pensarmos essa questão de forma mais didática, podemos analisar o polêmico artigo escrito por Antonio Risério (2022) na Folha de S. Paulo. Intitulado por *Racismo de negros contra brancos ganha força com identitarismo*, o autor traz ao subtítulo que “Sob o discurso antirracista, o racismo negro se manifesta por organizações supremacistas.” Pensemos então de início na sugestão do autor da existência de um racismo “reverso”. O que tem por trás da ideia de Risério sobre um “neorracismo identitário”?

Zilda Martins (2018) em *Cotas raciais e o discurso da mídia um estudo sobre a construção do dissenso* é um interessante ponto de partida para rebatermos esse des-serviço do autor. Martins em seu livro analisa o discurso de verdade da mídia brasileira ao se reportar a temas delicados, como racismo e políticas de cotas raciais. Em seu trabalho, é trazido o curioso fato de que para algumas conveniências de divulgação não é necessário trazer o debate racial por poder gerar divisões abruptas na sociedade, portanto desigualdade. Porém, ao mesmo tempo, a mesma mídia se reporta ao social impregnada de uma imagem estereotipada do negro, produzindo *exclusão social*. Em média, a imagem vendida é a do negro *enquanto ladrão ou suspeito*. (MARTINS, 2018, p. 27)

Para essa pesquisa, Zilda Martins analisa três jornais impressos e o que trazem sobre Ações afirmativas ou Cotas Raciais, sendo eles O Globo, Folha e O Dia, em seus editoriais, colunas, cartas e artigos. O desfecho da pesquisa mostra o superficial quantitativo de publicações sobre os temas de cotas e ações afirmativas em detrimento dos diversos assuntos trabalhados, “O que se evidencia é um desejo de manter a sociedade crente em uma suposta harmonia nas relações raciais”. (MARTINS, 2018, p. 152)

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

E essa harmonia entre as raças é o primeiro desmonte de Risério, este que reconhece a desarmonia, cuja violência é gerada pelo negro suspeito. Diferente de alguns reacionários às cotas², o autor tanto reconhece a raça como um marcador social, como, mais uma vez na história, usa do negro para demonstrar parâmetros de incivilidade - contra esse, contra aquele... Alguns dos letrados responsáveis pela escrita da História do Brasil já esbarravam em tais erros, como bem trouxe Clóvis Moura

A história, nesse contexto escravista, escrita por historiógrafos ou intelectuais ideológica ou economicamente subordinados aos seus interesses e valores, tinha de refletir os interesses dominantes, isto é, os valores que representavam os interesses dos senhores de escravos. Isto equivale a dizer que refletiam os valores racistas desses senhores e justificadores da escravidão. (MOURA, 1990, p. 31)

Marcello Assunção (2022) revisita “As injustiças de Clio: o negro na historiografia brasileira”, de Clóvis Moura (1990), e apresenta esta grande figura que fora um *historiador da práxis negra*, que faz uma *genealogia do racismo antinegro no âmbito da História*.

Ou seja, mídia comunicacional e compêndios sobre a História do Brasil que deveriam circular a diversidade e a pluralidade estavam em peso convenientes com a escravidão, esta que perdurou por quase quatrocentos anos.

No fundo a pergunta fundamental de Clóvis em *As Injustiças de Clio* é: o que fazem os historiadores brancos quando fazem história? Esta leitura racial do cânone historiográfico não detinha ainda um lugar quando olhamos para o contexto em que nasce essa obra. Os pioneiros no campo da história da historiografia não detinham ainda um olhar (é ainda hoje não o têm) tão apurado para as questões raciais, como pode ser aferido em José Honório Rodrigues, Amaral Lapa, Nilo Odália, Manoel Luiz Salgado. Mesmo que estes analisassem esporadicamente o “racismo”, este não era um critério fundamental em suas análises do cânone. (ASSUNÇÃO, 2022, p. 239)

Sendo assim, podemos concordar com Risério que quaisquer tipo de violência seja inaceitável. O *racismo é inaceitável em qualquer circunstância*. Mas podemos avançar no debate, pois é preciso nos desvencilharmos de *tropos* antigos e ainda muito vivos nas aparições públicas sobre a questão racial brasileira. A postagem de Risério feita na mesma Folha de análise de Martins é bastante sugestiva para refutarmos uma suposta supremacia racial negra, ideológica.

Não podemos falar de um neoracismo identitário negro a partir da publicação do autor por falta de quantitativo, para apontarmos organizações supremacistas teríamos que apresentar mais e estatisticamente. Mas por quê mais uma vez na história trazer o negro como suspeito? Por que viabilizar tal narrativa? E não é pela falta de poder institucional que isso é um erro, como aponta o autor, não é pela opressão.

2 A exemplo da iniciativa da carta pública “Todos têm Direitos Iguais na República” (2006), entregue ao Congresso Nacional em 2006 por Bila Sorj, José Carlos Miranda e Yvonne Maggie, cujos signatários são críticos à racialização em curso, acreditando assim assumirem a real posição anti-racista. Eles se colocam contrários à necessidade de racialização. Esse documento tem sido fonte primária na presente pesquisa em curso, juntamente ao manifesto à favor das cotas raciais.

Esse fato é exposto por Tatiana Dias Silva (2019) que traz em seu artigo a situação educacional do negro no que tange o acesso à educação formal e alfabetização, almejando uma administração pública com menos desigualdades raciais.

A autora traz questionamentos de 1986 para com a não universalização do acesso e sucesso às primeiras etapas do ensino básico, o que em 2019 já possui um cenário bem mais otimista. Porém, no que tange o acesso ao ensino superior, não temos tais bons resultados: “[...] é impressionante que o desafio da alfabetização e das desigualdades raciais no sucesso escolar estejam ainda tão presentes no Brasil.” (SILVA, 2019, p. 164) A frequência líquida no ensino superior em 2015 era de negros, 12,5%; brancos, 25%. Já a frequência líquida no ensino superior em 2001 era de negros, 3,2%; brancos, 14,1%.

Já no que tange o analfabetismo, a taxa reduziu nos últimos anos mas em uma variação entre negros, brancos e taxa total “Passou-se de um contingente de 15,5% da população para 8% nesse interstício.” (SILVA, 2019, p. 167). Mais adiante é trazido que

Se, em 1995, a taxa de analfabetismo entre os negros era 2,5 vezes a taxa entre a população branca, essa razão, em 20 anos, regrediu apenas 0,3 pontos. [...] Em 2012, a taxa de analfabetismo era de 1,2% para os negros e 0,5% para os brancos de 15 a 17 anos. Entre os jovens de 25 a 29 anos, ainda tínhamos 3,8% analfabetos entre os negros e 1,5% entre os brancos (SILVA, 2019, p. 168).

Dessa forma, vistas as desigualdades educacionais apesar dos avanços, Tatiana Silva sugere uma mudança para além de setorial, mas institucional em prol de uma sociedade menos desigual racialmente.

De certo as mídias didático-comunicacionais são um emblemático setor para intensificar o debate e avançar em questões já superadas pela historiografia, por exemplo, devendo romper com lógicas como de racismo reverso, pois tal violência não seria fenômeno amplo e de regra. O trabalho de base urgente deve ser em prol de retirar o negro do lugar comum de suspeito, não anulando violências que possam atravessar indivíduos, pois todos somos sujeitos de agência na história e devemos ser assim enxergados e julgados se necessário. O debate poderia estar sendo encaminhado aos rumos educacionais em sua essência, rumo à uma educação transgressora³. Pois com todos acessando o ensino básico e superior e se formado com sucesso, na idade adequada, crendo na educação multicultural como prática libertária.

Quando em sua análise da mídia impressa Zilda Martins (2018, p. 161) percebe uma fronteira discursiva no que diz respeito às cotas sociais em substituição às cotas raciais, a mesma percebe um eufemismo para não se debater com seriedade a importância das cotas raciais. Percebo, nessa medida, semelhança no tom da conversa levantada por Risério. O autor não é delicado com as palavras, nem se quer ser, porém o mesmo oculta uma realidade maior. Podemos debater raça? Podemos. Devemos partir de lugares já superados pela historiografia? Não. O opressor que atravesse um negro ou branco ou indígena deve ser judicialmente penalizado, mas não serão casos isolados como os apresentados por Risério que irão se fazer pelo todo, tornando uma supremacia. Isso não é científico. Enquanto a exclusão numérica for uma realidade não podemos falar de supremacia ou neoracismo identitário por parte de povos negros.

3 A questão da educação transgressora é muito bem abordada por Bell Hooks (2013).

O negro que historiograficamente fora oprimido e retirado da história sempre contou sua história aos seus modos e canais de divulgação possíveis, e hoje acessa lugares institucionais basilares. E esse projeto de luta e sobrevivência não deve ser avaliado como supremacia, muito menos avaliado com casos isolados, que mais uma vez concordo que qualquer tipo de violência deva ser inaceitável. Porém é um eufemismo da parte de Risério, um desvencilho à causa tratar casos isolados como uma causa maior, pelo menos ao meu ver não é científico.

Sobre as cotas raciais no ensino superior, manifestaram-se

Inicialmente, o presente artigo se debruça sobre a positividade do discurso histórico contrário às cotas raciais no ensino superior no Brasil a partir do estudo do Manifesto contra as cotas raciais assinado por 114 signatários (as), sendo 37 destes (as) historiadores (as), em 2006⁴, e publicizado por alguns destes à época e posteriormente. Neste, argumentam veemente em oposição à aprovação dos projetos de lei PL 731999 e PL 3.1982000 sobre cotas e igualdade racial, na ocasião em processo final de votação no Congresso Nacional. O documento foi movido por personalidades tais como Lilia Katri Moritz Schwarcz, Antônio Carlos Jucá de Sampaio, Cláudia Wasserman e Manolo Florentino, por exemplo, que trazem no início do texto de 30 de maio de 2006, enviado ao Congresso Nacional, seus deputados e senadores:

O princípio da igualdade política e jurídica dos cidadãos é um fundamento essencial da República e um dos alicerces sobre o qual repousa a Constituição brasileira. Este princípio encontra-se ameaçado de extinção por diversos dispositivos dos projetos de lei de Cotas PL 731999 e do Estatuto da Igualdade Racial PL 3.1982000 que logo serão submetidos a uma decisão final no Congresso Nacional. O projeto de lei de cotas torna compulsória a reserva de vagas para negros e indígenas nas instituições federais de ensino superior. O chamado Estatuto da Igualdade Racial implanta uma classificação racial oficial dos cidadãos brasileiros, estabelece cotas raciais no serviço público e cria privilégios nas relações comerciais com o poder público para empresas privadas que utilizem cotas raciais na contratação de funcionários. Se forem aprovados, a nação brasileira passará a definir os direitos das pessoas com base na tonalidade da sua pele, pela raça. A história já condenou dolorosamente estas tentativas (A ÍNTEGRA..., 2006).⁵

Nesse quesito, nota-se uma refutação das cotas raciais por parte dos signatários por implantarem, em suas perspectivas, uma *classificação racial* que, ao que tudo indica, não haveria ou não deveria haver entre a população brasileira, bem como também criaria privilégios. No entanto, logo no início do Estatuto da Igualdade Racial (2010), tem-se que o mesmo *Dispõe sobre a instituição do Estatuto da Igualdade Racial, em defesa dos que sofrem preconceito ou discriminação em função de sua etnia, raça e/ou cor*. Nesse impasse, umas das possibilidades de leitura do documento remeteria à percepção de certa distorção dos (as) respectivos (as) signatários (as) no que tange a história da nação brasileira duramente racializada numa dinâmica de disputa sem equidade, não havendo privilégios no mesmo jogo de ação do fenômeno

4 Levantamento feito pela pesquisa em curso que logo será divulgada com a finalização da dissertação.

5 O manifesto pode ser consultado no site da UOL, em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/a-integra-do-manifesto-contra-as-cotas-raciais/>>

do racismo.

Desde que o Brasil é Brasil (Ilha de Vera Cruz, Terra Nova, Terra dos Papagaios, etc), a *nação brasileira define os direitos das pessoas com base na tonalidade da sua pele, pela raça*. E para com a questão da representação racial e da disputa de polarização extrema colonial, Stuart Hall (2016) em *Cultura e representação*, analisa a categoria de *diferença* dentro da teoria linguística, na qual cultura está em constante diálogo com o uso da linguagem, produzindo significados relacionais.

Ou seja, o autor traz que os debates sobre a “diferença” e o “outro” são diversos, principalmente pelo caráter *ambivalente* destes lugares discursivos. Nesse sentido, torna-se salutar evidenciar alguns traços do pensamento de Hall para questionar a igualdade a que os (as) signatários (as) do manifesto estariam se referindo. E por mais que o autor venha de outra realidade cultural e epistêmica - jamaicana/britânica e de Oxford, por exemplo - suas análises se fazem emergentes para o respectivo caso das cotas raciais no âmbito de análise do discurso.

Ao manifesto, evento de análise primária do artigo, a marcação racial levantada pelas políticas de cotas raciais visariam por uma afronta ao cenário nacional brasileiro, cuja Constituição prezaria pela igualdade plena de Direitos - e aqui tensiona-se tal aplicabilidade. A história do Brasil enquanto nação se forjou em diversos âmbitos, sendo estes desde a interferência de naturalistas estrangeiros que adentravam no todo espacial a estudiosos do biológico que, juntos, estudavam a relação entre lugar e povo físicos. Bem como pensadores que, também, a exemplo de Von Martius (1956)⁶, aliavam suas leituras do contexto histórico-social para relacionar os aspectos tidos por naturais, culturais e da mentalidade dessa formação da identidade - nacio-racial - brasileira.

Pois bem, nesse aspecto a história do Brasil vinha afunilando-se - na verdade sendo moída, misturada e apagada. *Como se deve escrever a história do Brasil?* Questionou Martius e o mesmo respondeu que para que o aspecto racial de formação fosse o mais filantrópico possível, sendo de “vontade da Providência” esta mescla, “o quadro de uma vida orgânica” (VON MARTIUS, 1956, p. 443).

Em prol da igualdade e mescla positiva entre as três raças, sendo elas *a de côr de cobro ou americana, a branca ou caucasiana, e enfim a preta ou etiópica*. (MARTIUS, 1956, p. 442). Von Martius foi bastante pretensioso ao trazer a raça branca como motor privilegiado com garantias morais e físicas de influenciar no desenvolvimento comum das três raças, bem como gerir os projetos úteis para o futuro do Brasil.

Assim, Von Martius propõe uma forma de unir diferentes conjunturas históricas, sem por exemplo possuir formação de historiador, mas a sua lição geral sobre Brasil contribuiu sistematicamente para o pensamento racial à época e às gerações posteriores e atuais. E ora vibrando em aparente preocupação por unir todas as raças no desenvolvimento físico, moral e civil com a sutileza discursiva de valoração das suas respectivas particularidades, as mesmas características eram minuciosamente menosprezadas ao se referir aos indígenas e negros.

Nessa dimensão, Lélia Gonzalez no texto *A democracia racial: uma militância* (2018), republicação de uma entrevista de 1985, chama a atenção para estratégias de construção da identidade nacional hege-

6 O texto de Martius foi publicado na revista do IHGB em 1844 e utilizamos a republicação editada por Rodrigues em 1956.

mônicas que recuperavam miticamente elementos, a exemplo do índio, bem como se faz ao caso do negro - estes com papéis meramente figurativos na escrita dessa história.

Hall (2016) chama a atenção para tais perigos da ambivalência com relação à diferença do “outro”, na qual um fascínio pela alteridade e pelo espetáculo do “outro”, pela performatização híbrida tendenciosa ao negativo desse outro não original, a representação da “diferença” relaciona-se com as questões de poder de forma necessária e perigosa, podendo ser tanto um espaço de percepção subjetiva e de produção de significados quanto de hostilidade e agressões.

Nesse conjunto de sobreposições de significados, as políticas da história do branqueamento e da miscigenação positivada arquivaram-se na estrutura do imaginário social, a partir da consignação de signos tais como o da metáfora do rio de Martius, por exemplo:

o sangue português, em um poderoso rio deverá absorver pequenos afluentes das raças Índia e etiópica. Em a classe baixa tem lugar esta mescla, e como em todos os países se formam as classes superiores dos elementos das inferiores, e por meio delas se vivificam e fortalecem, assim se prepara atualmente na última classe da população brasileira essa mescla de raças, que daí a séculos influirá poderosamente sobre as classes elevadas, e lhes comunicará aquela atividade histórica para a qual o Império do Brasil é chamado. (MARTIUS, 1956, p. 443)

Bem como Von Martius houve vários outros autores e estudiosos do assunto que à época repercutiram no campo historiográfico de modo a fortaleceram todo um conjunto apriorístico de realidade das coisas como tal no contemporâneo.

Os enunciados históricos e historiográficos no tocante à formação e “estabilidade” racial foram bastante sedimentados para maiores clarezas de produção e estrutura formal, promovidos por práticas discursivas por parte do autor enunciante pouco abertas de fato para a analítica de vida do “outro”. E a ambivalência do tema se faz perigosa ao possuir logo em seus primórdios de fundamentação noções de classes superiores e inferiores, na qual uma destas teria a força mestra de tutelar o desenrolar da mescla racial.

Considerações Finais

A proposta parte da pesquisa de mestrado ainda em andamento através do PPG em História da Universidade Federal de Ouro Preto. Ao encaminhar alguns significados de reverberação historiográfica sobre o discurso de oposição às cotas, pretendeu-se contribuir para desmobilizar parte desse discurso ainda recorrente na historiografia e na sociedade contemporânea, cuja positividade orientou os (as) signatários (as) do manifesto contra as cotas em 2006.

Sob a luz do artigo de Riserio na Folha (2022), buscou-se viabilizar e incitar uma maior prática e pensamentos transcódificados, ao que sugere Stuart Hall (2016, p. 211) para com produção e reformulação dos significados: “a tomada de um significado existente e sua colagem em um novo significado [...]”. Mas somente a parte que for possível, visto que o espetáculo do “outro” se mantém e manterá ocidentalizado pela ambivalência entre positivar ou negativar.

Suscita-se com a intenção do artigo em potencializar a utilidade pública das políticas de cotas raciais para inserção da população negra brasileira no ensino superior, bem como mercado de trabalho e demais espaços prestigiados, de modo a intencionalmente propor uma inversão aos estereótipos propostos pela norma. E que a inversão seja, sobretudo, extra-acadêmica, que aja no popular, no público, no substancial e operacional da coisa e das “coisas ditas”.

Referências bibliográficas:

A ÍNTEGRA do manifesto contra as cotas raciais. **UOL**, 4 de julho de 2006 às 15:59. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/a-integra-do-manifesto-contra-as-cotas-raciais/>>. Acesso em: 24 de maio de 2023.

ASSUNÇÃO, Marcello. F. M. . As injustiças de Clio revisitado: Clóvis Moura e a crítica da branquitude no campo historiográfico. **História da historiografia**, v. 15, p. 231-252, 2022.

BRASIL, Lei 12.288/10. **Estatuto da Igualdade Racial**. Brasília, DF: Presidência da República, 2010.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**. São Paulo: Ed. Filhos da África, 2018.

HALL, Stuart. O espetáculo do “outro”. *In*: HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016, p. 139-238.

HOOKS, Bell *et al.* **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

MARTINS, Zilda. **Cotas raciais e o discurso da mídia: um estudo sobre a construção do dissenso**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2018.

MOURA, Clóvis. **As injustiças de Clio: o negro na historiografia brasileira**. Oficina de livros, 1990.

RISÉRIO, Antonio. Racismo de negros contra brancos ganha força com identitarismo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2022. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2022/01/racismo-de-negros-contra-brancos-ganha-forca-com-identitarismo.shtml>>. Acesso em: 24 de maio de 2023.

SILVA, Tatiana. População negra, educação e mudança institucional. **Revista ABPN**, v. 11, p. 163-175, 2019.

VON MARTIUS, Karl Friedrich. Como se deve escrever a História do Brasil. Editado e comentado: José Honório Rodrigues. **Revista de História de América**, n. 42, p. 433-458, 1956.

A TRAJETÓRIA DE CAROLINA MARIA DE JESUS EM SÃO PAULO, 1937-1960: NOTAS SOBRE A CONSTRUÇÃO DE UMA PESQUISA

TATIANE PEREIRA NEVES

Mestranda em História (UNESP)

t.neves@unesp.br

Introdução

Este texto tem como propósito demonstrar a construção da pesquisa de mestrado que, neste momento, é desenvolvida no Programa de Pós-graduação em História da UNESP, campus de Franca, em fase de estruturação da dissertação. Ao longo desta exposição, falaremos do objeto de estudo, o livro *Quarto de Despejo: o diário de uma favelada*, faremos uma análise acerca das condições de escrita da escritora, Carolina Maria de Jesus, enquanto uma mulher negra e migrante que se torna moradora da favela do Canindé, em São Paulo. À luz desta análise será demonstrado o aporte teórico-metodológico utilizado no desenvolvimento deste projeto e sua ligação com os caminhos percorridos até o presente momento.

Como ponto de partida, o objetivo central do projeto de mestrado *Negra, migrante e infiltrada na "literatura": a trajetória de Carolina de Jesus em São Paulo, 1937-1960*, é analisar a trajetória de Carolina Maria de Jesus em São Paulo, desde o ano de sua chegada em 1937, até o ano de publicação de sua obra de maior sucesso, *Quarto de Despejo: o diário de uma favelada*, no ano de 1960. Para essa análise, utilizamos os estudos de gênero, à crítica feminista decolonial e a História Intelectual para refletirmos acerca da trajetória da escritora. A começar, sua obra é um compilado de relatos que nos possibilitam a compreensão e articulação de processos sociais complexos, a partir da vivência prática de Carolina, uma mulher pobre e negra, que publica uma obra que afronta os cânones literários vigentes, evidenciando as contradições e desigualdades guardadas no seio do processo de industrialização e urbanização da cidade de São Paulo.

Além da denúncia social contida em sua obra e a exposição latente das dinâmicas reveladas em sua vivência na favela do Canindé, Carolina utilizava a escrita como um refúgio para transpor seus sentimentos, indignações, dores e sonhos, na cidade de São Paulo. Sua prática de leitura e escrita foram ferramentas fundamentais para a transcendência dos dias da fome, dos conflitos e da solidão. Carolina, nascida em Sacramento, Minas Gerais, neta de ex escravizado e mãe solteira, desde cedo sentia na pele os impactos causados pelo processo de abolição da escravidão (STORI, 2020, p. 20). Desse modo, de família humilde, Carolina desde cedo trabalhava com a mãe

na roça, estudou apenas até o segundo ano do primário e, posteriormente, trabalhou como empregada doméstica. No ano de 1937 migra para São Paulo em busca de melhores condições de vida, entretanto, com as reformas urbanas da época, passa a morar na favela do Canindé, às margens do rio Tietê. (GONÇALVES, 2014, p. 23)

Carolina enquanto intérprete de São Paulo

Quando a autora se estabelece em São Paulo, a cidade havia passado por várias reformas urbanas advindas da década de 1930, de modo que as favelas paulistanas começam a se formar na dialética do processo de industrialização desigual e exploratório das classes mais baixas, uma vez que com a cidade em expansão, a especulação imobiliária promoveu a valorização de terrenos próximos às regiões centrais, onde havia uma maior oferta de emprego e de serviços básicos como água, luz, esgoto e eletricidade, muito diferente das regiões periféricas, afastadas e carentes. (SOUZA, 2016, p. 57)

É neste cenário que Carolina começa a relatar, no ano de 1955, suas interpretações acerca das dinâmicas da cidade grande e os designa como “Meu estranho diário”. A autora, que se sustentava como catadora de papel, desabafa sobre os percalços aos quais está submetida, como a fome. Seus escritos, em imagens literárias, nos declaram as contradições e desigualdades do desenvolvimento da cidade, além de evidenciar a invisibilidade que as favelas apresentam naquele contexto.

Estes escritos, mais tarde, por intermédio do jornalista Audálio Dantas¹, que por acaso estava fazendo uma matéria na favela do Canindé e conhece Carolina, viriam a ser publicados em sua primeira obra, Quarto de Despejo, nos anos 1960. Após sua publicação, a obra vendeu cerca de 10 mil² exemplares já na primeira semana. Uma das formas de se pensar em como este projeto foi construído foi adentrarmos a obra para observar os sentidos e experiências de Carolina, juntamente com seus três filhos na favela e as representações que a escritora faz acerca do espaço (centro/periferia) e dos sujeitos com que se relaciona, homens, mulheres, migrantes, políticos, religiosos, instituições públicas, vizinhos etc.

Carolina, desde que se estabeleceu em São Paulo, acompanhou o bojo das mudanças da cidade, inclusive, o processo de favelização latente, sendo assim, a autora observa, relata e possui suas próprias interpretações acerca de todos esses processos, como podemos ver nas seguintes passagens emblemá-

1 “O jornalista Audálio Dantas foi quem “descobriu” Carolina de Jesus ao escrever uma matéria sobre a expansão da favela do Canindé que, em meados dos anos 1960, foi desocupada para que fosse construída a Marginal Tietê. Ao conversar com os moradores, o jornalista conheceu a escritora que lhe mostrou, em seu barraco, uma coleção de cerca de 20 cadernos, recolhidos do lixo, nos quais ela registrava o seu cotidiano. Dantas convenceu a editora Francisco Alves a publicar os diários de Carolina de Jesus sob o título Quarto de despejo, referência ao modo como a escritora percebia a favela em oposição à cidade: “Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludo, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo.” (CAROLINA... 2005). Para detalhes e informações biográficas recomendo a página: <http://www.labjor.unicamp.br/patrimonio/materia.php?id=110?>

2 Como podemos ler em “Patrimônio: Revista Eletrônica do Iphan:” O jornalista Audálio Dantas convenceu a editora Francisco Alves a publicar os diários de Carolina e como resultado “Quarto de despejo tornou-se um sucesso editorial, sendo traduzido em treze línguas e mais de quarenta países, vendendo cerca de um milhão de cópias em todo o mundo. Os registros diários de Carolina de Jesus iniciaram-se em 15 de julho de 1955, sendo interrompidos em 28 de julho do mesmo ano e retomados apenas em 2 de maio de 1958. O livro se encerra com um registro feito no dia 1.o. de janeiro de 1960. Mas nem o formato de diário nem a descontinuidade cronológica prejudicam a estrutura narrativa” (CAROLINA... 2005).

ticas de seus livros *Quarto de Despejo* e *Casa de alvenaria*³, livro publicado em 1961, que retrata as suas novas condições de vida após o sucesso de *Quarto de Despejo*. “Eu classifico São Paulo assim: O Palácio, é a sala de visita. A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos.” (JESUS, 1997, p. 32) ou em:

Em 1948, quando começaram a demolir as casas térreas para construir os edifícios, nós, os pobres que residíamos nas habitações coletivas, fomos despejados e ficamos residindo debaixo das pontes. É por isso que eu denomino que a favela é o quarto de despejo de uma cidade. Nós, os pobres, somos os trastes velhos. (JESUS, 1997, p. 170)

Essas frases demonstram a própria reflexão e consciência de Carolina sobre a divisão da cidade, pensando no centro como uma casa luxuosa, enquanto a periferia como os depósitos onde se jogam os lixos.

Afronta aos cânones literários e diálogos com a bibliografia

Ao analisarmos *Quarto de despejo: o diário de uma favelada* e o demarcarmos como objeto de estudo, torna-se pertinente mergulharmos nas impressões de Carolina sobre o mundo à sua volta, em que uma mulher semianalfabeta ganha notoriedade mundial após a publicação de sua obra. A bibliografia utilizada na construção da pesquisa nos ajuda a compreender o percurso da vida de Carolina até ela se tornar uma escritora de sucesso e, a partir disso, questionar como tal sucesso modificou (ou não) sua classe social, suas condições e acessos à sociedade, além de claro, refletirmos acerca de questões ligadas ao gênero e à raça.

Introduzir os trabalhos da historiadora Maria da Glória de Oliveira⁴ em nossa bibliografia e percurso de investigação é de suma importância, uma vez que, a História Intelectual e a Literária, pouco falaram sobre o gênero ou os incluiu como uma categoria útil de análise ao longo dos anos. Dessa forma, trabalhos de autoria feminina foram colocados, historicamente, em uma condição marginal e periférica, longe dos cânones literários. Maria da Glória observa a inserção tímida da produção intelectual feminina, que nos anos 1990 foi muito pautada nos estudos literários, onde intelectuais como Heloísa Buarque de Holanda

3 “Mesmo com dificuldades, a escritora ainda publicou, no Brasil, os livros *Casa de alvenaria* (1961), *Provérbios* (1963) e *Pedaços da fome* (1963) e *Diário de Bitita* (publicação póstuma, 1982). O historiador José Carlos Sebe Bom Meihy, durante a sua pesquisa para o livro *Cinderela negra: a saga de Carolina Maria de Jesus* (escrito em parceria com o historiador norte-americano Robert Levine), localizou, junto à família da escritora, uma caixa com trinta e sete cadernos que trazem poemas, contos, quatro romances e três peças de teatro. Para o historiador, esse acervo revela que os diários que fizeram Carolina Maria de Jesus ficar famosa no mundo inteiro, não representam nem de leve a essência da obra da escritora: “estamos em face de um caso único na história da cultura popular nacional, onde, na favela, uma autora semi-alfabetizada produziu uma obra que, segundo o impulso inicialmente dado, seria uma promessa de renovação de nossos critérios de definição cultural”. (CAROLINA... 2005)

4 Maria da Glória Oliveira é professora de História da Historiografia, Teoria e Metodologia da História, do Departamento de História e Relações Internacionais/UFRRJ e professora do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em História (PPHR/UFRRJ) e do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória/UFRRJ). Publicou nos últimos anos dois textos que tiveram bastante repercussão, *Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia* (2018) e *A História disciplinada e seus “outros”: reflexões sobre as (in)utilidades de uma categoria* (2019), propondo reflexões acerca da história da historiografia a partir de perspectivas feministas decoloniais. Ver: CAIXETA, CALDEIRA, 2019.

e a Lúcia do Nascimento, realizaram um levantamento sobre mulheres que escreveram sobre Literatura e Artes ao longo de 1860 a 1991.

Este fato se encontra diretamente ligado com a minha pesquisa, pois o meu objeto de estudo é um livro literário, escrito por uma mulher pobre e negra, Carolina Maria de Jesus, que nos anos 1960, vende de forma significativa diversos exemplares, todavia, em partes, este feito não coloca a obra e nem a autora dentro dos principais cânones literários e/ou em um lugar de prestígio, pois como observa Maria da Glória, os cânones sempre foram muito delimitados e ligados a uma mesma lógica de perfil, de homem branco, letrado e de classe abastada, sendo estes requisitos necessários para escrever e a alcançar prestígio social, embora, ironicamente, a obra de Carolina tenha afrontado os grandes cânones com a sua potencialidade. Além do mais, a autora por vezes ainda é colocada dentro de uma caixa ligada à sua condição e à sua baixa escolaridade, onde sua escrita e seu enquadramento crítico estético são reavaliados.

Maria da Glória aponta uma maior visibilidade da produção intelectual feminina a partir dos anos 1970, fato decorrente das influências das teorias feministas em vigor, que começam a questionar a crítica literária feminina e a legitimidade dos cânones que definem o que pode ou não ser considerado literário. A obra *Quarto de Despejo*, embora tenha sido silenciada e deixada de lado pela Literatura, este fato se choca diretamente com a visibilidade e sucesso estrondoso no Brasil e em diversos países ao redor do mundo. Sendo assim, é importante perceber o gênero como um elemento estruturante das relações de poder, justamente com os marcadores de raça e classe, mesmo que estes tenham sido considerados irrelevantes em algumas operações historiográficas.

Além dos caminhos elucidados até aqui, é interessante examinarmos como Carolina foi uma crítica política e social do seu tempo e como se deu a sua própria identificação como uma mulher negra e migrante, recém chegada em São Paulo, como foi recebida pelas dinâmicas sociais e culturais da metrópole e como a própria Carolina interpretou em sua obra. A autora não utilizava a escrita apenas como uma forma de denúncia, mas como um refúgio, um espaço de memória dos dias.

Para Patrícia Hill Collins (2016), pensadora presente em nossa bibliografia, mulheres negras ao vivenciarem, ao longo da vida, tanta repressão racial, se mostraram resistentes, ao passo que cultivaram uma consciência autodefinida e coletiva, ou seja, conseguiram transcender ao confinamento que lhes é imposto por conta das opressões sofridas, como de raça, classe, gênero e sexualidade.

Ainda utilizando os estudos de Collins (2016), o conceito de *outsider within* ajudou este trabalho a averiguar o lugar ocupado por mulheres negras em espaços de poder e o sentimento constante de “não pertencimento” que, inclusive, acompanhou grande parte da trajetória de Carolina. Essa discussão é importante para olharmos para a escrita das mulheres, assim, buscamos compreender as experiências de gênero e de raça em sua construção de escrita e subjetividade. A ampliação do termo de Collins se soma e corresponde à vida de Carolina, que não faz parte do meio (alguns locais da cidade/ser consagrada enquanto escritora), mas o frequenta com uma visão externa, inclusive, em sua viagem pela América Latina, onde se interessa por ter contato com o que está para além do que é visível para uma turista e tem consciência do valor sobre o seu olhar pelos ambientes, pois possui uma perspectiva distinta.

Enquanto intelectual, perscruta com curiosidade os territórios vizinhos e elabora reflexões sobre a realidade e potencialidade de cada país por onde passou em cotejo com aspectos do próprio país (LEAL,

2022). Desse modo, utilizando os estudos de Collins (2016) e aprofundando ainda mais às questões que tangem a transcendência de mulheres negras em seus próprios imaginários, Carolina, em seu livro *Quarto de Despejo*, é uma ativista e como outras mulheres negras, transcende sua própria experiência cotidiana da opressão da raça, da classe, do gênero e passou a imaginar outras referências e reivindicá-las através da escrita (STORI, 2020, p. 67).

Por fim, por conta da obra e objeto deste estudo ter uma proximidade tão grande com o contexto histórico em que a própria autora estava inserida, bem como todos os complexos movimentos econômicos, sociais e culturais da cidade de São Paulo, nos torna possível adotarmos como aporte teórico a obra *A invenção do cotidiano*, de Michel de Certeau (1998). Buscamos, assim, refletir acerca desses processos transitórios, que ocorriam em um grande centro urbano como São Paulo e como os sujeitos instalados não eram apenas meros reprodutores de discursos dominantes, mas agentes, como Carolina, que reinterpretam esses discursos e utilizam deles em seu cotidiano. No mais, utilizar desse estudo de Certeau, trata-se de refletirmos sobre as práticas ordinárias, aproximando-se dos “modos de fazer” de pessoas comuns, mas de forma atenta às diversas maneiras pelas quais fazem uso de regras e convenções impostas por uma ordem social e economicamente dominante. Para isto, o autor escolhe para análise campos corriqueiros como de ação: a língua, o espaço, a crença, entre outros. Desse modo, trata-se de caminhar pela cidade como um modo de “praticar espaço” e apropriar-se do espaço urbano, mesmo que isto não tivesse sido previsto pelos campos urbanísticos (PEREIRA, MACHINI, 2016, p. 1), da mesma maneira que Carolina perpassou os diversos espaços da cidade de São Paulo e utilizava do espaço, embora este espaço não o tenha sido planejado para inseri-la em suas dinâmicas.

A construção desse projeto com base nesses trabalhos e interligando-os à temática exposta, nos possibilitou um grande aprofundamento em questões que tangem o objeto de estudo, de modo que, conforme o projeto continue caminhando, será de grande valia para obter resultados concisos.

Conclusões e possíveis caminhos para a pesquisa

A possibilidade de desenvolver a presente pesquisa e análise proporcionou o levantamento bibliográfico referente ao tema, o aprofundamento de trabalhos fundamentais e a ampliação de fontes secundárias. Até o momento, embora a investigação continue em andamento, nos fica claro, com base no referencial teórico, que a História Intelectual, a História da Historiografia e a Literária, por vezes silenciaram trabalhos de autoria feminina e receberam pouco valor agregado ao longo dos anos. Para além disso, a pesquisa pôde caminhar para o aprofundamento e conclusão de que a ausência de questionamentos sobre o gênero dominante na Historiografia nacional pode ter sido um fator crucial para a naturalização de determinadas exclusões no que diz respeito à memória intelectual feminina.

Desse modo, com este entendimento, os próximos passos para esta dissertação em desenvolvimento será dividi-la em três etapas específicas: a começar pela investigação de como se deu a inserção de Carolina e seus filhos na favela do Canindé, neste primeiro momento, daremos atenção especial à construção dos personagens do círculo familiar e afetivo da autora; em segundo momento, apresentaremos os personagens utilizando os vislumbres de Carolina acerca de seus vizinhos, os políticos da época, as entidades religiosas e as instituições públicas; e, por fim, problematizamos como Carolina interpretou a

metrópole e como esta a recebeu e como recebia os diversos migrantes que chegavam em busca de melhores condições de vida e acabam indo morar em regiões periféricas. Para além disso, aprofundaremos, como Carolina foi recebida e inserida (ou não) nas dinâmicas sociais e culturais da cidade de São Paulo.

Portanto, este trabalho teve como ponto de partida explicar questões a serem debatidas e que foram latentes na construção do projeto, porém que se encontram ainda em perspectiva de aprofundamento, juntamente com os próximos passos no que tange à escritura da dissertação futura. Embora sejam poucas as conclusões concisas, o projeto visará colher, ao longo do tempo, maiores resultados.

Referências Bibliográficas:

CAIXETA, Laura Jamal; CALDEIRA, Henrique Rodrigues. Entrevista com Maria da Glória Oliveira. **Temporalidades**. Belo Horizonte, v. 11, n. 3, p. 507-515, set./dez. 2019.

CAROLINA de Jesus. **Patrimônio: Revista Eletrônica do Iphan**, n. 2, nov./dez. 2005. Disponível em: <http://www.labjor.unicamp.br/patrimonio/materia.php?id=110>. Acesso em 23 maio 2023.

COLLINS, Patricia Hill. **Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro**. Tradução de Juliana de Castro Galvão. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00099.pdf>. Acesso em 16 dez. 2022.

DE CERTEAU, MICHEL. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. Petrópolis. Editora: VOZES, 1998, v. 1.

GONÇALVES, Marco A. **Um mundo feito de papel: sofrimento e estetização da vida (os diários de Carolina Maria de Jesus)**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, Ano 20, n. 42, p.21-47, jul/dez.2014.

JESUS, Carolina Maria de. **Casa de alvenaria: Diário de uma ex-favelada**. São Paulo: Francisco Alves, 1961.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo: diário de uma favelada**. 8ª edição. São Paulo: editora Ática. 1997.

LEAL, Marcelle. Deslocamentos: Carolina Maria de Jesus em viagem pela América Latina. **Revista Brasileira de Literatura Comparada**, v. 24, n. 45, p. 17-30, jan. 2022.

OLIVEIRA, Maria da G. de. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à História da historiografia. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 11, n. 28, p. 104-140, 8 dez. 2018.

PEREIRA, Bruno Ribeiro; MACHINI, Mariana Luiza Fiocco. “A invenção do cotidiano”. **Enciclopédia de Antropologia**. São Paulo. Disponível em: <https://ea.fflch.usp.br/obra/invencao-do-cotidiano> Acessado em: 16 dez. 2022.

SOUZA, Alessandra A. de. **Do quarto de despejo à sala de visita: experiência e narrativa nos diários de Carolina Maria de Jesus (1955-1961)**. 2016. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

STORI, Jessica B. **“Quando infiltrei na Literatura eu não previa o pranto”**: a memória e a escrita de Carolina Maria de Jesus. 2020. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

ANARQUISMO E HISTÓRIA: RECEPÇÃO DO HISTORICISMO ALEMÃO DO FIM DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX POR MAX NETTLAU

RICARDO LENARD

Doutorando em História (UFG)
ricardolenard@hotmail.com

Introdução

O agir humano dá um salto qualitativo quando se relaciona por princípio consciente com as orientações históricas. Nesta interação, o indivíduo se torna senhor de si e racionaliza sua práxis. Ora, se este processo está associado a orientação histórica e se dentre a multiplicidade de formas de produzir História uma conscientemente prevalece, então o papel da História, sua produção e operações elementares ganham papel primordial na compreensão do agir humano. Daí o sentido de certas ações humanas passarem a ser inteligíveis em sua totalidade somente quando se evidencia também o feixe de relações históricas ali presente.

Nisto reside o objetivo de evidenciar as referências elementares da produção histórica ácrata do fim do século XIX e início do XX a partir das narrativas do historiador do movimento anarquista internacional daquele período, o austríaco Max Nettlau. Para isto averiguar-se-á como Nettlau se aproxima do historicismo alemão em cada operação da consciência histórica apresentada por Jorn Rüsen. O propósito servirá a outra pesquisa maior, a de escrutinar o projeto de renovação da cultura proposto por Max Nettlau.

Este ácrata, cujo nome completo é Max Heinrich Hermann Reinhardt Nettlau, nasceu em Neuwaldegg, Viena, Áustria. Ele cursou filosofia pela Universidade de Berlim em 1882/84; realizou estudos complementares na Universidade de Viena, em 1884, e na Universidade de Londres, em 1885; doutorou-se pela Universidade de Leipzig na Alemanha em 1887 sobre línguas celtas.

Sua produção é relativamente ampla e envolve diferentes formas de narrativa. Nettlau escreveu livros sobre a história do anarquismo, como o *Geschichte der Anarchie*, biografias sobre anarquistas como, por exemplo, Mikhail Bakunin, Errico Malatesta, Élisée Reclus e uma autobiografia não publicada; Escreveu também artigos para periódicos como, por exemplo, *La Revista Blanca* (Espanha), *Freiheit* (Alemanha), *La Protesta* (Argentina), *Revue i10* (Holanda).¹ Reuniu um acervo enorme com fontes do

¹ Walter Benjamin também publicava nesta última revista. Ele inclusive trocou cartas com Nettlau.

movimento libertário que, posteriormente, constituiu parte do acervo do *International Institute of Social History* (IISH). Participou, curiosamente, da Colônia terapêutica de Ascona, em 1899, onde teve contato com Max Weber (os dois trocaram cartas).

A qualidade de sua produção historiográfica de Nettlau foi reconhecida pelo movimento anarquista de diversos países e pelos principais anarquistas de sua época. Entre os vários comentários, pode-se mencionar os de: Edgar Leuenroth, Emma Goldman, Federica Montseny, Frank Mintz, Luce Fabbri, Rudolf Rocker.² Daniel Guérin o cita como um dos importantes estudiosos sobre Bakunin.

Este conjunto de manifestações de reconhecimento do potencial qualitativo da produção de Nettlau é signo não só da disseminação de sua obra no movimento anarquista internacional, como também do acolhimento internacional de sua obra. Nettlau, neste sentido, ocupou a posição de agente tacitamente responsável por produzir as orientações históricas para o agir anarquista internacional. Ele, portanto, não deve ser entendido como um caso isolado, mas sim como uma engrenagem preciosa para a articulação internacional do movimento anarquista durante o período.

Esta relação entre Nettlau e a História impõe questões relativamente simples sobre qual seria a forma de produzir história que mais contribuiu para o desenvolvimento da historiografia do linguista ácrata? Quais seriam os historiadores mais presentes na produção historiográfica de Nettlau? Daí que surge a principal dúvida que orienta este trabalho: quais foram as inspirações para as operações da consciência histórica de Nettlau? Por enquanto só será possível responder parcialmente tal questão, apontando alguns de seus principais referenciais teóricos e os comparando.

A resolução para estes problemas foi formulada em decorrência de uma série de associações. A primeira delas foi quando se observou o contexto histórico das universidades em que o anarquista austríaco estudou. Ali foi o epicentro de um movimento conhecido como historicismo. A segunda relação surgiu da análise inicial das fontes, cujo resultado foi o encontro de fontes que se articulavam com o historicismo. A terceira associação foi possível pela percepção de características similares da escrita alemã historicista do período com a produção de Nettlau, que já havia sido estudada no curso de mestrado, porém por outras perspectivas. Deste conjunto de três associações deduziu-se que a principal referência de Nettlau foi o historicismo alemão do século XIX e início do XX.

Tal dedução foi analisada dividida em algumas etapas de verificação da pertinência: 1 – formação intelectual: com ênfase na formação acadêmica; 2 – citações: neste eixo considerar-se-á tanto as realizadas pelo linguista, quanto as citações de autores do historicismo; 3 – produção historiográfica: aqui se analisará pela divisão das operações da consciência histórica elaborada por Rüsen em sua trilogia *Teoria da História*. Neste sentido, avaliará as aproximações de Nettlau com o historicismo alemão na pragmática (mediação entre conteúdo empírico e significado), sistemática (organização da experiência histórica), metodologia (procedimentos da pesquisa) e tópica (escrita da pesquisa). Serão analisados apenas alguns aspectos encontrados de afinidade entre Nettlau e o historicismo alemão.

2 Ver: *Living my life* de Goldman; *Qué es el anarquismo* de Montseny; *La libertad entre la historia y la Utopiade* Fabbri e; *Anarco sindicalismo* de Rocker. As citações destas menções serão feitas desta forma, devido a imensa quantidade de edições informais – inclusive esta pesquisa acessou somente essas.

Esta investigação será realizada com o auxílio de duas grandes fontes. A primeira será a *La Revista Blanca* (LRB), periódico anarquista espanhol que durou entre os períodos de 1898 e 1905 e também entre 1923 e 1936. Coordenado pela família Federica Monteseny, Federico Urales e Teresa Mañe, a revista possuiu, em seu auge, entre 6 mil a 8 mil exemplares e circulou em vários países, por exemplo, da África, América do Sul, América do Norte e da Europa.

A segunda fonte será a coleção disponibilizada pelo IISH de Max Nettlau, o *Max Nettlau Papers*. Esta é composta por autobiografias, cartas, diários, fichamentos de cursos ou de leituras, manuscritos, recortes de textos considerados importantes. No desenvolvimento desta pesquisa, será utilizado sobretudo a autobiografia de Nettlau, que seria, caso fosse publicada, chamada de “*Memoirs*”. A parte desse manuscrito que será explorado é o *Studenten Jahre*, o qual anarquista desenvolverá sobre o período que se dedicou aos estudos de filologia nas universidades alemãs até chegar ao seu doutorado.

Esta pesquisa frequentemente se depara com algumas dificuldades na sua execução. Inicialmente, pode-se mencionar a escassez de escritos especificamente sobre Nettlau. Outra carência é sobre as associações entre anarquismo e historicismo. Uma terceira dificuldade trata-se da leitura das fontes, sobretudo o *Max Nettlau Papers*. Este conjunto de manuscritos se encontra em língua alemã e a letra dificulta a legibilidade, portanto, trata-se de uma leitura lenta.

Para concluir as dificuldades, Max Nettlau apresenta sua concepção de história apenas de forma indireta (historiograficamente). Estevão Martins (2002) considera isso como característica própria da escrita do historicismo. Daí, inclusive, a tentativa de evidenciar as relações entre Nettlau e o historicismo por meio de diários e fichamentos. Aqui, sintomaticamente, já se encontra a primeira associação de Nettlau com a escola alemã do século XIX e XX.

Cumprindo ainda complementar com alguns apontamentos sobre o desenrolar deste trabalho. Primeiramente, as relações entre Nettlau e historicismo alemão foram descobertas recentemente, portanto, ainda se trata de algo bem incipiente. Esta investigação inicial força o tratamento de forma muito ampla e geral do historicismo, em seu conjunto. Isto é, não será comparado minuciosamente os autores que se vincularam a essa escola ampla e muitas vezes multívoca, por vezes até antagônica.

Como este trabalho possui uma ênfase bem delimitada do historicismo que será comparado com Nettlau, apresenta-se a seguinte definição:

Entende-se por “historicismo” a época do desenvolvimento da ciência histórica, na qual esta se constituiu, como ciência humana compreensiva, sob a forma de uma especialidade acadêmica. Cronologicamente essa época se situa no século XIX e, embora seus principais representantes sejam historiadores alemães (Niebuhr, Ranke, Droysen, Mommsen), não se deve esquecer de que se trata de um fenômeno de história da ciência e da inteligência que abrangeu toda a Europa. (MARTINS, 2002, p. 2)

Mesmo considerando a inexistência de textos que aproximem anarquismo e historicismo, ainda assim foi possível encontrar auxílio em alguns textos. As interpretações tanto sobre o historicismo, quanto sobre seus intelectuais foram fundamentais para desenvolver esta pesquisa. Destas, as de Dilthey, Meinecke

e Rüsen contribuíram para compreender aspectos gerais do movimento alemão. Ainda neste conjunto, as leituras sobre alguns autores como as de Avelar, Bentivoglio, Silva e White contribuíram para, em determinados momentos, o ato comparativo ganhar adquirir valor mais individualizado e preciso. Já a de Bentivoglio permitiu que se tomasse conta da amplitude da produtividade do movimento e dos temas abarcados. Outro conjunto de texto utilizado para efeito comparativo foram os publicados pelos próprios integrantes do movimento, sobretudo os de Ranke. Por fim, utilizou-se de suporte o texto especificamente sobre Nettlau elaborado pelo anarquista alemão Rudolf Rocker. Neste o anarquista germânico realiza uma biografia de Nettlau e de seus trabalhos. Sintomaticamente, esta pesquisa não se encontra completamente desamparada, embora haja escassez de trabalhos.

Nettlau e o historicismo de outras épocas

Nettlau foi um leitor assíduo de autores que Meinecke (1982) considerou como parte da gênese do historicismo. Nettlau adotou a estratégia de implementar uma concepção de cultura de Voltaire, filósofo cujo número de citações é relativamente alto em Nettlau. O linguista austríaco foi um profundo admirador das obras de Johann Herder e Wilhelm Humboldt (ROCKER, 1950) e os citam frequentemente. Há também seus fichamentos e recortes das obras de Goethe no *Max Nettlau Papers*.

Formação

Uma das primeiras questões que se abrem quando se deseja abordar sobre recepção de uma ideia trata da formação intelectual do agente analisado. Em Nettlau, esta é um dos primeiros indícios da relação entre o austríaco e o historicismo alemão. Isto se deve, pois Nettlau se formou onde estavam, conforme Martins (2002), os principais representantes do historicismo. A análise detalhada de seu período acadêmico pelo escrutínio das fontes sobre o período “*Studentejahre*” disponibilizadas pelo IISH.

Cumprir dizer que a formação em linguística se associa ao historicismo. O movimento se relaciona com a filologia sobretudo quanto a formação de procedimentos de análise das fontes primárias, conforme demonstra Dilthey (2008). Além disso, Bentivoglio (2010) demonstra também como linguistas publicavam na revista *Historische Zeitschrift*, onde predominava a matriz historicista.

A primeira fonte considerada será a tese de doutorado de Nettlau, a *Beiträge zur cymrischen grammatik*, principalmente a parte a qual ele dá informações sobre o período de estudo, a *Vita*. Nele, o austríaco afirma ter estudado com figuras como: o historiador especialista em estudos russos e professor da Universidade de Heidelberg, Alexander Brückner; O professor da universidade de Berlin, Julius Hoffory; o orientalista e biógrafo de Budha, Hermann Oldenber; o professor da Universidade de Berlin e autor de livros sobre a história do vocalismo indo-germânico Johannes Schmit; o sinólogo e orientalista Wilhelm Schott; o amigo de Stuart Mill, historiador e indólogo, Albrecht Weber. Em Leipzig, com August Leskien. Ainda é possível encontrar os fichamentos dos estudos do historiador anarquista sobre muito destes autores. Chama a atenção a quantidade orientalistas e como isto se desdobrou em uma perspectiva global da história do anarquismo de Nettlau presente na obra, por exemplo, *Bibliographie de l’Anarchie* (1897).

Além dos estudos com os pesquisadores mencionados, Nettlau realizou um curso com um dos historicistas mais influentes, Wilhelm Dilthey. No calendário de disciplinas de Nettlau (Arquivo 1337, *Max Nettlau Papers*), em 1884, consta matrícula de curso de *Logik und "Erkenntnistheorie"* ofertado por Dilthey. Nettlau considerou o curso tão significativo que guardou os diários da disciplina, ver: (Arquivo 1362, *Max Nettlau Papers*).

Em outro conjunto de documentos, o *Memoirs part III: Studentenjahre* (Arquivo 86, *Max Nettlau Papers*), o historiador anarquista menciona outros professores os quais ele teve a oportunidade de ter contato no período universitário. Este manuscrito (que tinha por objetivo se tornar um livro) foi escrito por um Max Nettlau já no fim de sua vida (ROCKER, 1950, p. 72). O fundamental para o objetivo desta pesquisa é que se encontra nele um reconhecimento dos desdobramentos de tais aprendizados nas últimas produções de Nettlau. Isto é, com algumas considerações, a afirmação que aquele momento e aprendizado seriam relevantes na vida intelectual do austríaco.

Cumpram-se destacar também que as citações no universo e no contexto do autor austríaco são muito mais racionalizadas e voltadas para a esfera pública, ou seja, quando não possui o sentido de esterilizar ou refutar, possui o de divulgar, mesmo que parcialmente.

Na fonte, Nettlau cita, por exemplo, que teve contato com professores prestigiados do historicismo, como, Johann Gustav Droysen, Theodor Mommsen, Henrich von Treitschke, Gustav von Schmoller, Wilhelm Windelband, Heinrich Rickert, Eduard Zeller. Entre eles, por exemplo, destaca-se Droysen e a fala de Nettlau sobre a sensatez como historiador, embora crítica aos "sofismas" conservadores do professor alemão (Arquivo 86, *Max Nettlau Papers*)³.

Nestas menções, Nettlau afirma que aqueles professores representam algo com relativa qualidade mas antiquado, entretanto isso não deve ser tomado no sentido extremo ou no descartável. Considerando que o conteúdo não é de todo negativo, que o manuscrito se tornaria um livro de circulação pública e que Nettlau escreve como cientista e também como militante, pode-se entender as citações como uma forma sutil e relativa de promoção das obras destes autores.

Estas menções aos professores da formação acadêmica de Nettlau evidenciam uma recepção que impõe ressalvas, ressignifica valores, destrói/constrói parâmetros e procedimentos específicos e os adequam aos seus objetivos, ou seja, trata-se de uma recepção criativa.

Citações

Se há citações como as anteriores, sobre algo de seu passado ou aos personagens de sua vida, há também as de referencial adotado para auxiliar nas explicações dos fenômenos empíricos.

Cumpram-se dizer que os textos analisados são curtos e direcionados para o proletariado. Sintomaticamente, o número de citações em geral e sobretudo de obras acadêmicas é escasso. Soma-se a isto a

3 "Ein sehr kluger, aber insinuerend reaktionärer Vortragender war der Geschichtsschreiber Droysen; es sprach sehr überzeugend, aber man durfte sich nicht von seinen Sophismen einfangen lassen" (Arquivo 86, *Max Nettlau Papers*).

estratégia historicista de apresentar os referenciais apenas indiretamente, conforme Martins (2002). Encontrou-se, portanto, numericamente poucas citações aos historicistas nas fontes analisadas.

Nettlau cita apenas uma vez os nomes de Leopold von Ranke e Jacob Burckhardt (NETTLAU, 1º de maio 1927)⁴.

De qualquer forma, chama a atenção o fato de Nettlau e o movimento anarquista mediar a produção historicista com a massa populacional internacional.

Não foi só Nettlau que citou os autores do historicismo, o inverso também ocorreu. Gustav Mayer, amigo de Friedrich Meinecke e docente na Universidade de Berlin (RITTER, 2010), escreveu sobre Nettlau:

constituindo um tesouro documental inestimável e tornando o livro um berçário para todo pesquisador do período entre as grandes revoluções inglesa e russa, atento às correntes e concepções de liberdade como realização de demandas absolutas. (MAYER apud ROCKER, 1950, p. 8)

Ante o exposto, é possível afirmar que as relações entre o anarquista e o historicismo eram públicas e conscientes. Nettlau os citava notoriamente na intenção de divulgar aquele movimento intelectual, ainda que com ressalvas. A passagem de Mayer sobre Nettlau demonstra que o trabalho de Nettlau foi uma produção interagida reciprocamente até mesmo com professores das universidades alemãs.

Produção historiográfica

A passagem a seguir elucidará bem elementos do austríaco:

En estos tiempos de incertidumbres mundiales, afirmemos nuestro espíritu, por una diversidad de su aplicación, para el presente y el porvenir, haciéndole mirar hacia atrás [...]. Nuestra historia libertaria debe constituir una excepción, ya que de no ser así perdería su valor, tanto de enseñanza como de experiencia, dejaría de ser un ejemplo, un modelo, para nosotros, si quedara siempre sumida en las tinieblas de lo impreciso, de lo vago y en la aridez doctrinaria de la leyenda [...] Busquemos, pues, la forma de reconstruir nuestra historia tal cual ha podido ser, de la manera más probable posible, según los testimonios disponibles, y no cultivemos la leyenda, que no nos hará nunca hombres libres. [...] no creemos visionarios, iluminados, sino libres pensadores hasta en historia, investigadores críticos. (NETTLAU, 1º nov. 1926, p. 327).

A partir daqui já é possível perceber que Nettlau, como o historicismo, se nega a conceber a vida submetida a um *principium philosophicum* ou qualquer outro conceito especulativo. Assim como Ranke (2010), Nettlau assume como princípio vital da História a autonomia e se inclina para o específico.

4 Outros anarquistas, como, por exemplo, Piotr Kropotkin, Élisée Reclus e Rudolf Rocker também citavam os historicistas em seus livros, como, por exemplo, Leopold von Ranke, Karl Lamprecht e Burckhardt.

Pragmática

Conforme a citação apresentada acima, Nettlau publicava seus textos históricos com a pretensão de produzir orientações para o agir anarquista (1º nov. 1926). Isto não é diferente de Ranke, que como afirmou Jörn Rüsen:

A “verdade nua”, que Ranke havia definido como objetivo da pesquisa para o saber histórico, deve ser entendida da seguinte forma: esse saber deve estar formulado de tal modo que possa inserir-se nos processos culturais da vida humana prática, que lida com a experiência, a interpretação e a gestão das mudanças no tempo. (RÜSEN, 2007, p. 29)

Neste sentido, os dois autores estão em convergência quanto a um dos propósitos da História, o produzir orientação para vida prática.

Isto se dá, pois Nettlau e o historicismo pressupõem a existência de uma identidade entre os diversos atores históricos. Isso se trata de um ensinamento de Ranke ao basear a investigação na “harmonia das leis que atuam no espírito do observador com aquelas por meio das quais o objeto observado se manifesta.” (RANKE, 2007, p. 208). No austríaco isto pode ser percebido de forma mais radical, por exemplo, no conjunto de textos “*a idea anarquista, su pasado, su presente su porvenir*”. Nestes escritos utiliza, por exemplo, dos “anarquistas do período clássico”, estóicos como Zenão, como objetos portadores de símbolos e, portanto, de compreensibilidade.

Em Nettlau, entretanto, há uma ampliação do horizonte de orientação da História em relação ao de Ranke. O anarquista adota, como experiência carregada de significação (quer orientar-se), esferas que escapam da relação do homem com o Estado – diferente de Ranke (DILTHEY, 2008) -, por exemplo, os costumes, arquitetura ou arte para falar dos avanços da força libertário, como se segue:

Se conoció el respeto a la libertad y el sentimiento, se acreditó el cosmopolitismo y la ciudadanía del mundo. Por infinitos caminos se buscó el contacto con la naturaleza. [...] Se imitó al pueblo en la ausencia de ceremonias, en la danza. La música fue teniendo tono popular. Se creyó inventar la acción de patinar sobre hielo cuando los campesinos holandeses llevan siglos haciendo lo mismo. [...] La horticultura y la jardinería fueron como camaristas dela arquitectura. Árboles y plantas se recor-taban de acuerdo con La técnica de Lenôtre y las prescripciones de la corte. [...] En una época breve hubo poesía y drama social en Alemania. Era La época de “*Sturm und Drang*” (“Tempestad e Impulso”). [...] Surgió en Francia toda una literatura avanzada, de Morelly a Retif de la Bretonne, empapada de sentimiento netamente anarquista sobre todo en algunos escritos de Diderot y de Sylvain Maréchal. (NETTLAU, 15 out.1933, p. 289)

Tal amplitude, porém, não o retira da pragmática como concebida pelo movimento historicista. Se há, por um lado, certo distanciamento com Ranke, Nettlau se aproxima, por outro, de um segundo historicista, o professor da Universidade de Leipzig Karl Lamprecht. Sobre a produção do docente, Luiz Sérgio diz:

O que Lamprecht deseja é que tais conteúdos sejam ampliados (no sentido do que hoje entendemos como história cultural, a ponta fina de uma história social). O problema é o esgotamento da tradição rankeana e prussiana. O método descritivo e individualizante estava sendo então desafiado. (SILVA, 2010, p. 130)

Este movimento de aproximação com a *Kulturgeschichte* e distanciamento de Ranke é relativamente ambíguo, pois Nettlau vê força anarquista (libertária) em todos os horizontes da vida humana. Isto pode representar uma ressignificação da política em relação a como ela foi entendida pelo historicismo.

Nettlau se apropriou do método descritivo rankeano. Este processo é percebido facilmente na biografia de Bakunin que contou com mais de mil páginas e na sua autobiografia com quase três mil páginas. Certas generalizações, porém, também estiveram presentes, e. g., a narrativa sobre a força libertária. Isso demonstra certo distanciamento.

Ainda neste movimento de ampliação da noção de experiência histórica, o anarquista austríaco, nos seus textos na *La Revista Blanca*, busca orientação em diversos temas, como, por exemplo, história diplomática, história política, história cultural, história das ideias. Estes conteúdos também foram abordados recorrentemente pelo historicismo, como demonstra Bentivoglio (2010) pela *Historische Zeitschrift*.

Sistemática e metodológica

O austríaco se apropriou constantemente das discussões sobre a organização da experiência histórica e procedimentos realizados nas universidades alemãs para elaborar suas narrativas sobre a força libertária.

Dentre as diversas formas de ordenar a vida humana em narrativas, encontraram-se por enquanto aproximações de conceitos e das formas de relacionar os fenômenos históricos. Nos conceitos, se destaca os de “mentalidade” e “evolução histórica”. O primeiro é adotado pelo historicismo, sobretudo por Karl Lamprecht, da seguinte forma:

A ênfase de Lamprecht era a afirmação da necessidade de se avançar em interdisciplinaridade na formulação e operação desses construtos. A comparação de casos e a compreensão de contextos é resultado da investigação científica sobre causalidades. Tratava-se de se reconstruir modos de vida, visões de mundo, representações coletivas ou mentalidades. Lamprecht havia proposto uma história cultural da Alemanha. Quadro de significação e redes simbólicas que se modificam a partir de lógicas sociais. (SILVA, 2010, p. 130)

Nettlau também utiliza do conceito e de forma similar à apresentada por Lamprecht. O uso pode ser encontrado na primeira citação do tópico 5 deste trabalho. Esta afinidade entre os usos não surpreende quando tomamos conta que Nettlau se doutorou na Universidade de atuação do professor alemão.

Já o segundo é utilizado diversas vezes por Nettlau, inclusive aparece até em títulos de textos de Nettlau, como é o caso de “*Evolución de La solidaridad entre los factores del progreso humano*” ou “*Vías de evolución de la idea anarquista*” ambos publicados na *La Revista Blanca*. Para auxiliar melhor a compreensão, segue passagem com termo:

El ritmo del progreso de las evoluciones históricas, de la mentalidad de las masas, de las disposiciones de los partidos avanzados y de la elaboración de las ideas que inspiran los espíritus más enérgicos de la vanguardia, ese ritmo mencionados que marchan más rápida o más lentamente, tan pronto unos como otros. En los casos muy raros en que esos factores de ritmos tan diversos se aproximan, entonces algún impulso animoso basta para echar un puente sobre los últimos obstáculos, y se realiza una revolución fértil, verdaderamente progresiva, se da un gran paso hacia adelante. Pero es muy raro. (NETTLAU, 1º maio 1924, p. 25)

O conceito está presente também no historicismo, conforme demonstrado por Alexandre Avelar:

Seria, entretanto, enganoso pensar que o historicismo rejeitava, *in totum*, qualquer elemento ordenador do devir humano. A atividade historiadora, opassado como individualidade e o devir como princípio da vida humana e fundaram a noção de evolução histórica, cara ao racionalismo iluminista, não mais agora situada numa priori, mas imersa na própria transformação interna de um estado a outro. Não mais a evolução reveladora do progresso, mas aquela que descortina a mudança histórica. (AVELAR, 2012, p. 131)

O conceito utilizado como ordenador das transformações históricas se repete tanto no historicismo quanto em Nettlau. Talvez devido à postura revolucionária de Nettlau, este uso dá maior preferência às transformações. De qualquer forma, em ambos o propósito é elucidar o devir histórico.

Este conceito permite a Nettlau o encontro com a história de carácter universal. Tal modelo proposto por Ranke de encadeamento dos acontecimentos pelo “nexo causal” (Ranke) é adotado por Nettlau. O linguista austríaco produz uma história da Liberdade e do Autoritarismo que remete até tempos remotos (nomadismo, Grécia antiga) e vai até o mundo moderno passando por diversos países.

Outra utilização comum das formas de ordenar o passado está na análise a partir da interação entre forças. Ranke, em “A história universal”, aponta o confronto entre dois grandes partidos, o de “movimento” e o de “resistência”. Isto é um relativamente diferente em Nettlau, por exemplo, o texto *idea anarquista, su pasado, su presente su porvenir*, há uma concepção similar, porém as forças atuantes são o “autoritarismo” e a “liberdade”, onde há notória interação, confronto ou mescla entre elas.

Neste sentido, a concepção de dois grupos atuantes no destino da humanidade está presente nos dois autores. Cada um deles possui características mais ou menos semelhantes, sendo o “movimento” de Ranke mais ou menos próximo da Liberdade e a “resistência” mais ou menos semelhante ao “autoritarismo” em Nettlau. Sintomaticamente, a qualidade de cada grupo é diferente e a forma como cada um é valorado também se altera. Desta forma, Nettlau realiza uma apropriação ressignificadora.

Esta alternância de significado vai além. Se Ranke não admite a revolução como solução viável, o anarquista austríaco também não se identifica com rupturas drásticas. Como forma de contornar tal problema, Nettlau propõem os conceitos de “ruptura catastrófica” e “ruptura criadora” inspirado pelo historiador e professor da universidade de Viena Alfons Dopsch. Diz o ácrata:

Como rebeldes estamos habituados a pensar en catástrofes, como observadores de lo que podemos aprender del pasado no podemos cerrar los ojos a las continuidades manifiestas. Puede ocurrir que en momentos de gran impulso sólo el pensamiento de las catástrofes inspira a las grandes masas y a nosotros mismos. El resultado de esto pueden ser acontecimientos catastróficos, pero quedará en pie el problema de si tales acontecimientos son viables y si la catástrofe creadora es posible. Puede suceder que lo sea, pero también puede ocurrir que no lo sea, y en este último caso, o bien se verá seguida de un retroceso, de un fracaso, o bien no podrá producirse en absoluto, al menos en proporciones de verdadera magnitud. (NETTLAU, 15 set. 1929, p. 179)

Esta forma de conceber as forças é um caso de relativo aproveitamento do historicismo com ressalvas revolucionárias. O tom ponderado da subcategorização da ruptura adotado por Nettlau concorda com Ranke na afirmação da Liberdade como valor mais humano e racional, porém o rejeita na associação entre liberdade e continuidade dos valores burgueses constituídos.

Talvez onde Nettlau mais acolheu as recomendações de Ranke foi nos procedimentos de produção narrativa histórica. Nesta operação da consciência histórica é que se situa o maior prestígio e relevância de Nettlau para as ciências da cultura. A conquista de tal efeito foi possível simplesmente devido ao fato do anarquista seguir a recomendação de Ranke: produzir história como ela realmente foi e com o máximo de fontes possíveis.

Isto se deve, pois Nettlau, assim como Ranke, “via a diferença da ciência da história com respeito à filosofia e à arte no caráter investigativo das operações cognitivas da história: no colher, achar e investigar da heurística, da crítica e da interpretação.” (RÜSEN, 2007, p. 18). Esta percepção da singularidade da história em relação às outras áreas do saber pode ser encontrada na citação que abre o tópico 5 deste texto. Para satisfazer o rigor desta operação, o austríaco passou recolher o máximo de fontes que ele poderia encontrar. Este desejo de não permitir o esquecimento e a insaciabilidade por detalhes levou Nettlau ao que White (1992) para classificar as obras de Ranke chamou de realismo.⁵

O engajamento de Nettlau com o ensinamento historicista de escrutinar o máximo de fontes possíveis se desdobrou no imenso arquivo montado por Nettlau. É Rucker (1950, p. 216) quem o detalha que tal acervo reuniu cerca de 70.000 fontes entre folhetos, livros, jornais e revistas do movimento libertário. Isto certamente esteve relacionado com o fato do austríaco depositar grande expectativa neste procedimento recomendado pelos historicistas.

5 Nota-se que cada uma das etapas da produção histórica pode ser enquadrada em outras operações da consciência histórica, basta somente alterar a abordagem distinta. Por exemplo, o levantamento incansável de fontes pode ser entendido tanto dentro da metodológica, a heurística, quanto da tópica, como no caso em questão.

Tópica

Na esteira dos ensinamentos dos historicistas alemães, Nettlau não só se aproveitou de estratégias discursivas, como também escreveu certos tipos de textos para atender certos objetivos compartilhados pelo movimento historicista.

Os escritos de Nettlau narram a partir de uma ferramenta apresentada por Wilhelm Humboldt e acompanhada por Leopold von Ranke. Estes dois alemães formularam uma narrativa que representava a totalidade por meio de estudos dos pequenos elementos históricos. Tal operação narrativa foi analisada por Hayden White (1992) e foi chamada por ele de “sinédoque”. Já o anarquista austríaco absorveu este conhecimento e o desdobrou em narrativas sobre os agrupamentos anarquistas para compreender o desenvolvimento da força libertária. A expressão máxima, porém, da aplicabilidade desta operação na narrativa aparece com mais evidência nas suas narrativas bibliográficas. Nettlau produziu, a saber, diversas biografias, com destaque para a biografia com mais de mil páginas de Mikhail Bakunin e as biografias de Élisée Reclus e Errico Malatesta. Todas elas possuíam sintomaticamente o intuito de dissertar sobre o movimento anarquista internacional.

Em Nettlau, este tipo de texto possui não só o objetivo de compreender totalidades pelas pequenas partes, mas também de promover a individualidade. As biografias seriam como uma forma de expressão de vida ativa, conforme sugere Dilthey (AVELAR, 2012). Na de Bakunin, por exemplo, Nettlau não deseja criar heróis, ver citação (NETTLAU, 1º nov. 1926, p. 324), mas sim um indivíduo que é movido pela feição, detentor de espírito falho, sujeito a erros e acertos ou, conforme ensinado por Dilthey, “atravessado por pulsões, contradições, vivências e experiências distintas” (AVELAR, 2012, p. 131).

Nesta espécie de narrativa também é possível destrinchar elementos genuínos da pessoa. Ela é o tipo de texto cintila a incomparabilidade do objeto. Desta forma, Nettlau a usou como ferramenta para combater a tendência de massificação de individualidades que surgia na modernidade. O austríaco viu, portanto, no estilo de texto, uma forma de colocar em evidência a multiplicidade de atores e concepções que se coabitavam na história.

Esta estratégia de narrar a infinidade de possibilidades de desenvolvimento do gênero humano também foi feita pela história de grupos minoritários. Tal empreendimento é percebido pela preferência do anarquista por fontes com poucos exemplares, de pouca circulação ou de grupos menores. Daí a reputação do austríaco de socialista de minorias, como Rocker mostrou.

Por fim, é preciso considerar que Nettlau escrevia para as massas, pois suas publicações circulavam entre periódicos do movimento operário. Esta escrita feita com tanto rigor científico, tão preocupada com a sofisticação intelectual e alinhada com as produções universitárias de alto nível objetivava educar as massas. O objetivo de tal escrita foi permitir a singularidade dos indivíduos.

Utilizar da instrução como possibilidade para produzir individualidade foi uma recomendação dada por Humboldt em seu livro “Os limites da ação do estado” e Nettlau a usou de diversas formas, com biografias, narrativas sobre pequenos grupos, mas também com sofisticação intelectual e alinhamento com conteúdo de alta qualidade.

Conclusão

A recepção muitas vezes pode indicar ou complementar a singularidade de determinados comportamentos, concepções, fenômenos empíricos e práticas dos anarquistas. Esta apropriação do historicismo por Nettlau, o anarquismo se retira de um horizonte que há pouco tempo permanecia em convicta monotonia e nivelamento das concepções revolucionárias do século XIX e XX. Neste sentido, pode-se dizer que a individualidade do anarquismo enquanto vertente revolucionária foi racionalizada pela recepção com ressalvas e ressignificação do historicismo alemão.

Esta pesquisa deve aprofundar na comparação específica entre os autores do movimento historicista para que se adquira rigor em torno das apropriações de Nettlau. Também há as recepções do historicismo por outros anarquistas como Walther Borgius, Kropotkin e Reclus. Ranke até o momento é o que mais aparece pelo seu impacto no historicismo, entretanto autores como Karl Lamprecht e Wilhelm Dilthey e os lingüistas com que Nettlau estudou parecem ser grandes referências para o austríaco.

Esta recepção é sintoma, sobretudo de sua concepção plural de Liberdade, cujo princípio é, no exercício de um ecletismo específico, apropriar-se de tudo aquilo que possa contribuir para ganhos qualitativos do gênero humano.

Este diálogo assegurou racionalidade às aspirações por Liberdade e por individualidade como objetivo de desenvolvimento do gênero humano e às estratégias para ponderar sobre as rupturas desejadas. Mas o que se destacará nessa relação é que só com ela o anarquismo encontrou um passado em que se poderia orientar e encontrar referenciais de práticas e teorias.

Referências Bibliográficas:

AVELAR, Alexandre Sá. Biografia e Ciências Humanas em Wilhelm Dilthey. **História da Historiografia**, v. 9, p. 129-144, 2012.

BENTIVOGLIO, Julio C. Cultura política e historiografia alemã no século XIX: a Escola Histórica Prussiana e a Historische Zeitschrift. **Revista de Teoria da História**, v. 3, p. 20-58, 2010.

DILTHEY, Wilhelm. **El mundo histórico**. México. Fondo de Cultura Económica, 2008.

MARTINS, Estevão Rezende C. Rezende. Historicismo: tese, legado, fragilidade. **História Revista** (UFG), Goiânia, v. 7, n. 1/2, p. 1-22, 2004.

MEINECKE, Friedrich. **El Historicismo y sus Genesis**. México. Fondo de Cultura Económica, 1982

MINTZ, Frank. Introdução. In: NETTLAU, M. **História da Anarquia**: das origens ao anarco-comunismo. Trad. Plínio Augusto. São Paulo: Hedra, 2008.

NETTLAU, Max. "De la caída de la antigua Roma ala transformación del porvenir. **La Revista Blanca**. 7 no. 152, p. 177-182, 15º set. 1929.

NETTLAU, Max. Los orígenes de la civilización europea. (Una ojeada sobre la obra de H. Th. Buckle). **La Revista Blanca**, 5 no. 95, p. 708-714, 1º de maio 1927.

NETTLAU, Max. Las luchas de nuestros días (Después des seis años de revolución autoritaria). **La Revista Blanca**, 2 no. 23, p. 24-26, 1º de maio 1924.

NETTLAU, Max. Progres y reacción en la Historia: Como destruir la fatalidad de su acción conjunta. **La Revista Blanca**, 11 no. 250, p. 289-294, 15º de out. 1933.

NETTLAU, Max. Un poco de historia: Alrededor de Miguel Bakunin y Gaspar Sentiñón. **La Revista Blanca**, 4 no. 83, p. 324-329, 1º de nov. 1926.

RANKE, Leopold von. O conceito de História Universal (1831). In: MARTINS, Estevão de Rezende (org.). **A História pensada: teoria e método na Historiografia europeia do século XIX**. São Paulo: Contexto, 2010, p. 202 - 225.

RITTER, Gerhard Albert. **German Refugee Historians and Friedrich Meinecke: Letters and Documents, 1910–1977**. Leiden and Boston: Brill, 2010.

ROCKER, R. **Max Nettlau el herodoto del anarquismo**. Trad. Diego Abad Santillán. México: México D.F. 1950.

RÜSEN, Jörn. **História Viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico**. Tradução: Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora UNB, 2007, 159p.

SILVA, Luiz Sérgio Duarte da. Karl Lamprecht. In: **Lições de história: da história científica à crítica da razão metódica no limiar do século XX**. Org. Jurandir Malerba. – Porto Alegre: Edipucrs, 2013, p. 129 - 134.

WHITE, H. **Meta-História: A imaginação Histórica do Século XIX**. Trad. José Laurênio de Melo. São Paulo: Editora da USP, 1992.

Max Nettlau Papers:

Arquivo 86. **Part III: 1882-1887 Studentenjahre**, p. 1-130.

Arquivo 1362. Logic and 'Erkenntnistheorie'. With related (?) subjects.

Arquivo 1424. Annotated copy of his dissertation Max Nettlau, **Beiträge zur cymrischen grammatik I (einleitung und vocalismus)** (Leipzig 1887), presented to the Philosophical Faculty of the University of Leipzig. 1 cover 1887.

BLISSFUL AGONY DE AMYLTON DE ALMEIDA: UM ARQUIVO DA MEMÓRIA CAPIXABA EM TEMPOS DE REPRESSÃO (1972)

KELLY ALVES ANDRADE

Mestranda em História (PPGHIS-UFES)

kellyoshialves@gmail.com

Em um dia aleatório do ano de 1972, nas oficinas gráficas do jornal *O Diário* localizado no coração do centro de Vitória, a rua 7 de Setembro, ganharam forma os primeiros 28 exemplares de *Blissful Agony*, impressos por seu próprio autor. Com apenas 56 páginas, esta seria a primeira obra que precedeu o estilo de escrita amyntoniano.

A ausência de elementos de sintaxe textual como parágrafos, vírgulas, pontos finais e separação de capítulos estamparam o processo criativo de Amylton de Almeida ao escrever seu primeiro romance. *Blissful Agony* ou Feliz Agonia, surge como um desabafo de “um tempo de sufoco e falta de liberdade” (RIBEIRO, 1990, p. 36) e narra através do recurso ao fluxo de consciência¹ as angústias de viver um presente sufocante marcado pelas bruscas transformações na paisagem e na cultura capixaba durante a Ditadura Militar.

A obra inaugural de Amylton de Almeida expressa as críticas do autor ao contexto repressivo vivenciado durante o projeto de expansão urbana e industrial responsável pela formação da Grande Vitória. A paisagem mudava, prédios estavam surgindo. Para o narrador, “há tantos barcos na baía quanto pessoas pobres pedindo esmola nas ruas” (ALMEIDA, 2015, p. 43) e a única identificação com aquele momento é a rememoração do passando do que um dia foi conhecido sobre o cotidiano na cidade: a brisa soprando, a manga que cai do pé, o cheiro de manacá invadindo a praça Costa Pereira, as crianças correndo pela rua. Para Ribeiro (1990, p. 36) “Blissful Agony retrata o tempo como prisão. O homem preso no tempo e nas suas lembranças [...] sem perder de vista o político, o social, o econômico do que caracteriza o dia-a-dia numa cidade como Vitória”.

Ao tratar a historicidade dos textos literários usados como fonte, Valdeci Borges (2010) destaca a importância da contextualização do lugar de produção, do estilo, a linguagem, a própria história do autor e da sociedade na qual estava inserido. Partindo

1 O fluxo de consciência é um termo criado por William James na obra *Os princípios da psicologia* em 1890 e foi uma técnica eternizada por autores como James Joyce, Virginia Woolf e Clarice Lispector, entre outros. William James considera que a consciência é um fluxo em movimento. Desta forma, os romances se utilizam deste recurso literário para expressar ou tentar traduzir a consciência e o pensamento interior de seus personagens (HUMPHREY, 1976, p. 02).

de tal consideração, o contexto de produção da obra, 1972, é marcado pelo período de transformações na capital capixaba através das obras de implementação dos *Grandes Projetos Industriais*², que deram início a mudanças significativas nas estruturas econômica, geográfica e social da cidade de Vitória, cuja capital passou por um rápido processo de expansão territorial e metropolização a partir da segunda metade da década de 1960. Marta Zorzal e Silva (2001, p. 141), aponta que este foi um processo “conduzido de forma excludente e elitista gerando uma série de impactos negativos no âmbito da estrutura social”.

Os anos 1970 representaram o auge do desenvolvimento proveniente dos projetos industriais e da concentração do crescimento industrial centralizado na Grande Vitória, transformando a estrutura produtiva do Espírito Santo. Sobre este processo, Maria da Penha Siqueira (2001, p. 101) evidencia que “no momento em que o país começava a usufruir das vantagens proporcionadas pelo ‘milagre econômico’ a cidade de Vitória estava recebendo migrantes do sul da Bahia, norte de Minas Gerais, Zona da Mata mineira, norte do Rio de Janeiro e interior do Estado”.

As obras de ampliação do Porto de Tubarão e da Companhia Vale do Rio Doce, alteravam a geografia e a paisagem urbana da ilha de Vitória, impactando o cotidiano do povo capixaba. No texto amyltoniano, essas características são narradas em tom de denúncia, evidenciando as desigualdades sociais provocadas por este processo e a apatia da sociedade quanto ao enfrentamento crítico das intervenções, cujos aspectos negativos passaram a fazer parte da realidade:

E, ah que miséria, o calor persiste durante as horas da tarde. Seria uma época propícia para mudanças radicais na planta da cidade – abrir estradas, derrubar árvores, prédios antigos, construir outros, pintar casas. É preciso esquecer. Ninguém lembra, contudo, o cheiro e o tom do campo. Alguém teria morrido daqui a pouco. Há desconforto e ridículo na atitude das pessoas, um pouco ávidas em seguir a moda e disfarçando a possibilidade de, subitamente os ossos dos primeiros provocarem uma queda na rua lamacenta. (ALMEIDA, 2015, p. 22)

Em *Blissful Agony*, há um tempo alterado, cada dia se repete de forma agonizante, e o presente é encarado através do pessimismo frente aos problemas sociais e as mudanças provocadas pela modernidade. Recriado através de recursos literários que demonstram a denúncia a censura e a repressão que acompanharam este processo, sendo, portanto, uma *modernização conservadora*³ que delineava a nova paisagem e relações do cotidiano capixaba.

Em oposição à memória crítica do projeto modernizador retratado em *Blissful Agony*, ao analisarem a produção de memórias do passado recente da Ditadura Militar no Espírito Santo, Vitor De Ângelo e Pedro Fagundes (2014, p. 169) assinalam a consolidação de uma memória coletiva positiva sobre o período do

2 Os Grandes Projetos Industriais transformaram a economia capixaba para atender o mercado externo e a prestação de serviços a partir das décadas de 60 e 70. Os projetos foram agrupados em cinco complexos com atividades voltadas ao setor siderúrgico, naval, paraquímico, portuário e turístico (SIQUEIRA, 2001, p. 88).

3 No caso brasileiro, Rodrigo Pato Sá Motta (2014), aponta que a modernização conservadora pode ser compreendida como “o grande paradoxo da ditadura”, pois apresenta contradições entre a pauta modernizadora voltada ao desenvolvimento econômico, tecnológico e industrial, e o elemento conservador que pretendia preservar os valores tradicionais e combater os inimigos ideológicos do regime. Dessa forma, o conservadorismo era “contornado” em determinados momentos e o aparato autoritário funcionava como o mecanismo responsável por consolidar a repressão e a implantação da pauta modernizadora (MOTTA, 2014, p. 51).

Milagre Econômico, cujo efeito dos *Grandes Projetos Industriais* na economia constituiu um dos motivos centrais para a construção de uma *memória do triunfo* referente aos grupos apoiadores que agem na consolidação de uma história oficial sobre a Ditadura Militar no Espírito Santo. Esse processo de seletividade e conciliação entre as memórias individuais e coletivas foi tematizado, mediante uma abordagem durkheimiana, por Maurice Halbwachs (1968). As considerações do sociólogo francês destacam ainda *memórias marginalizadas*, ou seja, memórias coletivas de uma sociedade dominada ou de grupos específicos em contraposição às memórias coletivas e oficiais organizadas pelo Estado. Nesta mesma direção, Michael Pollak (1989), amplia a compreensão deste fenômeno, ao defender que as memórias se constituem em meio à disputas de sentidos sobre os acontecimentos e articulam uma relação sempre tensa entre lembrança e esquecimento. As memórias proibidas que são fruto das relações de dominação e não podem ser expressas publicamente, ocupam espaço na cena cultural, mostrando as disparidades entre os discursos oficiais de dominação hegemônica e a sociedade civil.

Desta forma, as diversas produções culturais durante os *Anos de Chumbo*, que podem ser entendidas como *memórias marginalizadas*, estiveram sob o controle dos militares. A produção literária, apesar da expansão do mercado editorial a partir de 1970, submetia-se às *tesouras* da censura. No período, cerca de 200 obras foram proibidas, muitas apenas pelo título, como *O livro vermelho e o negro* de Stendhal ou *O cubismo* de Ferreira Guillar, onde o cubismo foi interpretado como uma alusão a Cuba e o vermelho como referência ao comunismo (NAPOLITANO, 2001).

Após o decreto do AI-5 em 13 de dezembro de 1968, teve início a fase mais repressiva da Ditadura Militar no Brasil. Em meio à euforia provocada pelo *Milagre Econômico* no governo do General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), marcado pelo desenvolvimentismo financiado pelo capital estrangeiro e incentivos fiscais, o país passou por um rápido desenvolvimento industrial e econômico. Eram os *Anos de Ouro* para os defensores e entusiastas do governo Médici, *Anos de Chumbo* de perseguição e morte para os *inimigos do regime* (CORDEIRO, 2015).

Para Zuenir Ventura (1988, p. 278) o “AI-5 começou a censurar antes de ser editado e a prender antes de ser anunciado publicamente”. No campo cultural, o Ato Institucional nº5 exerceu seu expurgo proibindo e censurando diversas manifestações artísticas. O autor aponta que em “10 anos foram censurados cerca de 500 filmes, 450 peças de teatro, 200 livros, dezenas de programas de rádio, 100 revistas, mais de 500 letras de músicas e uma dúzia de capítulos e sinopses de telenovelas” (VENTURA, 1988, p. 285).

Em meio a violência que marcou este período, o campo literário encontrou formas de resistência, criticando a realidade repressiva, denunciando as perseguições políticas, as atrocidades da tortura e o sofrimento das famílias dos presos e desaparecidos políticos. A codificação da linguagem, recurso também usado por Amylton de Almeida, foi um dos principais recursos àquele cenário de censura política:

Nos anos de chumbo, transfigurar verbalmente a realidade deixava de ser necessidade intrínseca da literatura para se tornar a arma pacífica que driblava a tesoura dos censores e possibilitava aos produtores da arte literária – e não só dela – continuar respirando em meio ao sufoco. (GOMES, 1996, p. 79)

O posicionamento crítico esteve presente na produção literária capixaba no contexto ditatorial. Obras

como *O pavão desiludido*, publicado por José Carlos de Oliveira em 1972, *Joca Pivete* de Helvécio de Siqueira e Silva, publicado em 1987 e *Aninhanha*, escrita por Pedro J. Nunes na década de 1980 (com publicação em 1992), buscaram criticar a Ditadura Militar:

Três gerações e três décadas (70, 80 e 90), enfocando a miséria da população brasileira, que é abordada pela sensibilidade de três grandes escritores brasileiros, também capixabas. Um retrato cruel da desigualdade social que nega o “milagre econômico brasileiro” apregoado pela ditadura militar pós-64 (RIBEIRO, 1996, p. 128).

A partir da década de 1970, a produção literária de Vitória e seu entorno, foi marcada pela publicação de textos que representavam as transformações da sociedade. Fernando Tatagiba, Elmo Elton, Amylton de Almeida, Carmélia Maria de Souza, Lacy Ribeiro, Bernadette Lyra, Ivan Castilho, Marcos Carvalho, Sebastião Lyrio e Miguel Marvilla são alguns dos escritores (as) que fizeram parte deste movimento (RIBEIRO, 1996), oferecendo uma compreensão complexa e multifacetada, fazendo coro à produção literária brasileira daqueles tempos de repressão que, conforme Perlatto (2017, p. 728) tornara-se um importante registro que, combinada com outros documentos, revela olhares diferenciados e aspectos sensíveis da Ditadura Militar.

Eurídice Figueiredo (2017, p. 46) analisa o campo literário naquele contexto como uma expressão das subjetividades e destaca o papel do escritor que ao acessar arquivos e memórias, cria narrativas que encontram no leitor “um elemento ativo na transmissão da memória para que não se apague aquilo que afetou a vida das pessoas”. Através da definição de que “o arquivo é necessário numa sociedade que não vive mais da memória, mas da constituição do estoque material do que é impossível lembrar e repertório do que se tem a necessidade de lembrar” (NORA, 1993 apud FIGUEIREDO, 2017, p. 28), a autora compreende que a literatura pode ser um tipo de *arquivo sobre a ditadura* que “guarda de maneira mais incisiva que a historiografia a memória dolorida de um tempo áspero e impróprio” e seria capaz de “mostrar os resíduos de experiências fraturadas pela violência do vivido” (FIGUEIREDO, 2017, p. 44). Nesta mesma direção, a partir das considerações de Figueiredo, o romance *Blissful Agony* pode ser interpretado como um *arquivo* para acessar um tipo de memória subjetiva do passado ditatorial: o trauma das contradições urbanas e sociais vivido naquele processo de modernização capixaba durante a Ditadura Militar.

Com proposta semelhante ao tema explorado por Amylton de Almeida em seu primeiro romance, a obra *De mim já nem se lembra* (2016) de Luiz Ruffato retrata o isolamento do operário José Célio que migra para São Paulo em busca de melhores condições de vida e a única ligação afetiva que possui com a família do interior são cartas que troca com a mãe. O romance de Ruffato trata do estranhamento e do não pertencimento do migrante à metrópole moderna:

O relato da solidão do sujeito migrante, do seu desenraizamento, sugere uma crítica do projeto modernizador que a ditadura militar empreendeu. Apesar de não estar relatada através das torturas e das mortes, a ditadura militar está presente ao longo do romance de Ruffato. A década de 70 não foi somente o período do “milagre econômico”, foi também a época em que Brasil passou pelos “anos de chumbo”, o ápice da censura, violência e violação dos direitos humanos durante o regime de exceção. De mim já nem se lembra toca indiretamente nestes pontos, focando-se mais no esgarçamento dos laços sociais e afetivos decorrentes do projeto econômico do governo militar. Ou seja, o romance de Ruffato nos mostra uma outra manifestação da violência social imposta pela ditadura aos cidadãos

brasileiros. Trata-se de uma violência menos explícita, mas nem por isso menos perniciosa. (MAIA; LENHEN, 2018, p. 8)

As contradições do *Milagre Econômico* e seus efeitos negativos para grandes parcelas da sociedade são explorados nos dois romances, e mostram a falta de identificação do sujeito com o advento do moderno. Para Walter Benjamin (1994), a modernidade é sempre barbárie. Ou seja, produz experiências disruptivas, ou traumáticas. Logo, o habitante da metrópole é um ser alijado de suas tradições, de suas memórias, e de sua experiência.

A predominância do recurso ao fluxo de consciência em *Blissful Agony*, reforça o efeito traumático causado por repentinos processos de modernização causando o isolamento; muitos estímulos, mudanças e pensamentos atravessam simultaneamente a consciência do narrador. A partir do século XX, Christopher Lasch (1987, p. 117) aponta que a escrita enquanto fluxo de consciência é sintoma de um tempo terminal e da transição entre o velho e o novo, e apresenta uma realidade fragmentada expressa pelo artista contemporâneo por meio de uma remissão à interioridade. Para Reginaldo Silva (2009, p. 34), o romance de fluxo de consciência representa um recuo solitário de um *eu mutilado* que busca a sobrevivência em meio a experiência da catástrofe e da insegurança em relação ao mundo, passando a partir do refúgio em si mesmo, em seus pensamentos:

O romance se destina ao eu solitário, o seu desdobramento se volta para uma solidão cada vez mais radical: a dos estágios mais arcaicos da consciência. Se, a princípio, trata-se de configurar os conflitos da consciência, o resultado disto é o deixar livre o fluxo interno, no qual emerge as dificuldades de síntese com a realidade numa época em que o recolhimento no interior de si mesmo, tornou-se a única saída em face da vida, o que se reflete nos romances de fluxo da consciência. (SILVA, 2009, p. 34)

Para Walter Benjamin (1994), a perda da experiência coletiva levou à decadência da arte de narrar, dando origem ao romance cuja característica é o isolamento do indivíduo. A dificuldade de narrar segundo a lógica benjaminiana, estaria relacionada com a destruição das formas comunitárias de transmissão e tradição, provocadas pelo desenvolvimento capitalista (GAGNEBIN, 2014, p. 2020).

Mediante a análise da obra de Charles Baudelaire, Benjamin assinala que ela é um emblema dos tempos modernos, cuja estrutura temporal, imagens e alegorias dos poemas emulam a experiência temporal na modernidade. Nesta nova concepção da temporalidade, regulada pelo sistema capitalista, o tempo é reduzido a uma sucessão de novidades, comprometendo a percepção e a experiência (GAGNEBIN, 2014, p.220). Ao tratar da experiência moderna a partir da obra de Kafka e Proust, Benjamin torna a enfatizar a perda da experiência e o limiar entre tempos. Sobre o texto de Kafka e o conceito de limiar:

Na reflexão de Benjamin sobre Kafka e a física moderna, uma outra apreensão do conceito de limiar: é um limiar inchado, caricato, que não é mais um lugar de transição, mas perversamente, lugar de

detenção, zona de estancamento e de exaustão, como se o avesso da mobilidade trepidante da vida moderna fosse um não poder sair nunca do lugar. (GAGNEBIN, 2014, p. 45)

O limiar, na concepção de Benjamin estaria ligado aos rituais de transformação, e na literatura buscam representar a intensidade temporal de experiências-limite. A partir da poesia de Baudelaire, assinala que o habitante da cidade moderna é um indivíduo isolado e submetido ao excesso de estímulos sensoriais, e busca o isolamento e a frieza em relação ao próximo. As páginas finais de *Blissful Agony* exprimem esta característica basilar, analisada por Benjamin:

Ah eu te amo, Vitória, cidade infame, como Baudelaire disse de Paris [...] Este é o instante em que Vitória perde suas características geográficas, as únicas que possui, e então se parece como qualquer cidade do mundo; em cada rua, em cada esquina, no rosto de seus habitantes. Vitória então se apresenta anônima. (ALMEIDA, 2015, p. 50)

Como se vê, Amylton de Almeida expressa de forma criativa o sentimento angustiante e a solidão de experimentar um tempo de transição entre o velho e o novo, no limiar do que agora é considerado moderno na capital capixaba. Para Francisco Aurélio Ribeiro (1996, p. 26) “Blissful Agony introduziu as características pós-modernas na literatura capixaba, pertencendo a geração dos anos 70 introdutora da consciência de ‘abismo do mundo moderno’, da dissolução dos costumes, da angústia existencial e da consciência da escrita”.

Como toda mudança modernizante, os efeitos do *Milagre Econômico* a partir de 1970, para Daniel Aarão Reis (2014, p. 11) exigiam altos custos. A população brasileira sofreu alterações culturais, sociais e geográficas para ser inserida em uma nova fase do desenvolvimento capitalista. No Espírito Santo, o período representou a integração econômica do Estado no plano nacional através dos estímulos para a expansão industrial e atividades portuárias (SIQUEIRA, 2001, p. 82). Enquanto o país comemorava altos índices de crescimento do PIB, enfrentava-se uma realidade em que cerca de treze milhões de crianças e 28 milhões de adultos passavam fome e 38,5% da população vivia abaixo da linha da pobreza, com altos índices de óbitos infantis causados pela desnutrição (CHIAVENATO, 1998, p. 93). Portanto, o *milagre* inaugurou uma realidade dual escancarada pelas disparidades econômicas e sociais. O slogan *Nunca fomos tão felizes* repetido na TV dos anos 1970, para Napolitano (2019, p. 147) possui um sentido ambíguo que “traduz uma sensação de felicidade coletiva inédita. Por outro lado, se dita em tom irônico, coloca em dúvida o próprio sentido propagandístico da frase. A ambiguidade traduz involuntariamente as contradições da economia brasileira, esfera que o regime bradou seus maiores feitos”.

O tom irônico no *slogan* analisado por Napolitano (2019), também estava presente no título do livro de Amylton de Almeida, “Feliz Agonia” para criticar as contradições do *Milagre Econômico* e seus efeitos na cidade de Vitória como o aumento da poluição e dos problemas respiratórios, pessoas passando fome e pedindo esmola na rua, caos urbano, apatia das pessoas que moram em prédios e regam suas plantas de sacada, censura nos jornais, aumento nos preços dos alimentos e o sentimento recorrente de angústia mesmo aquele sendo um período considerado de felicidade compartilhado pela nação que deveria contri-

buir para a construção do futuro.

A miséria que pairava entre os mais pobres na capital capixaba é tema recorrente na narrativa de *Blissful Agony*, mostrando a sensibilidade do autor com o sofrimento das pessoas invisíveis que não estiveram inseridas nas benesses do projeto modernizador do Espírito Santo durante a Ditadura Militar:

No primeiro de janeiro, as pessoas perceberam: se a euforia havia sido programada, as oscilações financeiras permitiam desconfiar que o tempo, no ano anterior, não havia sido o mesmo deste dia; este vento que preferia percorrer os cantos das casas e não frequentar o rosto das pessoas. No dia 2 de janeiro, a polícia concluiu que haviam morrido, não por acidente-; [...]. No dia 4 de janeiro, as pessoas fingiram que não haviam lido nos jornais: uma mãe matou os dois filhos e os jogou no mar; ela explicara sem muita insistência que havia sido por fome, que havia os que passavam muita fome e, assim sem qualquer surpresa, sabia-se que o problema era social. (ALMEIDA, 2015, p. 16)

Para Valter Pereira e Miguel Marvilla (2014, p. 83) o *Milagre Econômico* ocultava a realidade, beneficiou multinacionais ao passo que concentrou a renda contribuindo para o aumento das disparidades sociais. Este efeito foi parte das contradições da implantação dos *Grandes Projetos Industriais*, segundo a historiografia capixaba, cujo projeto atendeu aos interesses das elites políticas e empresariais no Espírito Santo (OLIVEIRA, 2016).

Desta forma, o embate de memórias sobre este processo releva o lugar da memória agonística de Amylton de Almeida, no arco de questões que conectam a literatura capixaba à história dos tempos de repressão, *Blissful Agony* de Amylton de Almeida, apresenta-se como uma *memória subterrânea* (POLLAK, 1989) que registra, através do fluxo de consciência do narrador, a experiência traumática e as desigualdades sociais que acompanharam a modernidade que redesenhava a cidade de Vitória, revelando-se um *arquivo sensível da memória capixaba* de contraposição ao discurso da memória oficial e triunfalista do projeto modernizador inaugurado pela Ditadura Militar no Espírito Santo.

Referências bibliográficas:

ALMEIDA, Amylton de. **Blissful agony**. 3ª ed. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura do ES, 2015.

ÂNGELO, Vitor De; FAGUNDES, Pedro. Grandes projetos, grandes esquecimentos: o Espírito Santo entre a modernização conservadora e a repressão política. In: ERNESTO, Pedro *et al.* **O estado do Espírito Santo e a ditadura (1964-1985)**. Vitória: GM Editora, 2014.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo. Brasiliense, 1994.

BORGES, Valdeci Rezende. História e Literatura: algumas considerações. **Revista de Teoria da História**, Goiás, v. 3, n.1, p. 94-109, 2010.

CHIAVENATO, José Júlio. **O golpe de 64 e a Ditadura Militar**. São Paulo: Moderna, 1998.

CORDEIRO, Janaina Martins. **A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento**. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

- FIGUEIREDO, Eurídice. **A literatura como arquivo da ditadura brasileira**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2017.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Limiar, aura e lembrança**. São Paulo: Editora 34, 2014.
- GOMES, Deny *et al.* **A múltipla presença: vida e obra de Amylton de Almeida**. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1996.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- HUMPHREY, Robert. **O fluxo da consciência: um estudo sobre James Joyce, Virgínia Woolf, Dorothy Richardson, William Faulkner e outros**. Tradução: Gert Meyer; revisão técnica: Afrânio Coutinho. São Paulo: McGraw-Hill, 1976.
- LASCH, Christopher. **O mínimo eu: sobrevivência psíquica em tempos difíceis**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MAIA, Andressa Macena; LEHNEN, Leila Maria. Uma cartografia do afeto: a presença da ausência em de mim já nem se lembra. **Revista Práxis**, n.2, p. 6-22, 2018.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2019.
- NAPOLITANO, Marcos. **Cultura brasileira: utopia e massificação**. São Paulo: Contexto, 2001.
- OLIVEIRA, Ueber José de. Elites políticas e transformações econômicas no Espírito Santo, no contexto do Regime Civil-Militar (1964-1979). *In: Anais do V Encontro Internacional, UFES/Paris-EST*, p. 985-1005, 2016.
- ORTIZ, Renato. Revisitando o tempo dos militares. *In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (org.). A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- PEREIRA, Valter Pires *et al.* **Ditaduras não são eternas: memórias da resistência ao golpe de 1964 no Espírito Santo**. Vitória: Flor&Cultura, 2005.
- PERLATTO, Fernando. História, literatura e a ditadura brasileira: historiografia e ficções no contexto do cinquentenário do golpe de 1964. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 62, p. 721-740, 2017.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- REIS, Daniel Aarão. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista. *In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (org.). A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- RIBEIRO, Francisco Aurélio. **Estudos Críticos de Literatura Capixaba**. Vitória, 1990.
- RIBEIRO, Francisco Aurélio. **Literatura do Espírito Santo: uma marginalidade periférica**. Vitória: Nemar, 1996.
- SILVA, Marta Zorzal. O Espírito Santo face à logística de expansão da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). **Dimensões**, n. 13, p. 126-145, 2001.
- SILVA, Reginaldo Oliveira. Da epopeia burguesa ao fluxo da consciência: a escrita literária em tempos difíceis. **Revista Investigações**, Recife, v. 22, n. 1, p. 11-35, jan./2009.
- SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. **Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da Grande Vitória, 1950/1980**. Vitória: EDUFES, 2001.
- VENTURA, Zuenir. **1968: O ano que não terminou. A aventura de uma geração**. 17. ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1988.

BRASIL PINHEIRO MACHADO – SUGESTÕES PARA O ESTUDO DA HISTÓRIA

LUCIANA CRISTINA PINTO

Doutoranda em História (UFSC)¹
lucristina22@gmail.com

Introdução

Nos estudos em História, é um campo fértil a linha que investiga a história do livro, da leitura, da biblioteca ou a história da palavra impressa; a temática foi estudada por muitos historiadores em diferentes partes do globo. Como exemplo, o historiador italiano Carlo Ginzburg trouxe para o debate o moleiro friulano, Domenico Scandella, com apelido de Menocchio, que no século XVI leu conteúdos e os interpretou de maneira não-cristã. Sobre os leitores de Udine, aldeia em que viveu Menochio, Ginzburg reflete: “surpreende, entretanto, que numa aldeia tão pequena de colina se lesse tanto. Infelizmente, são poucas as indicações que nos permitem precisar a posição social desses leitores”. (GINZBURG, 2006, p. 69-70).

Segundo o historiador francês Roger Chartier, “um texto só existe se houver um leitor para lhe dar um significado”. (CHARTIER, 1994, p. 11). Chartier aponta que a leitura é uma atividade livre, permitindo a reapropriação; confirmamos isso quando pensamos na leitura e interpretação de Menochio. Assim, compreendemos que o leitor pode discordar e analisar criticamente um texto à luz de suas experiências e convicções.

O americano Robert Darnton pesquisou a reação dos leitores, que através de correspondências, escreveram suas impressões sobre a obra de Jean Jacques Rousseau. “A leitura ainda permanece um mistério, embora a façamos todos os dias. A experiência é tão familiar que parece perfeitamente compreensível”. (DARNTON, 1986, p. 277).

Este estudo revelou, em parte, a complexidade de reconstruir a história da leitura: “se pudéssemos compreender como elaboramos o significado a partir de pequenas figuras impressas numa página, poderíamos começar a penetrar num mistério mais profundo”; para o autor, esse enigma seria “saber como as pessoas se orientam no mundo dos símbolos tecido em torno deles por sua cultura”. (DARNTON, 1986, p. 277).

¹ bolsista CAPES.

Portanto, uma das preocupações da história da leitura, segundo Cláudio DeNipoti, que se apoiou em Joaci Pereira Furtado (FURTADO, 1991, p. 101-112), é: “reconstruir historicamente o contexto da leitura, ou o *locus* de construção de seu sentido” (DENIPOTI, 1998, p. 38).

Centro de Documentação e Pesquisa em História – CDPH

O acervo acumulado por Brasil Pinheiro Machado foi doado, em 2013, por Helena Isabel Mueller ao Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), sob a guarda do Departamento de História da referida instituição. O conjunto documental contém cadernos de anotações, revistas, recortes de jornais, correspondências, livros de poemas, crônicas, artigos publicados, manuscritos, relatórios. Para um breve histórico do lugar de guarda da documentação:

Criado em 1995, com a aquisição do acervo documental do Centro Cultural Euclides da Cunha (CCEC), o espaço, localizado no Campus Central da UEPG, foi inicialmente denominado Sala do Acervo Centro Cultural Euclides da Cunha. Foi ampliado em 1997, quando aconteceu a doação, feita pelo Fórum de Ponta Grossa (PR), dos processos-crime da 1ª Vara criminal (1884-1976); e em 1998, com a chegada do acervo do intelectual Faris Michaele (1911-1977), entusiasta e fundador do CCEC. Muitos outros documentos foram compondo o acervo, como o Jornal da Manhã, recebido em 2008, com exemplares de 1954 a 2007. Até que em 2009, o referido acervo saiu das dependências do Campus Central e foi instalado noutro campus da mesma Instituição de Ensino superior, o Campus de Uvaranas, por conta da transferência do curso de História, que passou a usufruir de um espaço mais apropriado. Nesse momento, o acervo passou a se chamar Centro de Documentação e Pesquisa em História – UEPG. (PINTO, L. C., 2021, p. 29. Apud CDPH, 2018)

Assim, as fontes apresentadas são: o caderno de anotações manuscritas e o impresso com título de Aula inaugural, do início do Mestrado na UFPR, em 1972. As duas fontes diferem sensivelmente no conteúdo, além do formato manuscrito e impresso. Quando da escrita nos cadernos, escrevendo suas 23 sugestões para o estudo e compreensão da História, Brasil Machado poderia estar num momento de leitura e estudos solitários; diferente da publicação em 1972 em conjunto com a historiadora Cecília Maria Westphalen (1927-2004), onde compartilhava do entusiasmo do grupo do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Selecionei alguns trechos das “Sugestões” escritas por Brasil Machado, que demonstram parte de seus interesses com relação à escrita da história, à sociedade (moderna e arcaica) e também à longa duração² nos estudos históricos. Em 23 de março de 1972, o historiador paranaense citou Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831), argumentando que da mesma forma que o filósofo alemão “transformou a História da Filosofia em um problema filosófico, a história também poderia transformar a historiografia em

2 Sobre os três tempos de Fernand Braudel, escreveu François Hartog: O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época do Filipe II – que organiza o escalonamento das três temporalidades – constitui-se em seu primeiro ensaio, cujo sucesso é imediato. Para começar, o alicerce da longa duração; depois, a conjuntura; finalmente, o tempo breve do acontecimento. Dos três personagens encarregados dessa dramaturgia, o último, o do tempo breve, era o mais conhecido e também o menos interessante: era o da história política clássica. O segundo, o dos ciclos e interciclos, só agora começava a ter seu lugar reconhecido. [...] O terceiro, em compensação, ainda inédito, representava a contribuição mais inovadora. Convidava a repensar a história e seus ritmos a partir desses “lençóis de história lenta”, que estão “no limite do movimento”. (HARTOG, 2013, p. 168).

um problema histórico” (MACHADO, 23 mar. 1972, sugestões n. 2):

Talvez pelos mesmos fundamentos pelos quais Hegel transformou a História da Filosofia, de um problema de erudição histórica num problema filosófico – seja possível transformar a história da história (historiografia) num problema histórico, isto é, de um problema de erudição num problema histórico. A historiografia (a compreensão da história), como qualquer outra forma do entendimento humano, é fenômeno histórico, e sendo fenômeno histórico, é elemento integrante de um período histórico e não a “verdade absoluta”.

Será, então, a historiografia apenas um aspecto do desenvolvimento histórico? (MACHADO, 23 mar. 1972, sugestões n. 2)

Em junho de 1973, Brasil Machado refletiu sobre a relação de coexistência entre a sociedade moderna e a sociedade arcaica:

Sobre o funcionamento da sociedade dual

A parte da sociedade “moderna” age sobre a parte da sociedade “arcaica”, destruindo as instituições da parte arcaica, mas não reorganizando-as. Essa influência de destruição deixa seus habitantes (isto é, os habitantes da parte arcaica) sem pontos de apoio social ou econômico; deixa-os libertados da solidariedade social institucionalizada, e, num certo sentido, “marginalizados” em relação a sociedade global. (MACHADO, 13 jun. 1973, sugestões n. 10, grifo do autor)

No que concerne às reações sobre o texto lido, Brasil Pinheiro Machado, na sugestão número 21, em 1976, citou o Movimento dos Annales, especificamente em Fernand Braudel (1902-1985) e a importância do conceito de longa duração para a historiografia, posicionando-se como um leitor crítico, por exemplo, quando se referiu ao “processo histórico”, e logo em seguida destacou entre parênteses: “ele [Braudel] nunca usou essa expressão”:

Pensando, talvez, no conceito tradicional de “forças sociais” que desencadeiam (na historiografia anterior) o processo histórico, que é a procura de um novo equilíbrio e se cristaliza em novas estruturas e novas instituições, Braudel afirma que o processo histórico (ele nunca usou essa expressão) se desenvolve em oposição dialética às coerções da “longue durée”. Eis como soam as suas próprias palavras: É em relação a essa camada subterrânea da história lenta que “a totalidade da história pode ser repensada como a partir de uma infraestrutura. Todos os patamares, os milhares de patamares, todas as milhares de explosões do tempo da história são compreendidas a partir dessas profundidades, dessa semi-imobilidade; tudo gravita ao redor da “longue durée”.

A admissão da realidade da “longue durée” ao processo histórico – é o sentido nuclear da revolução do pensamento histórico, liderada pelo grupo de Annales. (MACHADO, 27 set. 1976, Sugestões n. 21, grifos do autor)

Assim, é necessário observar parte do ambiente intelectual vivido por Brasil Pinheiro Machado, e as referências no contexto em que estava inserido podem ter relação com o modelo historiográfico de Fernand Braudel.

Fernand Braudel (1902-1985) é consensualmente considerado um dos maiores historiadores do século XX, além de ter dominado amplamente a segunda geração dos Annales – este movimento que tantas repercussões trouxe para a historiografia mundial e, particularmente, para a historiografia brasileira. (BARROS, 2012, p. 1)

O interesse sobre o conceito de longa duração de Braudel não ficou apenas no caderno de Brasil Machado, porque o título da “Sugestão nº 21” de estudos foi: **Introdução de uma aula prelecionada para o curso de pós-graduação, em 1973**. Com essa indicação ao curso de pós-graduação, passo a apresentação de parte da outra fonte investigada para essa discussão.

A publicação impressa em 1972, **Aula inaugural: cursos de pós-graduação em História na Universidade Federal do Paraná**, contém dois textos dos historiadores Cecília Maria Westphalen e Brasil Pinheiro Machado, respectivamente. Assim, Westphalen destacou, entre outras questões: a importância do diálogo interdisciplinar, o uso de fontes primárias, temas e métodos que busquem a história das conjunturas e estruturas.

Assim, as diretrizes do Departamento de História, face às conclusões do referido Seminário, conduziram os seus trabalhos científicos para a história econômica e social regional, visando construir um quadro tão completo quanto possível da sociedade e da economia paranaenses, que possibilite traçar paralelos e apontar contrastes com aqueles de outras regiões do Brasil e do Mundo. (WESTPHALEN, 1972, p. 4)

Machado (1972, p. 7) reiterou que o curso de pós-graduação em História “reacende as esperanças dos historiadores no destino da sua Ciência e na função que os estudos históricos têm na reconstrução da cultura brasileira”.

Universitários dos países mais avançados do mundo, os historiadores estrangeiros do Brasil têm consciência de que a história contemporânea se faz em escala planetária e o seu interesse, muito proveitoso para nós, é o de acompanhar a dilatação das fronteiras da modernidade e dos processos históricos que essa dilatação vai promovendo na história dos povos ainda presos à tradição. (MACHADO, 1972, p. 9)

De certa maneira, é possível identificar nesses registros citados da **Aula inaugural**, a intenção de Cecilia Westphalen e Brasil Machado em ampliar o diálogo quando utilizam, respectivamente, as frases: “traçar paralelos com outras regiões do Brasil e do mundo” e “a história contemporânea se faz em escala planetária”. Outro ponto de análise, mesmo que não escrito nesta fonte, mas que provoca reflexões, é o fato de que por um lado, ao valorizar o uso das fontes primárias nas pesquisas, por outro, se pode entender que os lugares de guarda e conservação de documentos históricos como arquivos, museus, centros de documentação e memória também precisam de cuidados.

Considerações Finais

Num direcionamento ainda em fase de desenvolvimento de pesquisa, pensando numa história cultural e global da leitura, percebo que algumas das ferramentas que tornaram possível a união do local com o global foram as tecnologias digitais, que ampliam e democratizam a leitura e o acesso (para quem possui aparelhos conectados à web) aos textos sobre entretenimento, jornalismo, literatura, culinária, ciência e história, entre outros. Nas instituições de ensino, a possibilidade de ler os textos das disciplinas no formato PDF (portable document format) facilitou para os alunos nos sentidos de economia e tempo, desobrigando-os de se deslocarem para uma fotocopiadora ou livraria física.

Outra possibilidade de conexão do local com o global está na habilidade ou na facilidade, através de traduções, dos leitores em ler em outros idiomas. Ter acesso a literaturas produzidas em diferentes línguas amplia o campo de análise e a probabilidade de comparação entre países. Assim, as traduções são um campo de estudos de diversas áreas do conhecimento. Roger Chartier, com relação às traduções nos séculos XVI e XVII, afirma que o tema da tradução é hoje compartilhado pela história literária, pela crítica textual, pela sociologia cultural e também pela história global. Portanto, a intenção do seu artigo foi analisar as três convergências sobre o tema: a primeira seria no sentido da “profissionalização” da escrita; a segunda, metodológica, como uma “geografia literária” de Franco Moretti e das “histórias conectadas” de Sanjay Subramanyam; e a terceira razão seria linguística e estética, com ênfase nos autores e textos considerados intraduzíveis (CHARTIER, 2019, p. 413).

As histórias conectadas são, assim, as dos tradutores, não somente de línguas mas também de culturas, entre mundos em tudo separados. Seguir os destinos daqueles e daquelas que, como Leo Africanus (Davis, 2006), atravessaram os espaços e as línguas, compreender a violência inflexível que os juízes e os administradores exercem sobre as palavras dos conquistados e acusados subtraídos de suas próprias línguas, traçar as viagens dos livros entre as duas margens do Atlântico são várias faces de uma história global, situada nos espaços das relações tensas entre territórios e civilizações ou nos domínios imperiais. O estudo das traduções propõe a menor escala dessas histórias textuais conectadas, indo ao encontro dos significados múltiplos de um mesmo texto. (CHARTIER, 2019, p. 420)

Portanto, os textos traduzidos podem ter significados múltiplos, e a intenção aqui não será o debate sobre obras traduzidas, uma linha pesquisada pela crítica literária e também por historiadores especializados em traduções. A defesa segue no sentido de compreender a história da leitura numa perspectiva que pode se aproximar da história global. Como um sujeito histórico se conecta, através da leitura, com outros mundos, com outras culturas? Através da sua escrita, ou seja, do registro de suas leituras, podemos capturar suas interpretações e impressões sobre o que foi lido?

Considero, a partir das fontes apresentadas, que o ato de ler e refletir sobre conceitos históricos estudados globalmente, como a longa duração, no manuscrito que revelou um pesquisador interessado na escrita da história; e na sua publicação colaborativa com outra professora do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná (UFPR), refletindo sobre a teoria e o método historiográfico que deveriam nortear o curso recém-inaugurado do mestrado. As duas fontes mostram elementos de certo movimento

local de reação sobre problemas historiográficos investigados além das fronteiras nacionais.

Referências Bibliográficas:

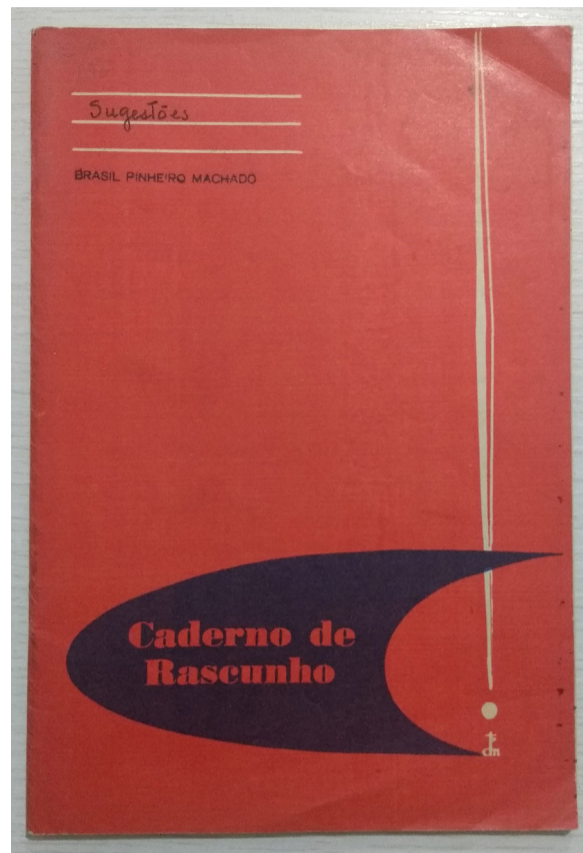
- BARROS, José D'Assunção. Fernand Braudel e a Geração Dos Annales. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, Dourados, v. 6 n. 11 jan/jun 2012. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/viewFile/1883/1051>. Acesso em: 2 jun. 2017.
- CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros**. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Tradução de Mary Del Priori. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.
- CHARTIER, Roger. Mobilidade dos textos e diversidade das línguas: traduzir nos séculos XVI e XVII. **Va-ria História**, Belo Horizonte, vol. 35, n. 68, p. 413 – 441, mai/ago 2019.
- DARNTON, Robert. Os leitores respondem a Rousseau: a fabricação da sensibilidade romântica. *In*: DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos**: e outros episódios da história cultural francesa. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 277-336.
- DENIPOTI, Cláudio. **A sedução da leitura**: livros, leitores e história cultural. (Paraná 1881-1930). Tese de doutorado. Curitiba, 1998.
- FURTADO, Joaci Pereira. **Uma República de leitores**: as “Cartas Chilenas” e a história da leitura. *História* 10, São Paulo: Unesp, 1991.
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- HARTOG, François. Experiências do tempo: da história universal à história global? **História, histórias**. Brasília, v. 1, n. 1, p. 164-179, 2013.
- PINTO, Luciana C. Historiadores em acervos: o fascínio e os desafios do trabalho no Centro de Documentação e Pesquisa em História. *In*: **Chave de compreensão da história**: Cultura & Identidades. Bortoloti, K.; Pereira, D. (Orgs.), Ponta Grossa: Atena, 2021, p. 27-37.

Fontes:

- MACHADO, Brasil Pinheiro. **Sugestões**. Caderno de anotações. Data limite 1972-1977. Acervo Brasil Pinheiro Machado. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDPH), Ponta Grossa.
- WESTPHALEN, Cecília Maria. Discurso proferido pela Professora Cecília Maria Westphalen, por ocasião da instalação do Mestrado em História na Universidade Federal do Paraná, em 1º de outubro de 1972. *In*: **Aula inaugural**: cursos de pós-graduação em História na Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 1972, p. 3-5. Acervo Magnus Roberto de Mello Pereira. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDPH), Ponta Grossa.
- MACHADO, Brasil Pinheiro. Aula inaugural dos Cursos de Pós-Graduação em História na Universidade Federal do Paraná, proferida pelo professor Brasil Pinheiro Machado, em 1º de outubro de 1972. *In*: **Aula inaugural**: cursos de pós-graduação em História na Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 1972, p. 7-9. Acervo Magnus Roberto de Mello Pereira. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDPH), Ponta Grossa.

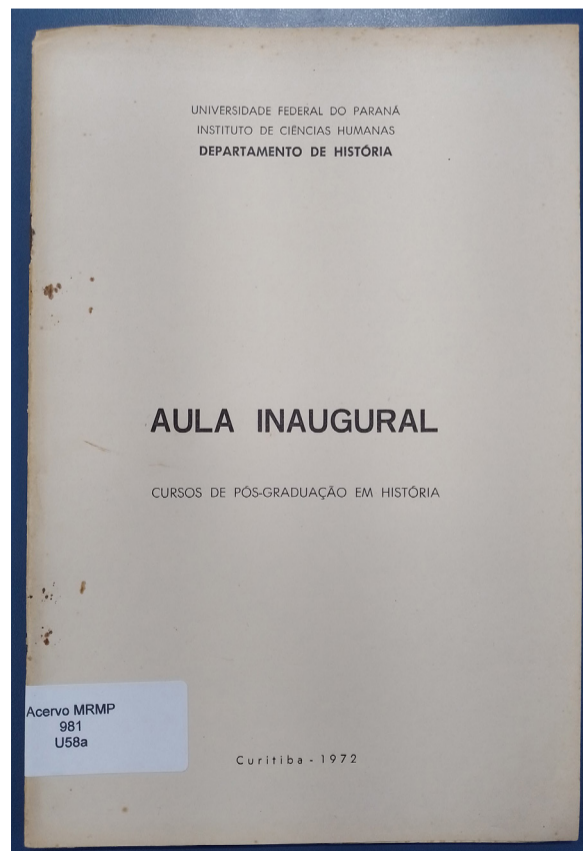
Anexos:

Imagem 1 - Capa



Fonte: MACHADO, Brasil Pinheiro. **Sugestões**. Caderno de anotações. Data limite 1972-1977. Acervo Brasil Pinheiro Machado. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDPH), Ponta Grossa. Luciana Cristina Pinto, 2022.

Imagem 2 - Capa



Fonte: MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. **Aula inaugural**: cursos de pós-graduação em História na Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 1972. Acervo Magnus Roberto de Mello Pereira. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDPH), Ponta Grossa. Luciana Cristina Pinto, 2022.

COLABORACIONISMO, NACIONALISMO E CULTURA HISTÓRICA: RECEPÇÃO DE FUSTEL DE COULANGES PELA *ACTION FRANÇAISE* DURANTE A FRANÇA DE VICHY (1940-1944)

LUCAS ARANTES LORGA

Mestrando em História (UNIFESP)

lucaslorga1@gmail.com

Introdução

Quando escrevemos um artigo, livro ou outros tipos de textos, nós, historiadores, quase sempre pensamos em quem nos lerá - assim como as demais áreas do conhecimento. Mais especificamente no caso da história, essa relação da comunicação como um círculo semiótico, bem aplicada por Jurandir Malerba (2017), vem tomando novos contornos. Com o advento das mídias sociais e a crise da institucionalidade do campo, questionamentos acerca da divulgação da história, formalizados principalmente no campo da História Pública, complexificam a tríade historiador(a), escrita da história/historiografia e público. Perguntamo-nos, em síntese, quais os métodos mais eficazes para levar nossas pesquisas para determinados públicos-alvo fora da academia.

Para responder especificamente essa pergunta, o presente texto tem pouco a contribuir. Porém, a chave de análise aqui utilizada não será em pensar como a historiografia pode ser melhor acessada pela população em geral. Ao contrário, focaremos em um caso específico em que a produção de um autor foi lida amplamente após a sua morte e, estressando algumas características próprias do ato de recepção, foi ressignificada de maneira complexa e, por vezes, contraditória. Em resumo, nossa questão principal não será em como o historiador pode se comunicar melhor com o público, mas, sim, como um historiador foi efetivamente recebido por uma comunidade além de seu controle.

Adentrando mais diretamente nos objetos e objetivos do presente texto, penso ser necessário explicar quais os personagens e fontes a serem abordados. As páginas a seguir tratarão, então, da recepção das obras acerca da Antiguidade escritas por Numa Denis Fustel de Coulanges (1830-1889), historiador metódico francês da segunda metade do século XIX, pela *Action Française*, movimento reacionário de extrema direita católica e monarquista, durante a França de Vichy (1940-1944). Para tanto, será analisado o periódico diário *L'Action Française*, em suas edições de 1940 até 1944. Assim, a partir de três categorias que se interconectam - colaboracionismo, nacionalismo e cultura histórica - será possível entender melhor tal relação complexa.

Assim, a partir principalmente das contribuições da Charles Martindale (2006),

buscaremos analisar as interconexões dessa tríade Passado, Fustel de Coulanges e *Action Française* como uma cadeia de recepção. Salientando o papel ativo dos receptores, sejam eles quem forem, será possível entender a relação complexa entre Antiguidade e Modernidade - ou melhor, Antiguidade enquanto Modernidade.

Ressalto que o presente texto é oriundo de uma pesquisa de mestrado ainda em andamento. Portanto, parte das considerações feitas ao longo das seguintes páginas terão caráter primário e introdutório. Mais do que responder a todas as questões que apareceram ao longo do primeiro ano de pesquisa, penso ser mais proveitoso demonstrar, ainda que de maneira incipiente, sua evolução.

Apresentação dos Sujeitos Históricos

Mesmo que estruturalmente descolada da introdução, a presente seção terá um caráter ainda introdutório. É essencial, antes de entrar nas ditas categorias, apresentar, mesmo que brevemente, um pouco dos sujeitos históricos centrais da pesquisa. Nesse sentido, como um trabalho focado na recepção, é necessário ter, no mínimo, dois atores centrais. No presente texto, eles são Fustel de Coulanges e a *Action Française*. Começemos, portanto, tecendo algumas considerações sobre Coulanges.

Numa Denis Fustel de Coulanges foi um dos grandes historiadores franceses do século XIX. Autor da célebre *A Cidade Antiga*, Coulanges foi tido pela academia por muitos anos como um símbolo da historiografia positivista ou metódica. Porém, como grande parte dos metódicos (SILVA, 2006), o historiador francês entrou em um ostracismo acadêmico até sua revitalização por François Hartog (2003). Desde então, alguns historiadores brasileiros - como Guilherme Moerbeck (2019), Renata Senna Garraffoni e Alexandre Cozer (2020) e Roni Cleber Dias de Menezes (2020) - ou estrangeiros - como Joseph Jurt (2013), Catherine Valenti (2006), e Stephen Wilson (1968, 1973) - pretenderam resgatar o estudo de suas obras.

Curiosamente, parte destes trabalhos brasileiros ainda se focam em um estudo detido em sua *magnus opus*, *A Cidade Antiga*. Assim, olvidam-se daquele que foi, talvez, seu maior investimento intelectual - pelo menos em extensão: sua obra *Histoire des institutions politiques de l'ancienne France*. Também não vemos, na academia brasileira, muitos estudos sobre a recepção, para além da historiografia sobre a Antiguidade, e sobre os usos políticos dos escritos de Coulanges.¹

Nesse sentido, quando se pensa em Coulanges, seja na academia brasileira ou estrangeira, fala-se da relação complexa entre nacionalismo e história. O historiador francês foi professor tanto da École Normale Supérieure quanto da primeira cadeira de História Medieval na *Sorbonne*. Por esta razão, foi extremamente relevante para as discussões e formações da história enquanto ciência, que marcaram toda a segunda metade do século XIX (GEARY, 2005).

Não só isso, como viveu de perto um dos grandes traumas da história francesa contemporânea

1 Isso não quer dizer que os estudos feitos no Brasil sejam atrasados ou inferiores. Ainda que não concordando pontualmente com algumas questões - principalmente a assunção de que Coulanges e a escola metódica no geral seguiam o positivismo de Auguste Comte -, penso que tais trabalhos são essenciais para as reflexões sobre o historiador. Para uma contrapartida dessa visão sobre o positivismo. Ver Lorga (2022).

(GIRARDET, 1958). Viu a derrota da França na Guerra Franco-Prussiana (1870-1871) e a perda dos territórios da Alsácia-Lorena, que foi seu lar durante seus 10 anos como professor em Estrasburgo - de 1860 até 1870 com o início do conflito. Sua participação ao lado de outros eminentes pensadores - como Ernest Renan, François Buloz, Ernest Lavisse, E.M Caro e Emile Montégut - em uma guerra intelectual nos jornais é notável. Sediados principalmente na *Revue des Deux Mondes*, tais pensadores usaram suas autoridades acadêmicas para pensar, debater e, principalmente, encontrar um motivo - ou melhor, um culpado - da derrota francesa (HARTOG, 2003).

Desta forma, Coulanges foi um historiador no século das Nações e um nacionalista no século da História. Ao contrário do que pregava sua metodologia de assepsia da história, não há como separar interesses políticos e o ofício do historiador em Coulanges. Mesmo que para ele passado e presente - ou política e história - não devessem se encontrar (COULANGES, 1870, 1875 1887), é praticamente unânime para os textos que tratam de sua historiografia que, na prática, essa idealização não se concretizou. Assim, mesmo afirmando que sua produção é uma “ciência pura, uma ciência como a física ou como a geologia. Ela visa apenas encontrar fatos, descobrir verdades” (COULANGES, 1875, p. 305) e que “a história nunca se encarregará por si só de ensinar a política. Ela diz o que se fez mas não diz o que é preciso fazer” (COULANGES, 1867, p. 303), Coulanges não manteve tais barreiras entre passado e presente tão sólidas em suas obras, como veremos mais adiante.

Exatamente nessa junção ambígua entre ciência histórica e um tipo específico de nacionalismo francês que é possível encontrar alguns indícios de sua recepção pela *Action Française*. Nesse sentido, Fustel de Coulanges foi tido como o intelectual por excelência do movimento. Charles Maurras, ideólogo máximo e um dos fundadores do movimento, referiu-se a Coulanges da seguinte maneira em um artigo de 26 de outubro de 1940, em que defendia o legado do monarca Luís IX de França:

A iniciativa dessa observação da história política não é de um historiador religioso, nem mesmo de um exaltado poeta romântico. Vem do mais grave e objetivo de nossos mestres. Encontramo-lo naquelas curiosas *Leçons d'Histoire de France*, dadas à Imperatriz Eugénie, que foram publicadas muito depois da morte de Fustel de Coulanges. (MAURRAS, 1940, p. 1, tradução nossa)

Em outro momento, Robert Harvard de La Montaigne, em uma coluna de 23 de setembro de 1940, invoca a autoridade de Coulanges para criticar o sistema democrático, dizendo:

Em outro número, o mesmo jornal reimprime o célebre texto de Fustel de Coulanges sobre o sistema partidário. O êxodo nos separou de nossos livros; às vezes é difícil encontrar uma página tão essencial. Guardemos este, que seria preciso saber de cor. (MONTAIGNE, 1940a, p. 2, tradução nossa)

Fica claro, portanto, mesmo que de maneira breve, a importância de Coulanges para o grupo. Falamos, então, sobre o contexto de formação da *Action Française*.

O movimento nasceu no meio do Caso Dreyfus, importante evento na história francesa. Quando o

capitão de artilharia, Alfred Dreyfus, foi culpado em 1894 por vender segredos militares franceses para Alemanha e exilado perpetuamente para uma colônia penal na América do Sul, a sociedade francesa entrou em uma fervorosa disputa. De um lado, os chamados “*Dreyfusards*”, como Émile Zola, defenderam a inocência do capitão judeu, alegando perseguição nacionalista e anti-semita; de outro, os “*Anti-Dreyfusards*” ressaltaram como a segurança da França era mais importante do que a vida de um simples homem (FORTH, 2004).

Entretanto, mais que a defesa ou ataque legal da inocência de um militar, o Caso Dreyfus jogou luz em um complexo conflito interno entre os franceses. O desenrolar do evento, com o perdão presidencial em 1906, foi uma amarga derrota para os *Anti-Dreyfusards*, inflamando sentimentos ultrapatrióticos, militaristas, antissemitas, xenófobos e católicos tradicionais (ARNAL, 1985).

Nesse contexto, diversos movimentos de extrema-direita se mobilizaram e tomaram ações mais incisivas. Grupos como a *Ligue des Patriotes*, a *Ligue Antisémita* e a *Ligue de la Patrie Française* tinham se fortalecido durante o final da década de 1870 e, a partir da década de 1880, estavam prontos para desafiar democraticamente os republicanos. Até mesmo a *Action Française* foi predada por esses movimentos, que foram contrários ao seu caráter monarquista (ARNAL, 1985). Com o colapso do Boulangismo em 1891, entretanto, parte dessas ligas também se dissolveu ao longo do começo do século XX. O vácuo criado na extrema-direita foi rapidamente preenchido pela *Action Française*, que logo cooptou diversos intelectuais ultraconservadores, monarquistas, católicos e contrários à Terceira República Francesa (ARNAL, 1985).

Assim, a *Action Française* foi, segundo Tannenbaum (1961, p. 1, tradução nossa), “o movimento reacionário mais notório do século XX na França”. Em seu auge (1910-1926) teve em torno de trinta a quarenta mil afiliados (TANNENBAUM, 1961). Além disso, suas heranças intelectuais para a extrema direita foram muito além da França e da Europa. É notável, principalmente, sua influência em países da América do Sul, como a Argentina e o Brasil (ROCK, 1995), e em Portugal salazarista (JUDT, 2005).

Mesmo assim, a participação efetiva na vida política pela *Action Française* ainda continua um campo de constantes debates. Mesmo com o slogan “*Politique d’abord*” (política em primeiro lugar), o movimento se manteve fora dos círculos políticos na maioria do tempo. Nas poucas eleições que membros da *Action* disputaram, o resultado foi pífilo, com somente um membro eleito em 1919 e nenhum em 1924 (WILSON, 1968). Mesmo assim, muitos categorizam o movimento como “uma das escolas de pensamento político mais influentes de seu tempo” (JOLY, 2006, p. 698, tradução nossa) ou como “o maior movimento monarquista e nacionalista da França do século XX” (WEBER, 1962, p. VII), mostrando a importância de estudos sobre o grupo. Além disso, seu jornal, *L’Action Française*, foi considerado como o periódico antissemita mais influente à época (CURTIS, 2015).

Nesse sentido, um caminho promissor para tentar entender a participação e relevância política do grupo é exatamente estudar o período de Vichy e seu colaboracionismo com o governo de Pétain.

Colaboracionismo Ambíguo da Action Française

O recorte temporal, como dito anteriormente, foi feito a partir de 1940, com o início do governo de Vichy, até 1944 com o fim das publicações disponíveis da revista *L’Action Française*. Durante esse período,

a história francesa passou, a partir de 1940, pelo chamado Regime de Vichy. Após a avassaladora invasão alemã, denominada “Estranha Derrota” por Marc Bloch (2011), instaurou-se um governo tido por alguns como fantoche da Alemanha Nazista, comandado pelo Marechal Philippe Pétain (1856-1951).

Neste sentido, até a década de 1970, os trabalhos historiográficos sobre o período colocaram a França como um agente quase passivo durante a dominação alemã (FERREIRA, 2015), o que Tony Judt (2005, p. 808) denominou como “Síndrome de Vichy”. Mesmo assim, parte da historiografia pós década de 70, como os trabalhos pioneiros de Robert Paxton (2007; 1972), ou de historiadores brasileiros dedicados aos mais diversos campos da historiografia (SILVA, 2005; ROLLEMBERG, 2007), procuraram entender como o povo francês na realidade teve voz ativa na construção do Governo. Alguns autores como Michael Curtis (2015) chegam a afirmar que de certa forma o colaboracionismo, no limite, foi uma invenção francesa, não uma demanda alemã. Nesse sentido, como nos alerta Tony Judt:

Mas os homens e mulheres trazidos à frente das cortes francesas trabalharam frequentemente não para os nazistas, mas, sim, com o regime de Vichy, liderado e administrado e ostensivamente herdeiro legítimo do Estado Francês pré-Guerra. (JUDT, 2005, p. 44, tradução nossa)

Sendo assim, quando falamos em colaboracionismo, pensamos nestes homens, mulheres e organizações francesas que apoiaram efetivamente e possibilitaram a existência de um regime autoritário da França. Para Paxton (1972, p. 24, tradução nossa), “a França foi além de uma mera administração durante a ocupação para levar a cabo uma revolução doméstica em suas instituições e valores”. A chamada “Revolução Nacional” de Pétain, nesse sentido, não foi somente um fantoche alemão, mas um governo com sua identidade própria, que respondeu aos anseios e desavenças específicas do povo francês.

Ainda assim, a complexidade do assunto parece ser quase inesgotável. Do mesmo modo como a aceitação e participação efetiva do cidadão comum alemão aos ideais nazistas, a questão da colaboração francesa possui diversas contradições.

No caso da *Action Française*, podemos ver uma aproximação em temas como o antissemitismo, tão característico tanto para o grupo quanto para o Regime de Vichy (CURTIS, 2015). Nesse sentido, Charles Maurras possuía uma coluna diária no centro da primeira página do periódico, posição de destaque absoluto em um jornal, chamada “*La Politique*”. No dia 02 de junho de 1942, no mesmo dia a feitura do Estatuto Judeu pelo governo de Pétain, que limitou o direito à cidadania dos judeus franceses e argelinos, Maurras congratulou o posicionamento incisivo do Marechal, dizendo:

É dito por vários lados que as leis de profilaxia antijudaica serão complementadas e que as leis existentes serão submetidas a uma ordem de execução mais estrita. Se esse boato fosse falso, estaríamos perdidos ou muito próximos disso.

Se esse boato fosse falso, se não fosse verdade que o Estado francês iria se colocar em uma posição defensiva enérgica contra os numerosos judeus que enxameavam e se enfureciam por toda parte, o que poderia ser chamado de dobradiça judaica certamente entraria em jogo, e tudo que mantém a França de pé sofrerá a mais terrível ofensiva de inimizades que sofreu desde 1940. (MAURRAS, 1942, p. 1, tradução nossa)

Também podemos ver uma completa defesa da *Action Française* ao plano educativo proposto pela revolução nacional de Pétain. Durante a coluna *Revue de la Presse* de 14 de outubro de 1940, encontra-se dito:

Pétain se esforçou para documentar-se pessoalmente em questões universitárias. As palavras pronunciadas por ele, já há vários anos, revelavam um sério conhecimento dos vícios da educação oficial: “Hoje”, disse ele, “nosso sistema pedagógico persegue como seu único objetivo o desenvolvimento do indivíduo, considerado como um fim em si mesmo. Aqui estão até membros do corpo docente se entregando abertamente ao objetivo de destruir o Estado e a Sociedade! São esses professores que criam nossos filhos na ignorância ou no desprezo por seu país. Mas, infelizmente! palavras sábias eram inúteis na grande correria de ambições mesquinhas que levavam o país à decadência moral, eles tiveram que esperar nossa cruel derrota para ganhar todo o seu poder de ação.” Lamentamos profundamente não poder citar todo este artigo, rico em evidências, mas também ideias. (REVUE..., 1940, p. 2, tradução nossa)

Por outro lado, também vemos um afastamento tácito com o monarquismo maurrasiano, principalmente pela aproximação de Pétain com o governo alemão, tão repudiado por Maurras e pela germanofobia da *Action Française* (JOLY, 2012). É notável, por exemplo, que a *Action Française* foi a favor da declaração de guerra contra a Alemanha no início da Segunda Guerra, ao contrário de um sentimento comum na França que temeu uma nova Primeira Guerra e advogou pela paz (PAXTON, 1972). Na chamada do dia 10 de setembro de 1939, um dia após a declaração formal de guerra, replicou-se os dizeres de Henri Gérente, deputado da Alta Saboia, que escreveu:

Está provado, infelizmente! agora, que nenhuma paz, nenhuma estabilidade será possível com uma Alemanha que não se reduz definitivamente à impotência. Renunciaremos à decepcionante ilusão de uma “Alemanha boa, pacífica e arrependida”, lembrando que só existe uma Alemanha cuja imagem mais fiel é a das hordas bárbaras que, já moral e materialmente isoladas no mundo, acabam de desafiar os soldados da civilização e da liberdade dos povos. (GÉRENTE, 1939, p. 1)

Portanto, a aceitação e participação da *Action Française* ao Regime de Vichy é ainda um tema controverso e cheio de nuances. Desta forma, o que pode nos ajudar a entender essa questão é a delimitação do seu conceito de nação. Passemos, então, para tal tema.

Nacionalismo da Action Française e suas contradições com Fustel de Coulanges

A definição e conceitualização do que é a Nação é de suma importância, tanto para *Action Française* quanto para Coulanges. Por muito tempo, tem se pensado no fenômeno nacional na história europeia a partir de dois grandes binômios: o nacionalismo civil *versus* o étnico. Como posto por Roger Brubaker (2017), entretanto, essa separação é usualmente feita não de forma analítico-conceitual, mas a partir de critérios valorativos éticos; nesse sentido, o nacionalismo bom é o cívico, (normalmente representado pela

França) contra um mau, sendo este o étnico e usualmente alemão. Uma análise da formação, tanto sincrônica quanto diacrônica, do conceito de nação para Coulanges e para a *Action Française*, nesse sentido, pode contribuir muito para a complexificação do estudo dos diferentes nacionalismos.

Analisando o debate de Fustel de Coulanges e Theodor Mommsen (1817-1903) sobre a Alsácia-Lorena, escrito em jornais franceses e italianos no ano de 1870, alguns tópicos importantes sobre como Coulanges enxergava a ideia de nação puderam ser levantados.

Assim como Ernest Renan (2006) e seu plebiscito diário, Coulanges acreditou que “Nosso princípio é que uma população só pode ser governada pelas instituições que ela aceita livremente” (COULANGES, 1870, p. 15, tradução nossa) - por isso, a Alsácia-Lorena seria francesa. Ao contrário dos argumentos históricos e étnico-linguísticos de Mommsen (1870), Coulanges afirmou que “Pode até ser que a Alsácia seja alemã pela raça e pela língua; porém pela nacionalidade e o sentimento patriótico ela é francesa” (COULANGES, 1870, p. 10, tradução nossa).

O voluntarismo político, que versa sobre quem são os cidadãos, prevalece em grande parte dessa linha de pensamento. O francês, nesse sentido, não era aquele que nascesse em território francês ou que falasse a língua francesa, mas, sim, aquele que aceitasse os ideais revolucionários e lutasse pela nação quando necessário (HOFFMANN, 1993).

Nesse sentido, Coulanges realmente representou muito bem o que supostamente seria o nacionalismo cívico francês: cosmopolita e voluntarista. Porém, mesmo que também franceses, a *Action Française* e seus líderes, como Maurras, pouco tinham de tais aspectos. Em uma coluna de 20 de março de 1930, denominada “IV. Um antidemocrata”, na qual Maurras defende que Coulanges não era um republicano, o pensador do século XX disse: “Somente capaz de contar com as elites, a realeza francesa salvará o país da doença da democracia e de suas consequências, decadência, divisão, morte” (MAURRAS, 1930, p. 1, tradução nossa).

Somado a esse repúdio à democracia, a *Action Française* defendeu uma perspectiva étnica para a definição de nação (JOLY, 2012). Os judeus, por exemplo, considerados como uma raça degenerada pelo movimento, não podiam ser franceses. A contradição aparente com os pensamentos de Coulanges pode ser observada em passagens do historiador como: “O que distingue as nações não é nem a raça, nem a língua (COULANGES, 1870, p. 10, tradução nossa).”

Ressaltamos, porém, que mesmo com um racismo predominante da *Action Française* aos judeus, por exemplo, não é possível fazer uma equivalência com o antissemitismo nazista. Como posto por Jeffrey Herf (1993), o nazismo conseguiu negar a razão iluminista ao mesmo tempo que abraçou as inovações técnico-científicas da época, inclusive incorporando-as em seu *modus operandi* e em sua ideologia. Por ter feito parte de uma extrema-direita moderna, o nazismo abraçou um dos grandes paradigmas científicos, no sentido dado por Thomas Kuhn (1998), da época: o darwinismo social (WEIKART, 2013).

Já a *Action Française* fez parte de uma extrema-direita tradicional e, mais importante ainda, católica. Sua adesão à ciência foi circunscrita e limitada e seu antissemitismo esteve mais ligado à negação da cultura, costumes e história judaica do que aos aspectos biológicos. Isso porque era de extrema importância para o movimento negar qualquer tipo de materialismo, seja científico, literário ou social. Léon Daudet, tal-

vez o segundo maior colunista da *L'Action Française* abaixo somente de Maurras, criticou tanto a antropologia criminal de Cesare Lombroso quanto a nefrologia de Franz Joseph Gall. Segundo ele, ao desmerecer a ciência moderna por esquecer do espírito²:

Aqui novamente a concepção materialista, retrógrada, sumária, abandonada das localizações cerebrais da linguagem articulada [Broca e Charcot] rebaixou o conhecimento ao sistema absurdo e infantil de [Franz Joseph] Gall. (DAUDET, 1926b, p.1, tradução nossa)

Ou quando, ao criticar o materialismo de Sigmund Freud, disse:

Compararei o caso de Freud com o do famoso Max Nordau, autor de *Degeneração*, que estava na moda antes da guerra, e do não menos famoso Lombroso, autor desconcertante e moliéresco de *O criminoso* e *O homem de gênio*. Seria apropriado descrever, sob o nome de 'putrefação intelectual', o processo mental desses três senhores, os dois últimos dos quais hoje estão bem esquecidos. (DAUDET, 1926a, p.1, tradução nossa)

Mesmo que de maneira breve, dois fatores podem ser retirados do exposto até agora. Primeiro, que mesmo tendo teores racistas, não se pode assumir *a priori* que a *Action Française* seguiu um nacionalismo étnico único e geral para as extremas direitas. Suas características próprias devem ser consideradas e contribuem de sobremaneira para entender melhor as diferenças entre uma extrema-direita tradicional e uma moderna, assim como o papel político de argumentos científicos entre os oitocentos e o século XX.

Em segundo lugar, é possível perceber que a definição de nação de Coulanges e do movimento foram, no limite, incompatíveis entre si. Enquanto o historiador francês postulou uma maior flexibilização daquilo que significa ser francês, o movimento reacionário esforçou-se em excluir cada vez mais aqueles que podem participar da nação. Voltemos, portanto, à questão inicial do texto: por que, então, a *Action Française* erigiu Coulanges como seu intelectual por excelência? Talvez, adentrar e entender as relações do movimento com o passado e os usos das obras do historiador possam ajudar a responder tal questão.

Cultura Histórica e Usos de Fustel de Coulanges

Isso nos leva ao último ponto da pesquisa: a cultura histórica específica da *Action Française*. Como preâmbulo, o termo cultura histórica é entendido aqui como as diversas formas que diferentes sujeitos históricos interagem com sua temporalidade. Assim, a categoria seria a manifestação de uma consciência histórica por meio da cultura, em uma relação dialética de mutualidade. Tal termo tem inspirações da antropologia e interage bem com as propostas teóricas do presente trabalho, pois admite a ideia de diversidade e multiplicidade cultural (ALVES, 2010). Assim, vejamos, então, como a historiografia de Coulanges, e por

2 Parece-nos, de princípio, que a *Action Française* ressignificou em suas ideias uma espécie de dualismo de mente/espírito - corpo, de origem cartesiana. Ver René Descartes (1983).

consequente uma ideia específica do passado francês, é citado nas páginas do jornal.

Como nos indica Stephen Wilson (1973), a *Action Française* exaltou Coulanges como o maior símbolo intelectual do movimento. Para o autor, que categorizou a recepção de Coulanges pela *Action* como um “rpto”³, as obras do historiador francês serviram para destruir, na visão do grupo reacionário, a teoria consagrada por Henri de Boulainvilliers (1658- 1722) de uma França composta por “duas raças”: uma latina e outra germânica (WILSON, 1973). Na realidade, essa disputa, inclusive, pode ser encontrada desde o século XVI, com a obra de François Hotman (1524-1590) *Francogallia* (VALENTI, 2006).

O historiador oitocentista, de fato, dedicou parte de sua carreira para provar a falta de impacto germânico na formação francesa. Para Coulanges, em sua obra *Histoire des institutions politiques de l'ancienne France*:

A invasão germânica só ocorreu cinco séculos depois, ou seja, numa época em que a civilização [galo-romana] tinha lançado raízes tão profundas que os bárbaros não podiam extirpar (COULANGES, 1888, p. 139, tradução nossa).

Tal argumento central da obra de Coulanges foi utilizado de maneira intensiva pela *Action Française* para provar a unidade institucional e cultural francesa frente aos alemães e às invasões bárbaras. Robert Harvard de La Montaigne expõe de maneira ilustrativa tal ideia, quando diz em sua coluna denominada “Fustel de Coulanges” de 14 de março de 1940:

No tesouro do século, revista mensal, a Sra. Irmine Romanette homenageia Fustel de Coulanges que foi o primeiro a reagir contra os erros românticos.

Queríamos que os gauleses fossem povos oprimidos pelos “grandes bárbaros brancos”, francos, borgonheses, visigianos, que sozinhos teriam formado a nobreza, e que a Revolução Francesa constituísse a revolta do povo, descendentes dos gauleses, contra a nobreza descendente dos bárbaros, seus antigos senhores.

Fustel de Coulanges restabelece a verdade dos factos, nomeadamente que os nobres galo-romanos eram os ministros, os conselheiros dos reis bárbaros e que eram os verdadeiros seguidores do direito romano que aplicavam. De facto os verdadeiros senhores da Gália eram os senhores galo-romanos e que nunca deixaram de ser senhores dos seus castelos [...] É, portanto, falso o que escreve Augustin Thierry: “acreditamos que somos uma nação e somos duas nações na mesma terra”.

Fustel de Coulanges, que examinou mais de perto os textos e o gesto galo-romano, deu a primeira picareta a essa falsa lenda em um artigo publicado na *Revue des deux mondes* de 15 de maio de 1872 do qual extraímos “as invasões germânicas de O século não exerceu influência direta sobre a língua, religião, costumes, governo e a estrutura da sociedade; que se eles transformaram tudo isso, foi, por assim dizer, sem seu conhecimento; que os capacitadores da Gália não foram escravizados nem despojados; que os bárbaros nada fundaram; e que sua presença simplesmente favoreceu o surgimento do regime feudal já em germe antes de sua chegada”. (MONTAIGNE, 1940b, p. 4, tradução nossa)

3 Discordamos dessa categorização de “rpto” pelo mesmo motivo dado por Katie Fleming (2006) em sua crítica ao termo “abusos do passado”. Em uma perspectiva política, abusos e raptos podem ser utilizados de maneira eficaz; porém, enquanto categorias de análise, são extremamente problemáticas. Infere-se, utilizando tais termos, que há um a priori que estabelece quais são os usos corretos e os errados. Tal visão colide de encontro com proposições da hermenêutica moderna de e da teoria da recepção.

Esse suposto fato historiográfico era essencial para provar a unidade racial, histórica, cultural e, como visto anteriormente, espiritual do país. Para o movimento, Coulanges havia sido um dos poucos “mestres da Contra-Revolução” e foi o único a não permitir em suas obras o embate entre franceses, prezando pela unidade étnica e histórica e criando um *continuum* entre a Gália da Antiguidade com a França contemporânea (WILSON, 1973).

Assim, Coulanges foi preterido entre outros historiadores franceses metódicos, como Gabriel Monod (1844-1912) - com quem teve grandes rivalidades acadêmicas e pessoais (HARTOG, 2003) -, exatamente por essa crítica ao germanismo. Coulanges dedicou, segundo ele mesmo, “quinze anos [...] contestando com alguma ênfase o que se denomina sistema germanista” (COULANGES, 1887, p. 321), do qual Monod, para o autor, seria um dos principais representantes. Em artigo intitulado “Os judeus e a História da França” de 19 de agosto de 1943, Maurras escreveu, colocando sua filiação a favor de Coulanges e contra Monod:

Para obter seu benefício luminoso, é necessário conhecer o melhor possível todas as provas que nos foram infligidas. Eles não são de ontem. Veremos as principais numa página da minha Contra-Revolução Espontânea onde é contada a nossa tomada de armas a favor de Fustel de Coulanges. A história revolucionária, a história romântica formam os primeiros flagelos. A história oficial dos dois impérios era outra. Fomos quase os únicos a apontar todos os prejuízos causados aos quadros da educação nacional por Gabriel Monod que, durante vinte anos, foi o árbitro da agregação da história. (MAURRAS, 1943, p.1)

De passagem, é possível encontrar também referências, ainda que em menor proporção, ao trabalho de Coulanges *A Cidade Antiga*. Principalmente como uma defesa da importância da religião como base das instituições, tão ressaltada pelo autor ao defender as origens institucionais baseadas no culto doméstico ao fogo (COULANGES, 1961), a *Action Française* usou sua obra para ressaltar as questões espirituais da política. Maurras, nesse sentido, retomou a figura de Coulanges, dizendo que:

Mas o que ele [Coulanges] disse sobre o poder das forças morais que o santo rei [Luís IX] sintetizou adquire nova importância quando refletimos sobre uma das ideias mais familiares a Fustel sobre a diferença entre a antiguidade e os tempos modernos. Segundo ele, a cidade antiga nasceu de crenças religiosas, viveu e morreu com elas. Pelo contrário, o regime moderno tinha um nervo totalmente diferente, e esse nervo era o interesse. No entanto, a conquista moral da Europa por São Luís e a linhagem não se deveu apenas ao interesse próprio. Basta que Fustel o veja, dizendo-o com toda a sua profunda submissão natural a esta verdade que chamou de castidade da história. Este grande realista não poderia entender mal quais são as maiores e mais penetrantes realidades (MAURRAS, 1940, p. 1, tradução nossa).

Ressalta-se, por fim, que mesmo sendo críticos da cientificidade materialista, é notável como membros da *Action Française* reivindicaram o caráter aparentemente objetivo do grande metódico que foi Coulanges. Tido por Charles Seignobos (1854-1942) (*apud* DIVANNA, 2010) como o mais metódico dos metódicos, curioso como seu método asséptico rendeu-lhe o esquecimento por seus críticos, como Marc Bloch e Lucien Febvre (SILVA, 2006; KARNAL, 2006), mas, também, admiração de grupos fora ao seu controle, como a *Action Française* e o *Cercle Fustel de Coulanges*.

Conclusão

É possível perceber, portanto, que tanto o estudo de Coulanges quanto da *Action Française* continuam trazendo reflexões acerca da natureza da História e do papel social do historiador. Mais do que isso, mesmo que de maneira breve e introdutória, podemos ver que a leitura e o estudo de uma fonte específica, como os textos de Coulanges, podem ser auxiliados por como ele foi recebido posteriormente. A partir de uma cadeia de recepções, ao analisar como a *Action Française* leu Coulanges, passamos a saber mais tanto do movimento quanto do historiador. Desta forma, a recepção feita dos dois personagens a partir deste texto também se insere nesta cadeia complexa, múltipla e plural.

Também se abrem caminhos para futuras perguntas. Como a *Action Française* entendeu a ciência em sua ideologia reacionária? Qual a participação política efetiva do movimento na França de Vichy? Como eles conseguiram conciliar aparentes contradições com seus “mestres da contrarrevolução”? Qual o papel da objetividade histórica em contrapartida da negação do materialismo para a construção de seus argumentos? Assim, novas perguntas aparecem à medida que lemos, relemos, recebemos e pensamos no que parece ser um exercício infinito de interpretações.

Referências Bibliográficas:

ALVES, F. G. Entre a Cultura Histórica e a Cultura Historiográfica: implicações, problemas e desafios para a historiografia. **Aedos**, v. 2, n 5, p. 82-97, 2010.

ARNAL O. L. **Ambivalent Alliance**: The Catholic Church and the Action Française, 1899–1939. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press. 1985.

BLOCH, M. A **Estranha Derrota**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda. 2011.

BRUBAKER, R. Nacionalismo “cívico” e “étnico”. **Soc. e Cult.**, Goiânia, v. 20, n. 1, jan./jun, p. 295-312, 2017.

CURTIS, M. **Verdict on Vichy: Power and Prejudice in the Vichy France Regime**. 2. ed. Nova York: Arcade Publishing, 2015.

DESCARTES, René. **Meditações**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

DIVANNA, I. N. **Writing History in the Third Republic**. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2010.

FERREIRA, V. C. França de Vichy, o último que sair apague a luz: o colaboracionismo francês em debate. **Ars Historica**, v. 10, p. 221-228, 2015.

FLEMING, Katie. The Use and Abuse of Antiquity: The Politics and Morality of Appropriation. In: MARTINDALE, Charles; THOMAS, Richard F. (Org). **Classics and the Uses of Reception**. Wiley-Blackwell: EUA, 2006.

FORTH C. The Dreyfus **Affair and the Crisis of French Manhood**. Baltimore Johns Hopkins University Press, 2004.

GARRAFFONI, Renata Senna; COZER, Alexandre. A. Fustel de Coulanges: a cidade e a história antiga como terrenos de disputas. In: Silva, Glaydson José; Carvalho, Alexandre Galvão. (org.). **Como se es-**

- creve a história da Antiguidade:** olhares sobre o antigo. 1aed. São Paulo: Editora Unifesp, p. 113-124, 2020.
- GEARY, P. **O mito das nações.** A invenção do nacionalismo. São Paulo: Conrad, 2005.
- GIRARDET, Raul. Pour une introduction à l'histoire du nationalisme français. **Revue française de science politique**, v. 8 n. 3, p. 505-528, 1958.
- HARTOG, F. **O século XIX e a história:** o caso Fustel de Coulanges. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.
- HERF, Jeffrey. **Modernismo reacionário:** tecnologia, cultura e política em Weimar e no Terceiro Reich. São Paulo: Ensaio, 1993.
- HOFFMANN, S. **The Nation, Nationalism, and After:** The Case of France. Princeton University, 1993.
- JOLY, Laurent. D'une guerre l'autre. L'Action française et les Juifs, de l'Union sacrée à la Révolution nationale (1914-1944). **Revue d'histoire moderne & contemporaine**, v. 59, n. 4, p. 97-124, 2012.
- JOLY, Laurent. Les Débuts de l'Action Française (1899-1914) Ou l'élaboration d'un Nationalisme Antisémitique. **Revue Historique**, Presses Universitaires de France, v. 308, n. 3 (639), p. 695-718, 2006.
- JUDT, Tony. **Postwar:** A History of Europe Since 1945. The Penguin Press. New York: 2005.
- JURT, Joseph. Deux conceptions de la nation: le débat franco-allemand entre David Friedrich Strauss, Mommsen, Renan et Fustel de Coulanges en 1870-1871. *In: Académie des sciences, Belles Lettres et Arts de Besançon et de Franche-Comté. Procès-Verbaux et Mémoires*, v. 203, p. 41-58, 2017.
- KARNAL, Leandro. Os paradoxos de Clio – ambigüidades da memória. *In: SILVA, G. J. da. A Escola Metódica: seleção de textos, tradução e organização. Textos Didáticos: UNICAMP*, 2006, p. 5-12.
- KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas.** 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- LORGA, L. A. **Contradições entre um nacionalismo francês da segunda metade do século XIX e a teoria de um metódico:** o debate de Fustel de Coulanges e Theodor Mommsen sobre a Alsácia-Lorena. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História). – Universidade Federal de São Paulo. Escola de Filosofia, Letras e Humanas, Guarulhos, 2022.
- MALERBA, Jurandir. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. **Revista Brasileira de História (impresso)**, v. 37, p. 135-154, 2017.
- MARTINDALE, Charles. Thinking Through Reception. *In: MARTINDALE, Charles; THOMAS, Richard (org). Classics and the Uses of Reception.* Wiley-Blackwell: EUA, 2006, p. 1-14.
- MENEZES, Roni Cleber Dias de. História antiga e história da nação francesa: regimes de escrita da história em Fustel de Coulanges. *In: PAGOTTO-EUZEPIO, Marcos Sidnei; ALMEIDA, Rogério de. (Org.). O mundo antigo, o livre falar e o livre pensar.* 1. ed. São Paulo: FEUSP, v. 1, p. 168-179, 2020.
- MOERBECK, Guilherme . O século XIX e a invenção de uma cidade grega antiga. **Revista de História**, n. 178, p. 1-34, 2019.
- PAXTON, R. **A Anatomia do fascismo.** São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- PAXTON, R. **Vichy France:** Old Guard and New Order - 1940-1944. Nova York: A. Knopf, 1972.
- ROCK, D. **Authoritarian Argentina.** The Nationalist Movement: Its History and its Impact. Berkeley: University of California Press, 1995.
- ROLLEMBERG, D. Aos grandes homens a Pátria reconhecida. Os Justos no Panthéon. *In: Angela de Castro Gomes. (Org.). Direitos e Cidadania. Memória, política e cultura..* 1ed. Rio de Janeiro: EdFundação Getúlio Vargas, v. 2, p. 45-64, 2007.
- SILVA, G. J. **Antiguidade, Arqueologia e a França de Vichy:** Usos do Passado. 2005. Tese. (Doutorado em História). IFCH/Programa de Pós-Graduação em História. Campinas, SP, 2005.

- SILVA, Glaydson José da. Introdução. In: SILVA, Glaydson José da. (Org.) **A Escola Metódica**. Tradução: Glaydson José Silva. Campinas: Textos Didáticos/UNICAMP, 2006, p. 13-21.
- TANNENBAUM, Edward. The social thought of the Action Française. **International Review of Social History**, Cambridge University Press, v. 6, n. 1, p. 1-18, 1961.
- VALENTI, Catherine. L'Action française et le Cercle Fustel de Coulanges à l'école de l'Antiquité (première moitié du xxe siècle), **Anabases**, v. 4, p. 49-64, 2006.
- WEBER, E. Action Française. Royalism And Reaction. In: **Twentieth-Century France**. Stanford, California, 1962.
- WEIKART, Richard. The Role of Darwinism in Nazi Racial Thought. **German Studies Review**, v. 36, n. 3, p. 537-556, 2013.
- WILSON, Stephen. Fustel De Coulanges and the Action Française. **Journal of the History of Ideas**, v. 34, n. 1, p. 123–134, 1973.
- WILSON, Stephen. History and Traditionalism: Maurras and the Action Française. **Journal of the History of Ideas**, v. 29, n. 3, p. 365–380, 1968.
- Fontes do Século XIX:
- COULANGES, Numa Denis Fustel de. **A Cidade Antiga**. Editora das Américas. São Paulo, 1961.
- COULANGES, Numa Denis Fustel de. **L'Alsace est-elle allemande ou française? Réponse à M. Mommsen, Professeur à Berlin**. Paris : E. Dentu, Libraire-Editeur, 1970.
- COULANGES, Numa Denis Fustel de. Aula Inaugural. Estrasburgo: 1867. In: HARTOG, F. **O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003, p. 295-304.
- COULANGES, Numa Denis Fustel de. A História, Ciência Pura. 1875. In: HARTOG, F. **O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003, p. 304-309.
- COULANGES, Numa Denis Fustel de. Da Análise Dos textos Históricas. 1887. In: HARTOG, F. **O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003, p. 313-322.
- COULANGES, Numa Denis Fustel de. **Histoire des institutions politiques de l'ancienne France**. La Monarchie Franque. Paris: Hachette, 1888.
- MOMMSEN, Theodor. **Agli Italiani**. Florença, 1870.
- RENAN, E. **O que é uma nação?** Tradução de Glaydson José da Silva. Revista Aulas, Unicamp: Campinas, 2006.
- Fontes do Século XX:
- DAUDET, Léon. La Putrefacción Intellectuelle. Le Cas de Freud. **L'action Française**. Paris, 06 de fevereiro de 1926a. Disponível em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k762582g/f1>>. Acesso em: 16 de dezembro de 2022.
- DAUDET, Léon. Controverses sur le «Rêve éveillé». **L'Action Française**. Paris, 22 de abril de 1926b. Disponível em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k762657n/f1>>. Acesso em: 16 de dezembro de 2022.
- GÉRENTE, Henri. M. Henri Gérente, député de la Haute-Savoie, écrit dans le Petit Bleu. **L'action Française**. Paris, 10 de setembro de 1939. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k7675460/f1>. Acesso em: 24 de maio de 2023.
- MAURRAS, Charles. La Politique. IV – Un antidémocrate. **L'action Française**. Paris, 20 de março de 1930. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k764087c>. Acesso em: 22 de maio de 2023.
- MAURRAS, Charles. La Politique. I - Saint Louis ou la morale en politique. **L'action Française**. Paris, 26 de outubro de 1940. Disponível em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k767855w/f1>>. Acesso em: 16 de dezembro de 2022.

MAURRAS, Charles. La Politique. II- La Charnière Juive. **L'action Française**. Paris, 02 de junho de 1942. Disponível em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k768383w/f1>>. Acesso em: 16 de dezembro de 2022.

MAURRAS, Charles. La Politique. II - Les juifs et l'Histoire de France. **L'action Française**. Paris, 19 de outubro de 1943. Disponível em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k768757m/f1>>. Acesso em: 16 de dezembro de 2022.

MONTAIGNE, Robert Havard de La. Paroles Historiques. **L'action Française**. Paris, 23 de setembro de 1940a. Disponível em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k7678793/f2>>. Acesso em: 16 de dezembro de 2022.

MONTAIGNE, Robert Havard de La. Revue de la Presse. Fustel de Coulanges. **L'action Française**. Paris, 14 de março de 1940b. Disponível em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k7677300/f4>>. Acesso em: 16 de dezembro de 2022.

REVUE DE LA PRESSE. **L'action Française**. Paris, 14 de agosto de 1940. Disponível em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k7678445/f2>>. Acesso em: 16 de dezembro de 2022.

COSMOS E CATÁSTROFE: A QUESTÃO DA TEMPORALIDADE NAS DISCUSSÕES CLIMÁTICAS NOS LIVROS DE CARL SAGAN

MARLON FERREIRA DOS REIS

Doutorando em História (PUC-Rio)

marlonteoria@outlook.com

O presente trabalho é um fragmento da minha atual pesquisa de doutorado, de modo que este texto é apenas um esforço que tateia abordagens e levanta mais questões do que soluções no que diz respeito a análise da temporalidade contemporânea. Hoje tenho por objetivo demonstrar o esforço realizado pelo astrônomo Carl Edward Sagan (1934-1996) em circunscrever, conectar e atribuir significado ao tempo, à história e ao universo, considerando a problemática das mudanças climáticas na última década do século XX. Tenho como hipótese que, em resposta às catástrofes climáticas, através de uma ontologia condensada no conceito de “Cosmos”, Carl Sagan almejava elevar a história a dimensões planetárias, produzindo uma união entre o tempo humano e o cósmico.

Sobre a biografia de Sagan, este último foi um cientista planetário, astrônomo e divulgador científico estadunidense, autor de mais de 600 publicações acadêmicas e de dezenas de livros que visavam conectar o público mais amplo às descobertas científicas. É possível que o leitor conheça Carl Sagan justamente pelo projeto de divulgação científica *Cosmos*, que consistiu na produção de uma série televisiva e na publicação de um livro na década de 1980. O projeto alcançou grande sucesso, tendo a série sido exibida em diversos países e o livro permanecendo por dois anos seguidos entre os cinco mais vendidos dos Estados Unidos da América (FREYESLEBEN, 2020).

Nessa exposição, analisar-se-á primariamente trechos de quatro livros do autor, sendo estes: *Cosmos: uma viagem pessoal* (1980), *Pálido Ponto Azul: uma visão do futuro da humanidade no espaço* (1994), *O mundo assombrado pelos demônios: a ciência vista como uma vela no escuro* (1995) e *Bilhões & Bilhões: reflexões sobre vida e morte na virada do milênio* (1997). A questão que me interessa nessas obras é a tensão entre a cosmovisão do que o autor vai chamar de *Cosmos*, delineada em seu livro homônimo, e o papel da catástrofe ambiental.

É de extrema importância ressaltar que os livros supracitados não fazem parte de produções destinadas ao ambiente acadêmico. Pelo contrário, estas obras de Sagan fazem parte dos projetos do autor de levar discussões científicas e políticas (como veremos no final desse texto) para o público mais amplo. Isso impacta minha análise ao passo que não encontraremos, nas proposições de Sagan, demasiada preocupação em manter uma sofisticação argumentativa ou referências que corroborem suas

afirmações. É no interior da linguagem relativamente simples, na utilização das metáforas, nas analogias didáticas presentes no texto que encontraremos a fonte da investigação dessa apresentação.

Nesse sentido, sob o aspecto contextual de Sagan, eu sigo a linha de que o cenário das mudanças climática trouxe a necessidade de analisar e reconstruir as concepções do planeta e as relações que estabelecemos com ele. Em outras palavras, Sagan está em conjunto com uma série de autores que estavam, por conta do possível fim do mundo, tentando produzir uma reavaliação do próprio entendimento, sobretudo Ocidental, do que é a Terra – o que alguns autores chamam de “Intrusão da Terra”, “Intrusão de Gaia”, “Encarando o Planetário”, etc. Mais do que isso, a temporalidade e a cosmovisão de Sagan é uma que está em contato e conflito com outras, sobretudo a dos conservadores negacionistas estadunidenses.

Gostaria de realizar a proposição de que a temporalidade, especialmente contemporânea, para ser pensada de forma efetiva, tem de levar em conta a ontologia dos agentes envolvidos. Logo, almejo alinharme aos filósofos Alyne Costa e Patrice Maniglier na perspectiva de que as mudanças climáticas trouxeram à luz a existência de muitos *mundos*, ou eco-ontologias, dentro de um *Mundo*. Em seu artigo, *How many Earths? The Geological Turn in Anthropology*, o filósofo Patrice Maniglier (2019, p. 64) vai propor que não devemos pensar a Terra como um ecossistema, ou um ecossistema de ecossistemas, mas como um atravessamento de ciclos. Nessa lógica, o sentido *global* do Aquecimento Global significa que o ocorre no Rio de Janeiro não é necessariamente “exatamente a mesma coisa” que ocorre no Alaska, ou em Nápoles ou em Abuja, e eu cito Maniglier (2019, p. 67), “mas não deixa de ser parte de algo que deve ser interpretado como um”.

Se a Terra é composta por atravessamentos, denomina-se ontologias as formas de habitar esse planeta. Alyne Costa se baseia na filosofia de Maniglier em que as ontologias equivalem a “regiões” da Terra, ao passo em que podem ser “pensadas como conjuntos de existentes (ou perspectivas) constituindo variações compositivas do mundo, as quais, traduzidas umas nas outras, constroem a unidade que chamamos de Mundo” (COSTA, 2019, p. 59). A hipótese de Alyne é que, por meio de uma articulação entre antropologia (análise das cosmopolíticas em circulação) e ecologia (o *oikos* onde essas ontologias políticas expressam sua diferença sensível) talvez seja possível ativar um pensamento filosófico-político no qual a Terra é concebida como uma entidade única, ainda que não unificável.

Costa denomina de *mundo* (com letra inicial em minúscula) “cada modo particular como as séries de existentes expressam a multiplicidade eco-ontológica constitutiva da existência” (COSTA, 2019, p. 55) – as maneiras próprias a cada cosmologia de admitir os seres que integram seu coletivo e a disposição de suas relações. Por outro lado, “Mundo” (com inicial em maiúscula) é “tanto o plano virtual das multiplicidades que suscita a constituição de séries variantes e variadas entre si (isto é, os mundos a que correspondem às cosmologias) quanto o conjunto aberto, móvel e provisório de todas essas séries variantes” (COSTA, 2019, p. 55). Logo, os *mundos* são partes do *Mundo*, sendo maneiras distintas de expressar a multiplicidade eco-ontológica da existência.

Do ponto de vista filosófico, a autora afirmou que os seres, nos *mundos*, existem de modo relacional e diferencial, ou seja, enquanto ocupantes de posições, ou perspectivas, que variam conforme a função que exercem nos arranjos ontológicos próprios às diversas cosmologias. Do ponto de vista prático, existe um *pluriverso* de formas para o “recrutamento” dos seres na composição de uma ontologia – como a Terra Grande Floresta, dos Yanomami ou a Natureza como fonte de recursos, do *Homo Economicus* neoliberal.

Logo, podemos pensar a Terra como sendo ao mesmo tempo a condição de possibilidade das variações ontológicas e a unidade que se pode construir a partir dessas variações (isto é, o conjunto das variações ontológicas existentes). Cabe agora entendermos os arranjos e recrutamentos realizados por Carl Sagan para entendermos a temporalidade contida em seus escritos. A fonte em que encontraremos esses arranjos é seu livro *Cosmos*. Eu gostaria de citar sua introdução:

Pouco a pouco fomos nos afastando do Cosmos. Comparado com as nossas preocupações do dia a dia, tem-nos parecido irrelevante e distante. Mas a ciência veio descobrir não só a grandiosidade desse universo, não só que esse universo era acessível à compreensão humana, mas também que num sentido muito real e profundo, nós fazemos parte dele, nascemos dele e a ele estão fortemente ligados os nossos destinos. (SAGAN, 1985, p. 6, tradução nossa)

Já nesse trecho é possível notar a forte presença de uma tentativa de (re)aproximar a humanidade do Cosmos, e, para além disso, propor uma univocidade entre o universo sideral e a vida cotidiana. A crença de que o Cosmos é algo que nos atravessa no passado, no presente e no futuro. A escolha do termo “Cosmos” pelo autor é uma referência direta à palavra grega *κόσμος*, que, no entendimento de Sagan, significava “a ordem do universo”, sendo, de certo modo, “o oposto do Caos”, implicando em uma profunda interconexão entre todas as coisas (SAGAN, 1985, p. 16). Entretanto, não encontramos a escolha de Sagan apenas nos Antigos, na verdade, de forma mais fundamental, acredito ser preciso retornar aos séculos XVIII e XIX, momento no qual se consolida a visão do indivíduo humano capaz de responder perguntas que são colocadas “para a natureza”.

É no século XIX, mais especificamente em 1845, que vamos encontrar a publicação do primeiro volume, dos cinco, da obra *Kosmos – um esboço de uma descrição física do universo*, de Alexander Von Humboldt (1769-1859). Mobilizo tal momento pois é esse trabalho que trouxe novamente para o vocabulário científico o termo da Antiguidade grega, transliterado na palavra *Kosmos*, a fim de se referir ao universo. A escolha de Humboldt para o termo buscou conscientemente alterar o paradigma intelectual do conhecimento científico da época, pois, segundo o alemão, outros termos como Mundo, Globo ou Terra não eram suficientes para compreender a dinâmica unívoca da humanidade com o espaço. Na Antiguidade Clássica, *κόσμος* significava tanto “ordem” quanto “adorno”, assim sendo, Humboldt também adicionou tais camadas para sua proposição, de modo que o *Kosmos* era entendido simultaneamente como uma categoria científica e poética, logo, uma concepção humana da natureza e do sentimento oriundo da *contemplação*. Dessa forma, sem a experiência estética haveria um universo, mas não haveria um *Kosmos*, pois este último é um efeito contemplativo produzido do empirismo racional (WALLS, 2009, p. 221-222).

Sagan chega a citar o livro *Kosmos* de Humboldt em seu *Cosmos*, porém, apenas em uma rápida nota de rodapé, na qual o divulgador afirmou que o autor alemão influenciou Charles Darwin a realizar suas viagens e observar a natureza. Portanto, Sagan estava ciente da existência da obra e é altamente provável que conhecia a perspectiva humboldtiana do universo, tendo em vista as inúmeras semelhanças (que, por questões de espaço, não cabem aqui serem nominadas). O fato é que Carl Sagan apreendeu a principal lição do *Kosmos*: que nós somos “poeiras das estrelas”. Para Humboldt, contemplar a Terra era ver a humanidade refletida no abismo sideral: o universo se condensou na humanidade de forma que este apren-

deu a se autoanalisar. Do mesmo modo, lemos no livro de 1980: “algo em nós reconhece o Cosmos como nosso lar. Nós somos feitos de poeiras das estrelas. Nossa origem e evolução tem sido ligada a eventos cósmicos distantes. A exploração do Cosmos é uma viagem de autodescobrimento” (SAGAN, 1985, p. 193, tradução nossa).

Segundo Sagan, após toda a evolução cósmica, a humanidade, com o “método científico”, foi a forma pela qual o Cosmos conseguiu “olhar a si mesmo”. Somado a isso, biologicamente, por conta de sua consciência, os humanos seriam raros e teriam o privilégio de influenciar e, talvez, controlar seus futuros. Por conseguinte, a humanidade teria a obrigação moral de lutar pela vida na Terra, não apenas por ela mesma, mas por todos aqueles, humanos e não humanos, que vieram antes, a quem “devemos favores”, e por todos aqueles que viriam depois (SAGAN, 1997, p. 77).

Evidentemente, nessa dinâmica cosmológica, a dicotomia Moderna entre Natureza e Cultura apontada e criticada por Bruno Latour (2017) permanece, em que o “Homem” da tradição Ocidental foi pensado como essencialmente distinto dessa ordem natural das coisas. Todavia, diferentemente de diversos outros autores Modernos, Sagan está se propondo a trazer uma reavaliação de alguns elementos dessa visão. Essa “ontologia Moderna expandida”, como pode ser visto na última citação, está propondo uma forma singular e contraditória de se enxergar o humano e o não-humano. Por um lado, há um recrutamento dos seres de forma que a humanidade possui uma responsabilidade para com o resto dos organismos no passado, no presente e no futuro, por outro, a humanidade é parte e produto de um grande sistema que a transcende e a conecta com o todo. Fundamental notar é que esse nuance em relação à perspectiva Moderna só surge a partir do momento em que as discussões acerca de um possível fim do mundo, seja por meios atômicos ou climáticos, desponta no horizonte. Essa responsabilidade humana para com a Terra e seus habitantes só surge a partir do momento que a espécie passa a estar correndo perigo concreto de aniquilação. De acordo com Sagan (1997, p. 42, tradução nossa), não existe nenhuma causa mais urgente e apropriada do que proteger o futuro da vida na Terra; “nenhuma convenção social, nenhum sistema político, nenhuma hipótese econômica, nenhum dogma religioso são mais importantes”.

Condensando os argumentos até aqui, a ontologia de Carl Sagan é uma pautada no cientificismo contemporâneo. Contudo, ao reapropriar do termo cunhado por Alexander von Humboldt, o Cosmos de Sagan realiza uma expansão no interior da dualidade Natureza-Cultura, em que a relação entre humanos e não-humanos é complexificada (a níveis contraditórios). Simultaneamente, há uma aproximação ontológica entre os seres vivos e os não vivos (todos são “poeiras das estrelas”) e um distanciamento (talvez de ordem moral ou epistêmico) no que diz respeito à capacidade do racionalismo humano de poder alterar seu futuro. Essa responsabilidade humana surge justamente da possibilidade latente de um apocalipse de causas antrópicas que não só o futuro da humanidade está em jogo, mas de centenas de milhares de outros organismos. A perspectiva do Cosmos de Sagan é uma *resposta* a intrusão do Planeta na política.

A questão que se coloca agora é: se a catástrofe que se profetiza com as mudanças climáticas estava no cerne de qualquer planejamento futuro, qual a relação histórica pode ser estabelecida entre a ação humana e a contemplação do Cosmos? Sagan parece nos fornecer pistas: *olhamos outros planetas para compreender o nosso*. Segundo o astrofísico, ao explorarmos o universo, ampliamos nosso espectro de possibilidades. A partir da análise da inospitalidade dos outros planetas, “nós aprendemos como um planeta pode dar errado” (SAGAN, 1994, p. 113, tradução nossa).

Sagan argumentou que a ciência espacial deveria ser concebida como um mecanismo de compreensão histórica – a história do Cosmos, logo, a história da humanidade. A conexão entre explorar outros mundos e proteger o nosso seria mais evidente no estudo do clima da Terra: a descoberta do aquecimento global e do perigo dos Cloro-Flúor-Carbonetos (CFCs) possuem relações com pesquisas sobre os planetas Vênus e Marte; no que tange ao Inverno Nuclear, dentre os pensadores que o teorizaram, Carl Sagan incluso, dois eram cientistas planetários *per se*, e os outros três publicaram diversos artigos na área. O ponto de Sagan era de que quando os cientistas olharam para outros planetas, viram a fragilidade dos climas e a existência de outros ambientes possíveis (*Idem*). Sagan acreditava que olhar para outros planetas seria como ver a Terra em *distintos momentos temporais*. Novamente, tal perspectiva demonstra a univocidade das temporalidades do Cosmos na perspectiva cosmológica.

Nesse momento, as proposições de Dipesh Chakrabarty (2019) são úteis para nós compreendermos essa temporalidade que se forma. Chakrabarty propõe pensar o conceito de Planeta enquanto uma “categoria humanística”. Pois, as Ciências do Sistema Terra fornecem ao ser humano um passado longo, com diversas camadas e essencialmente heterotemporal, colocando em conjunto três histórias com distintas escalas de tempo: (1) a história do planeta, (2) a história da vida no planeta e (3) a história do globo fabricada na lógica dos impérios, do capital e da tecnologia. Chakrabarty salienta que a dimensão do Planeta aparece enquanto constitutiva da experiência contemporânea do tempo histórico e evoca preocupações de ordem filosófica-humanística. Encarar o Planeta, para o autor, é encontrar algo que é indiferente à existência humana, mas que está inserido nos debates acerca da moralidade.

Essa análise de Chakrabarty é interessante para o argumento desse trabalho, pois, em *Pálido Ponto Azul*, Sagan (1994, p. 114) afirmou que, se nos mantermos presos ao estudo de um único planeta, não saberemos o que pode ou poderia ter sido do nosso. Sagan apontou ainda que, ao olhar a Terra de sua órbita, “de fora”, é possível entender porque não há tal coisa como problema ambiental local, pois moléculas e gases não respeitam fronteiras, não compreendem a noção de soberania nacional – há uma visão transnacional de uma catástrofe num planeta que é indiferente às nossas convenções.

A problemática do Planeta passou de ser uma preocupação apenas dos cientistas da geologia, da biologia, do clima, etc, para adentrar no âmbito da responsabilidade moral para com o futuro. Se, para as Humanidades está sendo evidente e necessário uma aproximação com as disciplinas das “ciências naturais” por conta do Antropoceno, o contrário também é verdadeiro. O Cosmos de Sagan não é apenas “uma descrição física do universo”, tal qual propôs Humboldt em 1845, mas “*uma viagem pessoal*”. Para além do reconhecimento científico da Terra, há o “Pálido Ponto Azul” que denominamos de nosso lar e que mobiliza discursos além do científico. O Cosmos é a contemplação de um universo indiferente, mas que possui sua beleza na experiência sublime. Beleza esta que está em risco de perder seus espectadores humanos.

No oitavo capítulo de *Bilhões & Bilhões*, lê-se que, na perspectiva do autor, a humanidade enfrenta algo absolutamente novo e sem precedentes na história. A percepção de que a vida depende de quantidades minúsculas de gases como o ozônio e que máquinas e indústrias causam um estrago ambiental planetário estava começando a aparecer. Nesse sentido, o perigo climático descoberto foi tão grande que, para o astrofísico aqui estudado, seria prudente levar a sério mesmo se a grave ameaça de mutações climáticas fosse uma pequena possibilidade. Não deveria haver espaço para a negligência política e moral com uma possível alteração estrutural do clima, porém havia. Uma característica comum a todos os livros

aqui analisados por Sagan é seu ataque incisivo aos políticos negacionistas.

Esse aspecto político dos exemplos de Carl Sagan não deve ser menosprezado, diversas vezes posicionamentos aparecem nos textos do astrofísico de forma explícita. Por exemplo, Sagan (1996) realizou uma contundente crítica aos republicanos e conservadores, e nominalmente aos mandatos dos presidentes Ronald Reagan (1981–1989) e George H. W. Bush (1989–1993). Em *Bilhões & Bilhões*, a segunda parte do livro é intitulada “O que os conservadores estão conservando?”, há uma aberta relação estabelecida entre o negacionismo climático e o espectro conservador estadunidense (SAGAN, 1997). Sagan (1996, p. 18) questionou como seria possível tomar decisões inteligentes no âmbito da política nacional sendo um negacionista. Se não a ciência, quais os instrumentos os fazedores de política [*policy makers*] estariam utilizando?

Como bem salientou o antropólogo Bruno Latour, em seu texto junto de Dipesh Chakrabarty, *Conflitos de proporções planetárias*, a ignorância acerca da mutação climática foi intensamente produzida pela administração Reagan, tornando-se uma política oficial de governo. O mandato de Reagan foi responsável por inventar uma “incerteza sistemática” a fim de promover a negação das mudanças climáticas e dos males decorrentes de alguns compostos químicos (como os CFCs). Isso não resultou de uma ingenuidade ou ignorância para com os fatos, mas sim de uma atitude deliberada, pois, como ficou evidente nos anos posteriores, existia plena ciência da veracidade dos dados acerca das mudanças climáticas. A partir de 1990, esse negacionismo maturado na década anterior ganharia ainda mais força e potência diante da opinião pública. Isso significou um crescimento dos discursos de *business as usual* e de saídas que implicavam na mesma lógica pautada no desenvolvimentismo desenfreado que causaram a ameaça climática (CHAKRABARTY; LATOUR, 2020).

O que temos, portanto, é, para usar o vocabulário latouriano, uma “guerra dos mundos” no contexto estadunidense: de um lado, o Pálido Ponto Azul que habita o Cosmos de Sagan e de outro o mundo dos negacionista-lobbystas que tentam manter um sistema neoliberal de exploração/destruição do planeta. Ambos os mundos em questão – além dos outros milhares outros, como o dos povos originários, das populações quilombolas, das periferias, etc – apresentam suas concepções e experiências do tempo.

Falar das discussões climáticas, portanto, perpassa por compreender disputas e embates políticos, tanto na esfera pública quanto no âmbito acadêmico. Do ponto de vista teórico, as discussões e negações acerca das mutações climáticas implicam em consciências históricas distintas, posições que refletem determinadas noções de tempo (e espaço) que não devem ser tomadas como secundárias.

Nesse sentido, temos a existência de mundos, e por consequência, temporalidades que possuem uma *dessincronização estrutural*, mas que a dimensão climática é sem dúvida um elemento que os força a habitar “um mesmo tempo” (TURIN, 2019, p. 14). Dentre os inúmeros mundos possíveis, a catástrofe me parece ser um mecanismo sincronizador de mundos e temporalidades, que força a todos a aceitarem a realidade de viverem em um mesmo Planeta.

Contudo, a realidade se apresenta de forma mais complexa do que uma simples aceitação do apocalipse. A negação, sobretudo a profissional, foi altamente financiada por governos e corporações no final do século XX, de modo que Sagan achou necessário, em livros destinados ao público mais amplo, colocar posicionamentos contra figuras públicas. Novamente, mais do que um livro de “divulgação científica”, os

livros analisados possuem um forte posicionamento político no interior do espectro estadunidense. Se, como falei no início, as produções de Sagan aqui expostas eram direcionadas para o público mais amplo, de forma que eram carregadas de recursos retóricos e discursivos a fim de traduzir saberes doutos para a população, a existência de discussões políticas não é diferente.

Nos quatro livros utilizados para produzir a presente exposição é possível encontrar contundentes críticas e posicionamentos de Sagan. Mais do que uma perspectiva propositiva, Carl Sagan estava se colocando em *oposição* a algo. Uma oposição ao negacionismo dos republicanos dos Estados Unidos da América que favoreceram interesses pessoais e de grandes corporações aliadas.

O caráter planetário de atravessamento de ciclos da catástrofe faz com que sua existência adentre o reino das disputas políticas, de modo que o combate ao apocalipse se traduz no combate aqueles que o negam. Para além de um problema teórico-epistemológico, a crise climática, que se anunciava na virada do milênio, se apresenta como um problema político prático.

Sagan lutou durante os últimos anos de sua vida contra as fracas e inexistentes propostas governamentais para o uso irresponsável de tecnologias perigosas, salientando que estas geralmente eram subordinadas aos interesses de curto prazo de nações e corporações. Sagan (1997, p. 86, tradução nossa) escreveu ainda em *Bilhões & Bilhões*, em um capítulo de título “Meio Ambiente [*The Environment*]: onde reside a prudência?” que, talvez, “os produtos da ciência sejam simplesmente poderosos demais, perigosos demais, para nós”.

Na concepção de mundo de Carl Sagan, em sua cosmovisão, essa catástrofe profetizada se coloca no centro de qualquer ação política, científica e econômica tomada pelos agentes. Tal qual dito em *Pálido Ponto Azul*: a Terra é apenas pequeno palco numa vasta arena cósmica. Do ponto de vista universal, a extinção da vida inteligente na Terra é insignificante e restrita. Todavia, do ponto de vista da humanidade, sobretudo pela fragilidade de nossas crenças frente ao abismo sideral, a Terra é o único lar que nós conhecemos.

Referências bibliográficas:

CHAKRABARTY, Dipesh. The Planet: an emergent humanist category. **Critical Inquiry**, v. 46, p. 1-31, 2019.

CHAKRABARTY, Dipesh; LATOUR, Bruno. Conflicts of Planetary Proportions – a conversation. **Journal of the Philosophy of History**, v. 14, n. 3, p. 1-36, 2020.

COSTA, Aline de Castro. **Cosmopolíticas da Terra**: Modos de existência e resistência no Antropoceno. 2019. Tese. Doutorado em Filosofia. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Filosofia, Rio de Janeiro, 2019.

FREYESLEBEN, Aline F. A atuação do “cientista-celebridade” – um olhar sobre a tradição intelectual de Carl Sagan. **Revista Vernáculo**, n. 46 p. 117-133, segundo semestre, 2020.

LATOUR, Bruno. **Facing Gaia**: eight lectures on the new climatic regime. Massachusetts: Polity Press, 2017.

MANIGLIER, Patrice. How many Earths? The geological turn in anthropology. **The Otherwise**, n. 1, 2019. Disponível em: <http://theotherwise.net/articles/maniglier_how_many_earth.html>. Acessado em: 14 dez.

2022.

SAGAN, Carl. **Billions & Billions** – thoughts on life and death at the brink of the millennium. New York: Ballantine Books, 1997.

SAGAN, Carl. **COSMOS** New York: Ballantine Books, 1985.

SAGAN, Carl **Pale Blue Dot**: a vision of the human future in space. New York: Random House, 1994.

SAGAN, Carl. **The Demon-Haunted World**: science as a candle in the dark. New York: Random House, 1996.

TURIN, Rodrigo. **Tempos Precários**: aceleração, historicidade e semântica neoliberal. Zazie Edições: pequena biblioteca de ensaios (online), 2019. Disponível em: < https://static1.squarespace.com/static/565de1f1e4b00ddf86b0c66c/t/5d6bbdd368abb200010a6389/1567342037866/PEQUENA+BIBLIOTECA+-DE+ENSAIOS_RODRIGO+TURIN_ZAZIE+EDICOES_2019.pdf >.

WALLS, Laura D. **The passage to Cosmos**: Alexander von Humboldt and the shaping of America. The University of Chicago Press, 2009.

DA PERIFERIA AO CENTRO: COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA E CIRCULAÇÃO INTELLECTUAL DO CLUBE INTERNACIONAL DE FOLCLORE (AMÉRICA LATINA, 1951-1964)

EWERTON WIRLLEY SILVA BARROS

Doutorando em História (UFRGS)

ewertonwirley@gmail.com

I

Afinal, quem é mesmo que fala certo neste país? (MELO, 1950)

O autor da epígrafe que abre este trabalho é Veríssimo Pinheiro de Melo (1921-1996). Folclorista, advogado, juiz, antropólogo e cronista da cidade do Natal, do Estado do Rio Grande do Norte, ele foi um dos poucos integrantes do chamado Movimento Folclórico Brasileiro (MFB), que tomou a decisão de criar e liderar uma instituição intelectual no decorrer do século XX, simultaneamente às redes de sociabilidades organizadas por Amadeu Amaral (1875-1929), Mário de Andrade (1893-1945), Arthur Ramos (1903-1949), Luís da Câmara Cascudo (1898-1986) e Renato Almeida (1895-1981). A sua instituição, chamada de Clube Internacional de Folclore (CIF), foi fundada no ano de 1951, em sua residência. Meses antes, Veríssimo de Melo (1950) publicou o artigo “Clássico é o povo”, no Diário de Natal, em que questionava o que seriam os modos corretos de se falar, comunicar e expressar em nosso país, além de indagar quem obedeceria a tais normas e regras gramaticais. As suas reflexões, provocadas inicialmente nesse artigo, vieram a ser respondidas a longo prazo, por intermédio dos trabalhos de seu Clube.

O Clube é a instituição que venho me debruçando na minha tese de Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. No momento, encontro-me no primeiro semestre do curso e, portanto, a pesquisa encontra-se em estágio inicial. Com isso, o intuito deste artigo é de apresentar algumas inquietações que estão emergindo e de que maneira elas vêm atravessando a pesquisa. O objetivo inicial e, até então, central da tese é de investigar os tensionamentos de formação do saber folclórico enquanto campo de conhecimento na América Latina, entre os anos 1950 e 1960. À vista disso, analiso a cooperação científico-cultural transfronteiriça entre intelectuais, entidades e universidades por meio da atuação e trajetória do CIF. Em termos específicos, busco analisar os lugares pleiteados pelos movimentos folclóricos da América Latina nas suas respectivas esferas universitárias a partir dos anos 1950, considerando as suas aproximações de caráter

disciplinar com as Ciências Sociais; problematizo os processos que levaram a fundação e organização do Clube; e mapeio as trajetórias de seus membros, explorando as suas experiências nos segmentos sociais, políticos e culturais, bem como as suas interações dentro desse campo intelectual. Para atender os objetivos apresentados, o corpus documental vem sendo baseado em três tipos de fontes históricas: bibliográficas, correspondências e periódicas.

O ineditismo desta pesquisa consiste em investigar a trajetória de uma instituição que correspondeu ao objetivo principal da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) ao globalizar as suas atividades, além de estreitar diálogos com intelectuais naturalizados na América Latina. Essa necessidade de fazer os intercâmbios intelectuais, dá-se por, até então, os movimentos folclóricos não terem experienciado algo equivalente. O próprio Vicente T. Mendoza (1953), membro do Clube, já alertava que o folclore tinha conseguido obter notáveis realizações na Europa e na América do Norte, mas no México e nos países latino-americanos encontrava-se em etapa inicial. Da Argentina, o historiador Oscar Chamosa (2012), em seu livro “Breve historia del folklore argentino (1920-1970)”, retrata as tensões e dificuldades que o Movimento Folclórico Argentino enfrentou, quando o campo folclórico era visto pela academia como mero entretenimento. Do Chile, o sociólogo Christian Spencer Espinosa (2019) também tem produzido trabalhos sobre os obstáculos que o Movimento Folclórico Chileno lidou. No Brasil, não há estudos publicados em larga escala sobre esse tema pela historiografia brasileira.

O campo folclórico de conhecimento foi marginalizado das universidades brasileiras e, ao que me parece, também foi minimizado pela historiografia nacional. Em 2003, a historiadora Martha Abreu, no seu artigo “Cultura popular: um conceito e várias histórias”, já denunciava a escassez das pesquisas folclóricas e a necessidade de se fazer um estudo mais sistemático sobre a história do folclore no Brasil e na América Latina. No ano seguinte, o cientista político Hélgio Trindade (2004), no artigo “Institucionalização e internacionalização das Ciências Sociais na América Latina em questão”, partilhava da mesma opinião, de que as análises produzidas sobre as ciências sociais nesse espaço careciam de estudos mais sistemáticos. Após quase duas décadas, o cenário pouco tem se movimentado. A obra de referência, para quem pretende se debruçar sobre esse tema de pesquisa, acaba sendo “Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro (1941-1964)”, do antropólogo Luís Rodolfo Vilhena (1997), mas que, por outro lado, acaba reduzindo a trajetória do MFB à Comissão Nacional de Folclore (CNF). Diante dessas questões colocadas, eu procuro expandir os diálogos sobre o Movimento Folclórico Brasileiro e Latino-americano por intermédio do Clube.

II

As manifestações folclóricas são universais. Nada em folclore é exclusivo deste ou daquele povo.
(MELO, 1951)

No ano de 1945, em um cenário de pós Segunda Guerra Mundial, a UNESCO emitiu um decreto indicando que os países criassem órgãos culturais os quais serviriam para repensar o Holocausto e as demais atrocidades humanas cometidas e, por conseguinte, evitassem que os movimentos nazifascistas retomas-

sem o seu fôlego.¹ Assim, em 1946, temos a criação da Comissão Nacional de Folclore na Colômbia que, segundo Corinne Pernet (2014), começou a publicar as suas atividades por meio de uma revista semestral no ano seguinte. Na Venezuela, o reagrupamento de folcloristas que já vinham desenvolvendo atividades particulares e, agora, instituídos em uma divisão especial do Ministério da Educação.² Na Argentina, a Associação Folclórica Argentina fundada em 1937, e, no Chile, a Sociedade do Folclore Chileno fundada em 1909, tiveram as suas pesquisas impulsionadas.³

No caso do Brasil, tal missão ficou sob a responsabilidade de Renato Almeida (1895-1981), então escriturário do Ministério das Relações Exteriores. Nos bastidores de sua trajetória de vida, ele já vinha pesquisando sobre o folclore brasileiro e, naquele momento, viu como oportuno visibilizar o MFB. Então, no ano de 1947, ao lado de Luís Heitor Corrêa de Azevedo (1905-1992), Almeida fundou a Comissão Nacional de Folclore – uma instituição intelectual que ficou às sombras do Governo Federal. Todavia, o desenvolvimento das atividades da CNF e das demais instituições latino-americanas foram delimitadas espacialmente para os seus respectivos países. Vale frisar que, a UNESCO almejava a globalização dessas atividades (MAIO, 1999).

É nesse contexto que surge o Clube Internacional de Folclore: a busca pela internacionalização das atividades do campo folclórico de conhecimento. Para Veríssimo de Melo (1951), as expressões folclóricas não seriam exclusivas de um dado povo. E, devido a essa postura teórico-metodológica, ele vai na contramão das tradições intelectuais de estudos, pesquisas, sociedades folclóricas e das demais áreas da inteligência que escreviam projetos, concepções e categorias de povo e nação baseadas em suas próprias experiências nacionais, ao procurar exercer um diálogo profícuo com intelectuais da América Latina.⁴ Assim, ele funda essa instituição com o objetivo de realizar intercâmbios de livros, revistas, peças etnográficas, consultas e cartas entre folcloristas de todo o mundo.

A hierarquia do Clube foi constituída por um Conselho Diretor, Delegados Fundadores e Sócios. Na prática, ela teria que funcionar da seguinte maneira: o Conselho – cargo que não teve a sua função detalhada nos Estatutos –, ocupado pelo próprio Veríssimo de Melo; os Delegados seriam os intelectuais que representariam os países com a missão de expedirem diplomas de filiação aos seus sócios, publicarem um Boletim anual contendo a relação de endereços dos membros, bem como as pesquisas, revistas e livros publicadas por eles; os Sócios teriam os papéis de publicarem pesquisas de natureza folclórica com o nome do Clube, enviar um exemplar à cada membro, recorrerem aos governos e às autoridades universitárias e culturais para contratar membros do Clube, de realizarem cursos ou conferências sobre o folclore nos

1 Para mais informações sobre o decreto da UNESCO, cf. ABRANTES; AZEVEDO (2010, p. 469-489).

2 Para mais informações sobre a criação de Comissões Folclóricas na Colômbia e na Venezuela, cf.: PERNET (2014, p. 17-49).

3 Para mais informações sobre a Associação Folclórica da Argentina e a Sociedade do Folclore Chileno, cf.: CASAS (2020, p. 1-16) e ESPINOSA; CONTRERAS; RAMMSY (2019, p. 1-22).

4 Segundo Lilia Schwarcz (1993), foi com a chegada do Império português em nosso país que se ambicionou a criação de um projeto de nação, cujas ideias se espelhassem nas matrizes de pensamentos civilizatórias europeias e, portanto, se distanciasse dos ideais republicanos dos países vizinhos. Cláudia Wasserman (2011, p. 97) ainda reitera que, “políticos e pensadores que formularam estas ideias de identidades nacionais originárias estavam atraídos pelos modelos francês, inglês ou norte-americano”, e “diante do padrão estrangeiro, ao se deparar com a realidade latino-americana e com as dificuldades de implantação de ordenamentos políticos estáveis em todo o subcontinente, estes intelectuais acabavam acreditando que a América Latina tinha desvios e deformações no processo de formação nacional, ou que esses processos estavam ainda inacabados”. Veríssimo de Melo, ao decidir fundar o Clube Internacional de Folclore e convidar folcloristas latino-americanos, rompe com essa tradição intelectual de perspectiva eurocêntrica.

países filiados e manterem informados todos os companheiros sobre o aparecimento de novas pesquisas.⁵

Esse intercâmbio reuniu 24 (vinte e quatro) intelectuais. Da América Latina, foram 15 (quinze) apoiadores, nas pessoas de: Veríssimo de Melo e Luís da Câmara Cascudo (1898-1986), do Brasil; Juan Alfonso Carrizo (1895-1957) e Tobias Rosenberg (1911-1960), da Argentina; José Felipe Costas Arguedas (1906-1982), da Bolívia; Oreste Plath (1907- 1996), do Chile; Luís Alberto Acuña (1904-1994), da Colômbia; Lorimer Denis (1904- 1957), do Haiti; Vicente T. Mendoza (1894-1964), do México; Paulo de Carvalho Neto (1923-2003), representando o Paraguai; Efrain Morote Best (1921-1991), do Peru; Maria Cadilla de Martínez (1884-1951), de Porto-Rico; Rafael Gonzalez Sol (s/d), da República de Salvador; Flórida de Nolasco (s/d), da República Dominicana; e Lauro Ayestarán (1913-1966), do Uruguai. Da América do Norte, representando os Estados Unidos, Archer Taylor (1890-1973) e Stith Thompson (1885-1976). E, por último, da Europa: Wilhelm Giese (1895-1990), da Alemanha; Antonio Castillo de Lucas (1898-1972) e Vicente Garcia de Diego (1878-1978), da Espanha; Alfred Métraux (1902-1963), da França; Raffaele Corso (1885-1965), da Itália; e Augusto Cesar Pires de Lima (1883- 1959) e Jaime Lopes Dias (1890-1977), de Portugal.

Nesse raciocínio, apresento a hipótese de que essa relação de rede intelectual acabou desenvolvendo uma espécie de campo que se propôs a pensar diferente dentro do próprio Pensamento Social de cada país, apresentando concepções próprias de povo e nação latino-americana. Proponho que o recorte temporal seja iniciado em 1951, pois foi o ano de fundação da instituição, e seja finalizado em 1964, período em que consigo perceber o declínio de atividades de intercâmbio do Clube Internacional de Folclore, movido pelo falecimento de alguns sócios, pela degradação semântica que o folclore vinha enfrentando da antropologia, que propunha trocar o conceito para cultura popular e, sobretudo, da escassez de financiamentos de pesquisas no período da Ditadura Militar que assolou a América Latina.⁶

III

[...] en la originalidad de la literatura latinoamericana está presente, a modo de guía, su movedizo y novelero afán internacionalista, el cual enmascara otra más vigorosa y persistente fuente nutricia: la peculiaridad cultural desarrollada en lo interior, la cual no ha sido obra única de sus élites literarias sino el esfuerzo ingente de vastas sociedades construyendo sus lenguajes simbólicos.
(RAMA, 2008, p. 17)

O objetivo central de Veríssimo de Melo, ao criar o seu Clube, foi de promover intercâmbios com folcloristas espalhados pelo mundo. Segundo o Dicionário da língua portuguesa, intercâmbio significa troca de relações comerciais e culturais entre nações. Para a fundamentação desta pesquisa, tenciono pensar o intercâmbio como equivalente às redes de sociabilidades intelectuais. De acordo com o historiador Jean-François Sirinelli (1998; 2003), essas redes são formadas por encadeamentos de adesões e/ou exclusões de gênero afetivo, ideológico e político. Nessa perspectiva, são através de afinidades que os intelectuais promovem intercâmbios, se aproximam e fortalecem os seus interesses em comum. Afinal, as pessoas

5 Para mais informações sobre os Estatutos do Clube, cf.: CLUBE INTERNACIONAL DE FOLCLORE: Normas Provisórias. Espanha: Santiago de Compostela. Acervo Museo do Pobo Galego.

6 Para mais informações sobre a degradação semântica, bem como escassez de recursos de pesquisas folclóricas, cf.: VILHENA (1997).

convidadas por Veríssimo de Melo não foram aleatórias. A questão que emerge, é: Quais foram essas afinidades? Está sendo por meio dessa categoria que estou conseguindo perceber os movimentos que os aproximaram ao e no Clube.

As historiadoras Angela de Castro Gomes e Patrícia Hansen (2016, p. 24) chamam-me à atenção ao fato de que, no interior dessas redes, se apresentam “tanto dinâmicas organizacionais, que conferem estrutura ao grupo e posições aos que dele participam; como o compartilhamento de sentimentos, sensibilidades e valores, que podem produzir solidariedades, mas igualmente competição”. Dessa maneira, complemento a indagação anterior: Se são as afinidades que aproximam os intelectuais e eles, portanto, formam redes, como foram sendo desenvolvidas as relações de poder no interior do Clube, a partir do momento que os cargos, papéis e funções foram definidas? Afinal de contas, nem só de intercâmbios funcionou o Clube. Como mencionei anteriormente, também foi elaborada uma série de diretrizes e regras para os seus membros. Para responder tal questionamento, recorro às discussões do sociólogo Pierre Bourdieu acerca da formação do campo intelectual.

No livro “As regras da arte”, Bourdieu (1996, p. 261) considerou o campo como “uma rede de relações objetivas (de dominação ou de subordinação, de complementaridade ou de antagonismo etc.) entre posições” que, por sua vez, seriam definidas “por sua relação com outras posições ou, em outros termos, pelo sistema das propriedades pertinentes, isto é, eficientes, que permitem situá-la com relação a todas as outras na estrutura da distribuição global das propriedades”. O autor ainda ressaltou que, essas posições dependeriam “em sua própria existência e nas determinações que impõem aos seus ocupantes, de sua situação atual e potencial na estrutura do campo, ou seja, na estrutura da distribuição das espécies de capital (ou de poder)”. (BOURDIEU, 1996, p. 261). Desse modo, problematizo as relações de poder que foram sendo delineadas e definidas dentro do Clube.

Adiante, no texto “Os usos sociais da ciência”, Bourdieu (2004) afirmou que, dependendo do volume de capital simbólico e/ou científico de alguém, o seu prestígio pode acabar refletindo nos modos de se pensar, organizar e se relacionar dentro de uma instituição. Essa colocação também pode ser classificada por estrutura das relações objetivas. Assim, questiono-me se teve alguém que possuiu um destaque maior e se sobressaiu em relação aos colegas. E, aqui, convém destacar a ambiguidade desse “prestígio”: a pessoa pode utilizar-se dele ao seu favor e/ou os que estão ao seu redor acabarem reproduzindo-o de modo simbólico. No caso desta tese, esmiuçarei se Veríssimo de Melo utilizou-se de seu poder de liderança para determinar os assuntos correlatos à sua instituição.

Quando me dirijo à estrutura que organiza o universo sociológico de conhecimento, lembro-me das reflexões e críticas tecidas por Pascale Casanova (2002, p. 113), das quais considera que os espaços literários mais dotados pressupõem antiguidade de capital, nobreza, prestígio, volume e, sobretudo, reconhecimento internacional que permitem a conquista progressiva da autonomia do conjunto do espaço. Nesse sentido, leva-me a pensar e problematizar as dificuldades travadas pelo movimento folclorista latino-americano na institucionalização de seu campo, tendo em vista a carência de capital do próprio campo folclórico. Outra questão que merece ser destacada é o espaço de produção intelectual: a América Latina, vista como periférica pelo pensamento europeu. De acordo com Ángel Rama (2008), a literatura latino-americana nunca se reconciliou com o seu passado ibérico e, com isso, buscaram exercer um esforço de independência frente à literatura europeia. Em outras palavras, tiveram o desejo de demonstrar originalidade. O lugar

destinado ao folclore nesse debate vem sendo desenvolvido na tese.

Manuseio, também, a biografia como o gênero narrativo desta pesquisa, no sentido de pensar e escrever como as trajetórias desses sujeitos se entrecruzaram, correlacionaram e se distanciaram no campo intelectual. Nesse seguimento, a prosopografia – que estuda e investiga os elementos em comum, em um dado contexto – aparece como uma possibilidade. E, falando em contexto, Benito Schmidt (2017) aponta-o como um ponto de partida para aprofundar como o indivíduo elabora e transforma os seus projetos. No caso do Clube, o contexto seria a relação dos membros com os cenários acadêmico, cultural e político que lhes atravessaram. Em vista disso, enfatizo o desafio biográfico de observar esses personagens por diferentes ângulos e com a cautela de não escrever uma biografia ilustrativa, anedótica, cronológica ou com excessos de certezas sobre o que foi e como aconteceu, mas de perceber também as nuances do passado, as contradições, os anseios e as possibilidades perdidas (LORIGA, 1998) – assim como a vida é: repleta de hesitações, incertezas e transformações.

IV

O relativo sucesso que os folcloristas obtiveram na criação de agências estatais dedicadas à preservação de nossa cultura popular não foi acompanhado pelo desenvolvimento de espaços dedicados ao estudo do folclore no interior das universidades. (VILHENA, 1997, p. 22)

De acordo com Albuquerque Júnior (2013), o saber folclórico emergiu no momento em que o capitalismo moderno encontrou-se em ascensão nas sociedades europeias e latino-americanas, em meados do século XIX. Com a expansão e estruturação desse novo sistema econômico, as relações sociais vão sendo simultaneamente modificadas. As pessoas originariamente do campo que migraram às cidades em busca de trabalho não possuíam mais o tempo de outrora. Na ocasião, elas tiveram que adaptar-se a uma nova rotina. Em vista disso, alguns letrados ponderam que a cultura desse povo estaria sendo “ameaçada” ou, em outros termos, “à beira de sua morte”.

Nomeio esses “letrados” de “folcloristas”, isto é, pessoas que se interessaram em preservar, salvar e arquivar o “saber do povo”. Descobri que, curiosamente, eles são, em sua grande maioria, pertencentes as oligarquias que tiveram o seu poderio econômico ameaçado pelo mercado capitalista. Então, como uma forma de proteger essa cultura que supostamente estaria em extinção, os folcloristas vão ao campo em busca de salvar o máximo de informações possíveis por meio de entrevistas; solicitam subvenções ao Estado, com o intuito de financiar as suas atividades; e estabelecem-se redes de sociabilidades, as quais passam a partilhar as experiências de pesquisas, bem como criarem um aparato teórico-metodológico em comum desse campo de conhecimento que pudesse ser instituído nas universidades.

Identifiquei que, na primeira metade do século XX, há um estreitamento de diálogo de folcloristas com os Estados Nacionais. Aliás, estes passaram por um momento de defesa e consolidação de seus discursos nacionalistas e, portanto, foi no saber folclórico que eles encontraram a “alma” de seus povos. Segundo Corinne Pernet (2014, p. 20), “intelectuais e artistas da América do Norte e do Sul foram capazes de convencer o poder político de que o cultivo e investigação de folclore contribuiriam significativamente para a emancipação cultural das Américas.”

Ao analisar as trajetórias e interações entre os membros do Clube, venho percebendo que as relações mais próximas foram desenvolvidas entre Veríssimo de Melo e Câmara Cascudo, do Brasil; Vicente T. Mendoza, do México; Oreste Plath, do Chile; Tobias Rosenberg, da Argentina; e Lauro Ayestarán, do Uruguai. “Coincidentemente”, foram nesses países que as ciências sociais foram desenvolvidas verticalmente. Para Héglio Trindade (2004), o elemento em comum na elaboração histórica das disciplinas foi a circulação internacional, acadêmica e política entre os países. São questões de natureza acadêmica, política e cultural que estão sendo averiguadas com uma maior precisão. Porém, posso adiantar que, baseado na pesquisa de Pernet (2014, p. 25), “alguns estudantes chilenos foram ao Brasil para aperfeiçoar seus estudos [folclóricos] no início dos anos 1940” e, na investigação de Fernanda Beigel (2013, p. 168), a constatação de que “a América Latina fez parte do processo de internacionalização da ciência e se consolidou como um circuito de pesquisa social e ensino universitário no começo dos anos 60” – o que nos aponta uma circulação intelectual-institucional entre esses e outros personagens no Cone Sul.

Na ocasião, eles pretenderam institucionalizar nas universidades o campo folclórico de conhecimento. Renato Ortiz (1992) afirmou que as Ciências Sociais foi o campo escolhido pelos folcloristas, tendo em vista a proximidade dos objetos e sujeitos de estudo, além da consolidação de seu *latu e stricto sensu* nas academias. Rodolfo Vilhena (1997), por outro lado, aponta que os discursos elencados pelos campos da sociologia e antropologia, de que os métodos de abordagem operacionalizados no campo folclórico não atendiam às diretrizes do que eles, os cientistas sociais, acreditavam e impunham ser ciência naquela época. Ao que me parece, os cientistas sociais olharam com desdém à carência teórica-metodológica de seus “colegas” folcloristas. No mais, são questões que vêm emergindo nessa primeira etapa da pesquisa. Os próximos resultados, seguidos de novas indagações, ficam para um outro momento oportuno.

Referências bibliográficas:

- ABREU, Martha. Cultura popular, um conceito e várias histórias. *In*: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel. **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p. 1-18.
- ABRANTES, Antonio Carlos Souza de; AZEVEDO, Nara. O Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura e a institucionalização da ciência no Brasil, 1946-1966. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Ciências Humanas, Belém, v. 5, n. 2, p. 469-489, 2010.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A feira dos mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste 1920-1950)**. São Paulo: Intermeios, 2013.
- BEIGEL, Fernanda. Centros e periferias na circulação internacional do conhecimento. **Nueva Sociedad**, n. 45, p. 168-180, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. Tradução: Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. Tradução: Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- CASANOVA, Pascale. **A República Mundial das Letras**. Tradução: Marina Appenzeller. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.
- CASAS, Matias Emiliano. **Folclore, Literatura y Panamericanismo. Reflexiones a partir de dos visitas aca-**

- démicas estadounidenses a la Argentina (1940-1945). **Estudios Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 46, n. 3, p. 1-16, set./dez. 2020.
- CHAMOSA, Oscar. **Breve historia del folclore argentino, 1920-1970**: identidad, política y nación. Buenos Aires: Edhasa, 2012.
- CLUBE INTERNACIONAL DE FOLCLORE: Normas Provisórias. Espanha: Santiago de Compostela. Acervo Museo do Pobo Galego.
- ESPINOSA, Christian Spencer; CONTRERAS, Antonieta; RAMMSY, Gabriel. Historia, producción y continuidad de la Sociedad de Folklore Chileno (1909-2008). **RECIAL**, Argentina, v. 10, n. 16, p. 1-22, 2019.
- GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. In: GOMES, Angela de Castro. (Orgs.). **Intelectuais mediadores**: práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 7-37.
- INTERCÂMBIO. **Dicionário escolar da língua portuguesa**. Academia Brasileira de Letras. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 225-250.
- MAIO, Marcos Chor. O projeto UNESCO e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 41, p. 141-158, 1999.
- MELO, Veríssimo de. Arquivos de Folclore & Etnografia: Clássico é o povo. **Diário de Natal**: Natal, 4 de dezembro de 1950.
- MELO, Veríssimo de. Arquivos de Folclore & Etnografia: Clube Internacional de Folclore. **Diário de Natal**: Natal, 29 de janeiro de 1951.
- MENDOZA, Vicente T. Cincuenta años de investigaciones folklóricas en México. In: LABASTIDA, Horacio. **Sociedad Folklórica de México**: Aportaciones a la investigación folklórica de México. México: Imprensa Universitaria, 1953, p. 81-111.
- ORTIZ, Renato. **Românticos e folcloristas**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- PERNET, Corinne. “Pela cultura genuína das Américas”: Folclore musical e política cultural do Pan-americanismo, 1933-1950. **Revista Brasileira de Música**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 17-49, jan./jul. 2014.
- RAMA, Ángel. **Transculturación narrativa en América Latina**. 2. ed. Buenos Aires: Ediciones El Andariego, 2008.
- SCHMIDT, Benito Bisso. Os múltiplos desafios da biografia ao/à historiador/a. **Diálogos**, v. 21, n. 2, p. 44-49, 2017.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SIRINELLI, Jean-François. As elites culturais. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Orgs.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 259-279.
- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 231-269.
- TRINDADE, Hélió. Institucionalização e internacionalização das Ciências Sociais na América Latina em questão. In: ALMEIDA, Ana Maria F. *et al.* (Org.). **Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileiras**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2004, p. 144-167.
- VILHENA, Luís Rodolfo. **Projeto e Missão**: o movimento folclórico brasileiro (1947- 1964). Funarte: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- WASSERMAN, Claudia. A primeira fase da historiografia latino-americana e a construção da identidade das novas nações. **História da historiografia**, Ouro Preto, N. 7, nov./dez., p. 94-115, 2011.

FIGURAÇÕES DE UM TEMPO EM REVOLUÇÃO: OS DEBATES SOBRE A REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA DE 1817 E A TEMPORALIDADE NACIONAL NO BRASIL OITOCENTISTA

LUCAS DOS SANTOS SILVA¹

Doutorando em História Social da Cultura (PUC-Rio)

Lucas009911@gmail.com

Neste texto, o objetivo é partir dos debates acerca da Revolução Pernambucana de 1817 travados durante as primeiras décadas do Brasil independente para analisar alguns aspectos das diferentes formas de figuração do tempo histórico nacional presentes no contexto discursivo brasileiro dos Oitocentos. Ao projetar uma ruptura com o passado colonial, com a monarquia e com a herança portuguesa, o movimento de 1817 despertou uma multiplicidade de interpretações nos vários espaços da atividade letrada em que a história brasileira foi narrada. Por meio dessas discussões sobre o significado da Revolução de Pernambuco para a história brasileira, as quais se desenvolveram não só em livros, mas também em revistas, periódicos e discursos políticos, o que pretendo é investigar a diversidade de figurações do tempo histórico nacional, com suas diferentes formas, sentidos, ritmos, rupturas e periodizações.

As divergências no que diz respeito ao significado do movimento de 1817 já se manifestavam quando se discutia a pertinência de interpretar esse evento. Para os responsáveis pelas primeiras edições da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838, a Revolução Pernambucana era ainda muito recente, razão pela qual caberia ao futuro, ao “tribunal da posteridade”, definir o seu significado para a história nacional. Afirmavam, desse modo, a necessidade de ampliar o distanciamento temporal em relação àquele acontecimento, de modo a não suscitar paixões e comprometer os indivíduos ainda vivos que nele se envolveram. Assim, ao menos até os anos finais do Império, predominou no IHGB um notável silêncio em relação ao movimento de Pernambuco.

Contrasta com essa ausência a presença da Revolução de 1817 no debate parlamentar e na imprensa durante as primeiras décadas do Brasil Imperial. Desde o contexto da Assembleia Constituinte de 1823, tal evento foi mencionado, principalmente quando se discutia o modo como o Estado Imperial deveria se posicionar frente às revoluções políticas. Interessante notar, nesse sentido, que já nesse momento houve quem defendesse a exemplaridade de 1817, enquanto outros sustentavam que – por se tratar de uma tentativa revolucionária encampada durante a época colonial – aquele

¹ Bolsista CAPES.

já era um passado ultrapassado, distante, cujos exemplos não seriam aplicáveis após a Independência.

Se para alguns membros da elite letrada se tratava de um passado superado, para outros era um evento ainda candente, bastante presente no contexto nacional, de modo que seus exemplos, positivos ou negativos, ainda seriam válidos. Já aqui, nota-se a plasticidade das formas pelas quais aquele acontecimento foi inscrito na temporalidade nacional. Exemplar nesse sentido é a menção a este acontecimento feita pelo jornal *O Despertador*, de 15 de junho de 1838. Nele, afirma-se a inconveniência de explicar as causas para a Revolução em Pernambuco, já que fazê-lo seria “revolver cinzas frias”: “Nunca se viu um fato igual a esse de Pernambuco em 1817; ele teve motivos muito particulares, desses que as ocorrências sociais sugerem de tempos em tempos; os quais não explicarei para não revolver cinzas já frias” (ASSEMBLÉIA, 1838, p. 2). A metáfora das cinzas que não deveriam ser revolvidas me parece interessante, pois preserva certa ambiguidade. Por um lado, afirma-se que aquele passado já teria como que “esfriado” e que suas repercussões foram “apagadas”. Por outro, porém, há o reconhecimento tácito de que tal evento não estaria plenamente ultrapassado e “frio”, já que explicá-lo poderia “reacendê-lo” no presente, eventualmente produzindo embates.

Já nas páginas de um texto de 28 de fevereiro de 1850 publicado pelo periódico conservador *O Brasil*, que assume uma postura predominantemente crítica à Revolução, o que se afirma é que, apesar de possuir alguns motivos nobres, como a conquista da liberdade política e a fundação da nacionalidade brasileira, tal episódio da história nacional foi “altamente censurável por haver tudo confiado a essa prematura e irrefletida explosão que tão caro custou ao Brasil, e que infelizmente abriu a era, ainda não encerrada, das nossas agitações revolucionárias” (O DISCURSO, 1850, p. 1-2). Assim, os redatores do *O Brasil* propunham uma periodização segundo a qual 1817 demarcava o início de um período instável da nação, razão pela qual era “altamente censurável”. Enquadrado por políticas de tempo distintas, portanto, a Revolução poderia ser um passado distante, cinzas apagadas que não deveriam ser acesas, ou mesmo o marco inaugural de uma era, ainda não encerrada, de agitações na temporalidade nacional.²

Para além das tensões presentes nos debates sobre a pertinência de retomar e narrar os eventos de 1817 no contexto de consolidação do império, havia também tensionamentos em torno de seu significado para a história nacional. Neles, seriam expressas diversas formas de figurar e politizar o tempo, mas também alguns pressupostos comuns. Começarei a análise destes debates, que, reitero, se desenvolveram em múltiplos espaços discursivos, mencionando a obra com a qual encerro o recorte cronológico desta pesquisa, a *História Geral do Brasil* (1854 – 1856), de Francisco Varnhagen.

Em seu capítulo dedicado ao movimento de Pernambuco, Varnhagen dirigiria a ele uma condenação bastante enfática, afirmando inclusive a pretensão de encobrir os eventos de 1817 com um “véu”, deixando-os fora do seu “quadro” da história nacional. Na sua narrativa, a tentativa revolucionária de Pernambuco foi concebida como um movimento sem bandeira e rumo e como uma “interrupção” em um “estado próspero” que teria se estabelecido de maneira mais decisiva no Brasil desde a chegada de D. João VI.

2 A noção de políticas de tempo aqui utilizada parte das formulações de Chris Lorenz e Berber Bevernage (LORENZ; BERVENAGE, 2013, p. 12) que, por meio desta categoria, buscam apontar a dimensão performativa das representações temporais, as quais também são orientadas por valores, concepções políticas e relações de poder. Em outros termos, com a ideia de políticas de tempo busca-se sublinhar que o político também permeia a definição das formas temporais, articulando seus estratos, rupturas, ritmos e periodizações.

Nesse sentido, no âmbito das formas de figuração temporal, Varnhagen descrevia uma temporalidade progressiva, próspera, para o tempo histórico nacional, a qual foi temporariamente suspensa em decorrência daquele processo revolucionário. Ao fim do capítulo dedicado ao movimento pernambucano, o autor da *História Geral do Brasil* celebra a intervenção do “braço da Providência” divina, que teria “amparado” o Brasil e zelado pela sua integridade ao assegurar o fracasso do processo revolucionário (VARNHAGEN, 1854, p. 392). Segundo Varnhagen, portanto, a Revolução Pernambucana deveria ser compreendida como uma espécie de interrupção no movimento progressivo de civilização do Brasil, felizmente superada graças à intervenção divina. Por esse motivo, tal movimento não poderia ser associado à liberdade nacional, uma vez que, no Brasil, a “madureza” da Independência já era uma realidade desde a Abertura dos Portos, em 1808.

Se no livro de Varnhagen e no IHGB identifica-se o predomínio de uma postura de crítica, ou de silenciamento, frente à Revolução de Pernambuco, seria equivocado supor que essas foram as formas predominantes pelas quais tal evento foi abordado no contexto oitocentista brasileiro. Fazê-lo, significaria estabelecer uma relação de equivalência muito imprecisa entre a historiografia produzida no Instituto Histórico e a totalidade de formas de representação do passado – e de figuração do tempo – no contexto imperial brasileiro. Já em uma análise preliminar, pode-se identificar uma gama bastante diversa de significados para aquela tentativa revolucionária, assim como formas variadas de conceber o tempo histórico.

Uma das principais referências utilizadas por Varnhagen em seu capítulo sobre a Revolução de 1817 é um livro publicado alguns anos antes, em 1840. Trata-se da *História da Revolução de Pernambuco em 1817*, escrita pelo padre e político pernambucano Francisco Muniz Tavares. Embora bastante citado por Varnhagen, Muniz Tavares, que foi um dos participantes do processo revolucionário de 1817, propôs uma interpretação muito distinta para aquele evento. Em sua leitura, o movimento de Pernambuco deveria ser inserido e celebrado nos anais da história nacional como um precursor necessário da Independência política de 1822.

Para explicar tanto a emergência quanto o fracasso da Revolução, considerando que este último teria ocorrido apesar do alinhamento daquele processo revolucionário aos princípios definidores do sentido imanente à história humana: o progresso do melhoramento e o avanço da liberdade, o letrado pernambucano constrói uma metáfora que será central para a chave interpretativa por ele proposta. O trecho a seguir, presente na epígrafe do livro *História da Revolução de Pernambuco em 1817*, é particularmente importante:

Estes [os amigos da liberdade] não poderão esquecer jamais que foi essa província, quem primeiro deu o sinal ao Brasil de ter chegado o momento tanto suspirado de entrar no gozo dos bens imensos, que a cobiça portuguesa por espaço de três séculos extorquia; foi ela, quem apresentou-lhe a grande Carta da emancipação civil, e política, e mostrou com o exemplo a maneira de possuí-la. Desgraçadamente não foi seguida, sucumbiu; mas não pereceu o germe plantado, e regado com o sangue de seus mártires: em tempo oportuno frutificou e não deixará de crescer com vigor. (TAVARES, 1840, p. 2-3)

Primeiramente, chama atenção no excerto acima que, por meio da imagem de um germe plantado em 1817 que dá frutos em 1822, Muniz Tavares vincula o movimento pernambucano ao processo de In-

dependência. Afinal, em 1822, estaria em curso a frutificação e o crescimento de um germe que já havia sido plantado e regado anteriormente em solo pernambucano. Nessa perspectiva, 1817 representava uma espécie de futuro no passado, evidenciando certa assincronia entre Pernambuco, mais adiantado, e o restante da nação, que permaneceu inerte diante da tentativa de antecipação do futuro encampada pelos pernambucanos.

Outro ponto que merece atenção no fragmento citado é o modo como Muniz Tavares compreende o fracasso da revolução. Ele afirma – e o faz de modo recorrente no livro – a ideia de que há um “tempo oportuno” para que a semente da liberdade cresça e dê frutos, indicando, assim, que ela não floresce em qualquer contexto histórico. Com isso, sugere que as transformações sociais dependem de um estado de desenvolvimento do tempo histórico que as permita “amadurecer” e “frutificar”, afirmando a autonomia de uma temporalidade processual frente aos esforços humanos de anteciparem o futuro. Assim, o letrado justifica o fracasso da revolução, tacitamente identificando sua “imaturidade”, mas continua a defender o seu caráter exemplar. Afinal, foi o sangue de seus mártires que regou a semente da liberdade, permitindo o seu crescimento “vigoroso” em tempo oportuno.

Há aqui uma tensão que me parece fundamental em seu livro: que a Revolução seja, a um só tempo, um fim inevitável para os pernambucanos, mais adiantados e conscientes da condição de exploração a que estavam submetidos, e, por outro lado, um processo que dificilmente se poderia antecipar, sob risco de ser “prematureo” e, portanto, “inoportuno”. É precisamente este caráter “inoportuno” do processo revolucionário o que explica que, em 1817, tenha triunfado o “atraso” e a “inércia” do restante do Brasil, assim como a “bárbara” repressão levada a cabo pelos portugueses.

Até o momento, em um mapeamento que ainda está em curso, foi possível identificar que o intervalo entre os anos finais da década de 1830 e o início dos anos 1840, período de intensa instabilidade política e no qual se dá a escrita de Muniz Tavares, foi também o contexto em que o movimento de 1817 foi mais debatido tanto na imprensa quanto no parlamento. E, conforme trabalhos como os de Valdeci Araújo (2008), Luisa Rauter Pereira e Hebert Faria Sena (2016) e Thamara Rodrigues (2019) têm identificado, este foi também um momento chave da generalização do processo de historicização da realidade nos termos modernos e ocidentais. Ou, em outras palavras, da afirmação de um tempo progressivo, dinâmico e marcado pela cisão entre presente e passado, no qual este último adquiria maior espessura histórica, sendo preenchido por épocas qualitativamente diversas entre si, mas inseridas em um enquadramento temporal mais amplo concebido como uma unidade autônoma e englobante.

Durante as revoltas regenciais, a compreensão daquele presente instável e as disputas pelo futuro produziram um esforço muito disseminado de compreensão historicista da nação, isto é, a aposta de que para entendê-la seria necessário enxergá-la tanto como uma unidade quanto em seu deslocamento progressivo através do tempo histórico, ele próprio um agente autônomo (CHAKRABARTY, 2000, p. 6). Neste contexto de transformações nas formas de experienciar e representar a temporalidade, ressalta-se também um processo de politização do tempo, que radicaliza as dissonâncias nas interpretações da história nacional.

Nesse cenário, identifica-se propostas interpretativas semelhantes às aquelas que foram levadas adiante por Varnhagen, nas quais o movimento de 1817 é concebido como uma interrupção em uma temporalidade progressiva cujo ponto culminante seria a Independência, produzida pela capital e fortemente atre-

lada à herança portuguesa. Nelas, Pernambuco seria descrito como um território afeito a “excessos” e ao “republicanismo”, palco de insurgências e revoltas que comprometiam o progresso material e produziam a instabilidade na política nacional. No entanto, e gostaria de enfatizar esta constatação, a representação do processo revolucionário de Pernambuco como uma tentativa malsucedida, posto que prematura, de antecipação do futuro de liberdade política foi muito recorrente.

Chama atenção a frequência com que a Revolução de Pernambuco foi associada a termos como “precipitado”, “premature”, “extemporâneo”, “imature”, ou “imprudente”, formas de adjetivação que apontam para uma condição de inadequação temporal. Interessante notar, ainda, que tanto interlocutores com uma visão positiva do movimento quanto alguns de seus críticos compartilhavam destes termos, os quais, como apontado anteriormente, também estiveram muito presentes no livro de Muniz Tavares. A partir de agora, discutirei brevemente alguns trechos extraídos tanto do debate parlamentar quanto de periódicos nos quais essa forma de dar sentido ao movimento, e de atribuir a ele certa condição temporal, se fazem presentes. Com isso, pretendo não só ressaltar a heterogeneidade de propostas interpretativas acerca da Revolução de Pernambuco, mas sobretudo reconhecer como o estudo de tal diversidade nos oferece uma entrada profícua para a análise de alguns aspectos das formas da temporalidade nacional presentes no contexto oitocentista brasileiro.

Nas páginas de uma edição de 14 de novembro de 1840 de *O Brasil*, periódico ligado ao Regresso conservador citado anteriormente, a inadequação temporal do movimento de 1817 seria apontada de maneira explícita, em um texto fortemente crítico a um dos participantes do movimento, Antonio Carlos Andrada Machado: “Tão arrojada tentativa em uma época tal, em que o Brasil estava ainda tão atrasado, tão falto de tudo, não justifica lá muito os talentos políticos daqueles que a conceberam” (ESTÁ DOUDO, 1840, p. 3). Para *O Brasil*, a assincronia entre as “arrojadas” aspirações do movimento de 1817 e o “atraso” do Brasil seria tal, que a incapacidade de percebê-la, isto é, de identificar a extemporaneidade da revolução, revelava uma grande incapacidade política.

Andrada Machado, criticado em muitos textos das páginas de *O Brasil*, em diversos de seus discursos políticos citou e defendeu seu envolvimento em 1817 para reafirmar o compromisso com os princípios liberais. Em uma de suas intervenções, feita como deputado da Assembleia Geral em 21 de junho de 1838, ele afirmou:

Nas fases políticas da minha vida, na minha mocidade, quando eu tinha adotado ideias que a madureza da idade me fez abandonar, em todas elas o sentimento de minha dignidade me sustentou sempre. Em 1817 adotei o princípio da independência que para mim era o maior dos bens. Bem criança era eu, e já sonhava com ela. Nas escolas primárias e secundárias, na universidade, nunca sonhei senão – Independência do Brasil. – Pareceu em 1817 que este grande desejo podia ser levado a efeito: não aprovei o tempo; não aprovei as medidas; opus-me a elas; porém arrebitou, e pareceu-me que a minha dignidade se opunha a que eu recuasse da empresa [...]. (ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 1838, p. 405)

Novamente, e neste caso em um discurso que defende a legitimidade e a exemplaridade da Revolução Pernambucana, associando-a à Independência política, identificamos a afirmação de que aquela tentativa de ruptura política estava fora do tempo. Tal entendimento se exprime quando, em sua intervenção,

Andrada Machado enfatiza não ter aprovado o “tempo” em que a revolução “arrebentou”. Na crítica do *O Brasil* dirigida ao magistrado e político paulista, um dos argumentos utilizados para depreciá-lo foi a sua incapacidade de perceber o caráter “inoportuno” da tentativa revolucionária de 1817, dada a situação de atraso do Brasil. Chama atenção, nesse sentido, que Andrada Machado tenha se empenhado em afirmar que fora capaz de identificar o caráter inoportuno do movimento, ainda que isso não tenha dissuadido o seu envolvimento.

Pertinente notar também que, no excerto, Andrada Machado entrecruzaria a sua própria mocidade em 1817 à imaturidade da revolução. Tal articulação me parece bastante relevante. Em primeiro lugar, pois ilustra um dos modos pelos quais setores das elites brasileiras narravam e justificavam a sua própria biografia articulando-a à história da nação. Mas, para além disso, por esboçar um modo de interpretar o movimento de 1817 em que as trajetórias individuais emprestam sentido àquele evento revolucionário. Tanto para os indivíduos quanto para as nações, as tentativas de antecipação do futuro por meio dos processos revolucionários são identificadas a arroubos de imaturidade, do que se deduz que, entre os países maduros, as tentativas de ruptura revolucionária provocadas pelos atores políticos são algo ultrapassado e, desse modo, anacrônico e extemporâneo.

Gostaria de mencionar mais uma alusão ao movimento de 1817 em que a inadequação temporal da revolução também é afirmada. Trata-se de um texto do periódico *A Tribuna: jornal político e literário*, publicado no Rio de Janeiro, em 10 de março de 1845, no qual o jornal rebatia acusações contra Andrada Machado feitas mais uma vez pelo jornal *O Brasil*:

O Sr. Antonio Carlos, sendo há muito alvo do feroz despeito do implacável pregoeiro da oposição, é de novo inventivado, injuriado e vítima de imerecidos doestos porque os generosos Pernambucanos ousaram colocá-lo em primeiro lugar na lista tríplice de senador, gratos sem dúvida aos assinalados serviços do prestante Paulista à independência, à liberdade e à monarquia constitucional, e talvez gratos ao colaborador do movimento de 1817, com que os intrépidos Pernambucanos, ainda imprudente, e extemporaneamente quiseram enveredar o Brasil pela senda da independência, e da liberdade. (UMA VISTA, 1845, p. 4)

Aqui, mais uma vez, a Revolução é articulada à temporalidade nacional como um evento extemporâneo. É reiterada, também, suas vinculações com a independência e a liberdade da nação. Nessa direção, o que me parece relevante destacar é que não há um questionamento dos fins da revolução. Isso, pois tal evento é associado aos mesmos conceitos que são articulados à Independência de 1822, a qual, por sua vez, é concebida como o *telos* da história brasileira. Questiona-se, antes, a imprudência da ação humana que ambiciona produzir transformações que só seriam oportunamente presentificáveis no futuro.

Encerro essa reflexão mencionando brevemente uma outra discussão na qual 1817 foi citado. Trata-se de um debate entre os deputados Francisco Álvares Machado e Joaquim Manoel Carneiro da Cunha. Como mencionado anteriormente, a Revolução de Pernambuco foi citada sobretudo quando se discutia a punição de envolvidos em movimentos considerados insurgentes. No debate em questão, travado em 12 de junho de 1840, Carneiro da Cunha e Álvares Machado debatiam a punição que deveria recair sobre os participantes da Balaiada, no Maranhão. É interessante notar como ambos os interlocutores diferenciam os

revolucionários de 1817 dos Balaios:

O Sr. Álvares Machado: - Nem precisamos para provar estas coisas de recorrermos às nações estranhas; entre nós mesmos temos exemplo para provar essa asserção: escutam-me muitos indivíduos que atualmente prestam relevantes serviços à causa do Brasil, que outrora tiveram também erros de entendimento, arrastaram também os ferros do martírio (Apoiados). Eu quisera ao menos que aqueles que devem estar convencidos por si próprios que nenhum homem é isento de erros neste mundo, não dessem essa girândola de apoiados quando se fala nesta casa de certos criminosos....

O Sr. Carneiro da Cunha: - Há muita diferença.

O Sr. Álvares Machado: - Eu não duvido que haja muita diferença; não quero confundir os que tomaram parte na rebelião de 1817 e 1824 com os balaios no Maranhão; não quero dizer que aqueles atacavam a liberdade de seus concidadãos, lançavam mão da propriedade alheia; mas o que é inegável é que tiveram erro de entendimento, perturbaram a paz pública no seu país, e que ao perdão e humanidade do governo devem hoje ser os primeiros propugnadores da ordem pública e da monarquia. (ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 1840, p. 707)

Embora designe 1817 como uma rebelião, Álvares Machado concede que, por não atentar contra a liberdade e a propriedade, o evento de Pernambuco se diferencia do movimento popular encampado pelos Balaios. Aqui, parece-me pertinente retomar uma constatação feita por Ilmar Mattos (1987, p. 111 – 116), que aponta o empenho de liberais e conservadores em distinguirem os movimentos políticos por eles encampados daqueles que eram empreendidos por grupos marginalizados. Estes últimos, frequentemente concebidos como manifestações do atraso, de passados indesejados ainda presentes no contexto nacional, eram contestados não só por optarem pela ação revolucionária, mas também por seus fins, incompatíveis com o sentido que seria imanente à história nacional. Desse modo, os membros dessa elite política, que se compreendiam como a “boa sociedade”, reivindicavam para si a prerrogativa de dar legibilidade ao sentido e ao ritmo imanentes a temporalidade nacional, já que contestavam a possibilidade de outros grupos agirem a fim de produzir uma aceleração do tempo histórico.

Creio que essa distinção entre o tratamento dispensado aos movimentos encampados pela “boa sociedade” e aqueles que eram promovidos pelos grupos marginalizados nos ofereça pistas para pensar por quais razões a ideia de uma inadequação temporal tenha sido tão recorrente para dar inteligibilidade a Revolução de Pernambuco, um movimento que, convém lembrar, contou com a participação de muitos indivíduos que comporiam futuramente a elite política do Império. Como constata Mattos, segundo o entendimento compartilhado tanto por liberais como pelos conservadores do Império, a propriedade era fundante da liberdade. Além disso, estas duas noções eram estruturantes das formas de hierarquização, privilégio e exclusão social e política. É sintomático, portanto, que Álvares Machado tenha elencado justamente estes dois conceitos para discernir a “rebelião de 1817” daquela promovida pelos Balaios. Ao ser identificada como uma “rebelião” não encampada pela “boa sociedade” e que poderia pôr em risco a propriedade desse grupo, a Balaiada não poderia ser reconhecida como um esforço – ainda que imprudente e extemporâneo – de antecipação do futuro.

Considerações Finais

Diante da recorrência de modos de dar sentido a Revolução alicerçados na afirmação de sua extemporaneidade, presentes tanto entre aqueles que defendiam o movimento quanto entre os seus detratores, cabe perguntar: quais os pressupostos destas formas de conceber e politizar o tempo nas quais o insucesso de uma tentativa de transformação política e social é explicado a partir da afirmação de sua inadequação temporal? Qual a concepção de tempo histórico implícita a asserção de que uma tentativa de transformação se deu “fora do tempo”? Na tentativa de responder, mesmo que de modo provisório e lacunar a estas questões, retomo brevemente as formulações de Chakrabarty (2000) acerca das relações entre o colonialismo e a produção de “hierarquias temporais” no regime temporal moderno. Em sua perspectiva, mesmo após a independência política dos territórios não-europeus, suas formas de conceber o tempo histórico nacional permaneciam marcadas por um “ainda não”, por meio do qual as elites nacionais demarcavam a assincronia entre aqueles territórios e a Europa, de modo que a modernidade europeia era reificada como o “futuro” dos territórios não europeus.

A partir desta historicidade marcada por um perene “aindanão”, restringiam-se os horizontes de transformação social e de aceleração do tempo histórico em direção a um futuro novo nos espaços colonizados. Por essa perspectiva, nas nações colonizadas, a compreensão historicista da realidade desempenhava ainda mais fortemente o papel de enquadrar experiências como próprias ou impróprias, como oportunas ou extemporâneas a um dado presente. Nessa direção, não seria essa tópica da inadequação temporal, fortemente identificável nos debates sobre a Revolução Pernambucana, um dos instrumentos discursivos pelos quais este “ainda não” foi reiteradamente operacionalizado? Não me parece inteiramente fortuito que a maior recorrência desta tópica nos debates sobre o movimento pernambucano tenha se dado justamente entre meados da década de 1830 e 1840, contexto de instabilidade política em que se pluralizavam os projetos políticos para o futuro da nação. E, além disso, contexto no qual amplos segmentos das elites políticas pactuavam a inviabilidade de colocar fim ao tráfico de escravizados, sob a justificativa de que aquela medida seria extemporânea, de que não seria ainda o “tempo oportuno”.

Como contraface dessas afirmações de que as tentativas de mudança radical estariam “fora do tempo”, que não incidem estritamente sobre o movimento de 1817, foi frequente o diagnóstico de passados indesejados e não ultrapassados, que constringiam o Brasil mesmo após a Independência. A falta de civilização e luzes do povo, a permanência da escravidão e da herança absolutista e colonial como que afirmavam a imprudência das tentativas de transformação social e política, justificando a prerrogativa reivindicada pelas elites políticas não só de dar legibilidade às formas do tempo histórico, mas sobretudo de agir sobre ele. Se, como sugere Valdeci Araújo (2011, p. 134), a noção de tópica não define meramente um lugar comum, ou um conjunto de expressões prontas para o uso, mas antes uma maneira de formular o pensamento, identificar a prevalência disso que me parece possível chamar de uma “tópica da inadequação temporal” no debate político e historiográfico brasileiro talvez nos permita refletir sobre os modos de operacionalização de uma forma de conceber e de politizar o tempo histórico que continuamente coloca sob suspeita a capacidade dos esforços humanos de forçarem o tempo, ainda que para promover a antecipação de uma ordem de coisas identificada como própria ao futuro.

Referências bibliográficas:

ARAUJO, Valdei Lopes de. **A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)**. São Paulo: Hucitec, 2008.

ASSEMBLÉA, Geral Legislativa. **O Despertador**, Rio de Janeiro, 15 jun. 1838, p. 2.

CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference**. Princeton: Princeton University Press, 2000.

ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO. **Câmara dos srs. Deputados**, primeiro ano da quarta legislatura, sessão de 21 jun. 1838. Rio de Janeiro: Typographia da Viuva Pinto & Filho, 1883, t. I, p. 405.

ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO. **Câmara dos srs. Deputados**, terceiro ano da quarta legislatura, sessão de 12 jun. 1840. Rio de Janeiro: Typographia da Viuva Pinto & Filho, 1883, t. I, p. 707.

ESTÁ DOUDO. **O Brasil**, Rio de Janeiro, 14 nov. 1840, p. 3.

LORENZ, Chris; BEVERNAGE, Berber (orgs.). **Breaking up time. Negotiating the borders between present, past and future**. Gottingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2013. p. 251-280.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **Tempo saquarema**. São Paulo: Hucitec/ INL, 1987.

O DISCURSO, do padre Alencar. **O Brasil**, Rio de Janeiro, 28 fev. 1850, p. 1 – 2.

PEREIRA, Luisa Rauter; SENA, Hebert Faria da. A historicidade do político. O debate sobre representação e cidadania no império brasileiro (1823-1840). **Revista História da Historiografia**. n. 22, p. 258-274, 2016.

RODRIGUES, Thamara O. **Sobre a impossibilidade da reconciliação: Abreu e Lima e a negação do passado nacional**. 175 f. 2019. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2019.

TAVARES, Francisco M. **História da Revolução de Pernambuco em 1817**. Pernambuco: Imparcial, 1840.

UMA VISTA, d'olhos sobre o Brasil de 6 do corrente. **A Tribuna: Jornal Político e Literário**, Rio de Janeiro, 10 mar. 1845, p. 4.

VARNHAGEN, Francisco A. **História geral do Brazil**. Rio de Janeiro: Caza de L. e H. Laemmert, 1854.

HISTORIADOR, GEÓGRAFO, INTELECTUAL: CAPISTRANO DE ABREU FRENTE A PADRÕES DISCIPLINARES¹

MATHEUS CAVALCANTI RODRIGUES

Mestrando em História (UNIFESP)
matheuscavalcantiicm@hotmail.com

Resumo:

Este projeto de pesquisa propõe a investigação das características intelectuais que permitiram pensar Capistrano de Abreu enquanto geógrafo. Geralmente tomado como historiador pelos que se debruçaram sobre sua vida e obra, a contribuição do autor cearense para a Geografia no Brasil é com frequência mencionada, mas raramente foi tratada como mais que algo marginal em sua carreira de pesquisas e escritos. Estudar em que medida ele se enquadrou nos padrões disciplinares que regiam, em sua época e lugar, a definição de Geografia e as relações desta com a História, permitirá traçar um perfil do regime de regulação e produção de conhecimento nessas áreas de pesquisa no Brasil da segunda metade do século XIX e primeiras três décadas do século seguinte. Este é o objetivo que norteia a pesquisa, que se volta para o exame das adesões de Capistrano de Abreu a corpos teórico-metodológicos europeus, sobretudo o positivismo e o historicismo alemão, e das suas relações com instituições nacionais (re)produtoras de conhecimento tais como o IHGB, a Biblioteca Nacional e o Colégio Pedro II. Esse empreendimento visa localizar o Capistrano-geógrafo, como também a Geografia tal como concebida por ele e sua época. Nessa direção, caberá o estudo da formação de disciplinas e fronteiras disciplinares num contexto brasileiro anterior à implementação da Universidade no país. Um importante aporte será o exame da correspondência de Capistrano de Abreu, na qual ele versava sobre assuntos de pesquisa e convicções intelectuais, por vezes exercendo um papel de orientador de pesquisadores mais jovens. A metodologia escolhida provém das possibilidades oriundas da História da Historiografia, na forma apresentada por Horst Walter Blanke.

Introdução e justificativa:

João Capistrano Honório de Abreu, nascido em Maranguape, província do Cea-

¹ O presente trabalho foi inicialmente concebido como projeto de pesquisa de Mestrado, e por meio dos anais do Seminário Brasileiro de Teoria e História da Historiografia (SNHH), edição 2023, está sendo publicado. No referido Seminário, ocorrido entre os dias 16 a 18 de novembro na UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo, campus de Guarulhos-SP, este trabalho foi apresentado em Simpósio Temático na forma oral.

rá, no ano de 1853, traçou carreira no campo intelectual brasileiro desde atuações como crítico literário e conferencista na terra natal até sua sagração, na corte carioca, “como o maior historiador do Brasil” (GONTIJO, 2018, p. 110). Os estudos que se debruçam sobre sua vida, obra e influência se acumulam em uma linhagem que se inicia logo após sua morte, em 1927. Menos de um mês depois do falecimento, foi criada a Sociedade Capistrano de Abreu, cujos objetivos de atuação giravam em torno da reedição das obras do cearense, que exercera função de orientador de pesquisa para com historiadores mais novos. Estes, que o imputavam “Mestre”, foram os que fundaram a Sociedade, pretendendo também levar a conhecimento público o cabedal intelectual contido nas cartas que dele recebiam, nas quais muitas vezes estavam contidas instruções temáticas e metodológicas que acabaram agregando em seus próprios trabalhos (AMED, 2006). O exemplo mais notável talvez seja o de Afonso Taunay, que se considerava discípulo de Capistrano e foi um de seus mais frequentes destinatários de cartas. O historiador catarinense partiu na empreitada de estudar as bandeiras paulistas devido a uma sugestão enfática do “Mestre” numa conversa em 1902, do que resultou uma obra maciça que inclui, entre outros livros, os 11 volumes da *História geral das bandeiras paulistas*, publicados de 1924 a 1950 (ANHEZINI, 2011).

O projeto para publicação das cartas de Capistrano de Abreu, pensado pelos fundadores da Sociedade homônima, porém não logrado por eles, fora enfim realizado por José Honório Rodrigues, nos anos de 1954 e 1957, com reedição ampliada em 1977, sempre contando com três volumes (AMED, 2006). Tal esforço se justificou pela contribuição que a correspondência traria para uma compreensão abrangente das reflexões e posições intelectuais e políticas do cearense. Além de poder aclarar fatos e processos de sua vida particular que ajudam a perceber as vicissitudes de sua atuação pública sob novas perspectivas, caminho analítico explorado por Amed (2006). Isso se mostra tanto mais importante quando se pensa na curta produção pública de Capistrano durante sua existência, com apenas três livros e uma coleção esparsa de artigos, prefácios e anotações sobre temáticas diversas. Daí o empreendimento da Sociedade Capistrano de Abreu em coligar seus escritos e republicá-los através da coleção intitulada *Ensaios e Estudos (Crítica e História)*, de 1931 a 1938, em três volumes. Em 1976, um quarto volume da série é publicado por José Honório Rodrigues.

Em conjunto, todo esse trabalho de publicização das ideias, opiniões e trabalhos de pesquisa de Capistrano de Abreu, não levado a cabo somente por ele mesmo, mas por uma miríade de autores contemporâneos e sucedâneos que iluminaram recantos obscuros do seu pensamento, teve consequências relevantes. A principal delas pode ser considerada a multiplicação de estudos que procuraram interpretar a obra do cearense seguindo itinerários heurísticos vários. Seguindo a explanação de Amed (2006), os primeiros a procurarem avaliá-la o fizeram, geralmente, no intuito mais ou menos admitido de engrandecer a figura do homem Capistrano e sublinhar suas qualidades de pesquisador, poliglota, bibliófilo e intérprete da história do Brasil. Em suma, o tom que prevalece nos escritos sobre Capistrano, sobretudo quanto mais perto esses escritos estão do ano de seu falecimento, é eminentemente apologético e conciliador. Entre as suas biografias, Amed (2006) afirma que aquela que mais se distancia desse tom é a escrita por Câmara (1969), que, no entanto, não abdica totalmente de dotar a narrativa com um estilo épico e grandiloquente. Um marco na rememoração de Capistrano foi o Curso Capistrano de Abreu, promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1953, ano do centenário de seu nascimento. Discursos pronunciados no Senado e na Câmara dos Deputados e eventos oferecidos por instituições de pesquisa como o Instituto Histórico do Ceará completaram o quadro de monumentalização de Capistrano naquele ano (GONTIJO, 2013). Ao longo das décadas, Capistrano foi lembrado, reavaliado e seu lugar no curso da

história da historiografia brasileira aparece ratificado por trabalhos de autores de gerações distintas. Como exemplo, servirá lembrar os trabalhos de José Honório Rodrigues, *Teoria da História do Brasil* (1957) e *A pesquisa histórica no Brasil* (1978), o livro de José Carlos Reis (1999), *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*, onde Capistrano é cunhado como o “Heródoto do Povo Brasileiro” (REIS, 1999, p. 85), e, mais recente, a obra organizada por Maurício Parada e Henrique Estrada Rodrigues, *Os historiadores clássicos da história do Brasil* (2018), cujo capítulo dedicado a Capistrano é escrito por Rebeca Gontijo.

Com essas citações a intenção é dimensionar o quadro acumulado de trabalhos com o qual se depara o pesquisador que toma a vida e obra de Capistrano de Abreu por objeto hodiernamente. Há, vê-se logo, uma vasta erudição desenvolvida por décadas de estudos. A tônica recai, preponderantemente, sobre o Capistrano-historiador, pois “desde sempre, ele foi tomado como um historiador” (AMED, 2006, p. 66). Entretanto, isso não esgota a obra capistraniana, desde que os trabalhos e pensamentos desenvolvidos por Capistrano não se circunscreveram a um campo disciplinar chamado História. É também verdade que existem muitas referências aos seus méritos no que tange aos estudos etnográficos, à crítica literária e, o que em específico interessa à pesquisa que aqui se apresenta, à Geografia. No entanto, tais referências aparecem quase sempre como adereços, breves menções ou colocações marginais dos textos que tomam como eixo analítico o Capistrano que lhes interessa, a saber, o Capistrano-historiador. A Geografia é tão-somente uma “ciência auxiliar” da História nessa vertente interpretativa (AMED, 2006, p. 66).

Em 1953, ano do centenário de nascimento de Capistrano, o IHGB promoveu a realização do Curso Capistrano de Abreu, onde ocorrera algo especialmente relevante para o que intenta essa pesquisa. Dentre os textos que se originaram do evento e publicados nos seus anais, dois deles se destacam pela preocupação em situar o autor em demarcações disciplinares. Um deles intitulado “Capistrano - o historiador”, o outro “Capistrano - o geógrafo”. Há um tipo de equiparação entre o historiador e o geógrafo, com cada um recebendo um texto à parte, que não se verifica na fortuna crítica em geral que, como já mencionado, se voltou muito mais ao exame do feitio de historiador de Capistrano de Abreu. Daí nasceu a justificativa da pesquisa presente, que se baseia na potencial fecundidade heurística em pensar o porquê e como Capistrano de Abreu pôde ser enquadrado sob o rótulo de geógrafo. Mais do que se fixar na consideração de um historiador que concedia relevo ao meio geográfico e seus agentes ao realizar trabalhos históricos, importa trazer luz as características de sua conduta intelectual que o tornaram geógrafo. Ou melhor, verificar se sua monumentalização como tal fazia sentido diante do que ele leu, pensou, propôs e escreveu. Resumindo à forma interrogativa: Capistrano podia em 1953 (e pode atualmente) ser pensado como geógrafo sem que se esbarrasse num anacronismo? Em sua época de atividade intelectual, ele considerou-se geógrafo ou perpetrou suas pesquisas e obras escritas como geógrafo? É recomendável separar o geógrafo do historiador? E afinal, o que era Geografia para Capistrano e para sua época e contexto? Não seria monótono continuar a sequência das perguntas, já que existem aspectos que se desdobram em outros de diâmetro cada vez maior. Basta, porém, que se mencione a abertura que esse estudo descortina para o escrutínio de como as disciplinas e fronteiras disciplinares eram definidas entre a segunda metade do século XIX e primeiras três décadas do século XX. Isso tomando o contexto brasileiro de produção de conhecimento na área das ciências humanas como âmbito da pesquisa.

Percebe-se, dessa forma, que retornar a Capistrano de Abreu, atualmente, tem significação não tanto pelo conteúdo de seu trabalho enquanto conjunto de verdades documentadas sobre o período colonial brasileiro, mas porque “seus escritos contribuem, sobretudo, para a compreensão da própria época em

que foram elaborados, remetendo aos temas considerados importantes e às possibilidades investigativas e interpretativas então abertas” (GONTIJO, 2018, p. 126). Em caráter hipotético, esse talvez seja um meio de aproximação a algo que pode ser denominado de regime de produção do conhecimento nas áreas correspondentes às ciências humanas no Brasil entre a segunda metade do século XIX e primeiras três décadas do século XX. Ou seja, um *status quo* anterior à disseminação da Universidade pelo território nacional, cenário onde Capistrano se moveu intelectualmente, estabelecendo contato com instituições e com outros pesquisadores e escritores de áreas diversas.

Tal pesquisa demanda uma espécie de deslocamento, por ser uma empreitada situada num contexto universitário com algum grau de maturidade em 2022 e pretende a apreciação de uma formatação social onde não há universidades. Quando outros organismos de controle eram os responsáveis por instituir os campos de estudo e, quiçá, os critérios de distinção entre eles. A investida de compreensão dessa paisagem social assaz estranha ao que se verifica nos dias hodiernos é a um só tempo o desafio e o valor intrínseco da pesquisa. Tendo em Capistrano de Abreu o objeto e sujeito desencadeador dessa empresa heurística, o recorte da pesquisa se situa no período relativo à sua carreira intelectual. Dessa forma, o intervalo desde sua juventude de leituras positivistas na década 1860 até seu falecimento como estudioso consagrado da realidade pretérita brasileira em 1927 é o espaço temporal que importa perscrutar.

Insiste-se na conveniência em abordar, simultaneamente, a personagem Capistrano de Abreu e o seu período histórico correspondente, no qual a Universidade como entidade social promotora e reguladora do conhecimento não era um dado da realidade brasileira. Isso permitirá, ao menos em termos de esboço, assentar alguns marcos de comparação entre o período anterior à Universidade no Brasil e o que sucede à sua disseminação sistemática pelo território nacional. Embora este não seja o escopo da pesquisa, considera-se que a mesma contribuirá para estudos específicos acerca do assunto. De toda maneira, é preciso situar a época em que Capistrano de Abreu viveu no e pensou o Brasil nas balizas que lhe eram inerentes, evitando pré-juízos que estejam ancorados nas disciplinas e fronteiras disciplinares universitárias, cuja historicidade já perfaz quase um século no Brasil. Há de se questionar mesmo a existência de disciplinas e de fronteiras teórico-metodológicas patenteadas entre elas. Mediante essa averiguação, será talvez viável responder se a formação de disciplinas no Brasil, em específico aquelas vinculadas às ciências humanas, precedeu à Universidade ou somente se deu com a sua introdução a partir da década de 1930. Mais que isso, as características definidoras desse processo poderão se desvelar à medida que os desdobramentos da pesquisa se evidenciem.

Objeto de estudo e hipóteses:

Na pesquisa que se delinea nessas linhas, o objeto de análise é Capistrano de Abreu consagrado geógrafo por um movimento institucionalmente dirigido, mas nem por isso totalmente infundado. O que se quer dizer com isso é que, embora, no Curso de 1953, ressoe uma tentativa de agregar o autor cearense ao conjunto dos intelectuais sob os auspícios do IHGB, balizando a atuação de Capistrano nos marcos concebidos pelo Instituto, não era possível fazê-lo sem que houvesse indicativos que legitimassem os títulos outorgados de historiador e, o que é menos frequente na bibliografia, de geógrafo. É interessante observar que outros títulos seriam razoavelmente bem atribuídos a Capistrano, mas os escolhidos na ocasião foram esses dois, o que não é para se menosprezar. Em decorrência, se revela promissor o questionamento das

coordenadas intelectuais que possibilitaram ou mesmo impeliram o rótulo de geógrafo ao autor cearense. Dito de outra forma, de quais conceitos, abordagens e linhas interpretativas Capistrano teria se utilizado para que pudesse ser erigido como representante de um campo do saber chamado Geografia.

Do que ficou dito no parágrafo anterior se origina uma ramificação necessária para a pesquisa. Destarte, o estudo chama a atenção para a formação de disciplinas e fronteiras disciplinares entre as ciências humanas no Brasil antes que as universidades se instaurassem paulatinamente a partir da década de 1930. Foi nesse cenário pré-universitário que Capistrano de Abreu formulou seu pensamento e concatenou teorias advindas da Europa para a análise de diversos aspectos da realidade brasileira do passado e do seu presente. Nesse cenário ele pensou sobre Geografia, História, Etnografia talvez não como campos disciplinares autocentrados e rigidamente destacados uns dos outros. Encarar essa contextura com os olhos de intelectuais formados em universidades com quadros e fronteiras disciplinares formulados e ratificados por décadas de experiência é desafiador e exige um esforço compreensivo.

Isso não significa a ausência, no Brasil, de regulamentações disciplinares conduzidas por instituições formais antes da década de 1930. Significa a necessidade de não se apegar aos parâmetros universitários desenvolvidos a partir dessa década e procurar entender quais eram os parâmetros disciplinares anteriores, cunhados sob o regime de instituições de outra conformação. Dentre estas se sublinha o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838 para atender às expectativas do Império, mas que sobreviveu ao seu declínio e continuou influenciando a produção de conhecimento durante a República. Para além dele, lembra-se da Biblioteca Nacional, criada em 1810, e do Colégio Pedro II, depois Ginásio Nacional, fundado em 1837. Com essas três instituições Capistrano de Abreu se relacionou diretamente e conheceu seus modos de diferenciação disciplinar. Logo, a investida na busca da compreensão do Capistrano-geógrafo passa por abarcar o significado de Geografia no seio dessas instituições oitocentistas.

Noutra via de abordagem do objeto proposto, que se mostra complementar ao que já ficou dito, está a importância de deslocar o olhar aos referenciais teórico-metodológicos dos quais Capistrano de Abreu se apropriou ao longo de sua vida e percurso intelectual. Isto é, sobretudo, quais autores e obras Capistrano conheceu e se utilizou na perpetuação de seu pensamento, pesquisas e escritos. Acredita-se que, dessa forma, será possível localizar as fontes do relacionamento do cearense com a Geografia tal como concebida ao longo da segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX. Nesse intento, cabe remeter a estudos que procuraram sistematizar a historicidade da postura epistemológica de Capistrano de Abreu. Uma via de interpretação é a engendrada por Arno Wehling, que discerne duas fases no seu pensamento e obra historiográfica. A fase inicial seria a “cientificista, que se estende dos anos de formação à década de 1880, tendo como ponto alto a elaboração da tese sobre o descobrimento do Brasil, em 1883, prolongando-se em trabalhos menores por mais alguns anos” (WEHLING, 2004, p. 49). Nesta primeira fase Capistrano adotou o ideário de autores em voga na Europa que apregoavam a lógica positivista, evolucionista e determinista da história, tais como Auguste Comte, Herbert Spencer, Henry Buckle e Hippolyte Taine. Sendo leitor desses e outros europeus desde a adolescência (CÂMARA, 1969), com base neles Capistrano interpreta o caráter da literatura no Brasil em famigerada conferência pronunciada em 1974, em Fortaleza, e publicada no jornal *O Globo*, no Rio de Janeiro, no ano seguinte. Também fundamentado nessas leituras ele termina seu “Necrológio de Francisco Adolfo Varnhagen”, publicado no *Jornal do Comércio*, de 16 a 20 de novembro de 1878, lamentando a circunstância do historiador sorocabano não ter conhecido ou ter desdenhado o “facho luminoso” (ABREU, 1975, p. 90) da ciência sociológica moderna. No

último parágrafo do texto, Capistrano demonstra a esperança no surgimento de um intérprete do Brasil que faça bom uso das teorias importadas dos centros europeus: “Que venha, e escreva uma história de nossa Pátria digna do século de Comte e Herbert Spencer. Inspirado pela teoria da evolução, mostre a unidade que ata os três séculos que vivemos” (ABREU, 1975, p. 91).

A segunda fase do itinerário intelectual capistraniano traçado por Arno Wehling (1976; 2004) é a científica e hermenêutica. Nela, o autor cearense teria consecutado suas principais obras: “corresponde à maturidade intelectual e que gerou obras basilares como *Caminhos antigos e povoamento do Brasil* e *Capítulos de história colonial*” (WEHLING, 2004, p. 49). Nessa fase, Capistrano estaria mais próximo do historicismo, realismo e empirismo histórico alemão, tendo lido Ranke e valorizado a crítica documental como caminho inescusável do trabalho historiográfico. Teria ele passado “[...] do primado da teoria ao primado do documento” (WEHLING, 1976, p. 70). Esse modelo de compreensão da vida e obra de Capistrano de Abreu pressupõe uma virada em seu pensamento epistemológico que é de grande monta. Tratando a questão a seu modo, Barros (2010) atribui o sentido de uma ruptura a esse redirecionamento. É plausível que muito da relação de Capistrano com a ciência geográfica de sua época tenha se desenhado ao longo desse mesmo percurso de leituras e apropriações. No entanto, levanta-se aqui a hipótese de que, ao invés de uma cisão ou ruptura, Capistrano de Abreu tenha operado uma síntese dos ideais positivistas-evolucionistas de autores franceses e ingleses com a crítica documental e empirismo metódico de historiadores alemães. Ademais, essa síntese estaria desenvolvida no seu trabalho de maior prestígio na memória historiográfica nacional, *Capítulos de história colonial* (1907), onde o meio geográfico é aspecto muito presente na narrativa e nas análises apresentadas.

Uma segunda hipótese da pesquisa inclina-se a uma outra vertente no estudo de Capistrano de Abreu. Isto é, a de que esse autor cearense tenha estabelecido uma corrente de pensamento na historiografia nacional cuja base teórica fosse uma síntese entre História e Geografia alicerçada sobre a pesquisa documental criteriosa. Isso pressupõe que ele houvesse compartilhado seus ideais com pesquisadores mais jovens que, por sua vez, tivessem assumido a influência dele em seus próprios pensamentos e obras. Ora, esse compartilhamento é flagrado após se perceber o peso da documentação epistolar de Capistrano. Conforme o que afirma Amed (2006), o exercício do envio de cartas foi utilizado por Capistrano no sentido do debate e proposição de direcionamentos de pesquisas e posicionamentos teóricos, metodológicos, políticos e existenciais. Alguns dos seus mais frequentes destinatários foram nomes como Afonso d’Escragolle Taunay, Paulo Prado e Guilherme Studart. Esses e outros interlocutores de uma geração posterior a Capistrano consideravam-se seus discípulos e confessaram publicamente sua aderência a algumas das convicções do “Mestre”. Sendo assim, a hipótese se fortalece no sentido de que essas interlocuções que, amiúde, eram quase atividades de orientação intelectual, tenham tido como efeito mais ou menos duradouro a continuidade da referência não apenas à figura de Capistrano de Abreu, mas ao seu tipo de trabalho historiográfico. Em outras palavras, os seus autodeclarados discípulos, ao adotarem posturas e engendram trabalhos em alguma medida sugestionados pelo que aprenderam com Capistrano, constituíram uma corrente historiográfica com uma base teórica comum.

Outra derivação da hipótese do último parágrafo aponta para a interface de Capistrano de Abreu com as instituições de promoção do conhecimento no Brasil de sua época. Não somente o IHGB, a principal delas no que tange à História e Geografia, mas as suas filiais provinciais e outras sociedades e associações de natureza diversa. Embora Capistrano tenha sido sócio do IHGB por 40 anos, seu engajamento às ativi-

dades do Instituto não foi intenso como poderia e o autor patenteou por mais de uma vez sua antipatia para com o funcionamento do órgão, sobretudo em sua correspondência (AMED, 2006). Nota-se mesmo uma antipatia generalizada para com as fórmulas institucionais vigentes então, o que fez com que Capistrano se distanciasse dos meios convencionais de publicização do saber (AMED, 2006). Dito isso, os “discípulos” / interlocutores de Capistrano geralmente não emularam o “Mestre” em seu distanciamento das associações formais de pesquisa e conhecimento. A título de exemplo, Afonso d’Escragnolle Taunay foi, a partir de 1911, sócio do IHGB, como também de sua filial paulista, IHGSP, da qual foi consagrado presidente honorário em 1939. Se integrou nos círculos da elite letrada para ser eleito imortal da Academia Brasileira de Letras (1929), instituição renegada por Capistrano de Abreu. Exerceu a função de Diretor do Museu Paulista de 1917 a 1945, aproveitando-se da posição para financiamento de pesquisas e publicações próprias. Ainda foi professor de História da Civilização Brasileira na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências da Universidade de São Paulo desde 1934 a 1937 (ANHEZINI, 2011). Como se percebe no estudo de Anhezini (2011), Taunay buscou voluntariamente e logrou marcar seu lugar nos meios institucionais. Nessa trajetória, manifestou publicamente seu apreço por Capistrano de Abreu e expôs um pouco do que teria aprendido com ele. Destarte, é possível supor que tais aprendizados tenham, através de Taunay e de outros “discípulos”, reverberado no seio das instituições de que eles foram integrantes. Ou seja, os ideais nutridos e ensinados por Capistrano teriam se espalhado institucionalmente não por meio dele mesmo, já que procurou o afastamento da vida pública, mas pela ação de pesquisadores mais jovens que conviveram, trocaram cartas e receberam instruções e conselhos do “Mestre”.

Problemática:

A problemática da pesquisa pode ser encadeada em quatro questões. A primeira delas se refere à investigação de como Capistrano de Abreu concebia a Geografia conceitual e empiricamente. Para essa averiguação caberá atenção a que leituras estrangeiras e nacionais o ajudaram a formar sua ideia própria sobre esse campo disciplinar. Em seguida, e como que ramificando da primeira questão, se impõe saber de que maneiras essa concepção teve lugar em suas pesquisas e escritos ou como a Geografia conformou a formulação de sua obra intelectual. Essa segunda questão anela chegar ao conhecimento do lugar ocupado pela Geografia no arcabouço teórico-metodológico e epistemológico de um autor devotado também a estudos literários, históricos e etnográficos. Uma terceira questão se detém no porquê Capistrano teria salientado a Geografia como elemento basilar de suas análises, desde seus escritos de crítica literária aos trabalhos considerados de caráter histórico e etnográfico. Tal averiguação deve se ocupar, sobremaneira, dos contextos que condicionaram sua atividade de pesquisador e escritor. Nessa direção, importa pesar as demandas de construção de uma história nacional que narrasse a fundação de um povo novo na antiga colônia portuguesa e justificasse a nação brasileira como realidade histórica na virada do século. E como essas demandas foram emolduradas sob a atuação do IHGB e outros órgãos oficiais ligados ao Estado e com os quais Capistrano estabeleceu vínculos, embora nem sempre de modo convencional. Adicionalmente, a derradeira questão dá relevo à relativa autonomia do intelectual Capistrano frente à arquitetura de gestão e produção de conhecimento institucionalmente estabelecida e indaga se e de que modo ele distinguiu História e Geografia entre si como campos de conhecimento delimitáveis.

Objetivos:

- Identificar os traços característicos do pensamento e produção de Capistrano de Abreu que permitiram ou mesmo conduziram à sua consagração formal enquanto geógrafo;
- Medir o quanto diferentes correntes de pensamento estrangeiras subsidiaram a visão de Capistrano de Abreu quanto à Geografia, com atenção particular aos ideais positivistas de autores ingleses e franceses e ao realismo histórico alemão;
- Analisar os condicionamentos institucionais dentro dos quais Capistrano concebeu suas ideias, pesquisas e produção escrita, com foco especial às instituições em que o autor cearense se integrou;
- Compreender como as fronteiras disciplinares estavam ou foram constituídas no período anterior à disseminação da Universidade no Brasil.

Material e métodos:

O aporte metodológico proposto para a pesquisa é oriundo das reflexões e apontamentos Horst Walter Blanke encontrados no texto “Para uma nova história da historiografia” (2006). Nele o autor alemão elenca 10 principais tipos de história da historiografia, dos quais 5 foram selecionados como úteis à pesquisa. O primeiro deles é a história dos historiadores, cujos trabalhos “tratam da vida e obra de um historiador ou então lidam com problemas individuais” (BLANKE, 2006, p. 29). Ora, Capistrano de Abreu foi e continua sendo referenciado como historiador e não há debates que questionem essa atribuição. Todavia, como já ficou dito, a pretensão da pesquisa é averiguar como esse historiador também foi tido e consagrado enquanto geógrafo e o que distinguia, como também e talvez mais o que unia, o Capistrano-historiador do/ao Capistrano-geógrafo. Uma outra variação da história da historiografia é a história da disciplina, que versa sobre “a disciplinaridade da história (na perspectiva de suas instituições)” (BLANKE, 2006, p. 30). Esta servirá ao intuito de compreender tanto os condicionamentos institucionais que circunscreveram a atuação intelectual de Capistrano de Abreu, como a formação de disciplinas e fronteiras disciplinares antes que a Universidade como entidade reguladora do conhecimento se disseminasse no Brasil.

A história dos métodos é uma terceira variação da história da historiografia que interessa à pesquisa. Com ela pretende-se perscrutar o lugar da Geografia no método que Capistrano de Abreu aplicava aos seus trabalhos. Paralelamente, a história dos problemas aborda, dentre outras coisas, “a história da relação entre as disciplinas” (BLANKE, 2006, p. 31). Com ela será possível pensar as relações históricas entre História e Geografia da segunda metade do século XIX às três primeiras décadas do século XX, período correspondente à existência física de Capistrano de Abreu. Por fim, a história social dos historiadores dará vazão ao estudo das redes de sociabilidade do autor cearense, em específico o seu exercício de envio de cartas, cujo volume é comparável aos seus escritos publicados em vida (AMED, 2006).

Utilizando-se desses meios de investigação, a pesquisa quer ser um estudo retrospectivo. Uma primeira etapa será, a partir de um dos textos publicados nos anais do Curso Capistrano de Abreu (1953), intitulado “Capistrano - o geógrafo”, de autoria de Arthur Cezar Ferreira Reis, identificar de que modo

Capistrano foi consagrado enquanto geógrafo. Ou seja, quais características de sua obra foram erigidas no texto citado como indicadores dessa sua faceta intelectual. Quais conceitos, abordagens e linhas interpretativas adotados fizeram possível pensar e consagrar o Capistrano-geógrafo. Tais características serão tomadas como coordenadas da pesquisa. Estas, por sua vez, serão cotejadas com o estudo de toda produção escrita do autor cearense. Procurar-se-á, desse modo, verificar o grau de compatibilidade, ou de sua ausência, entre as coordenadas tiradas do texto de Arthur Cezar Ferreira Reis e o que Capistrano de Abreu pensou e escreveu sobre Geografia. A pretensão é menos avaliar a coerência e confiabilidade do texto de 1953 que detectar por meio de que evidências de sua formação e obra Capistrano se fez, ou não, um geógrafo. Este exame deverá considerar o que era Geografia e o que fazia um geógrafo no Brasil da segunda metade do século XIX às primeiras três décadas do século seguinte. Isso será fundamental para saber se o Capistrano-geógrafo foi concebido em sua própria época de atuação ou somente *a posteriori*. É também por essa trilha de pesquisa que se pretende atender aos objetivos acima descritos e pôr à prova as hipóteses levantadas.

Como já posto, toda produção escrita de Capistrano de Abreu será tomada como fonte. Livros, artigos jornalísticos, prefácios, anotações e correspondência. Isso decorre do entendimento de que tanto sua produção pública quanto a privada desvelam pontos importantes à vista das ambições da pesquisa.

Fontes:

ABREU, Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Edição da Sociedade Capistrano de Abreu, Livraria Briguiet, 1930.

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial: 1500-1800**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

ABREU, Capistrano de. **Correspondência de Capistrano de Abreu**. 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1977, v. 1.

ABREU, Capistrano de. **Correspondência de Capistrano de Abreu**. 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1977, v. 2.

ABREU, Capistrano de. **Correspondência de Capistrano de Abreu**. 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1977, v. 3.

ABREU, Capistrano de. **Ensaio e estudos: crítica e história, 1ª série**. 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1975.

ABREU, Capistrano de. **Ensaio e estudos: crítica e história, 2ª série**. 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1976.

ABREU, Capistrano de. **Ensaio e estudos: crítica e história, 3ª série**. 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1976.

ABREU, Capistrano de. **Ensaio e estudos: crítica e história, 4ª série**. 1. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1976.

ABREU, Capistrano de. **O descobrimento do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1976.

ABREU, Capistrano de. **Rã-txa hu-ni-ku-i: gramática, textos e vocabulário caxinauás: a língua dos Caxinauás, rio Ibaçu, afluente do Muru (Prefeitura de Tarauacá)**. Fac-similar da 2ª edição com as emendas do autor e um estudo crítico do prof. Theodoro Koch-Grünberg. Brasília: Senado Federal, Con-

selho Editorial, 2015.

CURSO Capistrano de Abreu. **Revista trimestral do IHGB**, Rio de Janeiro, v. 221, p. 44-245, out./dez. 1953.

Referências bibliográficas:

AMED, Fernando. **As cartas de Capistrano de Abreu: sociabilidade e vida literária na belle époque**. São Paulo: Alameda, 2006.

ANHEZINI, Karina. **Um metódico à brasileira: a História da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BARROS, José D'Assunção. Duas fases de Capistrano de Abreu: notas em torno de uma produção historiográfica. **Projeto História**, n. 41, p. 455-489, dez. 2010.

BLANKE, Horst Walter. Para uma nova história da historiografia. In: MALERBA, Jurandir (org.). **A história escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006, p. 27-64.

CÂMARA, José Aurélio Saraiva. **Capistrano de Abreu**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1969.

GONTIJO, Rebeca. Capistrano de Abreu (1853-1927). In: PARADA, Maurício; RODRIGUES, Henrique Estrada (orgs.). **Os historiadores clássicos da história do Brasil: dos primeiros relatos a José Honório Rodrigues**. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Editora PUC, 2018, v. 4, p. 108-138.

GONTIJO, Rebeca. O curso Capistrano de Abreu (1953), no IHGB: a construção de um legado intelectual. **R. IHGB**, Rio de Janeiro, a. 174 (459):217-242, abr./jun. 2013.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

RODRIGUES, José Honório. **A pesquisa histórica no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978, 306 p.

RODRIGUES, José Honório. **Teoria da História do Brasil: introdução metodológica**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957, v. 1, 366 p.

RODRIGUES, José Honório. **Teoria da História do Brasil: introdução metodológica**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957, v. 2, 316 p.

WEHLING, Arno. Capistrano de Abreu – a fase cientificista. **R. IHGB**, Rio de Janeiro, v. 311, p. 43-91, abr./jun. 1976.

WEHLING, Arno. Capistrano de Abreu e a história do Brasil. **Trajetos: Revista de História UFC**, Fortaleza, v. 3, n. 5, p. 49-63, 2004.

INAUGURAÇÃO FILOSÓFICA EM DOIS TEMPOS: ENSINO, AUTORIA, HISTÓRIA DA FILOSOFIA¹

JÚLIO CANHADA

Pós-Doutorando em Filosofia (UFSCar)

julio canhada@yahoo.com.br

Apenas mais recentemente filósofos e filósofas começaram, no Brasil, a examinar a maneira pela qual produzem história da filosofia. Embora se possa agrupar a quase totalidade dos trabalhos acadêmicos brasileiros sob essa rubrica - história da filosofia -, suas categorias de análise em geral permanecem sem exame, sob uma aparência de tranquila naturalidade.

As *Meditações metafísicas* de Descartes podem servir como um bom exemplo acerca de uma concepção implícita e inquestionada de história da filosofia. Descartes abre a *Primeira meditação* com um discurso em primeira pessoa, em que relata ter-se apercebido de que as opiniões que recebeu, desde seus primeiros anos, eram todas falsas, porque fundadas em princípios duvidosos e incertos. A partir dessa constatação, conta-nos que decide se desfazer de todas as opiniões em que até então acreditara e, a partir disso, “começar tudo novamente desde os fundamentos, se quisesse estabelecer algo de firme e de constante nas ciências”. Essa decisão fundadora, Descartes nos conta que ele a tomou sozinho em sua residência, junto ao fogo de sua lareira, vestindo seu robe de chambre (DESCARTES, 1973, p. 93-94).

Há uma série de questões envolvidas nos efeitos discursivos aqui buscados por Descartes, mas eu gostaria de marcar apenas que a imagem de filósofo genial, de que faz parte a possibilidade de tomar uma decisão soberana a partir da qual constrói um sistema formado por ideias tiradas apenas de si² - essa imagem se espraia para uma concepção de história da filosofia insular e agônica, com sistemas em luta, cujas ideias teriam sido criadas por “grandes” filósofos em seu esforço solitário.³ Adiante voltarei a essa concepção de história da filosofia, procurando qualificá-la melhor. Por ora, quero somente marcar que esse exemplo ilustra bem uma história naturalizada da filosofia,

1 Mantive neste texto o tom oral com que foi originalmente produzido. Agradeço especialmente a Alexandra Tedesco e Carla Baute pela possibilidade de interlocução tão rica no Simpósio Temático “Fronteiras disciplinares e seus tensionamentos”, por elas organizado no interior deste XI Seminário Brasileiro de Teoria e História da Historiografia.

2 Sobre os efeitos discursivos provindos da argumentação pela “deliberação íntima”, ver Perelman (1996, p. 45-50).

3 Sobre a interpretação que Martial Gueroult faz de Descartes, no sentido acima, ver Maingueneau (2008, p. 75-76) e Gueroult (2016).

em que as “ideias” filosóficas pairam sozinhas no ar, devedoras apenas de seus geniais criadores.

Nesta fala, caminharei numa direção diferente dessa concepção de história da filosofia. No Brasil, dois momentos relativamente distantes no tempo foram, ambos, qualificados como fundadores ou inauguradores. O primeiro, em 1858, com a publicação de *Factos do espírito humano*, por Domingos José Gonçalves de Magalhães. O segundo, com a fundação da Universidade de São Paulo, em 1934. Procurei analisar alguns elementos presentes nesse dupla atribuição de inauguração, levando em consideração como nela estão articulados diferentes usos do que seja a *autoria* em filosofia, sua relação com o *ensino* e, portanto, com sua *institucionalização*. Pretendo mostrar que a relação entre “inovação” e “estabilização” no interior de uma história disciplinar nem sempre foi a mesma e nem sempre produziu os mesmos efeitos (FABIANI, 2006, p. 11-14; p. 25).

—

Domingos José Gonçalves de Magalhães (1811-1882) publicou, em 1858, *Factos do espírito humano*, obra considerada por seus contemporâneos como o primeiro livro de filosofia publicado no Brasil por um filósofo.⁴ Tendo já recebido a qualificação de inaugurador da nova poesia romântica brasileira, com a publicação, em 1836, de *Suspiros poéticos e saudades*, Gonçalves de Magalhães viu sua consagração ampliada com a incorporação do título de filósofo - o que incluiu a publicação de seu livro de filosofia na França, em 1859. *Factos do espírito humano*, contudo, não foi o primeiro livro de filosofia publicado após a Independência: antes dele, há uma série de livros de filosofia já publicados por brasileiros, livros destinados ao ensino de filosofia no Colégio de Pedro II, nos liceus provinciais e nos cursos preparatórios ao ingresso nas Faculdades de Direito e de Medicina (respectivamente, Olinda e São Paulo; Salvador e Rio de Janeiro). O modo como Gonçalves de Magalhães negocia com o conjunto desses materiais, portanto, é essencial para a configuração de sua voz autoral como a de um filósofo que ‘fala por si’.

A despeito da diversidade presente nos manuais de ensino de filosofia no Brasil oitocentista, é possível notar pelo menos dois aspectos que lhes são comuns e que interessam à nossa discussão. Os autores dos compêndios promovem uma *seleção* dos filósofos que consideram dignos de figurar em seus materiais, filósofos cujas obras compõem o *corpus* didático a ser ensinado ao aluno. Por exemplo, em seu *Manual de philosophia, extrahido de diferentes authores, e ordenado pelo Dr. P. A. da M. Albuquerque*, publicado em 1847, este autor aloca, abaixo de cada ponto de seu material, uma seção denominada “Justificação”, em que reproduz trechos de filósofos que ilustram, certificam e legitimam o assunto a ser estudado. Fazendo isso, Albuquerque cede sua voz autoral àqueles que seriam os verdadeiros filósofos, construindo para si uma voz de compilador que não aspira a falar por si, perfazendo o que poderíamos denominar de uma *autoria mínima*.

Além do procedimento de *seleção* dos autores, o segundo aspecto presente no conjunto desses materiais de ensino é a *ordenação das matérias* a serem ensinadas. Neste ponto, os autores dos compêndios

4 Para o desenvolvimento desta seção, baseio-me em Canhada (2020, p. 63-133).

se posicionam diante de uma hierarquia dos saberes no interior da filosofia, de modo que dispô-los em ordem para serem ensinados e aprendidos significa propor qual seria o melhor caminho para se começar a filosofar. Esse caminho didático, escolha do melhor processo de aquisição do conhecimento filosófico, mimetiza um percurso de investigação filosófica que se confunde com a própria operação de *tornar-se filósofo*. Por exemplo, em seus *Elementos de philosophia* (1851), Manuel Maria de Moraes e Valle (1824-1886) propõe que o estudo da filosofia deve começar não pela *lógica* (como propõem outros materiais de ensino naquele momento), mas pela *psicologia* - seguindo aqui uma orientação espiritualista eclética que confere à psicologia uma espontaneidade do saber que habilitaria a *todas* as pessoas terem dela conhecimento, bastando a cada um que examine a si mesmo e ao modo como operam suas “faculdades”. Partindo da psicologia, o aprendiz de filósofo terminaria seu percurso na *história da filosofia*, em que as “leis do espírito” poderiam agora ser vistas na “humanidade”.

Gonçalves de Magalhães, de sua parte, em *Factos do espírito humano* se encontra desobrigado de uma ordenação das matérias em termos pedagógicos: pelo contrário, ele as dispõe conforme a discussão que empreende com uma comunidade de “doutos”. No *Prólogo* do livro, afirma que:

Se algum douto versado nas ciências filosóficas lançar os olhos sobre estas páginas, achará que não se limitou o autor a compilar o que leu; que continuamente discute os pontos controversos; sempre expende a sua opinião, e algumas vezes, apartando-se dos seus mestres, se aventura em novas teorias. (GONÇALVES DE MAGALHÃES, 1858, p. VIII)

Trata-se aqui da construção de uma voz autoral forte, cuja comparação com os materiais de ensino dá a medida do tipo de negociação que o autor devia empreender com quem então produzia filosofia no Brasil. Além disso, compõe essa voz autoral um alinhamento com parte das teses de Victor Cousin, segundo as quais, entre as várias “ciências” em jogo nesse meado do século XIX, a psicologia e o procedimento da observação interior ocupam o centro. Uma das consequências da centralidade da psicologia - assim como em Moraes e Valle - é a de permitir ao filósofo que defenda que ‘qualquer um’ possa produzir filosofia, desde que proceda ao ‘exame de si’ franqueado pela observação interior. Penso ser bastante interessante a maneira pela qual tais elementos se relacionam com a demanda, perceptível entre intelectuais da primeira metade do século XIX, de que, para uma nação ser efetivamente livre, ela deve possuir *sua* filosofia.

Digo de passagem que essa demanda por uma filosofia nacional é também de extração cousiniana: segundo Victor Cousin, cada nação distinguir-se-ia por uma *ideia* própria, a qual constituiria uma *identidade* apta a contribuir na universalidade da história das nações. O saber responsável pela constituição de tal ideia seria justamente a filosofia, que não somente traduz a ideia de um povo (a nação), mas assegura a distinção entre *épocas na história*, cada uma delas com seu *sistema* (filosófico) particular (CANHADA, 2019). Aqui não estamos distantes de uma concepção de história da filosofia que provém de uma leitura idealizada da aventura solitária de Descartes junto à lareira, por exemplo.

Finalizando esse primeiro exemplo, ler os textos de Gonçalves de Magalhães enquanto um interdiscurso que se aclara em relação com outros discursos⁵ permite ver como o autor de *Factos do es-*

5 Eu me refiro ao “primado do interdiscurso”, proposto por Maingueneau (2008) no capítulo 1.

pírito humano reforçou e ao mesmo tempo atendeu a demanda, em circulação entre intelectuais pós-Independência, de que o Brasil finalmente possuísse *sua* filosofia e, conjuntamente, *seu* filósofo. O efeito de inauguração buscado por Gonçalves de Magalhães se deu pela distinção e distanciamento de materiais destinados ao ensino de filosofia - justamente um espaço mais institucionalizado de prática da filosofia.

—

Passo agora ao meu segundo exemplo. A criação de cursos universitários em filosofia, no Brasil, se deu a partir da década de 1930. Meu diálogo aqui será com uma interpretação bastante difundida a respeito da criação do Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo em 1934 e da estabilização desse “novo modo de filosofar” nas décadas de 1950-60.⁶ Formulada sobretudo por Paulo Arantes, essa interpretação se tornou quase um senso-comum pelo qual portadores do polo mais prestigiado da disciplina auto-legitimam sua prática.

A narrativa desse novo começo da filosofia no Brasil teria sido agora obra de um agente *coletivo*: a universidade. Sem filósofo demiurgo responsável pela criação da disciplina, a institucionalização e profissionalização da filosofia no Brasil teria resultado antes de um conjunto de técnicas de trabalho assumidas por seus praticantes. Segundo a interpretação corrente, essas técnicas de trabalho obedecem aos preceitos do método de leitura estrutural de textos filosóficos, cuja formulação se deve a Victor Goldschmidt e Martial Gueroult (CANHADA, 2016). Gueroult, com efeito, atuou no Departamento de Filosofia da USP entre 1948 e 1950, e Goldschmidt, de sua parte, recebeu alunos brasileiros em Rennes, na França, como orientador de suas teses de doutorado.

Em linhas gerais, o método estrutural de leitura de textos filosóficos consiste nos seguintes elementos:

- limitação do trabalho do intérprete à “obra” do filósofo, ou seja, aos textos por ele escritos;
- afastamento de tudo que seria “exterior” à obra: trajetória do autor, elementos biográficos e sociais;
- afastamento de textos de outros autores e discursividades com quem o autor analisado dialogou ou, simplesmente, em cuja época conviveu;
- trata-se aqui de restringir-se àquilo que Goldschmidt denomina *tempo lógico*: tempo *interno* à obra, distinto do *tempo histórico*, tempo *em que a obra está*, mas ao qual em certo sentido permaneceria imune;
- o tempo lógico seria instituído pelas “razões” propostas na obra do filósofo, razões essas articuladas em conceitos e sua malha argumentativa, os quais se dão em uma “arquitetura” ou “estrutura”

6 Nesta seção eu me baseio em Canhada (2020, p. 19-38).

textual;

- dessa maneira, a análise poderia ser provida de “objetividade”, “rigor”, “clareza” e “coerência”, justamente porque a subjetividade do intérprete seria neutralizada pela atenção exclusiva à estrutura dos textos.

Neste ponto, é interessante considerar como opera a questão da autoria nessa concepção de prática filosófica. A expectativa de clarificação total do texto filosófico comentado aspira, ao mesmo tempo, a uma identificação entre autor e leitor, de modo que o intérprete cede sua voz ao autor objeto de seu trabalho de interpretação. Aqui estamos próximos daquela autoria mínima presente entre os autores de manuais e compêndios do século XIX. Há diferenças, no entanto: uma delas o fato dos filósofos profissionais do século XX em geral não produzirem materiais destinados ao ensino de filosofia, mas livros cujo consumo se dará entre seus pares na universidade. Outra diferença reside na aquisição de prestígio pela obra, que no caso do filósofo universitário parece provir quase inteiramente do filósofo interpretado: sendo assim, trabalhos sobre Aristóteles ou Hegel seriam por si importantes porque tratam de filósofos importantes; seria como se o próprio Aristóteles ou o próprio Hegel falassem através dos comentários que receberam e continuam a receber.

A concepção de história “interna” da filosofia aqui em jogo possui, entretanto, pressupostos não explicitados, e que se assemelham àqueles em operação na maneira como Victor Cousin procede enquanto historiador da filosofia.⁷ Como afirmei no início, trata-se de uma concepção insular e agônica da história da filosofia, em que sistemas criados por decisão soberana entram em luta. Essa insularidade parece se aprofundar ainda mais na perspectiva da leitura estrutural de textos filosóficos: a minúcia no exame das “razões” que sustentam a arquitetura textual é guiada pela suposição de que todo autor possuiria um “projeto” em função do qual constrói sua obra. Trata-se de uma leitura teleológica, que lança mão de artifícios como escandir a “obra” em fases (“jovem autor”, “autor maduro”) ou eleger uma “ideia principal” que o autor perseguiria em todo seu percurso. Estão aqui em operação elementos do que Pierre Bourdieu chamou de ilusão biográfica (BOURDIEU, 1986).⁸

A incorporação desses preceitos metodológicos pela nova filosofia universitária brasileira atendeu também a objetivos particulares, levando-se em consideração outros produtores de filosofia que disputavam pela legitimidade de portadores da disciplina. “Disciplinar o pensamento” pela leitura e comentário dos “clássicos” (são expressões de Paulo Arantes), abrindo mão do título de filósofo e contentando-se com o de comentador, teria representado uma “virtude civilizatória” que teria aberto, no Brasil, uma nova “era geológica” (ainda são expressões dele): o corte entre o “velho” e o “novo” modo de filosofar, como podemos ver, seria abismal. Paulo Arantes está narrando a história de sua disciplina (ou “estabilizando um mundo”, que é o seu - conforme formulação de BENTHIEN, 2020, p. 3-4) num momento em que ela já saiu vitoriosa de uma disputa com outros modos de se produzir filosofia no Brasil - seja aqueles de um período

7 Para uma análise dos modos de presença do espiritualismo francês na historiografia posterior, inclusive a de Gueroult e Goldschmidt, ver Marques (2007).

8 Recupero essa referência da discussão empreendida por Palmeira (2018, p. 27-28). Para uma análise dos efeitos discursivos do biográfico em filosofia, ver Cossutta, Delormas e Maingueneau (2012).

pré-profissional, como no século XIX, seja aqueles abrigados em instituições tal como o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) ou o IBF (Instituto Brasileiro de Filosofia). Desse modo, a construção de legitimidade da filosofia universitária brasileira também se deu pelo usufruto de condições em que era possível promover “virtudes metodológicas” como virtudes “civilizatórias”: mais uma vez, essa inauguração não se deu, assim como não havia se dado em Gonçalves de Magalhães, diante de um vazio ou ausência.

Para concluir

Há um duplo senso comum laudatório de autodefinição da filosofia por seus praticantes: 1. a filosofia seria um discurso autônomo, apenas herdeiro de sua história, que é compreendida como história monádica de sistemas; 2. a filosofia seria impermeável a outras disciplinas e as dominaria de um ponto de vista superior. Em termos de história disciplinar, esse duplo senso comum produz anacronismos vários, porque transplanta para todo e qualquer momento e todo e qualquer espaço social uma leitura idealizada do trabalho filosófico - como o que Descartes constrói em suas *Meditações metafísicas* (onde buscava, obviamente, efeitos que devem ser medidos segundo a régua do século XVII).

Pensar sobre a história da filosofia no Brasil diz respeito a essas questões mais gerais porque, como se trata de um objeto cuja legitimidade é de imediato questionada, vêm ao primeiro plano discussões sobre o que seja a história da filosofia, quem são ou não são filósofos dignos de fazerem parte dela, como a filosofia se relaciona com outras disciplinas etc. Além disso, é possível relativizar os efeitos esperados de uma maior ou menor institucionalização: na inauguração filosófica do século XIX, tínhamos um autor-filósofo não professor, portanto sem instituição enquanto espaço de produção e transmissão do saber; no século XX, com a inauguração universitária, temos um filósofo-professor, com instituição, mas *sem filosofia* - ou com uma filosofia a ser comentada em sua história, na qual o intérprete não pode abertamente entrar.

Referências bibliográficas:

ALBUQUERQUE, Pedro Autran da Mata. **Manual de philosophia**, extrahido de differentes authores, e ordenado pelo Dr. P. A. da M. Albuquerque. Pernambuco: Typographia de Santos & Companhia, 1847.

BENTHIEN, Rafael Faraco. Por uma história cruzada das disciplinas: ponderações de ordem prática e epistemológica. **Revista de História (São Paulo)**, n. 179, p. 1-26, 2020.

BOURDIEU, Pierre. L'illusion biographique. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v 62-63, jun. p. 69-72, 1986.

CANHADA, Júlio. La construction d'une voix philosophique pour la nation: l'éclectisme au Brésil. *In*: ANTOINE-MAHUT, Delphine; WHISTLER, Daniel (orgs.). **Une arme philosophique: l'éclectisme de Victor Cousin**. Paris: Éditions des archives contemporaines, 2019, pp. 125-133.

CANHADA, Júlio. **O discurso e a história: a filosofia no Brasil no século XIX**. São Paulo: Edições Loyola, 2020.

CANHADA, Júlio. La lecture structurale des textes et l'histoire de la philosophie au Brésil. *In: Cahiers critiques de philosophie*. Les aventures de la philosophie française en Amérique Latine: la philosophie au Brésil. Paris: Hermann, 2016, pp. 87-105.

COSSUTTA, Frédéric ; DELORMAS, Pascale ; MAINGUENEAU, Dominique (ed.). **La vie à l'oeuvre**. Le biographique dans le discours philosophique. Condé-sur-Noireau: Lambert-Lucas, 2012.

DESCARTES, René. **Meditações concernentes à primeira filosofia nas quais a existência de Deus e a distinção real entre a alma e o corpo do homem são demonstradas**. Tradução: J. Guinsburg e Bento Prado Jr. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os Pensadores).

FABIANI, Jean-Louis. À quoi sert la notion de discipline? *In: BOUTIER, Jean & PASSERON, Jean-Claude; REVEL, Jacques (dir.). Qu'est-ce qu'une discipline?* Paris: Éditions de l'EHESS, 2006, pp. 11-34.

GONÇALVES DE MAGALHÃES, Domingos José. *Factos do espírito humano. Philosophia*. Paris: Auguste Fontaine, 1858.

GUEROULT, Martial. **Descartes segundo a ordem das razões**. Tradução: Érico Andrade (coord.) *et al.* São Paulo: Discurso Editorial, 2016.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. Tradução: Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008..

MARQUES, Ubirajara Rancan de Azevedo. **A escola francesa de historiografia da filosofia: notas históricas e elementos de formação**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

MORAES E VALLE, Manuel Maria de. **Elementos de philosophia**. Compêndio apropriado à nova forma de exames da Escola de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typ. do Diário de N. L. Vianna, 1851, 2 t.

PALMEIRA, Miguel Soares. **Moses Finley e a Economia Antiga: a produção social de uma inovação historiográfica**. São Paulo: Intermeios; USP: Programa de Pós-Graduação em História Social, 2018.

PERELMANN, Chaïm. **Tratado da argumentação**. Tradução: Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

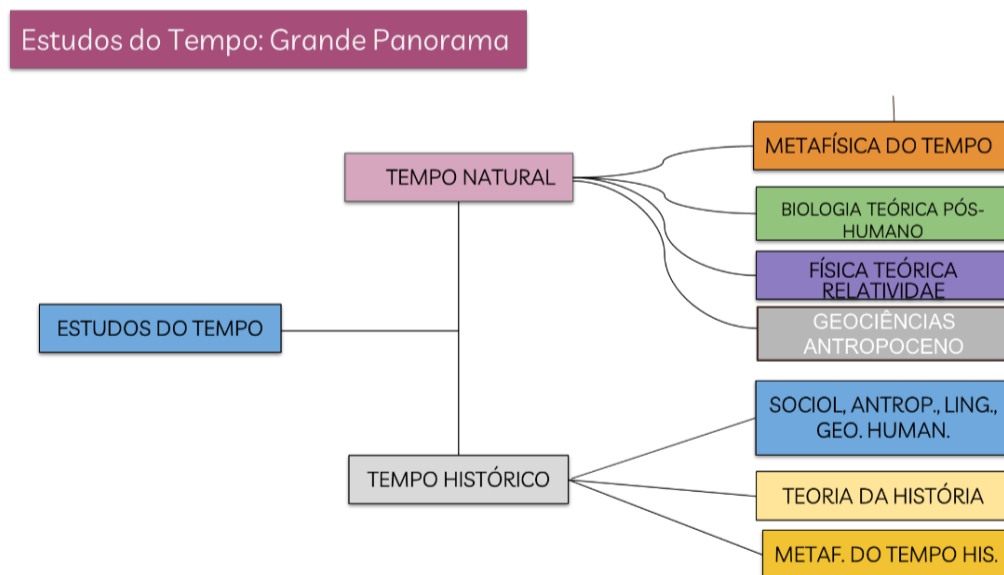
MAPEANDO ESTUDOS DO TEMPO NA TEORIA DA HISTÓRIA RECENTE

HÉLIO REBELLO CARDOSO JR.

Titular (UNESP)
hélio.rebello@unesp.br

Os estudos temporais em Teoria e Filosofia da História não se resumem ao conhecimento histórico, pois têm interfaces importantes, tanto com as ciências naturais acerca da relação entre tempo histórico e tempo natural, quanto com as humanidades que têm seu modo próprio de tratar a temporalidade. O esquema a seguir resume o panorama dos estudos temporais dentro dos quais se inserem as preocupações da Teoria e Filosofia da História com a temporalidade histórica:

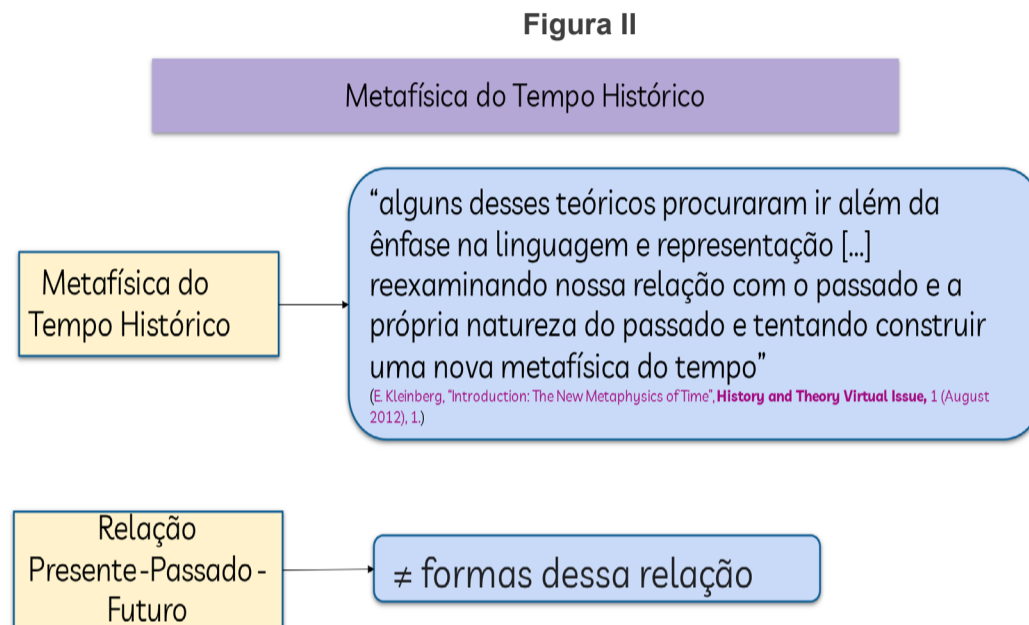
Figura I:



Diferentes ciências, desde as humanidades, até as ciências naturais e as artes, desenvolvem reflexões epistemológicas acerca do tempo e/ou acerca da temporalidade de seus objetos respectivos. Sendo assim, todos os campos dos saberes promovem uma metafísica do tempo, em sentido geral, isto é, dedicam-se aos estudos temporais. É importante para a Teoria e Filosofia da História alcançar uma visão acerca do que se produz alhures em termos de estudos temporais, já que alguns setores das

ciências naturais, recentemente, têm lançado suas próprias imagens acerca do tempo histórico.

A *metafísica do tempo histórico* é a reflexão específica que os teóricos da história realizam dentro deste grande panorama acerca dos estudos temporais. O objeto da metafísica do tempo histórico é a variedade das relações entre passado, presente e futuro, segundo o quadro a seguir:



A nova metafísica do tempo não é, contudo, o único setor da Teoria e da Filosofia atual que realiza reflexões acerca do tempo histórico. Por isso, é necessário definir as demais ênfases acerca dos estudos temporais que teóricos da história e historiadores têm realizado. Para demonstrar isso, estabelecemos o seguinte diagrama acerca dos domínios dos estudos temporais em Teoria e Filosofia da História:



A *metafísica do tempo natural* (1) é ramo da “filosofia do tempo que faz perguntas sobre a natureza da realidade temporal” (DENG, 2018, 1). Seu desenvolvimento atesta “a importância do tempo nos debates contemporâneos na metafísica” (OAKLANDER, 2014, p. x-xiv). Os metafísicos do tempo estão interessados principalmente no tempo objetivo dos físicos, ou seja, o tempo do relógio ou ordem do tempo natural. Observe-se que se, por um lado, existe uma divisão importante entre tempo humano-histórico e tempo natural, recentemente, teorias formuladas na Biologia (Pós-Humano) e nas Geociências (Antropoceno) projetam a partir desses campos uma concepção de tempo histórico (LOPES; VIANA JUNIOR, 2020, p. 22). Neste objetivo, portanto, teremos oportunidade de tratar da interlocução entre os cientistas naturais e dos teóricos da história acerca do tempo histórico. E, afinal, poderemos observar de que forma os historiadores têm incorporado as visões sobre a história produzidas nas ciências naturais.

Os *regimes de historicidade* (2) constituem o campo dos estudos temporais que, no interior do conhecimento histórico, se ocupa com a experiência histórica coletiva e individual de acordo com a dimensão do tempo, passado, presente, ou futuro que predomina sobre as demais. Hartog (2015, p. 106) define regime de historicidade como “uma forma de expressar e organizar experiências de tempo - isto é, formas de articular o passado, o presente e o futuro - e investi-los de sentido”. De acordo com a dominância de uma dimensão sobre as demais, por exemplo, um regime de historicidade cuja experiência do tempo está centrada no presente se chama “presentismo”, ao passo que se estiver centrado no futuro se chama tempo moderno ou modernidade,

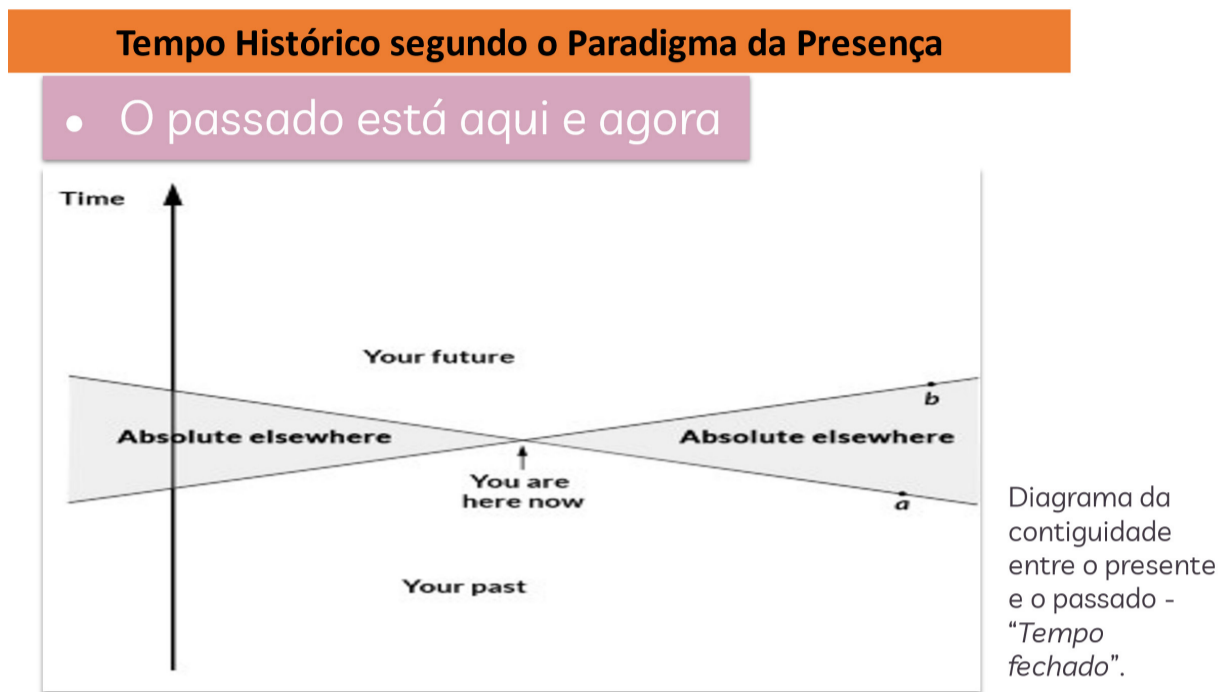
Por sua vez, a relação entre um regime de historicidade e as práticas historiográficas e de escrita histórica determina *regimes historiográficos* (3). Mudrovcic (2013, p. 11) define um regime historiográfico como sendo do âmbito da “historiografia, entendida como uma prática social baseada na representação do tempo, [que] reflete o regime histórico do qual faz parte”. O grande problema teórico e historiográfico diz respeito à relação das representações do tempo nos livros de história e o regime de historicidade vigente. Sendo assim, por exemplo, se a representação do tempo na historiografia se submete acriticamente ao regime de historicidade presentista no qual o historiador está inserido, a representação do tempo que o esse historiador realiza a respeito de seu objeto deforma anacronicamente a visão do passado.

As novas tendências dos estudos temporais na Teoria e Filosofia da História atual têm como motivo apresentar alternativas às formas tradicionais de temporalidade histórica que balizavam a percepção historiadora: o tempo linear, o tempo circular e o tempo dialético. A partir daí, cada uma das tendências da nova metafísica do tempo histórico apresenta um esquema temporal próprio para relacionar passado, presente e futuro. Estes esquemas podem ser resumidos de acordo com as imagens seguintes, as quais condensam resultados parciais de pesquisa em curso.

As três grandes tendências da metafísica do tempo histórico:

- **(Paradigma da) Presença**

Figura IV:



Em geral, o conceito de presença histórica, segundo a figura anterior, busca compreender como é possível vivenciar e representar a característica aporética do passado que está presente em seus remanescentes (coisas, documentos ou memoriais) e, ao mesmo tempo, ausente por estar irremediavelmente perdido. O ponto de ausência-presença do passado, segundo o paradigma temporal da presença, situa-se no contato sem espessura entre o passado e o presente, *vide* o diagrama acima ("você está aqui agora").

A teoria recente da história afasta-se, relativamente, da ênfase na linguagem e na representação para recolocar o problema da experiência histórica. Portanto, o narrativismo é hoje censurado por ter ido longe demais a ponto de dispensar o "passado em si" (BENTLEY, 2006, p. 349), o "passado real" (DOMANSKA, 2006, p. 348), ou a experiência sublime do passado (ANKERSMIT, 2005, p. 318). Em primeiro lugar, a ideia de presença responde a esse deslocamento teórico fazendo uma "tentativa pós-linguística ou pós-discursiva de retornar ao real, a objetos e condições materiais" (KLEINBERG, 2013, p. 7). Assim, a presença pretende superar o narrativismo, sendo, por isso, "uma alternativa ao significado, à representação, à hermenêutica e ao pós-modernismo" (PETERS, 2006, p. 362). Consequentemente, a presença desconecta historiadores e teóricos da história dos "mantras deste lingualismo tão opressivo e sufocante [que ameaça] a saúde intelectual de nossa disciplina" (ANKERSMIT, 2006, p. 336).

Esta comunicação pretende fornecer uma visão geral do notável esforço coletivo para criar um conceito de presença histórica a partir dos anos 2000. A principal tarefa, portanto, é descrever diferentes *démarches* que desenvolveram variedades de presença histórica. Para tanto, serão descritos seis ramos que compõem um retrato da presença na teoria recente da história. De acordo com resultados de pesquisa em curso, as subdivisões da presença histórica, como tendência da nova metafísica do tempo histórico, são: *presença heideggeriana segundo Gumbrecht* (2004, 2006), *presença greimasiana segundo Domanska* (2005, 2006), *presença levinasiana segundo Froeyman* (2012, 2015), *presença huizingana segundo Ankersmit* (1986, 2005, 2006, 2012), *presença vichiana segundo Runia* (2006a, 2006b, 2010), *presença derridiana segundo Bevernage-Kleinberg* (BERVENAGE, 2008, 2011; KLEINBERG, 2007, 2012,

2013a, 2013b, 2017).

Note-se que as variedades da presença enumeradas foram denominadas de acordo com o teórico da história que a criou (por exemplo, presença derridiana segundo *Bevernage-Kleinberg*), sendo especificada a matriz a partir da qual o teórico criador converteu uma metafísica da presença em presença histórica (presença *derridiana* segundo *Bevernage-Kleinberg*).

Embora não trabalhem com o paradigma da presença propriamente dito, dois teóricos brasileiros têm se dedicado a rever a matriz heideggeriana que diz respeito ao esquema temporal da presença, o que se insere no escopo desta pesquisa. *Matheus Pereira* e *Valdei Araújo*, procuram rever o presentismo contemporâneo a partir da “temporalização imprópria” de Heidegger, como forma de enquadrar suas brechas e fornecer uma genealogia apta a caracterizar o “atualismo” (PEREIRA, 2020). Este conceito, precisa o caráter do presentismo contemporâneo como “dimensão temporal que emerge nessas sociedades aprisionadas pelas estruturas de expansão infinita” (ARAÚJO; PEREIRA, 2019).

- **Temporalidades Múltiplas**

O esquema temporal que representa, aproximadamente, a relação entre passado, presente e futuro de acordo com as “múltiplas temporalidades” é representado pela imagem seguinte:

Figura V



Múltiplas temporalidades é a tendência da nova metafísica do tempo histórico que decorre da prolífica teoria temporal de Reinhart Koselleck (1926-2003). Essa tendência encoraja historiadores e teóricos da história a reconhecer a existência não apenas de “um tempo histórico, mas [...] muitas formas de tem-

po sobrepostas umas sobre as outras” (KOSELLECK, 2004, p. 2). A metafísica koselleckiana do tempo é ilustrada por uma metáfora geológica segundo a qual a relação entre passado, presente e futuro reúne um feixe mutável de “sedimentos ou camadas de tempo’ [...] que diferem em idade e profundidade e que mudaram e se diferenciam um do outro em velocidades diferentes ao longo da chamada história da Terra” (KOSELLECK, 2018, p. 3). Sendo assim, a imagem acima é apenas um esquema aproximado da relação entre passado, presente, e futuro requerida pelas múltiplas temporalidades, já que, de fato, para que fosse mais fiel, cada camada temporal teria de ser animada a fim de que se pudesse observar os deslocamentos de cada uma relativamente às outras.

Além do fator de mudança temporal, os sedimentos do tempo compreendem “estruturas temporais” (KOSELLECK, 2018, p. 94) que estão, em última análise, relacionadas com o tempo natural. Assim, a mudança da ordem temporal aparece em estruturas de repetição, como restrições geracionais, ritmos biológicos, ciclos de vida e morte, e além, em direção ao tempo evolutivo, geográfico, geológico e astrofísico, todos eles “dados em possíveis histórias que escapam do controle humano, mas não do uso humano” (KOSELLECK, 2018, p. 29).

Apesar de considerar o limite entre história e natureza, o que acontece no tempo histórico é o mais importante para a metafísica de Koselleck (2000, p. 304), uma vez que “interrelações históricas não podem ser medidas com um relógio”. Portanto, o foco está nas estruturas do tempo histórico, que são “internas e demonstradas em eventos relacionados” (KOSELLECK, 2004, p. 94). Em primeiro lugar, a estrutura temporal revela que passado e presente não se alinham como instantes antecedentes e subsequentes em uma linha do tempo, uma vez que a distância diacrônica que os diferencia, ao mesmo tempo, os torna contíguos e síncronos como tempos dispostos em camadas que interagem. Em segundo lugar, a ordem do tempo histórico apresenta-se como a “contemporaneidade do não contemporâneo” (KOSELLECK, 2004, p. 94), já que “qualquer sincronia é *eo ipso* ao mesmo tempo diacrônica” (KOSELLECK, 2004, p. 94). “*In actu*, todas as dimensões temporais estão sempre entrelaçadas” (KOSELLECK, 2002, p. 30) de acordo com seus ritmos dissonantes de mudança temporal. Em terceiro lugar, Koselleck examina o tempo histórico de acordo com estruturas do tempo que moldam diferentes sentidos que a experiência do tempo histórico pode assumir, pois esta pode ser periodizada de acordo com duas marcas temporais: “O espaço de experiência [que] é o passado organizado para um determinado presente, e o horizonte de expectativa [que] é a vanguarda das possibilidades futuras para qualquer presente” (ZAMMITO, 2004, p. 128-129).

As principais subtendências em curso acerca da matriz koselleckiana das múltiplas temporalidades são as seguintes: *Helge Jordheim* (2011, 2012) (“contra a periodização”, “hermenêutica temporal da história”), *Stefan Helgesson* (2014) (“heterocronias”), *Achin Landwehr* (2012, 2016, 2019) (“cronoferências”, “dissonância diacrônica”), *Zoltán B. Simon e Marek Tamm* (“futuros históricos”, “tempo eventual”). (SIMON, 2018, 2019a, 2019b, 2021a; SIMON; TAMM, 2021)

Note-se que a contribuição de cada teórico da história é especificada pelos conceitos com que eles detalham ou acrescentam ao ponto de partida comum que é a teoria do tempo histórico de Koselleck.

Além dos teóricos koselleckianos enumerados, e atuando na relação da metafísica koselleckiana do tempo histórico com os regimes de historicidade e regimes historiográficos, se destacam novos teóricos da história latino-americanos.

Elias Palti (2018, p. 414) afirma que, após 1800, o caráter heterogêneo do tempo histórico impõe a criação de temporalidades que não podem “ser consideradas igualmente ‘modernas’”. Segundo *Rodrigo Turin* (2019) e *María Inès Mudrovic* (2019), os regimes de historicidade hartogiano, devido a seu caráter transhistórico, carece de uma análise fina que seja capaz de detalhar historiograficamente o atual regime neoliberal de historicidade, conhecido como presentismo. Da mesma forma, segundo *Fernando Nicolazzi*, o presentismo e os regimes hartogianos de historicidade são, em geral, historiograficamente fracos para especificar a o caráter multitemporal do tempo histórico, uma vez que a experiência temporal permite “‘violações’ que tornam os regimes de historicidade plurais e dinâmicos” (NICOLAZZI, 2010, p. 255). Em suma, é importante, segundo *Daniel Inclán e Aurelia Valero* (2017), que os historiadores não mimetizem o presentismo narrativamente, a fim de desmontar a sincronicidade homogeneizante do tempo histórico que o presentismo impõe aos regimes historiográficos.

- **Tempo Histórico Analítico**

A filosofia analítica da história de Arthur C. Danto (1924-2013) é a principal fonte do tempo histórico analítico como tendência marcante da nova metafísica do tempo. Por um lado, ele rejeitou a filosofia substantiva da história, a fim de evitar os riscos especulativos e metafísicos que os filósofos da história tomam, já que eles “escrevem a história dos eventos antes dos próprios eventos terem acontecido” (DANTO, 1985, p. 14).

Ao contrário das outras tendências da nova metafísica do tempo histórico que se baseiam na filosofia continental, e, portanto, implicam uma teoria geral sobre a constituição de eventos históricos (sentido histórico, historicidade, metafísica da presença, Outro, estruturalismo, desconstrucionismo), a filosofia analítica da história aborda diretamente os hábitos linguísticos dos historiadores e das pessoas comuns.

Uma imagem que sintetiza o caráter do tempo para a filosofia analítica da história é exposta a seguir:

Figura VI



Os indivíduos, assim como os historiadores, segundo Danto e a filosofia analítica de um modo geral, estão isolados na “prisão da linguagem” e não podem ter acesso à experiência histórica como tal, pois não existe um estoque de fatos passados, *lá fora*, a serem descobertos pelo historiador. Ao contrário, este constrói o passado através de recursos da linguagem próprios à narrativa histórica. Por isso, a tarefa do historiador é, basicamente, a organizar narrativamente os eventos a partir de marcos temporais de que toda a linguagem dispõe, de acordo com a perspectiva temporal chamadas “frases narrativas”, pois com estas os “Historiadores têm o privilégio único de ver ações na perspectiva temporal” (DANTO, 1985, p. 183).

De acordo com o diagnóstico de Danto (1995, p. 72), um eclipse ofuscou a filosofia analítica da história a partir de meados da década de 1960, principalmente pelo narrativismo de H. White, que “varreu todas as discussões sobre normas explicativas ou epistêmicas” (ROTH, 2020, p. xii) relacionadas a frases narrativas e outras questões analíticas como a direcionalidade do tempo e causalidade histórica. No entanto, em 2016, após um período inativo, Roth (2018) observou uma renovação da filosofia analítica da história. Esse retorno, não por mera coincidência, é contemporâneo da nova metafísica do tempo histórico.

Para a filosofia analítica renovada da história, o princípio de Danto ainda se mantém, ou seja, a explicação histórica não pode transcender a linguagem. No entanto, para novos filósofos analíticos da história se coloca a questão sobre se os eventos contados de dentro da *prisão* linguística da explicação histórica (filosofia analítica da história) ou de escritos históricos (narrativismo de H. White) poderiam ser sensíveis à mudança histórica ou não. Esta questão supõe que a passagem temporal pressiona o ambiente *engarrafado* onde se frases narrativas são proferidas, *do lado de fora* da linguagem.

A resposta a este dilema teórico se divide em três *epistemologias* na filosofia analítica recente da história quanto ao desenvolvimento de uma metafísica do tempo histórico a partir dos princípios analíticos clássicos: *Frank Ankersmit* () (“experiência histórica sublime”) (ANKERSMIT, 2021, MENEZES, 2021), *Jonathan Gorman* (2013) (“pressupostos absolutos” da temporalidade), *Paul Roth* (“irrealismo”, “indeterminação do passado”) (ROTH, 2002, 2012, 2016, 2020; BRZECHCZYN, 2018; PAUL, 2018).

Note-se que cada um dos três teóricos denominados propõe um conceito de caráter temporal que *converte* a tese de Danto acerca das “frases narrativas” em uma metafísica do tempo histórico, movimento este que ainda produz uma filosofia analítica renovada da história.

Considerações Finais

A complexidade do campo de estudos do tempo em Teoria e Filosofia da História, que fica patente na exposição anterior. Nossa hipótese e, portanto, virtual contribuição desta comunicação para a área de Teoria e Filosofia da História, é que a complicação dessas tendências e de suas subdivisões, anteriormente denominadas, trazem para o cenário “pós-fase” torna-se particularmente sensível a partir da emergência de novos conceitos de tempo histórico, cuja descrição, caracterização e classificação perfazem os objetivos do projeto

Referências bibliográficas:

- ANKERSMIT, Frank R. 'Presence' and Myth. **History and Theory**, v. 45, n. 3, p. 328-336, out. 2006.
- ANKERSMIT, Frank R. A Narrativist Revival? **Journal of the Philosophy of History** v. 15, p. 215–239, 2021.
- ANKERSMIT, Frank R. **Meaning, Truth and Reference in Historical Representation**. Ithaca, New York: Cornell University Press, 2012
- ANKERSMIT, Frank R. **Sublime Historical Experience**. Stanford: Stanford University Press, 2005.
- ANKERSMIT, Frank R. The Dilemma of Contemporary Anglo-Saxon Philosophy of History. **History and Theory**, v. 25, p. 1-27, 1986.
- ARAÚJO, Valdei; PEREIRA, Mateus H. F., **Atualismo 1.0: como a ideia de atualização mudou o século XXI**. Vitória: Editora Milfontes/ Mariana: Editora do SBTHH, 2019.
- BENTLEY, Michael. Past and 'Presence': Revisiting Historical Ontology. **History and Theory**, v. 45, n. 3, p. 349-361, out. 2006.
- BEVERNAGE, Berber. **History, memory and state-sponsored violence: Time and justice**. New York: Routledge, 2011.
- BEVERNAGE, Berber. Time, Presence, and Historical Injustice. **History and Theory**, v. 47, n. 2, p. 149-167, maio, 2008.
- BRZECHCZYN, Krzysztof. Introduction. In: BRZECHCZYN, Krzysztof. (ed.). **Towards a Revival of Analytical Philosophy of History Around Paul A. Roth's Vision of Historical Sciences**, Leiden; Boston: Brill-Rodopi, 2018, p. 1-8.
- DANTO, Arthur C., Future and Past Contingencies. In: DANTO, Arthur C. **Narration and Knowledge**. New York: Columbia University Press, p. 182-200, 1985.
- DANTO, Arthur C., Preface. In: DANTO, Arthur C., **Narration and knowledge**; Introdução:, Lydia Goehr; conclusão:, Frank Ankersmit New York: Columbia University Press, p. 1-16, 1985 [1964].
- DANTO, Arthur C., The Decline and Fall of the Analytical Philosophy of History. In: ANKERSMIT, F. e KELLNER, H. (ed.). **New Philosophy of History**. London: Reaktion Books Ltd, p. 70-85, 1995.
- DENG, Natalja. Time, metaphysics of. In: DENG, Natalja. **Routledge Encyclopedia of Philosophy**. London: Routledge, 2018.
- DOMANSKA, Ewa. The Material Presence of the Past. **History and Theory**, v. 45, p. 337-348, out. 2006.
- DOMANSKA, Ewa. Toward the Archaeontology of the dead body. **Rethinking History**, v. 9, n. 4, p. 389-413, dez., 2005.
- FROEYMAN, Anton. Never the Twain Shall Meet? How Narrativism and Experience can be Reconciled by Dialogical Ethics. **History and Theory**, v. 54, n. 2, p. 162-177, maio, 2015.
- FROEYMAN, Anton; ANKERSMIT, Frank; RUNIA, Eelco. The Presence and the Otherness of the Past. **Rethinking History**, v. 16, n. 3, p. 1-21, jul., 2012.
- GORMAN, Jonathan. The Limits of Historiographical Choice in Temporal Distinctions. In: LORENZ, Chris e BEVERNAGE, Berber. (ed.). **Breaking up Time: Negotiating the Borders between Present, Past and Future**. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2013, p. 155-175.
- GUMBRECHT, Hans U. Presence Achieved in Language (With Special Attention Given to the Presence of the Past). **History and Theory**, v. 45, n. 3, p. 317-327, out., 2006.

- GUMBRECHT, Hans U. **Production of Presence: What Meaning Cannot Convey**. Stanford: Stanford University Press, 2004.
- HARTOG, François. **Regimes of Historicity: Presentism and Experiences of Time**. New York: Columbia University Press, 2015.
- INCLÁN, Daniel; VALERO, Aurelia. Reporte del tiempo: presente e historia. **Desacatos**, México, n. 55, p. 60-73, 2017.
- JORDHEIM, Helge. Against Periodization: Koselleck's Theory of Multiple Temporalities. **History and Theory**, v. 51, n. 2, p. 151-171, 2012.
- JORDHEIM, Helge. Does Conceptual History Really Need a Theory of Historical Times? **Contributions to the History of Concepts**, v. 6, n. 2, p. 21-41, 2011.
- JORDHEIM, Helge. Introduction: multiple times and the work of synchronization. **History and Theory**, Middletown, v. 53, n. 4, p. 498-518, 2014.
- KLEINBERG, Ethan Kleinberg. Haunting History: Deconstruction and the Spirit of Revision. **History and Theory**, v. 46, n. 4, p. 113-143, dez., 2007.
- KLEINBERG, Ethan Kleinberg. **Haunting History: For a Deconstructive Approach to the Past**. Stanford: Stanford University Press, 2017, Kindle Edition.
- KLEINBERG, Ethan Kleinberg. Introduction: The New Metaphysics of Time. **History and Theory**, Virtual Issue, v. 1, p. 1-7, ago., 2012.
- KLEINBERG, Ethan Kleinberg. Presence in Absentia. In: GHOSH, Ranjan e KLEINBERG, Ethan. (ed.). **Presence: Philosophy, History, and Cultural Theory for the Twenty-First Century**, Ithaca and London: Cornell University Press, 2013a.
- KLEINBERG, Ethan Kleinberg. Prologue. In: GHOSH, Ranjan e KLEINBERG, Ethan. (ed.). **Presence: Philosophy, History, and Cultural Theory for the Twenty-First Century**, Ithaca and London: Cornell University Press, 2013b.
- KOSELLECK, Reinhart. **The Practice of Conceptual History: Timing History, Spacing Concepts**. Stanford, CA: Stanford University Press, 2002.
- KOSELLECK, Reinhart. **Zeitschichten: Studien zur Historik**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2000.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futures Past. On the Semantics of Historical Time**. Introdução: Keith Tribe. New York: Columbia University, 2004.
- LANDWEHR, Achim. Chronoferenz. In: **Die anwesende Abwesenheit der Vergangenheit**. Essay zur Geschichtstheorie. S. Fischer: Frankfurt am Main, 2016.
- LANDWEHR, Achim. Von der 'Gleichzeitigkeit des Ungleichzeitigen'. **Historische Zeitschrift**, v. 295, n. 1, p. 1-34, 2012.
- LANDWEHR, Achim; WINNERLING, Tobias. Chronisms: on the past and future of the relation of times. **Rethinking History: The Journal of Theory and Practice**, London, v. 23, n. 4, p. 435-455, 2019.
- LOPES, Alfredo Ricardo Silva; VIANA JUNIOR, Mário Martins. O Antropoceno como Regime de Historicidade. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 12, no. 23, p. 9-24, 2020.
- MENEZES, Jonathan Menezes: **Frank Ankersmit: A metamorfose do historicismo**. Londrina, PR: Engenharia das Letras, 2021.
- MUDROVCIC, María Inés. Experimentar el Tiempo, Escribir la Historia", In: ARAVENA, Pablo (ed.). **Representación histórica y nueva experiencia del tiempo**. Valparaíso: Editorial América en Movimiento, 2019. p. 23-35.
- MUDROVCIC, María Inés. Regímenes de historicidad y regímenes historiográficos: del pasado histórico al pasado presente. **Historiografías**, v. 5, jan-jun, p. 11-31, 2013.

NICOLAZZI, Fernando. História entre Tempos: François Hartog e A Conjuntura Historiográfica Contemporânea. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 53, p. 229-257, 2010.

OAKLANDER, Nathan L. **Debates in the Metaphysics of Time**. London/New York: Bloomsbury, 2014.

PALTI, Elías. Koselleck—Foucault: The Birth and Death of Philosophy of History. In: ROLDÁN, Concha; BRAUER, Daniel; ROHBECK, Johannes (ed.). **Philosophy of Globalization**. Berlin: De Gruyter, 2018, p. 409-422.

PAUL, Herman. Why Did Analytical Philosophy of History Disappear? Three Narratives of Decline. In: BRZECHCZYN, Krzysztof (ed.). **Towards a Revival of Analytical Philosophy of History Around Paul A. Roth's Vision of Historical Sciences**. Leiden: Boston: Brill-Rodopi, 2018.

PEREIRA, Mateus H. F., Updatism: Gumbrecht's broad present, Hartog's Presentism and beyond. **Diacronie**. Studi di Storia Contemporanea, v. 43, p. 1-20, 2020.

PETERS, Rik. Actes de Presence: Presence in Fascist Political Culture. **History and Theory**, v. 45, n. 3, p. 362-374, out., 2006.

ROTH, Paul A., Analytic Philosophy of History Origins, Eclipse, and Revival. **Graduate Faculty Philosophy Journal**, v. 37, n. 2, p. 1-24, 2016.

ROTH, Paul A., The Pasts. **History and Theory**, v. 51, n. 3, p. 313-339, 2012.

ROTH, Paul A., **The philosophical structure of historical explanation**. Evanston, Illinois: Northwestern University Press, 2020.

ROTH, Paul A., Ways of pastmaking. **History of the Human Sciences**, v. 15, n. 4, p. 125-143, 2002.

RUNIA, Eelco. Inventing the new from the old – from White's 'tropics' to Vico's 'topics'. **Rethinking History**, v. 14, n. 2, p. 229-241, maio, 2010.

RUNIA, Eelco. Presence. **History and Theory**, v. 45, n. 1, p. 1-29, fev., 2006a.

RUNIA, Eelco. Spots of Time. **History and Theory**, v. 45, n. 3, p. 305-316, out., 2006b.

SIMON, Zoltán B. Simon. The Transformation of Historical Time: Processual and Evental Temporalities. In: TAMM, Marek; OLIVER, Laurent (ed.). **Rethinking Historical Time: New Approaches to Presentism** ed. London/New York: Bloomsbury Publishing, 2019a, p. 71-84

SIMON, Zoltán B. The story of humanity and the challenge of posthumanity. **History of the Human Sciences**, v. 2, n. 32, p. 101-120, 2018.

SIMON, Zoltán B., **History in Times of Unprecedented Change: A Theory for the 21st Century**. London: Bloomsbury, 2019b.

SIMON, Zoltán B., Judging the Past, Blaming the Past, Hailing the Past. In: ZHANG, Baosheng; MAN, Thomas Yunlong; LIN, Jing (ed.). **A Dialogue between Law and History: Proceedings of the Second International Conference on Facts and Evidence**. Singapore: Springer, 2021a.

SIMON, Zoltán B.; TAMM, Marek. Historical Futures. **History and Theory**, v. 60, n. 1, p. 3-22, 2021b.

TURIN, Rodrigo. Tempos de transição: aceleração e dessincronização social. In: VÁSQUEZ, Georgiane Garabely Heil; DENIPOTI, Cláudio (ed.). **Tempos de Transição**. Porto Alegre: Editora Fi, 2019. p. 19-37.

ZAMMITO, Koselleck's Philosophy of Historical Time(s) and the Practice of History, **History and Theory**, v. 43, n. 1, p. 124-135, fev., 2004.

O NEGRO NO TEMPO DA NAÇÃO: ENTRE A RETÓRICA DA NACIONALIDADE DA “CASA DA MEMÓRIA NACIONAL” E DA IMPRENSA NEGRA

LUÍS ROBERTO MANHANI

Doutorando em História (UNESP)

luis.r.manhani@unesp.br

Diversos estudiosos apresentaram investigações acerca do tempo ao longo do XI Seminário Brasileiro de Teoria e História da Historiografia, movimento que demarca a importância das pesquisas sobre a temporalidade. Outro indicador relevante foi a criação de um simpósio temático, no mesmo evento, relativo ao tema: Tempos da história: metafísica do tempo histórico, regimes de historicidade, regimes historiográficos, tempo histórico-natural (Antropoceno, Pós-Humano), organizado pelos professores Hélio Rebello Cardoso Jr (UNESP), María Inés Mudrovic (UNCo) e Luiz Cambraia Karat Gouvêa da Silva (UNESP). Neste artigo, pretendo trazer algumas contribuições para esse debate analisando dois conjuntos de fontes: a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e alguns dos jornais da Imprensa Negra para compreender quais eram as temporalidades que atravessavam essas produções e narrar as diferentes relações, expectativas e experiências entre presente, passado e futuro nacional, além de quais os lugares sociais e culturais em que o negro é inserido - ou excluído - nessas historicidades.

Vivemos há pouco a expectativa da abertura para um novo tempo, uma decisão com relação à que nação seríamos a partir daqui. Porém, essa não foi nossa primeira e nem será nossa última encruzilhada. A partir de 2018, vimos fantasmas do passado recente passeando com tranquilidade e (re)ocupando nosso presente com outras formações discursivas. Trato aqui dos recentes negacionismos, principalmente sobre os horrores, mortes e torturas do período dos governos ditatoriais no Brasil dos anos 1960-1980. Esses espectros que, não nos enganemos, continuarão a retornar, se relacionam com a temporalidade e tem como uma de suas características a contemporaneidade do não-contemporâneo (GUMBRECHT; RODRIGUES, 2021), agrupando sob um só “facho de luz”, muito mais do que o “chapéu apagador” do fantasma de Scrooge pode esconder, referenciado na obra de Ethan Kleinberg (2021, p. 46), um passado que jorra e não pode ser abafado pela pressão dos historiadores sobre os fatos do passado.

Como cacos, pedaços de uma fratura, esses espectros vagueiam entre nós. Sobrepostos, essa sucessão de “agoras” nos intriga, dessa forma, elaboramos teorias e pensamos anos à fio em como se dão as relações com o tempo e como o próprio

tempo tem uma relação conosco. Minha proposta aqui é passearmos por alguns projetos de presente, de passado e de futuro do Brasil, observando que entre as múltiplas temporalidades que se delineiam entre o “outro” - considerado o diferente ante o referente ou mesmo o “outro” do passado - e o “mesmo” do século XIX, distintas expectativas e experiências conviviam, entre o sentido e a presença.

Todos nós já ouvimos, por muitas vezes, o clamor de grandes nomes nacionais, bordões políticos, palavras calculadas de intelectuais e a imaginativa escrita da literatura bradarem, todos em uníssono: “O Brasil é o país do futuro”. Deixando de lado os ufanismos, os argumentos são em geral ligados à nossa natureza, nossa cultura diversa e a persistência que imputam a nós, brasileiros. Mas qual seria esse futuro? Que Brasil, entre tantos, chegaria a essas expectativas? Formulando de outra maneira, entre tantos futuros, qual seriam os conjuntos de regras compartilhadas que orientavam *um* porvir projetado para o Brasil? O futuro do “outro” e do “mesmo” seriam iguais?

Um dos principais intuitos deste texto é apresentar alguns destes “Brasis”, bem como, alguns dos muitos tempos da nação. Para tanto, selecionei uma certa miríade de possibilidades para observarmos em duas diferentes retóricas que procuravam convencer o brasileiro de que compartilhamos um passado comum e, conseqüentemente, uma identidade única para cada presente (CEZAR, 2006). Tratam-se de projetos extremamente distintos de nação, mas que guardavam semelhanças, repetições, passados, presentes e futuros que, em muitos casos, retomam e ocupam aquele contemporâneo de não-contemporâneos que escapam da ruptura passado-presente que demarca a constituição da própria disciplina História.

Além disso, também pretendo demonstrar como esses discursos, assim como o delineamento de cada uma dessas relações com a temporalidade, atingem - em uma dança interminável de fantasmas - milhões de corpos que sangram, morrem, gritam, transpiram e inserem-se no tempo com carnes e materialidade. Qualquer um de nós que tenha segurado a afável mão de uma senhora ou observado, em meio a um largo sorriso, as rugas que marcam com vincos o rosto de um idoso, sabe que o tempo é visível nas carnes. Porém, essa nossa relação com o tempo, na maneira como construímos identidades e estabelecemos ligações com o passado em discursos historiográficos, ferem e deixam cicatrizes que o corpo e o tempo compartilham.

Um dos espectros que circulam entre nós, que nos assombra cotidianamente enquanto povo, perturbando e desconectando tempo e espaço, sendo velho e novo, estranho e o “mesmo”, marcando corpos, inclusive na domesticação do passado do país é o infundável racismo que enfrentamos. Todas as pessoas não-brancas já sentiram as gélidas mãos de um fantasma que retorna, sempre (re)ocupando, em outros regimes discursivos e não-discursivos, um mesmo e outro lugar. Os espectros da hierarquização racial, provenientes do período colonial, dos marcadores de cor, da escravização de milhões de pessoas e da manutenção dessa exclusão sumária, inclusive na cidadania, tomam tanto espaço entre nós que quase não temos um lugar para os vivos.

Como ocorre na ancestralidade yorubá ou no pássaro Sankofa das Adinkras do povo Aka, em que a temporalidade é circular ou vinculada diretamente aos ancestrais - aqui compreendidos como os que vem antes (o pássaro voa para frente olhando para trás) ou os que vem depois de nós (mantendo um ovo - o futuro - em seu bico) - demonstram que as temporalidades que habitam nosso país, seja em cultos das diferentes religiões de matriz africana ou nas carnes dos homens e mulheres com quem dividimos a nação, também carregam uma multiplicidade e uma não-contemporaneidade que não podem ser mais ser

abarcadas pela ontologia realista, característica do saber historiográfico desde, pelo menos, o século XIX.

“Exu matou um pássaro ontem com a pedra que ele arremessou hoje”. Começamos a pensar o futuro passado, por meio desse aforismo nagô. Sim, entrarei nos meandros da concepção de história e as relações que estabelecemos com a temporalidade por meio dos estudos de Reinhart Koselleck, especialmente suas reflexões em seu livro de mesmo nome (2006). Porém, faz-se importante demonstrar o quanto o colonialismo e a diáspora africana imprimem um tempo “outro” em povos, culturas e, sobretudo, corpos que tinham outra aceção de historicidade, se relacionavam de modo diferente com o passado, o presente e o futuro.

O tempo, para grande parte da população que desembarcou aqui, sequestrada no além-mar, tem um formato de espiral (PRANDI, 2003), ou seja, não tende nem ao passadista regime antigo de historicidade (HARTOG, 2013) nem ao tempo linear moderno criticado por Walter Benjamin (2012). A esse outro personagem retornaremos em breve. Exu, orixá ou entidade que visita terreiros de candomblé e umbanda por todo o país ainda hoje, observa a temporalidade como se fossem três hélices que se entrecruzam, para nós, a melhor comparação – e a mais óbvia – seria o próprio símbolo do orixá, a encruzilhada (RUFINO, 2021). No aforismo nem a “pedra” nem o “pássaro” importam. A morte ou o matar, esse limite do corpo, é a única *brecha* entre os dois, é ali que mora a comunicação no tempo, na imanência da morte, a morte efetiva a dissolução do tempo e vice-versa. Exu é o primeiro e o último, inicia o espiral e define seu término. Exu é uno. O ontem e o hoje são apenas parte de um fluxo em que se embaralham até mesmo com o amanhã.

Nesse sentido, como podemos diferenciar cada uma dessas instâncias que, para nós, são tão importantes? Pela narrativa. Exu é comunicação, palavra, ação em forma de discurso. Exu narra e tudo acontece. A boca tem importância crucial nos rituais e no próprio mito iorubano, inclusive, para transmissão oral dos conhecimentos e do tempo – imaginemos quão simbólica, para essa cultura, é a imagem de Anastácia amordaçada (KILOMBA, 2019, p. 34). Em muitos terreiros de religiões afro-brasileiras o “mastigar” – como pudemos acompanhar no indescritível desfile da Grande Rio no carnaval de 2022 – é o símbolo máximo deste orixá. Isso ocorre porque Exu engole tudo, come para transformar, regurgitando outra coisa, seja o novo, o velho, o amanhã, o outro, o hoje ou o contrário. O tempo é apenas mais um tipo de comida que, quando contada, narrada, é vomitada pelo orixá.

Como no anjo da história citado por Walter Benjamin, que quer “deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos” (BENJAMIN, 2012, p. 245), os povos Aka, tinham em seu Sankofa, um símbolo Adinkra, uma ótima analogia sobre sua compreensão de temporalidade e os modos de narrar a história dessa comunidade. O símbolo Adinkra que na maioria das vezes é representado como um pássaro que voa para frente olhando para trás, assim como o anjo historicista de Paul Klee, porém carregando um ovo (futuro) em seu bico. Em muitos casos, o símbolo pode vir acompanhado de um lembrete: “não é tabu voltar atrás e buscar o que esqueceu”. O “voltar atrás” não é olhar o passado, assim como o “buscar” não é trazê-lo ao presente. Não há exemplaridade no passado, mas sim ancestralidade, todos são um, assim como em Exu. A ancestralidade, nessa perspectiva, não é um acúmulo de passado, mas o que pode (re)atualizar-se por meio dos corpos, uma conexão perpétua entre o fim e o começo (ALVES; NOGUERA, 2020, p. 541). O tempo, os corpos e o esquecimento ou a lembrança são todos um, dessa forma, o que o pássaro busca é você mesmo vivendo em outro tempo por meio de um ancestral. Não o esquecer, buscá-lo, nunca deve ser um tabu, pois ele – ancestral – e você, nessa concepção, são um só e se encontram juntos no

interior do ovo que o pássaro carrega (NASCIMENTO, 2018).

Figura 1 - Símbolo Adinkra do Povo Aka, Sankofa



Fonte: Dicionário de Símbolos.

Figura 2 - KLEE, Paul Angelus Novus - Israel Museum



Fonte: Wikipédia.

Essa compreensão de temporalidade se manteve mesmo com a diáspora e toda a violência do sistema escravocrata e colonial, principalmente, por meio da religiosidade que, sincretizada ou não, permaneceu enraizada ao orixá da comunicação, da ligação, dos caminhos e possibilidades. O espaço de experiência e o horizonte de expectativas se misturam entre África e Atlântico, aquela encruzilhada, não sendo totalmente esquecidos mas sempre vilipendiados sem tabu neste além-mar. O mesmo eurocentrismo que invadiu a América junto com portugueses, espanhóis, franceses, holandeses e ingleses, também impôs, assim como o fez com a própria colonização, pelo poder e pelo saber, uma outra visão de temporalidade, o tempo da ausência. A diáspora fragmentou o tempo e o espaço, e o “progresso” que atrapalhou o anjo, também procurou matar, acorrentar e tornar ausente o pássaro Aka.

Neste lado do Atlântico, no Brasil, local onde nossa investigação se centrará, a história foi a principal ferramenta de produção e relação com a temporalidade durante todo o século XIX. Para analisarmos o negro no tempo da nação, para chegarmos aos “Brasis” do futuro e às diferentes concepções dessa relação com a temporalidade recorreremos a dois *corpus* documentais muito distintos. Com corpos distintos. O primeiro deles é a produção historiográfica do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado com a finalidade de criar laços entre os nacionais que acabaram de viver o turbulento período regencial e; o segundo, que é composto por dois dos jornais do conjunto de periódicos que se convencionou chamar de “imprensa negra”, jornais feito por e para negros.

O Instituto, herdeiro do iluminismo e fundado aos moldes de instituições congêneres da Europa, procurava transportar uma civilização europeia para os trópicos, criando uma identidade branca para um país que, já no final do século XIX, tinha sua população composta majoritariamente por negros e negras (IBGE, 1990). A identidade – tanto em identificação (pertencimento) quanto em relação (o idêntico) – produzida por meio da alteridade, excluía por princípio povos considerados a-históricos e incivilizados, como indígenas, africanos e seus descendentes. Após analisarmos quase 400 tomos da Revista Trimestral do IHGB, principal meio de divulgação de fontes e estudos da agremiação, pudemos constatar que o negro apareceu em apenas 15 artigos. Enquanto não produziam *um* passado sobre o negro, os letrados da chamada “Casa da Memória Nacional” também deixavam entrever a indesejável presença e projetavam um porvir em que o ausente do passado e o “empecilho” do presente, seria também pura ausência no futuro.

Porém, outro tempo e outro negro, apareceriam nos periódicos que analisaremos. Tanto em *A Pátria* quanto em *O Homem*, o passado é orgulho e ainda que descrito com dor e pesar, está sempre traçando uma linha demarcada pela contribuição dos negros para a construção *desse* Brasil. A ausência verte-se em maioria. “Uma maioria atrevida” (O HOMEM – REALIDADE CONSTITUCIONAL OU DISSOLUÇÃO SOCIAL, 1876, p. 1), como sublinharia um de seus autores. O presente, momento em que a abolição se avizinhava em um dos casos e em outro espreitava-se a república, clamava por justiça. A cidadania, a igualdade entre as raças e a necessidade de respeitar-se a constituição de 1824, que não apresentava diferenças entre as cores, eram as principais reivindicações desses periódicos para o seu presente. O futuro era ainda nebuloso, mas não obscuro, pois mesmo não tendo acesso direto ao poder ou ao saber hegemônico, como ocorria com o Instituto, diferentes futuros foram projetados e fizeram o ruído da prensa ser ouvido ainda hoje.

Analisando o melhor plano para catequese e, portanto, civilização dos indígenas, um dos fundadores do IHGB, afiançou que a “introdução de africanos” serviu de “embaraço” ao projeto de trazer os autóctones

aos “cômodos da civilização” (BARBOSA, 1839, p. 124). Mas sem conseguir se conter, o importante literato também afirmou que a presença negra atrapalhava a própria civilização de todo o país. O intuito do IHGB era retroceder o passado nacional, enviá-lo à antes da chegada dos portugueses e em *paripassu* com a temporalidade europeia, por meio da idealização do indígena, alinhar temporalidades tão distintas. O indígena nacional seria recolonizado por meio da etnografia, povos que, sem passado viviam, para os letrados do Instituto, em um eterno presente. Para se tornarem “civilizados” era necessária a compreensão de pelo menos três conceitos-chave: trabalho, propriedade e liberdade (TURIN, 2013, p. 49). Ao que parece ser um pensamento ligado à Hegel, no interior de um sistema fechado, excluía-se negros e negras de qualquer possibilidade de “civilização”. Aos que não detinham a liberdade, não seria possível requerer propriedades. Com a lei de Terras, muitos libertos e livres também tinham seu acesso à propriedade muito limitado. Mesmo o trabalho, livre ou escravizado, não serviria aos propósitos do fundador da agremiação, dessa forma, todos os cativos eram excluídos da própria possibilidade de integrar a nação.

Em outro sentido, ao publicarem a lei Áurea, os letrados do IHGB rendiam homenagens à “redentora”, enquanto rechaçavam o sistema escravocrata. É verdade que a grande maioria dos sócios da agremiação era contra a manutenção do sistema desde a sua fundação, mas o intuito, em 1888, parecia ser mais centrado na manutenção da monarquia do que na suposta “redenção”.

Mas o que mais nos interessa aqui é como o passado se relacionava com o fim de mais de 300 anos de servidão no país. Um dos textos publicados junto com a Lei, elucida bem a relação que se desejava estabelecer com esse passado. Como uma “rocha”, esse aspecto/espectro da história nacional deveria ser “lançado” ao abismo do esquecimento (TAVORA, 1888, p. XX-XXI). Não há dúvida que essa seja uma analogia válida. Inclusive, para compreender que, para além do desejo de olvidar o que os envergonha, essa concepção também deixa entrever o quanto esse passado parece fixo e imutável como uma pedra, que dessa forma poderia ser simplesmente apagado pela pena da história e pelo poder da lei. Como se a gravidade – ela também uma lei - se invertesse sempre que essa rocha chega ao fim de sua queda, ela sempre retorna, talvez, cada vez mais pesada. Assim como não se pode matar um fantasma, também não se pode obrigá-lo a seguir leis. Nem da suposta ciência, nem das mãos de uma suposta “redentora”.

O passado negro seria, portanto, o da escravidão. Todos os textos sobre o negro publicados a partir da Abolição até a década de 1930, com raras exceções, buscam (re)instalar um passado sombrio sob a grande maioria dos brasileiros. O binômio negro/escravo, que já era utilizado muitas vezes como sinônimo, instala-se na casa e na memória nacional (MANHANI, 2021).

Nos jornais, a escravidão surge como um mal a ser elaborado, um passado de dor e sofrimento que deveria ser expurgado, resolvido, pensado em comunidade para que todos as suas permanências sejam definitivamente “lançadas ao abismo”. Mas, entre tantos fantasmas, os dois periódicos aqui selecionados, relembram que, tanto os erários do Império quanto lusitano, deveriam agradecer aos que “em todos os cantos derramaram seu sangue pela nação” (O HOMEM – REALIDADE CONSTITUCIONAL OU DISSOLUÇÃO SOCIAL, 1876, p. 1). A retórica da nacionalidade aqui é utilizada de maneira parecida com a operação do Instituto, procura demarcar um passado único, progressivo e linear que também determina um presente uno, uma identidade negra nacional que se mistura, atravessa a própria identidade brasileira. Porém, o passado comum e o presente desejado eram muito diferentes. Há orgulho em serem “quem verdadeiramente” construiu o país, assim como de sua origem africana, algo que ocorreu pela primeira

vez na imprensa negra em *A Pátria* (A PÁTRIA – ORGAM DOS HOMENS DE COR, 1889, p. 2). A África, totalmente ausente no Instituto, foi descrita em páginas repletas de sangue e saudade. Muitos relembram os açoites de seus avós, as marcas nas mãos de seus pais e a crueldade que os negros livres e libertos sofriam pelo racismo (PINTO, 2006).

O presente enegrecido da nação incomodava o IHGB, mas os lamentos vinham em forma de silêncio ou covardia. Como ocorre com dois prognósticos do início do século XIX, publicados na segunda metade da década de 1860 na revista, é possível ver mais claramente o racismo sócio-cultural e o insaciável desejo de retirar o “empecilho” negro do horizonte nacional. A escravidão era um atraso, mas a introdução de africanos causava danos ainda maiores, seja pela suposta ausência de civilização o que causava um atraso no desenvolvimento nacional, ou no problema demográfico que vertia-se em medo, pavor da onda negra ligado a um haitianismo delirante e real ao mesmo tempo (OLIVEIRA, 1868). Como a rocha do abismo, um deles propõe que os negros sejam “lançados” de volta à África, como uma “pedra” pessoas, milhões de homens e mulheres, deveriam ser “enviados” de volta ao continente de origem de seus ancestrais à força, da mesma maneira que foram trazidos (REBELLO, 1869, p. 40).

Os principais temas levantados pelos jornais sobre o seu presente eram relacionados à discriminação racial. Na monarquia da década de 1870, *O Homem* defendia a igualdade pela Constituição de 1824, principalmente para que negros livres e libertos pudessem ocupar cargos públicos, o que pela lei, seria absolutamente possível. *A Pátria*, foi um jornal que acompanhou a derrocada da escravidão e via no esfacelamento do poder da Família Bragança uma abertura inédita dos horizontes. A igualdade só viria com um corte, uma fissura que derrubaria um só monstro com duas cabeças, a escravidão e a monarquia. Nos dois casos, assim como em diversos outros jornais que analisei, além dos relatos de racismo, a unidade dos “homens de cor” era a principal reivindicação desses periódicos. O tempo era de Justiça. Como ilustra o primeiro número de *O Homem*, “há tempo de calar e há tempo de falar, o tempo de calar passou” (O HO-MEM – REALIDADE CONSTITUCIONAL OU DISSOLUÇÃO SOCIAL, 1876, p. 1).

Sempre em relação com o presente, o IHGB procurou tornar o ausente do saber histórico e etnográfico, uma ausência tecida entre seus muros, - pois todos os negros e negras eram muito presentes em seu cotidiano, inclusive em seus lares - fisicamente ausentes do futuro. Os projetos de imigração publicados na Revista deixavam claro qual era o tempo do negro na nação. Sem passado no Brasil, (re)atualizado no presente como escravizado, sobretudo, após a Abolição, – e aqui recorro a uma citação – “os africanos em momento nenhum, nem hoje, nem nunca poderão contribuir para o desenvolvimento da Nação” (OLIVEIRA, 1868, p. 82).

Os projetos de futuro estamparam diversas páginas dos jornais que recorreremos. A beira do fim da escravidão, além do abolicionismo, os letrados de *O Homem* clamavam por igualdade e a instrução pública para negros. No futuro, segundo um dos artigos, “mostraremos que nossa pele não é um defeito e nossas virtudes, muito maiores que dos brancos”. Surpreendentemente, tanto a república quanto a democracia – sim, em 1889 – com sufrágio universal era uma das principais demandas d’*A Pátria*. Mesmo com a Abolição a igualdade só poderia existir em um Brasil democrático que, não era veiculado da mesma forma que no restante da imprensa republicana, as aspirações aqui são ainda mais radicais. Há movimentos para propor uma reforma agrária, inclusão das mulheres no mercado de trabalho, escolas públicas em todo o país e uma educação anti-racista, tudo isso observando-se o passado e as necessidades para que o futuro trou-

xesse, assim como o pássaro, a esperança de uma nova vida (O HOMEM – REALIDADE CONSTITUCIONAL OU DISSOLUÇÃO SOCIAL, 1876, p. 1; A PÁTRIA – ORGAM DOS HOMENS DE COR, 1889, p. 2).

Entre tantos tempos, por muitas vezes a “Memória da Casa” prevaleceu. O poder e o saber produziram uma relação com o tempo e uma nação extremamente excludente. Para exemplificar e demonstrar o quanto é urgente olharmos para os fantasmas de nosso país, minha análise procurou demonstrar como esses espectros, seja os da ditadura que vimos em cartazes e protestos desde 2013, ou da hierarquização racial que instalou-se na colonização, ainda hoje matam, excluem e retiram, a cada 23 minutos, o futuro de um jovem negro, traumas que devem ser elaborados para que possamos ter, aí sim, um outro futuro, um passado do “outro” e um presente que não seja necropolítico (MBEMBE, 2016), dito de outra forma, para que tenhamos, no presente, espaço para os vivos, expectativa de manter-se vivos.

A tarefa propalada por Berber Bevernage (2020) com a justiça histórica, as proposições de Ethan Kleinberg (2020) e dos diferentes estudiosos que apresentam diversas possibilidades de produção da presença (GUMBRECHT, 2010) e retomada do caráter político da produção histórica devem nos fazer introduzir em nossas análises as necessidades que vemos, sentimos e combatemos em nosso presente. Como o Sankofa, devemos olhar para o passado de outra maneira, narrá-lo de outras formas, compreendê-lo como parte do presente enquanto, ao mesmo tempo, é externo à ele. Sobrevoando a história, voaremos para frente, carregando no bico de nossas penas - e nos teclados de nossos computadores - um futuro “outro”, uma temporalidade que não ignore que a ruptura instalada na modernidade e na instituição da própria disciplina histórica é imaginada e compartilhada, ainda que esse realismo ontológico não seja o único caminho. Pensar a história espectral, como um lugar heterotópico (FOUCAULT, 2021), com corpo, carne, tempo e fantasmas que retornam, pode nos auxiliar a pensar a própria justiça que a sociedade demanda de nossa profissão. Como Exu, o começo e o fim, o velho e o novo podem se encontrar em uma concepção temporal espiralar, que se direciona ao passado com a possibilidade de alterá-lo, não como uma “pedra” fixa, mas como uma das maneiras de elaborar - digerir - o ocorrido, os “agoras” e as esperanças do porvir.

Pensar a história, o tempo e nossa relação com ele, analisar outras possibilidades de narração e até mesmo de descrição das temporalidades - seja com a cultura yorubá ou com os adinkras do povo Aka - muitas vezes deve ser também um exercício de fé, pois vendo projetos tão distintos para a Nação, porque não acreditarmos que compreendendo essas temporalidades, a historiografia e os fantasmas que retornam, poderemos enfim, ter outros passados, outros presentes e, principalmente, outros futuros.

Referências bibliográficas:

A PÁTRIA – ORGAM DOS HOMENS DE COR. São Paulo, Typographia Soler, n. 2, 2 de agosto de 1889.

ALVES, Luciana Pires; NOGUERA, Renato. Exu, a infância e o tempo: Zonas de Emergência de Infância (ZEI). **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 17, n. 48, p. 533-554, 2020.

BARBOSA, Januário da Cunha. Escravos e a civilização dos índios. **Revista do IHGB**, Tomo I, p. 123-129, 1839.

- BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- BEVERNAGE, Bever. **Caminhos para a terra da história**: filosofia da historicidade e a questão da justiça histórica. Vitória: Editora Milfontes, 2020.
- CEZAR, Temístocles. A retórica da nacionalidade de Varnhagen e o mundo antigo: o caso da origem dos tupis. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (Org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, p. 29-41.
- FOUCAULT, Michel. **O Corpo Utópico, as Heterotopias**. São Paulo, N-1 Edições, 2021.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Produção de presença**: o que o sentido não consegue transmitir. Rio de Janeiro: Editora Contraponto: Ed. PUC-RIO, 2010.
- RODRIGUES, Tamara de Oliveira. Apresentação - Reinhart Koselleck: uma latente filosofia do tempo. In: KOSELLECK, Reinhart. **Uma latente filosofia do tempo**. Organizadores: Hans Ulrich Gumbrecht e Tamara de Oliveira Rodrigues. São Paulo: Editora Unesp, 2021, p. 7-52.
- HARTOG, François. **Regimes de historicidade**. Presentismo e experiências do Tempo. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.
- IBGE, **Estatísticas históricas do Brasil**: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.
- TAVORA, Franklin. A extinção da escravidão no Brasil – O jubileu do Instituto Histórico. In: **Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Tomo LI, 1º Folheto de 1888, p. XVIII-XXVII
- KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**. Tradução: Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- KLEINBERG, Ethan. **Historicidade Espectral**: teoria da história em tempos digitais. Vitória: Editora Milfontes, 2021.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- MANHANI, Luís Roberto. **O discurso sobre o negro na historiografia e na etnografia do IHGB (1839-1925)**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, p. 159, 2021.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. **Arte & Ensaios**: Rio de Janeiro, n. ° 32, 2016.
- NASCIMENTO, Wanderson Flor do. Temporalidade, memória e ancestralidade: enredamentos africanos entre infância e formação. In: RODRIGUES, Allan de Carvalho; BERLE, Simone; KOHAN, Walter Omar (Org.). **Filosofia e educação em errância**: inventar escola, infâncias do pensar. Rio de Janeiro: NEFI, 2018.
- O HOMEM – REALIDADE CONSTITUCIONAL OU DISSOLUÇÃO SOCIAL. Recife, Typographia do Correio do Recife, n. 1, 13 de janeiro de 1876 – n. 12, 30 de março de 1876.

OLIVEIRA, Antônio Rodrigues Veloso de. Sobre o melhoramento da província de São Paulo aplicável em grande parte às províncias do Brasil, **Revista do IHGB**, t. XXXI, Parte Primeira, p. 5-103, 1868.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **De pele escura e tinta preta: a imprensa negra do século XIX (1833-1899)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, 2006.

PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos Orixás**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

REBELLO, Henrique Jorge. Memória e considerações sobre a população do Brasil. **Revista do IHGB**, t. XXX, Parte Primeira, p. 5-43, 1867.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das Encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula Editora, 2021.

TURIN, Rodrigo. **Tessituras do Tempo: discurso etnográfico e historicidade no Brasil oitocentista**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

O RAP FRENTE À COLONIALIDADE DO SER: PRODUÇÃO DE MEMÓRIAS COLETIVAS E ELABORAÇÃO DO PASSADO TRAUMÁTICO DE VIDAS PERIFÉRICAS

CRISTIANO FERREIRA CAMPOS

Doutorando em História (UERJ)
cristianocandamio@gmail.com

[...] Infelizmente, a gente tem uma pá de histórias triste pra contar, mano [...] no caminho que ele subiu, ele foi abordado pela polícia e foi encontrado morto... Entendeu? [...] qualquer abordagem policial que a gente tinha depois disso a gente ficava em choque né, mano, porque a gente achava que nós era os próximo. (EMICIDA, 2016a)

O rap surgiu no Brasil no decorrer da década de 1980 e início dos anos de 1990, no interior do movimento hip-hop, tendo como polo cultural de maior destaque a cidade de São Paulo. O país vivia intensas mobilizações políticas por causa do fim da ditadura militar e a implantação de políticas neoliberais, cujos efeitos, sobretudo para as populações periféricas, foram a precarização de serviços públicos, o aumento da pobreza e a elevação do índice de violência e mortes em periferias brasileiras. (D'ANDREA, 2013)

Tal quadro histórico brasileiro, impacta até hoje, na forma como o rap, enquanto um fenômeno histórico, constitui-se. A primeira geração do rap nacional (1980-1990), cuja referência foi o grupo paulista Racionais MC's, caracterizou-se pela postura "engajada", com posicionamentos críticos de denúncias e enfrentamentos de injustiças do cotidiano das periferias e busca de transformação social (CAMARGOS, 2016). A partir dos anos 2000, é possível apontar o surgimento de artistas que foram categorizados, sobretudo no interior do movimento, como a "nova escola", simbolizada pelo rapper Emicida (MATOS [et. al], 2020). Apesar das diferenças estéticas, musicais e temáticas, entre estas "gerações", o rap nacional ainda é demarcado pelos desdobramentos de uma sociedade extremamente violenta e desigual, característica que também se manifesta através de declarações críticas e a análise de problemas sociais vivenciados em "quebradas" e favelas.

Roberto Camargos (2016), ao analisar artistas considerados da primeira geração, ressalta que as letras, músicas e a estética do rap produzem uma representação do espaço social periférico, com base na experiência vivida e da historicização da própria realidade. De acordo com o historiador mineiro, os *rappers* atuam, a seu modo, como historiadores do tempo presente, formulando narrativas que questionam

pensamentos hegemônicos e valorizando personagens e acontecimentos de acordo com suas experiências e valores sociais e pautando a reflexão de diversos problemas históricos como racismo, escravidão e desigualdades de classe.

A partir do exposto acima, é possível pensar que os/as rappers podem ser considerados agentes produtores de mensagens que interpretam e constituem sentidos sobre a história de populações periféricas, promovendo, assim, uma noção concreta sobre o passado dessas realidades, seus limites e características. Nesse sentido, considera-se o rap como uma manifestação política e cultural que também elabora inteligibilidade histórica em relação a realidade social. Pensar o rap a partir dessa perspectiva possibilita a historiadoras e historiadores refletir sobre as conexões que determinadas sociedades estabelecem com seu passado, assim como, as condições sociais, econômicas e políticas que os grupos que a compõe possuem para elaborar acontecimentos e processos históricos que marcam as suas trajetórias e a do país.

Com base no problema exposto acima, este trabalho objetiva refletir sobre a atuação do rapper Emicida nos processos de ressignificação de passados traumáticos comuns à periferia brasileira, a partir da música *Chapa*, que compõe o álbum *Sobre Crianças, quadris, pesadelos e lições de casa...*, lançado em 2015 pelo selo Laboratório Fantasma.

O termo *chapa* é uma palavra da gíria periférica de São Paulo que representa a juventude masculina por quem são nutridas relações de afeto derivadas de vínculos familiares, de amizade e de reconhecimentos sociais que esses jovens constroem nos seus espaços de vivência cotidiana. A música problematiza os desaparecimentos do *chapa* provocados, sobretudo, por prisões e assassinatos, e os impactos desses sumiços entre sua comunidade composta pela família, amigos, colegas, namoradas, esposas e conhecidos.

O clipe da música torna o problema mais específico ao inserir a participação de algumas mulheres integrantes do movimento *Mães de Maio contra o terrorismo do Estado*, formado após os chamados *Crimes de Maio de 2006*, evento ocorrido na cidade de São Paulo, no qual mais de 500 homicídios foram contabilizados entre os dias 12 e 21 de maio de 2006. Diversas denúncias acusam membros das forças de segurança pública do Estado e grupos de extermínios de terem cometido tais crimes em represália às mortes de 59 policiais provocadas pelo Primeiro Comando da Capital (PCC) (CRIMES..., 2021).

Três problemas orientam a análise: a importância social e política do luto público, como uma prática social fundamental na elaboração de traumas coletivos; o significado histórico da construção de espaços públicos de elaboração de memórias coletivas através do rap; e a forma como a música em tela elabora passados traumáticos periféricos.

O luto e o significado da vida em sociedade

Em análise sobre o luto público nos Estados Unidos, após 2001 e o início da guerra ao terrorismo, Judith Butler (2019, p. 31-38) reflete que esta prática social permite investigar a dimensão política e coletiva do corpo, no sentido de revelar a complexidade das conexões, vínculos e dependências das relações cotidianas construídas nessa sociedade. A filósofa estadunidense demonstra que nem todos os humanos morrem tendo sua humanidade reconhecida. A morte de muitos resulta na negação do luto e esta situação certifica que a existência que se fez, já havia sofrido um processo de exclusão, cujo significado social

foi a morte de uma vida que não contribuiu para a criação de laços sociais e nem para o fortalecimento da nação.

Butler (2020) também afirma que o ato de reconhecimento de uma vida refere-se a complexas relações entre contextos políticos e sociais que contribuem para a precarização de vidas e saberes que condicionam a apreensão e inteligibilidade das realidades sociais. No caso dos Estados Unidos, a professora da Universidade da Califórnia destaca que a esfera pública é fundamental para a construção do reconhecimento social de vidas, sobretudo, a partir dos *enquadramentos interpretativos* produzidos no âmbito da mídia hegemônica e do Estado. Os enquadramentos produzidos por estas instituições compõem o processo de construção e manutenção das condições de precarização e desumanização de vidas humanas, no sentido de legitimar as mortes ocasionadas sobretudo pela violência estatal e negar o luto coletivo de corpos mortos em ações de guerra.

O luto envolve a elaboração da morte de um ser humano (BUTLER, 2020). Essa prática social, na dimensão pública, proporciona a humanização da vida falecida ao abordar aspectos como o(s) nome(s), as condições de vida, seus relacionamentos, sua família, o que fazia, onde trabalhava, o momento da morte, o que esta perda significa para o seu círculo de convivência e para o país. O luto público gera coesão, comoção, mobiliza a sociedade em torno de um problema e promove a indignação diante de uma injustiça. A ação do Estado e da mídia hegemônica em controlar a construção do luto público, negando a nacionalidades árabes e acusando os mortos de terroristas, condicionam as reações morais tendo em vista a manutenção da ordem política e social no contexto de guerra.

No entanto, a coesão entre as ações institucionais do Estado e dessa mídia, podem ser abaladas por outros enquadramentos. No caso, a difusão de outras molduras interpretativas possibilita novas perspectivas sobre a realidade, cujos desdobramentos levam a compreender as mortes e vidas de forma distinta das construções hegemônicas. Novos quadros abrem caminhos para a perturbação da ordem social e política, contribuindo para a construção de outro sentido político comunitário ao reconhecer vidas, até então excluídas do trato social, como pertencentes à conjunto da sociedade (BUTLER, 2020).

A partir do problema do luto levantado por Judith Butler, podemos pensar o Brasil a partir de duas dimensões: os contextos sociais de precarização de vidas periféricas e a construção de espaços públicos de luto e de elaboração de passados traumáticos. A epígrafe exposta no início deste texto é um fragmento de memória traumática de Leandro Roque, conhecido como Emicida, sobre a trajetória de um de seus “aliados”, no caso amigo, no início dos anos 2000, em São Paulo.

O fato memorado pelo rapper, em entrevista de lançamento de *Chapa*, não se restringe à uma experiência ou memória individual do artista. Ela simboliza as diversas vivências coletivas compartilhadas nas periferias brasileiras que envolve a morte e a produção de passados traumáticos que, na esfera pública, são constantemente silenciados e quando publicizados, negligenciam e omitem diversos aspectos dos fatos prejudicando a sua elaboração e reproduzindo as circunstâncias de precarização sociais de vidas periféricas.

Essa realidade pode ser verificada a partir de diversos pontos. Aqui, tendo como referência o movimento Mães de Maio, presente no clipe da música *Chapa*, vamos expor brevemente o problema da violência no Brasil em perspectiva histórica e a importância de elaborar o passado em contextos de catástrofes

e produção de traumas, como aqui pensaremos a realidade histórica brasileira, sobretudo, desde os anos de 1980 até o momento de lançamento da música Chapa, 2015.

A elaboração de passados traumáticos em contextos de catástrofes

Segundo o Mapa da Violência divulgado em 2016, entre 1980 e 2014, 967.851 pessoas foram mortas por armas de fogo no Brasil, sendo que no decorrer desses anos o aumento de vítimas fatais aumentou 415,1%. De todas essas mortes, cerca de 95% tiveram “como finalidade o extermínio intencional do próximo.” (WASELFISZ, 2015, p. 15) Sobre essas mortes é possível identificar que a maioria foi de sexo das vítimas é majoritariamente composto por homens (94,4% da média nacional), entre 19 e 25 anos, em sua maioria negros. (WASELFISZ, 2015, p. 35-37) Em relação à população carcerária, em 2010, cerca de 58% dos presos tinham entre 18 e 29 anos, cerca de 77% do total da população prisional havia estudado até o ensino fundamental e 60% era negro. (MONTEIRO; CARDOSO, 2013)

Como podemos compreender estes dados? O que eles significam em relação ao momento histórico do Brasil, dentro da reflexão aqui proposta? Antes de avançar, é importante fazer uma consideração. Anteriormente, partimos do problema do luto elaborado por Judith Butler. Consideramos importante a problematização e alguns dos apontamentos que a autora fez sobre a esfera pública como espaço das relações de poder no âmbito da produção de saberes que produzem interpretações que condicionam a compreensão e apreensão da realidade. Também é importante pensar o papel das empresas de comunicação e do Estado em produzir os enquadramentos e a negação do luto que constituem materialidades das ações de guerra. Por fim, a noção de *condição precária*, como “condição politicamente induzida” relacionadas a determinadas populações em função das condições sociais e econômicas a que estão submetidas, além daquelas que sofrem uma maximização da precariedade quando são submetidas à violência do Estado. (BUTLER, 2020, p. 46-47).

Butler não avança neste último ponto apresentado acima. Pensar as condições precárias é fundamental para a compreensão do problema aqui refletido, sobretudo, para compreensão da realidade brasileira. É nesse sentido que afirmamos, no início do artigo, que partiríamos do problema proposto por Butler. Para aprofundar a discussão, tomaremos como base as análises do Marildo Menegat (2019). Segundo o professor de Políticas Públicas em Direitos Humanos da UFRJ, as últimas décadas do século XX o capitalismo aprofundou e tornou dominante a tendência à barbárie (MENEGAT, 2019, p. 61-80). Isso significa que a violência cotidiana faz parte desse processo, marcado pelo desemprego estrutural, pelo aumento dos índices de encarceramento e de homicídios e do esgarçamento dos laços sociais devido aos sentimentos de insegurança social, de humilhações por perdas de direitos e de exploração nas relações de trabalho.

Tudo isso sem desconsiderar o impacto de 21 anos de ditadura militar no país, cuja permanência pode ser verificada com a existência de um Estado de exceção que produziu desaparecimentos, torturas, prisões, assassinatos, repressões e na substituição por um Estado de democrático e de direito caracterizado pela militarização da segurança pública. (ARANTES, 2019) O símbolo deste contexto catastrófico é o Rio de Janeiro, que desde 80 já apresentava o que seria o Brasil na década de 1990 em diante: informalidade, diminuição da massa de dinheiro circulante, desemprego e a explosão da violência. Os governos petistas, nesse contexto, são considerados administradores em sucedidos da barbárie (MENEGAT, 2019, p. 96)

através de suas políticas assistenciais e sociais que buscaram uma transferência de renda e sociais estiveram ligadas a expectativa de reanimação da economia e a consolidação de uma dinâmica de reprodução consistente desse sistema.

A conjugação das relações de exploração econômica, o Estado encarcerador, a existência de um racismo histórico que não reconhece a humanidade de negros e povos originários e a naturalização da morte no cotidiano, evidenciada através de alto nível de mortandade, escravização, estupros, mutilação, tortura, fome generalizada, desemprego e a existência de complexos de inferioridades, contribuem para a produção de diversas experiências de dor e trauma no interior da sociedade brasileira. Tal contexto produz, segundo o filósofo Maldonado-Torres (2007), a *catástrofe metafísica*, ou seja, o colapso nas estruturas intersubjetivas e da alteridade, além da distorção do que é humanidade.

A partir deste contexto de barbárie, de *catástrofe metafísica* e da produção sistemática de experiências de dor e traumas, faz-se necessário pensar seguinte questão: qual seria a importância da elaboração do passado a partir da perspectiva periférica e quais seriam seus significados sociais e políticos?

A historiadora Jeanne Marie Gagnebin, ao refletir sobre o que significa elaborar o passado relaciona este ato ao cuidado com a memória e destaca a sua dimensão ética. Elaborar o passado não é somente uma ação de produção de conhecimento sobre um período pretérito. Pensar o passado e cuidar da memória dizem respeito a uma postura que objetiva produzir efeitos sociais concretos como por exemplo, salvar o desaparecido e “resgatar, como se diz, tradições, vidas, falas e imagens”. (GAGNEBIN, 2009, p. 97)

A partir de Adorno¹, a professora Gagnebin (2009) aponta que produzir memória sobre a catástrofe não deve ter como objetivo central buscar culpados e sim evitar que algo semelhante a este evento possa acontecer novamente. No entanto, o contexto europeu no momento do debate de Adorno era distinto da época atual brasileira. Adorno fala a partir do seu lugar social de pesquisador e intelectual. O esforço dos movimentos políticos organizados por mães e familiares está relacionado com a busca por justiça, a culpabilização de crimes e o direito de enlutar, já que diversas mortes ainda não foram desvendadas, assim como os corpos permanecem desaparecidos.

Werneck (2019, p. 47-75) afirma que os desafios de movimentos como as das Mães de Maio está, para além da violência de Estado, na falta de investigações, nos autos de resistências e nas recorrentes desumanizações produzidas nas mídias hegemônicas e no silêncio imposto às testemunhas, que temem por perder a vida caso deponham a favor das vítimas. Esses problemas dificultam a constituição de espaços públicos para “[...] preservar a memória das vítimas, o esclarecimento sobre as circunstâncias dos crimes, a punição dos responsáveis e a reparação às famílias; [...]”, assim como a construção de “[...] outro modelo de segurança pública, preventiva e comunitária [...]”, contribuindo também para o “[...] combate à violência policial, às chacinas e autos de resistência.” (WERNECK, 2019, p. 20) Por esse ângulo, aqui no Brasil a busca por justiça é uma ação central para a evitar que ocorram novos assassinatos promovidos pelo Estado de direito.

O próprio ato de construção da luta de mães e familiares em lembrar e compartilhar suas histórias é

1 A análise da professora tem como base o artigo de Theodor Adorno chamado “O que significa a elaboração do passado?” (tradução da autora).

uma forma de construir um caminho para o luto, para além da busca por punição. A elaboração do passado não se forja como objetivo de repetição calcada em celebrações, mas sim por um futuro, na medida em que o passado se ressignifica e um novo caminho se abre para a vida marcada pela dor e o trauma. Nesse sentido, o luto diferencia-se da elaboração do passado, apesar de ser composto por ela, pois ele propõe uma nova forma de fundamentar a vida:

Em oposição a essas figuras melancólicas e narcísicas da memória, Nietzsche, Freud, Adorno e Ricoeur, cada um no seu contexto específico, defendem um lembrar ativo: um trabalho de elaboração e de luto em relação ao passado, realizado por meio de um esforço de compreensão e de esclarecimento - do passado e, também, do presente. Um trabalho que, certamente, lembra dos mortos, por piedade e fidelidade, mas também por amor e atenção aos vivos. (GAGNEBIN, 2009, p. 105)

É a partir deste debate que propomos pensar o rap como um fenômeno histórico que contribui para a construção de espaços públicos de elaboração de passados caracterizados por experiências de dor comuns às populações periféricas, apresentando novas inteligibilidades sobre a trajetória de corpos periféricos e racializados e os contextos que produziram os eventos de violência, mortes e desumanizações.

Além de ressignificar passados, o rap também pode contribuir para difundir, na esfera pública, as formas de ser de sujeitos periféricos, expondo suas vidas e relações afetivas e sociais, contrapondo às representações sociais que marginalizam e tornam a periferia espaços sem história, sem vida, sem significados ou importância sociais, afetivas, econômicas, políticas e culturais para o país. Nesse sentido, o rap possibilita que sujeitos periféricos não sejam vistos somente como objetos de violência, mas como capazes de agir sobre as injustiças e produzir novas perspectivas de futuro.

Chapa: o luto e a *colonialidade do ser*

Vamos organizar a análise a partir de três dimensões, quais sejam, a perda e a esperança; a procura; e o encontro. O objeto examinado foi o clipe, pois além da música há elementos imagéticos e outras referências que contribuem para a avaliação crítica e histórica da produção artística do rapper Emicida. Antes de iniciar o estudo é importante ressaltar que o clipe e a música buscam representar eventos compartilhados por pessoas pobres, negras e moradoras de periferia, favelas e quebradas existentes nas cidades brasileiras. Talvez a principal representação esteja na experiência do artista que produziu um trabalho que pretende simbolizar uma coletividade. Segundo o artista “em ‘Chapa’, eu penso em todos nós. Porque cada um pode ser um chapa.” (EMICIDA, 2016a).

O clipe demonstra esse esforço de problematizar o desaparecimento como uma realidade que pode atingir a todos na sociedade. Ele inicia com a fala de Débora Maria da Silva, fundadora das Mão de Maio sobre seu drama e esforço para se levantar e iniciar uma luta por justiça e para evitar que mortes como a do seu filho sejam evitadas. Enquanto ela fala, aparecem diversas fotos e reportagens de jovens e homens assassinados. Após a fala de Débora, a música é iniciada. Por cima, o áudio de uma mulher relatando o desejo de encontrar seus filhos. No final do clipe, diversas estatísticas são expostas sobre mortes no Brasil. Tais informações, vistas no seu conjunto, são importantes para refletir sobre a fala do artista, acima citada.

O chapa pode até ser qualquer um, mas estatisticamente e dentro do contexto brasileiro, possui características demarcadas como ser pobre, periférico e negro. Não necessariamente reunindo todos esses elementos, mas prioritariamente sim.

A letra da música também aponta para essa realidade. O trecho “Onde ele foi? Mudou? Morreu? Casou? Tá preso? Se internou? É memo? Por quê?” faz uma referência à falta que o chapa faz para seu interlocutor. Essas perguntas revelam a existência de uma memória acumulada sobre desaparecimentos. É interessante verificar que alguns desses espaços como cemitério, o cárcere e o hospital podem ser, em certa medida, como lugares de memória (NORA, 1993) de traumas, pois representam parte da história de vida de muitos filhos, familiares, amigos e conhecidos de regiões periféricas. Lugares que atualizam e pronunciam frequentemente as dores e traumas da vida em favelas e quebradas. Assim, tornar-se chapa está condicionado a uma série de fatores que ampliam ou reduzem as possibilidades de desaparecimento no Brasil.

Retomando a proposta de analisar as dimensões anteriormente indicadas, a primeira é da perda/esperança. A música é iniciada ressaltando os sentimentos de esperança e perda. Perder e ter esperança em encontrar no clipe são polissêmicos e ambíguos. A perda diz respeito à certeza de que o chapa está morto que se mistura com a esperança de que esteja vivo. Situação que revela a dramaticidade de conviver com o desaparecimento. A esperança desdobra-se na possibilidade de rever o familiar vivo, poder recuperar a verdade e aliviar a dor da injustiça dos casos nos quais o assassinato já é uma certeza ou de encontrar o cadáver, que também se encontra desaparecido.

Esse sentimento de perda e esperança é marcado por um vazio. O vazio que o artista mencionou na entrevista de lançamento da música para a Ponte jornalismo. Nesse ponto, é importante analisar com os elementos visuais do clipe. O vídeo está em preto e branco e muitos dos enquadramentos são em primeiro plano, plano detalhe e primeiríssimo plano dos rostos das mães que participam do clipe com o objetivo de destacar expressões e olhares. A iluminação forte na face delas enquanto o fundo aparece preto também contribui para construir a experiência estética da solidão, do vazio e da falta, que é o pano de fundo da ação coletiva e, paradoxalmente, solitária de muitas dessas mães no sentido do desamparo das instituições estatais e apoios sociais.

É a partir desses vazios/silêncio – da perda, da falta de justiça, das incertezas de reaver o familiar, da recuperação da dignidade daquele que morreu difamado ou aviltado, considerado desmerecedor da vida que perdeu, entre outros vazios – que a música se desenrola e que a memória terá um papel fundamental, qual seja, preencher o presente por meio da rememoração das experiências de vida que compuseram a trajetória do chapa. Aqui, a memória possibilita o retorno da vida, que ainda se faz viva a partir das lembranças. Ao falar do chapa de forma genérica, a música rememora as diversas trajetórias biográficas daqueles que perderam suas vidas, abrindo caminho para a recuperação da vida que foi suprimida de forma brutal e com o objetivo de promover a justiça ao repercutir publicamente a sua humanidade, que foi dilacerada, assim como seus direitos básicos reconhecidos, assim como de seus familiares que permanecem não tendo.

A música é iniciada com um arranjo cadenciado com uma combinação rítmica de bateria eletrônica (suave nos agudos e no grave do bumbo), o contrabaixo fazendo uma melodia cujo grave evidencia um tom dramático e os dedilhados de violão que ressaltam a melancolia que denota o pano de fundo da realidade de luta e do luto que caracterizam essas experiências de dor. Nesse percurso, os instrumentos

estão concisos, cadenciados e com um certo silêncio, sobretudo, da bateria, já que a caixa (tarol) é tocada em alguns momentos, quebrando assim o padrão rítmico e o swing que existiria caso ela fosse inserida de forma contínua. O contrabaixo faz somente as notas principais deixando silenciado os outros tempos da música e o violão continua nos dedilhados, de forma mais regular, mantendo a base melancólica ao mesmo tempo suave e acalentadora. Da mesma forma, segue os *backing vocals* e lamento feitos pelas Batucaderas do Terreiro dos Órgãos (na segunda parte após o refrão). Tal performance contribui para a seriedade, para a serenidade e para uma experiência de sentimentos represados, elementos que a letra demanda (EMICIDA, 2016b).

A letra começa com o verso “Chapa, desde que cê sumiu / Todo dia alguém pergunta de você” (EMICIDA, 2016b). O eu lírico, que representa alguém próximo, encontra com o chapa e começa a conversar com ele. Há um diálogo sobre o que está acontecendo após o seu sumiço. O eu lírico possui uma postura ambígua que demonstra ora um ceticismo frente ao ocorrido (não acredita na morte do amigo) e, em outros momentos, a certeza de que ele morreu. A angústia é intensa e o narrador encontra-se sem rumo, fato demonstrado na interlocução entre os dois. Sobre o sumiço, ninguém sabe o motivo e revela a incerteza. No entanto, a memória o deixa vivo perante a comunidade que o valorizava e que sente sua falta. Aqui o chapa não foi invisibilizado. Se perante a sociedade e ao Estado ele é mais um que mereceu ser abatido, em sua quebrada ele é lembrado. No entanto, essas lembranças que buscam entender o que aconteceu com o chapa possuem uma especificidade.

O segundo ponto é a procura. Seguindo a canção, o eu lírico fala sobre a dor da mãe e das pessoas mais próximas como a “mina”. Elas sofrem pela perda e simbolizam o esforço na busca por respostas. No entanto, a dor está presente. Dor que pode se transformar em depressão. O sonho é uma realidade constante, tanto no ato de dormir, ao viver momento felizes, como também o esforço de procurar em todos os canais possíveis o seu paradeiro, como a ajuda religiosa, na internet, no Instituto Médico Legal e nos departamentos de polícia. Nesse caso, o sonho de reencontrar é substituído pela frustração e isso significa a inserção de mais uma camada de sofrimento. A procura não se restringe à esperança do reencontro com o ente querido, mas também de justiça. Sobre isso, o eu lírico menciona: “Chapa, então fica assim, jura pra mim que foi / E que a agora tudo vai se resolver / Já serve, e eu volto com o meu peito leve / Até breve, quero ver sua família feliz no rolê” (EMICIDA, 2016b).

O Estado como agente da morte, os assassinatos e a injustiça são três dimensões que marcam o contexto brasileiro, explicitado no tópico anterior. Aqui o contexto de barbárie e *catástrofe metafísica* são evidenciadas nas ações familiares em enfrentar a desumanização do jovem periférico. Não há o reconhecimento social pela sua morte, não existiram e nem existem ações consistentes do Estado para protegê-lo, assim como, as falhas das instituições estatais em encontrar a verdade que provocou os assassinatos. Além disso, é o Estado que ceifa vidas e que historicamente promove a sua desumanização ao promover, através de políticas públicas, a retirada de direitos, a precarização das condições de vida e de manter as lógicas de repressão e punição. Todos esses elementos sociais, aumentam ainda mais a dor de um luto que se agrava com a justaposição de violências que aumentam o sofrimento da perda.

Como mencionado anteriormente, as Mães de Maio assumiram essa luta como projeto de vida e enquanto a verdade sobre os fatos não for esclarecida e a justiça não for feita, elas permanecem e permanecerão em prol dessa caminhada na tentativa de aliviar dores de outras mães. Segundo Marcela Werneck

(2019, p. 90) “poderíamos dizer, então, talvez, que a expressão mais apropriada para descrever a caminhada das mães e familiares vítimas de violência seria não ‘do luto à luta’, mas sim, ‘da luta ao luto’”. No caso a letra coloca em questão a importância de que os casos sejam solucionados para que parte da vida possa ser retomada e seguida de forma a encontrar a felicidade.

O terceiro ponto é o reencontro e a celebração da vida que desapareceu a partir da memória. A esperança de rever o chapa é grande para aqueles que compõe o seu espaço de relações. Nos versos “Chapa, dá um salve lá no povo / Te ver de novo faz eles reviver”. Aqui, o fica evidente que o chapa é querido por todos. Era o cara que se divertia com as crianças, que construía momentos de felicidade. O desejo em encontrar o chapa revela e dá visibilidade a uma vida digna de ser vivida. Nesse momento da música, o eu lírico diz “Chapa pode pá, tô feliz de te trombar / Da hora, mas xô’ fala procê’ / Isso não se faz, se engana ao crer / Que ninguém te ame e lá / Todo mundo temendo o pior acontecer” (EMICIDA, 2016b).

A vida do chapa produz sentido e o seu apagamento não quer dizer que ele não signifique nada. Ao contrário disso, sua vida é amada. Há pessoas que se preocupam e o querem bem. Seguindo, os versos “mal posso esperar o dia de ver / você voltando pra gente / Sua voz avisa, o portão bater” (EMICIDA, 2016b). No clipe, as memórias vão sendo retomadas com a inserção de fotografias de chapas com seus filhos, em momentos de descontração, com suas mulheres e suas famílias. Nesse ponto da música a memória já está tão intensa que o eu lírico está feliz por ter “trombado”, quer dizer encontrado o amigo.

O reencontro também é envolvido pela ambiguidade. Aponta para aqueles que podem e os que não podem mais retornar. A voz do Emicida demonstra essa complexidade de sentimentos. O início é uma conversa. Ele está calmo e triste. No decorrer, a melodia ganha intensidade e a fala fica angustiante com uma vontade presa de gritar. Um pouco antes do refrão, a voz atinge o ápice da intensidade com um canto que demonstra a indignação por ter certeza de que o chapa não vai retornar, mas também por conseguir aliviar parte do sofrimento e, diante disso, poder vivenciar uma experiência libertadora na medida em que o eu lírico passou por diversas etapas desse sofrimento e consegue estabelecer um contato com as memórias de vida que teve com o amigo.

O refrão marca a retomada de uma vida que pode seguir em frente, a música que caminhava cadenciada, se transforma num samba cantado pelas Batuqueiras do Terreiro dos Órgãos, grupo de mulheres de Cabo Verde. A base rítmica da bateria torna-se um samba rock, que é acompanhada por palmas, pelo cavaquinho, por uma marcação de surdo e por uma flauta que soa como um assobio e acrescenta uma leveza no arranjo.

O sofrimento da perda da vida de um familiar, das frustrações da procura e dos casos não solucionados dá lugar ao reencontro com as memórias do cotidiano, com as lembranças dos afetos construídos a partir das relações com a família e com amigos e conhecidos, ao ponto de se sentir já próximo novamente apesar da presença física não se fazer mais presente. Os versos do refrão dizem que o reencontro: “Vai ser tão bom / tipo São João/ Vai ser tão bom, que nem réveillon / Vai ser tão bom, / Cosme e Damião / Vai ser tão bom, bom, bom” (EMICIDA, 2016b). A felicidade desse contato é tão magnífica como nas festas de São João, de réveillon e Cosme e Damião. Novamente, a música busca na memória dos grandes momentos de festividade, nos lugares de memória de alegria, riso, prazer, entre outros sentimentos que envolvem celebrações coletivas com a família, amigos e demais conhecidos. Festas que ressaltam a coletividade e a construção de relações em espaços públicos, como a rua, e espaços privados.

A celebração de ter reconquistado o retorno do chapa a partir de todo o diálogo doloroso envolve as angústias e os temores pela confirmação da morte; a esperança de revê-lo ao mesmo tempo em que já se tem uma grande expectativa pela morte; as dores e doenças possíveis dos familiares mais próximos provocadas pelos traumas decorrentes da morte; e as lembranças de seus momentos de alegria, brincadeiras, relacionamentos amorosos, seus filhos a partir das imagens que compõem o clipe. Tudo isso faz parte desse processo de elaboração vivido pelo narrador. A formas desumanas e violentas que representam a prisão, as execuções sumárias, os desaparecimentos são contrapostos às narrativas que trazem à tona a humanidade dos mortos, reestabelecem os vínculos intersubjetivos com o desaparecido e elaboram uma experiência fornecendo uma compreensão dos fatores que causaram essas mortes com a violência policial, o racismo e a condição de periférico.

No entanto, a dor da perda e a saudade permanecem. Elaborar não significa suprimir a dor, mas permitir que ela seja aliviada como nos versos “Vou mentir procê’ não, mano / Às vezes eu acho de bobeira um retrato lá em casa / O olho não aguenta não, enche de água” (EMICIDA, 2016b). Assim, parte do dilaceramento provocado pela morte dentro do contexto da catástrofe metafísica pode ser recomposto pela humanização do chapa, tendo como principal elemento o fato de que o desaparecimento não significou a eliminação daquela vida, pois ela ainda permanece em todos que com ele conviveram.

Considerações finais

A historiadora Beatriz Vieira, afirma que a constituição de espaços históricos de elaboração de vivências traumáticas possibilita a recomposição e criação de “territórios existenciais alternativos”, uma vez que a elaboração social do trauma é um caminho fundamental para a criação de novas relações com o tempo e para a reconstrução de dinâmicas cognitivas sobre a experiência histórica. O ponto central deste processo está na existência ou não da “construção de uma memória histórica como processo coletivo”. A memória histórica coletiva possibilita a integração e a apreensão da dimensão histórica e política dos fatos, criando condições para novas representações sociais que ressignifiquem os traumas vividos e o desenvolvimento de uma consciência histórica. (VIEIRA, 2020, p. 24-30).

A elaboração do sofrimento e a constituição da memória histórica como processo coletivo revelam uma forte dimensão política da memória. Essa dimensão pode ser compreendida pelo conceito do giro-decolonial elaborado por Maldonado-Torres (2007). A decolonialidade é um projeto epistêmico, ético e político. Político no sentido de transformar o ser periférico em agente político, retirando dele as imposições da colonialidade do ser, produtora da invisibilidade ou visibilidade distorcida. A diversidade epistêmica busca romper com a concepção de que existem classes iluminadas que detém o saber verdadeiro. O rap, enquanto fenômeno periférico também possibilita a produção de saberes que constroem condições para a periferia se pensar e elaborar seus traumas. A dimensão ética se faz presente na medida que propõe novas formas de ser frente os contextos de opressão, exploração e mortes física e simbólica.

A música Chapa representa as pessoas que perderam seus familiares, os sofrimentos periféricos, os diálogos que existem nas favelas e quebradas que permitem a construção do luto, mas expostos na esfera pública através de diversos canais de comunicação. Nesse sentido, a ideia central aqui foi demonstrar que o trabalho do Emicida possui uma dimensão de reexistência frente à *colonialidade*, no sentido de

ressignificar e materializar memórias de sofrimentos vivenciados por populações periféricas, contribuindo para que o evento traumático seja trabalhado e que alternativas de existência possam surgir, colocando em perspectiva novos caminhos para o futuro.

Referências bibliográficas:

ARANTES, Paulo Eduardo. 1964, o ano que não terminou. *In*: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. (Org.). **O que resta da ditadura a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2019. recurso digital (Estado de sítio) Edição do Kindle.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: Quando a vida é passível de luto? 7. ed. Tradução: Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha; Revisão de tradução de Marina Vargas; Revisão técnica de Carla Rodrigues. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

BUTLER, Judith. **Vida precária**: os poderes do luto e da violência. Tradução: Andreas Lieber; Revisão técnica: Carla Rodrigues. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. (Filô) Edição do Kindle.

CAMARGOS, Roberto. **Periferia com o poder da palavra: a poética dos rappers brasileiros**. 325 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

CRIMES de maio de 2006: o massacre que o Brasil ignora. **Ponte** 17 maio 2021. Disponível em: <<https://ponte.org/crimes-de-maio-de-2006-o-massacre-que-o-brasil-ignora/>>. Acesso em: 7 nov. 2022.

D'ANDREA, T. P. **A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo**. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Sociologia, USP, 2013

[EMICIDA] Chapa pode ser qualquer um de nós. Entrevistado: Leandro Roque de Oliveira; Entrevistador: Ponte Jornalismo, **Ponte**, 31 ago. 2016a. Disponível em <https://ponte.org/emicida-chapa/>. Acesso: 09 jul. 2022.

EMICIDA. **Chapa** (videoclipe) ft. Batucaderas do Terreiro dos Órgãos. 2016b. Disponível em <https://ponte.org/emicida-chapa/>. Acesso em: 9 jul. 2022.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. O que significa elaborar o passado? 2. ed. *In*: GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever, esquecer**. – São Paulo: Ed. 34, 2009, p.97-105.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. *In*: CASTRO-GOMES, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. (Orgs.) **El giro decolonial**: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007, p. 127-167.

MATOS, Daniela, PRADO, Denise, SOUZA, Francielle, GUTMANN, Juliana e JÁCOME, Phellipy, *Tempos enredados em “AmerElo”, de Emicida*. *In*: **Catástrofes e crises do tempo** [recurso eletrônico] : histórias dos processos comunicacionais / Organizadores Jussara Mais... [et. al.] – Belo Horizonte, MG: Fafich/Selo 2020.

MENEGAT, Marildo. **A crítica do capitalismo em tempos de catástrofe**: o giro dos ponteiros do relógio no pulso de um morto e outros ensaios. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

MONTEIRO, Felipe Mattos; CARDOSO, Gabriela Ribeiro. A seletividade do sistema prisional brasileiro e o perfil da população carcerária: um debate oportuno. **Civitas: revista de Ciências Sociais**, v. 13, n. 1, p. 93-117, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2013.1.12592>.

NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. **Proj. História**, São Paulo (10), p. 7-28, dez. 1993.

VIEIRA, Beatriz. Geleia, Medula e Osso: Reflexões sobre experiência histórica dolorosa e conhecimento

histórico ético-político *In*: OLIVEIRA, Rodrigo Perez; SILVA, Daniel Pinha (Orgs.). **Tempos de crise: ensaios de história política** / Rio de Janeiro, RJ: Autografia, 2020, p.23-61.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2016: Homicídios por armas de fogo no Brasil**. 2015. Disponível em: https://flacso.org.br/files/2016/08/Mapa2016_armas_web-1.pdf. Acesso em: 11 jul. 2022.

WERNECK, Marcela. **Memória e denúncias sobre violência de Estado na democracia: o patrimônio net-ativistas mães e familiares de vítimas**. 2019. Tese (Doutorado em Memória Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Rio de Janeiro, 2019.

PERFIS HISTORIOGRÁFICOS DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DE BEATRIZ PELLIZZETTI LOLLA (1974-1981)

MEG DIAS BOGO

Doutoranda em História (UNESP)¹

meg.dias@unesp.br

Esse estudo busca apresentar os perfis historiográficos da produção científica realizada pela historiadora Beatriz Pellizzetti Lolla² e suas contribuições metodológicas para a historiografia brasileira entre as décadas de 1970 e 1980. O objetivo é debater e analisar quais foram as principais mudanças ocorridas na historiografia praticada pela historiadora, principalmente aquelas que se processaram entre duas pesquisas que foram desenvolvidas sobre a orientação de “seu mestre” Brasil Pinheiro Machado, Professor Titular de História do Brasil, do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, quais sejam: a sua Dissertação de Mestrado, desenvolvida na linha de História Econômica e defendida no ano de 1974, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, intitulada, “O Banco de Crédito Popular e Agrícola de Bella Alliança na conjuntura da emancipação municipal de Rio do Sul”, e o livro, “Pioneirismo italiano no Brasil meridional: estudo de caso”, publicado pelo Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense no ano de 1981, em que apresenta alguns resultados e amplia as discussões propostas em sua Tese de Livre Docência³, estudo apresentado para a disciplina de História do Brasil no ano de 1975, ocasião que lhe garantiu um lugar particular na sucessão geracional do DEHIS.

Introdução

1 Agradeço a Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que me concedeu através da bolsa de estudos a possibilidade de desenvolver atividades correlacionadas ao desenvolvimento da pesquisa de doutorado na pós-graduação.

2 Nasceu em Rio do Sul (SC), no ano de 1930. Lecionou no Curso de História na Universidade Federal do Paraná - UFPR, de 1968 e 1981, onde obteve os títulos de Graduada, Mestre e Livre Docente em História do Brasil. Tornou-se sócia efetiva do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense em 22 de novembro de 1971. Foi inscrita no Doutorado em História, na Universidade de Paris X, sob a direção do brasilianista francês, Professor Frédéric Mauro, com projeto de pesquisa em Imigração no Brasil. Com o falecimento do orientador, pronta a tese, os diálogos sobre o tema transferiram-se para o professor Albert Broder, da Universidade de Paris XII. Também foi Profa. Titular na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e Professora Visitante do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (PELLIZZETTI, 1999).

3 A Tese de Livre docência é uma atividade apresentada e defendida pelo professor catedrático na instituição universitária, uma categoria de professores regulamentada no Plano Nacional de Educação de 1937. Esses professores eram escolhidos por concurso (SILVA; FERREIRA, 2011, p. 288 apud. MACHADO, 2013, p. 3). Essa categoria foi suprimida após a Reforma Universitária de 1968, a qual criou os departamentos e excluiu a cátedra.

Em *Teoria da História do Brasil*, José Honório, faz uma classificação dos gêneros da História. Entre os diversos gêneros listados aparece a História Econômica, caracterizada por ele como uma especialidade relativamente recente dos escritos da História. De acordo com este historiador, os primeiros cronistas realizaram mais estudos descritivos da atividade econômica existente no País do que de História Econômica propriamente dita (RODRIGUES, 1969). Os estudos de História Econômica propriamente ditos começam apenas no século XX. Até então, a historiografia brasileira fora dominada pela história dos eventos políticos, apenas figurando como exceções os estudos de Francisco Adolfo Varnhagen e Capistrano de Abreu, ambos metodologicamente influenciados pela escola histórica alemã (RIBEIRO, 1999).

No que diz respeito a produção da história econômica, o culto à documentação fez com que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), se dedicasse a organizar e reunir arquivos e documentos que contribuíssem para fundamentar estudos biográficos dos brasileiros ilustres, “distintos por letras, armas, virtudes, etc.” Consequentemente, predominavam os estudos de História Política e Militar em detrimento de outros aspectos da vida social. Naquele contexto, “as estruturas da vida material e de suas transformações recebiam pouca ou quase nenhuma atenção” (RIBEIRO, 1999, p. 12).

O cenário de produção da história econômica e dos atores envolvidos nesse processo seria alterado durante o processo de formação universitária, momento em que surgiram as primeiras historiadoras que se dedicaram à pesquisa e à elaboração de trabalhos de tese no campo da História Econômica. Na Faculdade de Filosofia da USP, foram as uspianas Alice Canabrava, Olga Pantaleão e Myriam Ellis, as primeiras a realizarem pesquisas em história econômica, antes da separação dos cursos de Geografia e História. Os objetos de estudo de suas pesquisas convergiam para temas relativos ao período colonial. Para Ribeiro (1999), nestes trabalhos que marcam o início de pesquisas universitárias em história econômica, faltou um esforço no sentido de empreender trabalhos orientados numa perspectiva mais abrangente, visando a elaboração de uma História Econômica do Brasil capaz de explicar as grandes transformações da sociedade brasileira durante os cinco séculos de sua história nacional.

Para além do eixo Rio-São Paulo, outro espaço que colaborou para o desenvolvimento e renovação da produção da escrita da história econômica no contexto universitário brasileiro, foi a Universidade Federal do Paraná, onde um grupo de pesquisadores em História Econômica e História Demográfica, liderado por Cecília Westphalen, Altiva Pilatti Balhana e Brasil Pinheiro Machado em funcionamento desde a criação do Departamento de História em 1959, orientou-se para a História Econômica e Social. Entre as linhas de pesquisa desenvolvidas pelo grupo destacava-se a Quantificação das Atividades Econômicas Paranaenses nos Séculos XIX e XX. Com base na experiência em pesquisa e no uso de instrumental quantitativo nos estudos da história da economia regional e história demográfica, em 1972, esse grupo inaugurou um curso de pós-graduação com área de concentração em História Econômica (BALHANA, 1983).

O curso foi frequentado por vários professores do DEHIS, a exemplo da Professora Beatriz Pellizzetti, que à época, conciliava a atividade de docente do curso de História na UFPR, onde começou a lecionar em 1968, às atividades do curso de Mestrado⁴, concluído no ano de 1974, na primeira turma de Mestres

4 Sobre a organização do curso de mestrado, foi ministrado por meio de aulas, onde era enfatizada a participação ativa dos estudantes, seminários, painéis, mesas redondas, projetos, visitas, estágios, prática de arquivo. Os cursos realizados em regime de tempo integral incluíram além as aulas, de 3 a 2 horas diárias, de 2ª a 6ª feiras, o regime de permanência, de 4 horas diárias, dedicadas ao preparo dos seminários e outras atividades. A partir do 3º trimestre, foi reservada parcela de tempo para a frequência aos arquivos, a fim de ser coletada

em História formada pela UFPR. Cabe lembrar que a Comissão Examinadora da dissertação de Mestrado da Profa. Pellizzetti, defendida na linha de História Econômica contou com a participação do Prof. Brasil Pinheiro Machado (Cf. Ata da Reunião do DEHIS-UFPR, realizada em 12 de dezembro de 1975), a quem sucederia como titular de História do Brasil.

Ribeiro (1999) chama atenção que a produção historiográfica das primeiras historiadoras econômicas está dispersa em monografias e outros trabalhos específicos, que são relevantes e necessários. Além disso, é preciso pontuar que algumas produções vêm chamando atenção para a importância em se evidenciar o trabalho de historiadoras brasileiras e as contribuições para a excelência da historiografia brasileira (FRANZINI, 2016; MACHADO, 2016; ROIZ; GONTIJO; ZIMMERMANN, 2022). Tais produções sinalizam a validade de estudos que buscam legitimar o lugar das historiadoras e destacar sua contribuição para a excelência da historiografia brasileira.

É neste contexto de divulgação do trabalho de historiadoras que colaboraram com a construção da historiografia brasileira que se pode inserir o nome de Beatriz Pellizzetti. Formada no contexto de expansão das condições de institucionalização da pesquisa, sua trajetória e atuação acadêmicas contribuíram para forjar possibilidades interpretativas originais da história brasileira, sobretudo, em debates que envolvem a História do Brasil e Regional, com predominância para o processo imigratório e a história econômica do Brasil.

Desenvolvimento

Na aula inaugural do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação da em História da Universidade Federal do Paraná, realizada em 01 de outubro de 1972, o Professor Brasil Pinheiro Machado, trouxe algumas reflexões sobre as raízes da “velha historiografia” que firmou os princípios ideológicos da nacionalidade e do nacionalismo brasileiro. Com isso, criou a identidade nacional. Para o historiador, “as raízes dessa identidade estavam mergulhadas na história do período colonial mal alongaram suas preocupações para o período do Brasil Monárquico” (MACHADO, 1972, p. 7-8). Afirmava o professor que, os historiadores daquele período encontraram-se desamparados, face ao ressurgimento das descontinuidades históricas, e lançaram-se a busca de nova orientação para se aprofundar na própria história do Brasil contemporâneo, entendida como terra a ser reconquistada pelos historiadores brasileiros. Por isso, seria primordial nesse contexto “redefinir os quadros conceituais e de análise da experiência social do presente” (MACHADO, 1972, p. 7-8) a fim que os historiadores brasileiros pudessem construir para o mundo a imagem da contemporaneidade brasileira.

Na tentativa de superar as raízes da identidade nacional que estavam, na opinião do Prof. Brasil Pinheiro Machado, “mergulhadas na história do período colonial”, as atividades de pesquisa realizadas no Programa de Pós-Graduação e do Departamento de História da UFPR, passaram a enfatizar outras periodizações. A exposição de Euclides Marchi (1994) em relatório das atividades de pesquisa do Departamento de História, produzidas entre 1959-1989, que considera as periodizações seguindo a divisão

a documentação para as dissertações. LXIII - Ata da reunião do Departamento de História do Setor de Ciências Humanas Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, realizada em 21 de dezembro de 1973. p. 24-30.

Colônia, Império, República e Atualidades (pós 68), é possível verificar que o número de obras sobre o período Republicano (124) e Imperial (226) superaram as pesquisas que priorizavam o período colonial (83), evidenciando uma amplitude da produção de estudos históricos para outros contextos e periodizações da história nacional. Sobre o recorte geográfico, o mesmo documento deixa claro que os estudos publicados sobre o Paraná e Curitiba, atingia o número expressivo de 316 estudos, algo superior à quantidade daquelas realizadas sobre o Brasil e Região Sul, que juntos totalizavam 90 pesquisas.

Tais estatísticas ganham inteligibilidade se relacionadas às propostas do Programa de Pós-Graduação em História na UFPR, que priorizavam, conforme discurso proferido pela Profa. Cecília Maria Westphalen, os seguintes problemas:

1) a necessidade de maiores pesquisas, com base em fontes primárias e, pois, a necessidade de levantamento de fontes para História do Paraná, de modo ordenado e sistemático; 2) a necessidade de novas aberturas metodológicas e temáticas, deixando-se o simples recitativo dos fatos e procurando-se a história das conjunturas e estruturas, e enfatizando-se a história econômica e social, com o emprego de novas técnicas, como as quantitativas. (WESTPHALEN, 1972, p. 4)

Além da especial atenção ao desenvolvimento de pesquisas sobre História do Paraná e a importância do conceito de história regional defendido por Brasil Pinheiro Machado para a historiografia brasileira inspirado em diretrizes dadas por Karl von Martius e por João Ribeiro (CARDOSO, 1981), os problemas privilegiados demonstram que foi na prática da história econômica e social quantitativa à la Annales, que o grupo de pesquisa do qual fazia parte Cecília Westphalen fundamentou seus projetos de pesquisa e diretrizes para o ensino (MACHADO, 2016).

A instalação do Curso de Mestrado na Pós-Graduação em História na UFPR, inevitavelmente gerou a necessidade do estabelecimento de um sistema de referências para se construir a História do Paraná. A atenção dada pelo Departamento de História a história regional, foi deliberada, programática, e tomada como estratégia operacional, “considerando-se as oportunidades e as possibilidades de pesquisa e a convicção de que, pelo estudo do regional, se pode chegar até mesmo à construção de modelos teóricos, válidos para a história das economias, sociedades e civilizações” (WESTPHALEN, 1972, p. 5). As áreas de concentração do Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, foram estabelecidas e implantadas por etapas, em consonância com o desenvolvimento das pesquisas em curso não só por integrar número significativo de professores e alunos, mas também pela sua alta produtividade, são “Levantamento Arrolamento de Arquivos” e “História Demográfica do Paraná” (BALHANA, 1983, p. 100).

Durante a década de 1970, o Departamento de História tornava-se um locus de investigação social e econômica, com foco nos estudos de imigração, relações comerciais e estruturas agrárias. Através de diretrizes como a exploração de novas fontes, o emprego da “quantificação na História”, foi possível alargar os campos de pesquisa e mesmo renovar a historiografia paranaense em outras bases. Neste contexto, a UFPR esteve entre as primeiras instituições que implantaram os cursos de Pós-Graduação em História, que pela “qualidade e rigor teórico, temático e metodológico” representavam um nível de sofisticação do conhecimento histórico jamais visto na historiografia paranaense (MACHADO, 2016, p. 58).

A opção da Profa Beatriz Pellizzetti em realizar pesquisas sobre a imigração fez com que se engajasse no projeto, coordenado por Cecília Westphalen, *Projeto Levantamento e Arrolamento de Arquivos* (BALHANA; WESTPHALEN, 1970), participando da atividade realizou pesquisa no Arquivo privado de Ermembergo Pellizzetti. A partir da sua participação neste projeto, a Professora encontrou no referido arquivo diversos materiais e fontes que contribuíram para o desenvolvimento daquela atividade e para o estímulo de novas pesquisas que viria a realizar no âmbito acadêmico/universitário e para além dele. A participação de Beatriz Pellizzetti naquela atividade foi registrada em Ata da Reunião do Departamento de História, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFPR, realizada em 18 de agosto de 1970. Na ocasião, a docente comunicou estar “na fase inicial o levantamento e arrolamento do Arquivo privado de Ermembergo Pellizzetti⁵, arquivo de propriedade particular, localizado em Rio do Sul, no estado de Santa Catarina, e que até o final do mês de outubro do corrente ano poderia concluir seus trabalhos”. Os resultados da pesquisa no arquivo foram apresentados no VI Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, que aconteceu em Goiânia, na 3ª Sessão de estudos, equipe C, no dia 8 de setembro de 1971 (PELLIZZETTI, 1973, p. 97).

Com o título, “Os papéis de Giovanni Rossi no Arquivo de Ermembergo Pellizzetti”, o trabalho fazia parte da proposição “Fontes primárias para a história de Santa Catarina”, visando, sobretudo satisfazer as diretrizes do Departamento de História da UFPR, cuja orientação dava-se para a história econômica e social regional do Brasil Meridional, no intuito de tais estudos possibilitarem “comparações entre as sociedades e economias do país e do estrangeiro” (PELLIZZETTI, 1973, p. 97). Os documentos levantados para o trabalho apresentado no VI Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, por exemplo, faziam referências ao fundador da Colônia Cecília no Arquivo Ermembergo Pellizzetti, tiveram por finalidade fazer demonstrar aspectos exclusivamente sobre Giovanni Rossi⁶, através de sua correspondência com Ermembergo Pellizzetti, extraindo e transcrevendo as passagens mais substanciais (PELLIZZETTI, 1973, p. 100). Essa documentação foi primordial, não apenas para que a historiadora realizasse a atividade proposta pelo DEHIS, mas também para a escrita de sua dissertação, defendida em 1974, e a escrita de sua tese de livre docência, que após ampliada foi publicada pelo Instituto Histórico, Etnográfico e Geográfico Paranaense, no ano de 1981.

5 Nascido em Mantova, em 1873, tomou parte, em Roma, na *Legione Allieve Carabinieri* e contraindo a surdez deixou o serviço militar, vindo para o Brasil, às suas expensas, em 1896, desembarcando e permanecendo de início no Rio de Janeiro. Depois de haver visitado o norte do país, em 1901 foi para Santa Catarina e no Vale do Itajaí trabalhou na Estação Agrônômica de Rio dos Cedros, dirigida pelo famoso médico e agrônomo Giovanni Rossi (PELLIZZETTI, 1973, p. 98). Ermembergo Pellizzetti atuou profundamente no desenvolvimento do Vale do Itajaí e de especial modo no Alto Vale, sobretudo por meio da instalação do Banco Popular de Crédito Rural. Interessado na Agricultura, auxiliou na fundação da Sociedade Nacional de Agricultura; preocupando-se muito tempo com o cooperativismo. Além de atender a instrução pública, entre tantas outras atividades que exerceu foi Deputado Estadual eleito e reeleito 1923-1930 (PELLIZZETTI, 1973, p. 99).

6 Giovanni Rossi nasceu em Pisa, em 11 de janeiro de 1856. Na Escola Superior de Pisa e na Academia de Perugia formou-se em Medicina e Cirurgia Veterinária em 1875. Na cidade de Stagno Lombardo, província de Cremona, dirigiu a primeira grande Cooperativa de Produção Agrária, organizada na Itália, em 1887 (PELLIZZETTI, 1973, p. 101). *Il comune in riva al mare* foi o ensaio em que Giovanni Rossi visava uma colônia anarquista. Num momento em que aumentavam as perturbações políticas e sociais da Europa, sobretudo na Itália, em Milão, no ano de 1888, D. Pedro II, enfermo, não pudera atendê-lo – conhecendo posteriormente o conteúdo do seu manifesto, onde apelava para a realização de um núcleo anárquico experimental. Em 1890, de acordo com o governo brasileiro, Giovanni Rossi trouxe o seu núcleo colonizador experimental para os Campos Gerais, no Paraná, constituído de cerca de 300 pessoas, principalmente da Itália setentrional. A colônia se chamou Cecília, personagem central do ensaio literário (PELLIZZETTI, 1973, p. 104). De 1894 a 1896, o Dr. Rossi foi lente de Agronomia e de Veterinária na Escola Superior de Agricultura, em Taquari - Rio Grande do Sul. De 1897 a 1907 dirigiu a Estação Agrônômica do Estado de Santa Catarina. É nessa fase que Ermembergo Pellizzetti o conhece e se torna seu amigo (PELLIZZETTI, 1973, p. 107). Em 1907, o Dr. Rossi foi para a Itália e aí ganhava sua vida escrevendo nas Revistas de Agronomia (PELLIZZETTI, 1973, p. 108).

Os materiais que foram catalogados e arrolados no Arquivo Ermembergo Pellizzetti, tais como os documentos originais (manuscritos e datilografados), fontes impressas (periódicos, relatórios e anuários) e do documento fotográfico, os relatórios do Banco de Crédito Popular e Agrícola de Bella Aliança de 1928 a 1934, acabaram estimulando a criação de novas pesquisas, como, por exemplo, a que desenvolveu e defendeu em seu Mestrado, concluído no ano de 1974, intitulada “O banco de crédito popular e agrícola de Bella Aliança na Conjuntura da Emancipação Municipal de Rio do Sul”, na área de História Econômica do Brasil. Portanto, o *Projeto Arrolamento e Levantamento de Arquivos* cumpriu as orientações de ordem científica e os de ordem didática, pois a formação e o preparo dos estudantes e professores de História passaram a exigir o “conhecimento sistemático do arquivo, para a consolidação da mentalidade profissional do historiador” (BALHANA; WESTPHALEN, 1970, p. 8).

Nota-se que as experiências de estudos realizados pela Profa. Beatriz Pellizzetti no Arquivo Ermembergo Pellizzetti estavam encadeadas as com as propostas do Projeto do DEHIS que buscava propor uma renovação para os estudos da história econômica e social regional do Brasil Meridional. O Projeto tinha intenção de permitir uma visão geral do conteúdo existente nos arquivos, por isso investia-se no levantamento de arquivos locais, de interesse para História. Arquivos públicos e privados, administrativos, judiciários, eclesiásticos, por exemplo, os arquivos de Câmaras e Prefeituras Municipais, cartórios, paróquias ou de empresa, e mesmo particulares (BALHANA; WESTPHALEN, 1970, p. 8).

Em sua dissertação a historiadora aborda a atuação do Banco de Crédito Popular e Agrícola de Bella Aliança⁷ dentro da conjuntura de emancipação do V Distrito Blumenauense, contido na topografia do Vale do Itajaí. O funcionamento do Banco de Crédito Popular e Agrícola, pelo desenvolvimento de seu sistema pela ação dos colonizadores imigrantes pode ser reveladora do processo de ocupação da terra nessas regiões de Santa Catarina.

O texto da historiadora também indica a afinidade de sua escrita a matriz teórica e metodológica, a forma de fazer história e a influência das preocupações com os aspectos demográficos e econômicos oriundos dos *Annales*, escola francesa histórica com a qual o curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da UFPR dialogava⁸. Além disso, a pesquisa se caracteriza como um esforço no sentido de empreender uma História Econômica do Brasil capaz de explicar as grandes transformações da sociedade brasileira a partir do contexto regional, não abandonando a tradição local de caráter documentalista, antes se mesclam a ela.

O desenvolvimento de estudos históricos sobre a importância dos imigrantes italianos na colonização do Brasil Meridional, continuaram sendo priorizados pela Profa. Pellizzetti no âmbito da produção científico-universitária⁹. Fato é que o livro publicado pelo Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense

7 A instalação do Banco foi notícia no jornal *La Patria Facista*, órgão da colônia italiana do Paraná e de Santa Catarina, que circulava em Curitiba, a matéria manifestava a importância da instituição que obedecia ao traçado de Luigi Luzzatti (1930).

8 O diálogo entre a história e as ciências sociais era defendido por Frédéric Mauro, investigador da História Econômica do Brasil que orientou as novas gerações de pesquisadores formados pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná nos anos 1970, se estabelecendo como um ardente defensor da história dos *Annales*. Frédéric Mauro foi o primeiro professor estrangeiro visitante dos Cursos de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Paraná, quando, em julho/agosto de 1973, ministrou a disciplina *Novas Perspectivas da História Econômica* e dirigiu seminários de orientação teórico-metodológica com alunos do Mestrado, opções de História Econômica e de História Demográfica. (BALHANA, 1995, p. 47)

9 A partir do contato com o Arquivo Ermembergo Pellizzetti, e na tentativa de elaborar um capítulo do *Pioneirismo italiano no Vale do Itajaí*, a professora Pellizzetti, realizou estudos e participou de eventos científicos a exemplo do I Simpósio sobre Povoamento e Colonização de

(IHGEP) em 1981, intitulado *Pioneirismo Italiano no Brasil Meridional. Estudo de Caso*, apresentava parte considerável do resultado da pesquisa realizada em sua Tese de Livre Docência, *Contribuição do Pioneirismo Italiano no Vale do Itajaí. Estudo de Caso. Ermembergo Pellizzetti. Pioneiro e Líder*, apresentada e aprovada no ano de 1975 pelo Departamento de História da UFPR. Todavia, em relação à Tese, na obra *Pioneirismo Italiano no Brasil Meridional*, há o acréscimo de discussões sobre a atuação do imigrante, anarquista italiano Giovanni Rossi no Paraná e em Santa Catarina.¹⁰

Beatriz Pellizzetti (1981) propõe um estudo da história da colonização italiana na bacia do rio Itajaí-Açu, Estado de Santa Catarina, aplicando o método de estudo de caso, com base no Arquivo e diário de seu pai, Ermembergo Pellizzetti, no Arquivo do Município de Blumenau, onde localizou um “Documentário abrangendo a região do atual Município de Rio do Sul” e o Arquivo do Convento de Rodeio, com suas crônicas manuscritas e obras impressas pouco divulgadas. A ação desse pioneirismo é analisada, através de escritos esparsos, diários, livros de contas, inventários anuais, cópias de cartas remetidas, correspondência recebida, papéis avulsos, periódicos e demais fontes impressas e orais.

Sobre a opção em realizar um estudo de caso de personagens dentro do movimento intelectual brasileiro, o incentivo partira de Pierre Vilar, Professor de História Social da École des Hautes Études en Sciences Sociales, que no ano de 1982, escreveu uma resenha da obra *Pioneirismo italiano no Brasil Meridional*, publicada pelo Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, incluída como o 13º volume da série Estante Paranaense, o que demonstra o reconhecimento e a relevância de sua produção pelos pares no contexto internacional.

Aplicando o método de *estudo de caso*, a historiadora Beatriz Pellizzetti, apresentava em sua obra, duas personagens imigrantes, Ermembergo Pellizzetti, principalmente, e Giovanni Rossi, que se entendiam no plano político-teórico, mas divergiam no plano político prático.¹¹ Giovanni Rossi, teórico do anarquismo, e Ermembergo Pellizzetti, que mantendo a ideia socialista, participou da política local em Santa Catarina (PELLIZZETTI, 1981, p. XIV).

O tema escolhido para o estudo a ser realizado por Pellizzetti estava associado aos domínios da produção dos professores do Departamento de História. Isso pode ser verificado, por exemplo, em *Alguns aspectos relativos aos estudos de imigração e colonização*, trabalho apresentado na 4ª Sessão de estudos, do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, realizado em São Paulo, no dia 5 de setembro de 1967. Nele, Balhana et. al. (1969), que eram colegas de departamento e que foram professores de Beatriz durante o seu curso de Mestrado, alertavam para a importância da revisão da história do

Santa Catarina, na Comemoração do I Centenário da Colonização Italiana realizado pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, onde apresentou a comunicação sobre *Aspectos da Colonização no Alto Vale do Itajaí*, no mês de setembro. Ata da reunião do Departamento de História do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, realizada em 12 de dezembro de 1975.

10 Sobre a figura de Giovanni Rossi e sua importância política como representante do movimento anarquista no Brasil, consultar: Isabelle Felici (1994), em *Les Italiens dans le Mouvement Anarchiste au Brésil 1890-1920*.

11 Em *O Anarquismo da Colônia Cecília*, Newton Stadler analisa os fatores que impediram o crescimento daquele núcleo. Revela ainda os trabalhos marcantes deixados no fenômeno da dispersão desse núcleo que participavam da tentativa de Rossi, As Sociedades Operárias de Curitiba e difundidas por todo o Estado a partir de 1892. Os princípios de Rossi não só se estenderiam aos movimentos sociais de Curitiba com o fenômeno da dispersão da Colônia Cecília, mas também confundindo-se e entrelaçando-se com os programas de reivindicações operárias no sul do Brasil, bem como chegaria ele mesmo a participar, em 1906, “com pequena delegação sulina do I Congresso Operário do Rio de Janeiro”. Pellizzetti e Rossi, na realidade, ligariam sobretudo seus ideais de terra e liberdade devotando-se à causa dos colonos de Santa Catarina, em atividades cooperativistas, a partir de 1901 (PELLIZZETTI, 1981, p. 85).

Brasil, para uma periodização referente à imigração e colonização, e a crítica de posições ideológicas ante às mesmas, bem como a análise da política imigratória brasileira e análise da inserção do imigrante na conjuntura nacional e no desenvolvimento social e econômico.

Em *O Pioneirismo italiano no Brasil Meridional*, Pellizzetti (1981) buscou ampliar o estudo do pioneirismo que em Santa Catarina, já era tratado por alguns autores, como, por exemplo, Leo Waibel, em *Zonas Pioneiras do Brasil*, J. F. Carneiro em *Imigração e Colonização no Brasil*. Ao tratar da colaboração italiana, cujo início se deu em 1875 na antiga área blumenauense, tenta-se através do estudo de caso revelar a ação correlata, no que possível, exercida por este elemento étnico, nos primeiros decênios do século, nessa zona pioneira predominantemente alemã (PELLIZZETTI, 1981, p. 3).

Pellizzetti (1981) expõe a evolução política e social da sociedade em que se formou a personalidade de Ermembergo Pellizzetti, chamando a atenção, dessa forma, para o ambiente cultural de que procediam os líderes das comunidades de imigrantes europeus e seu valor para a história da colonização. Não se trata de ressaltar o indivíduo, mas de evidenciar os fundamentos de sua influência sobre o grupo. Essa perspectiva apresentada pela historiadora se aproxima ao modelo de explicação histórica proposto pelo Professor Brasil Pinheiro Machado, seu orientador e “mestre”, que a partir de meados da década de 1970, passa trazer para o debate dos estudos históricos a questão sobre “quais grupos viviam marginalmente a situação Senhor x Escravo, que marcava a definição social da sociedade provincial?” (CARDOSO, 1981, p. 12). Em 1978, mesmo aposentado das atividades do DEHIS, Brasil Pinheiro Machado continua contribuindo com o Programa de Pós-Graduação e desenvolvendo nova “proposta de pesquisa e de trabalho”. Seu ponto de partida é a comunidade. A comunidade como uma coletividade de agentes históricos, vivendo numa área territorial definida no tempo e no espaço, dentro da qual esses “agentes históricos desenvolvem suas atividades cotidianas, dentro de um complexo institucional que lhes provê de uma linha básica. Os contatos com a terra, a dependência da terra, apresentam-se como traço principal dessa comunidade, que por si, é um tipo social” (CARDOSO, 1981, p. 9).

No livro publicado em 1981, o objeto é direcionado ao ator social, o imigrante italiano Ermembergo Pellizzetti, de modo que o foco passa a ser induzido da história econômica aos domínios da história social, ou seja, a atenção recai sob o grupo social do qual o personagem biografado faz parte. Essa mudança no objeto de análise demonstra uma alteração no perfil historiográfico das produções científicas, além de indicar a ampliação de pesquisas em arquivos e colaborar para a renovação das fontes utilizadas no processo de escrita da história econômica do Brasil. A proposta do Prof. Brasil Pinheiro Machado consistia em estudar nos grupos as suas estruturas próprias; e os grupos “vistos de dentro”. Os grupos vivem numa estrutura que os formou; são formados por uma estrutura econômica específica. Assim, era importante dos grupos, estudar os seus comportamentos institucionais, a forma que tiveram na realidade social do tempo (CARDOSO, 1981).

Neste sentido, *Pioneirismo italiano no Brasil Meridional*, tem como ponto de partida o sentimento italianidade em seu aspecto de uma tendência de “longa duração”, inspirado na multiplicidade do tempo histórico defendida pelos Annales (WESTPHALEN, 2001). A paisagem histórica desse conceito é estudada através das ideias político-sociais na Itália, num meio transitório de vivência de italianos imigrantes no Rio de Janeiro, respectivamente nos meados e fins do século passado, e depois definitivamente numa zona pioneira do Brasil Meridional, no século XX, até os anos 1930. Não recusando a tipologia, a ciência históri-

ca pode singularizar extremamente as estruturas e as conjunturas globais aos movimentos subjacentes e a essas transposições no quadro dos fenômenos sociais (PELLIZZETTI, 1981, p. 10).

Cosiderações finais

A partir do conhecimento da trajetória e da atuação acadêmico-científica no contexto de expansão das condições de institucionalização da pesquisa histórica no país, foi possível perceber como a Professora Beatriz Pellizzetti forja em seus estudos publicados em 1974 e 1981, possibilidades interpretativas originais da historiografia brasileira. Além disso, recuperar sua produção historiográfica é uma maneira de reafirmar a importância das contribuições das historiadoras para a excelência da historiografia brasileira (RIBEIRO, 1999; FRANZINI, 2016; MACHADO, 2016; 2021; ROIZ; GONTIJO E ZIMMERMANN, 2021; OLIVEIRA, 2021).

Sobre a produção historiográfica de Beatriz Pellizzetti analisada neste artigo, foi possível perceber que contemplou o período contemporâneo da história econômica do Brasil, algo até em então pouco usual nos estudos históricos que priorizavam outras periodizações, sobretudo o período colonial e monárquico, sinalizando um alinhamento com as orientações do curso de Mestrado da UFPR. Em sua Dissertação, a historiadora analisa o Banco Popular de Crédito Agrícola em Bella Alliança, como uma estrutura econômica criada pelos imigrantes italianos e que colabora para a emancipação política do Município de Rio do Sul, revelando um teor analítico alinhado aos estudos de história econômica, com ênfase na demografia e na história quantitativa. Já, no livro publicado em 1981, *Pioneirismo Italiano no Brasil Meridional*, o objeto é direcionado ao ator social, o imigrante italiano Ermembergo Pellizzetti, de modo que o foco de sua escrita da história econômica passa a ser induzida e valorizar os domínios da história social, o que pode ser verificado a partir da atenção direcionada ao grupo social do qual o personagem biografado faz parte. Essa mudança de lente no objeto de análise indica uma alteração no perfil historiográfico das produções científicas aqui observadas, possível pela relevância adquirida pelos arquivos no processo de renovação das fontes utilizadas para a modernização da escrita da história econômica do Brasil.

Denota-se que sua prática de pesquisa histórica em arquivos está associada a uma renovação das fontes para a escrita da história econômica e social, bem como a reafirmação o conceito positivo de arquivo, seu poder absoluto, demonstrando uma relação próxima às definições dos Annales. Por isso, será necessária uma postura crítica em relação aos Annales (OSÉS, 2017; 2018; 2021) e ao uso dos arquivos na elaboração da escrita de história econômica do Brasil feita pela pesquisadora Beatriz Pellizzetti, é preciso ainda aprofundar as reflexões sobre o conceito de arquivo utilizado em seus estudos, sendo necessário explorar as consequências do poder do arquivo como fonte histórica (DERRIDA, 2001; ROUDIESCO, 2006;). Nestes termos, será importante ampliar em pesquisas futuras os debates sobre a relação do historiador com o arquivo, como um leitor e como um profissional que experimenta o “sabor do arquivo” no cotidiano da pesquisa do historiador (FARGE, 2009), pensar o acesso ao arquivo e a relação estabelecida com o conceito de arquivo defendido e praticado em seu tempo, a sua constituição e a sua interpretação, pois os estudos que a docente realizou no programa de pós-graduação não dizem, de “qualquer arquivo nem qualquer momento da história do arquivo” (DERRIDA, 2001, p. 33). Entende-se que a relação tecida com o arquivo durante a participação ao longo de sua trajetória enquanto pesquisadora, além de transformar seu estatuto profissional, também colaborou para a alteração dos perfis historiográficos de suas produções

científicas, conforme tentamos expor neste estudo.

Ao aderir à produção de sua escrita algumas proposições das novas correntes internacionais de pesquisa sobre imigração sem nunca perder de vista os avanços teóricos e metodológicos na área de História Econômica, alcançados pelos pesquisadores das gerações que a antecederam e com as quais convivia no DEHIS-UFPR, a historiadora realizou estudos, como exibimos, que privilegiavam a História Econômica do Brasil e Regional, com predominância para o processo imigratório no Brasil Meridional.

Fontes:

Acervo da Biblioteca do Setor de Ciências Humanas e Letras da UFPR.

Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná.

Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa (Cedope) - Departamento De História. Universidade Federal do Paraná.

LXIII- Ata da reunião do Departamento de História do Setor de Ciências Humanas Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, realizada em 21 de dezembro de 1973. p. 24-30.

LXXXVII- Ata da reunião do Departamento de História do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, realizada em 12 de dezembro de 1975. p. 31.

PELLIZZETTI, Beatriz. Fontes primárias para a história de Santa Catarina. Os papéis do fundador da Colônia Cecília no Arquivo de Ermembergo Pellizzetti (1873-1947). *In: Anais do VI Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História*. Org. Prof. Eurípedes Simões de Paula. Trabalho Livre e Trabalho Escravo. Volume III. XLV Coleção da Revista de História sob a direção do Prof. Eurípedes Simões de Paula. São Paulo 1973, p. 97-152.

PELLIZZETTI, Beatriz. **O Banco de Crédito Popular e Agrícola de Bella Aliança na Conjuntura da Emancipação Municipal de Rio do Sul, S.C.** Dissertação (História Econômica do Brasil). Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Curitiba. 1974.

PELLIZZETTI, Beatriz. **Pioneirismo italiano no Brasil Meridional.** Estudo de Caso. Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. 1981. 336 p., ilus. 23 cm. Estante Paranista 13.

PELLIZZETTI, Beatriz. **Reflexões sobre uma utopia do século XIX como testamento ideológico para a “terra de todas as gentes” no século XX.** Baseado nos escritos de 1895 do anarquista italiano Giovanni Rossi (Cárdias). Curitiba. Secretaria do Estado da Cultura, 1999. 296 p.

Referências Bibliográficas:

BALHANA, Altiva Pillatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. **Alguns aspectos relativos aos estudos de imigração e colonização.** Separata dos Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. São Paulo. 1969, p. 345-389.

BALHANA, Altiva Pillatti. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. **Revista Brasileira de História**, 3 (5), p. 11-19, 1983.

BALHANA, Altiva Pilatti; WESTPHALEN, Cecília Maria. Levantamento e Arrolamento de Arquivos. **Separata do Boletim** n. 10, do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 1970. Arquivo Público do Paraná. Sala Maria Cecília Westphalen. PI015 – Biblioteca de Apoio. Caixa 22.

- BALHANA, Altiva Pilatti. Frédéric Mauro e os Cursos de Pós-graduação em História e a Universidade Do Paraná. **Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian**, v. 34, p. 47-54, 1995.
- CARDOSO, Jayme Antônio. O modelo de explicação histórica proposto por Brasil Pinheiro Machado. **História: Questões & Debates**, ano 2, n. 2, p. 5-13, jun. 1981.
- DERRIDA, J. **Mal de Arquivo**. Tradução: Claudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro. Relume Dumará, 2001.
- FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.
- FELICI, Isabelle. **Les Italiens dans le Mouvement Anarchiste au Bresil 1890-1920**. 1994. Thèse (Doctorat en Histoire). Université de la Sorbonne Nouvelle-Paris III UFR D'Italien et de Roumain, Paris, 1994.
- FRANZINI, F. Apresentação. Dossiê Dossiê “Historiadores e historiadoras, esses desconhecidos: Quem e como se escreve a História”. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 9, n. 22, p. 11-14, 2016. DOI: 10.15848/hh.v0i22.1172. Acesso em: 16 dez. 2022.
- LUZZATTI, Luigi. Un banco modello di credito popolare agricolo. **La patria facista**, Curitiba, 16 ago. 1930, p. 1.
- MACHADO, Brasil Pinheiro. **Aula Inaugural do Curso de Pós-Graduação em História na UFPR**, proferida pelo Prof. Brasil Pinheiro Machado, em 1º de outubro de 1972. Curitiba. Paraná. Universidade Federal do Paraná. Instituto de Ciências Humanas.
- MACHADO, Daiane. A criação do Curso de História da UFPR: notas iniciais de pesquisa. *In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. CONHECIMENTO HISTÓRICO E DIÁLOGO SOCIAL. ANAIS [...]*. Natal-RN, ANPUH, 2013. p. 1-17.
- MACHADO, Daiane. Modo de ser historiadora: Cecília Westphalen no campo historiográfico brasileiro da segunda metade do século XX. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 9, n. 22, p. 134-151, 2016. DOI: 10.15848/hh.v0i22.1147. Disponível em: <https://historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1147>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- MACHADO, Daiane. Cecília Westphalen. *In: ROIZ, D.; GONTIJO, R.; ZIMMERMANN. As historiadoras e o(s) gênero(s) na escrita da história: pioneiras nos estudos históricos brasileiros*. Mercado das Letras, Campinas-SP, 2021, p. 183-206.
- MARCHI, Euclides. Coordenador. **Relatório das atividades de pesquisa**. Projeto: Perfis historiográficos da produção científica do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná. 1959-1989. Curitiba. Out. 1994. CEDOPE-UFPR. 2020010/1-1. p. 17.
- OLIVEIRA, M. da G. Prefácio. *In: ROIZ, D.; GONTIJO, R.; ZIMMERMANN. As historiadoras e o(s) gênero(s) na escrita da história: pioneiras nos estudos históricos brasileiros*. Mercado das Letras, Campinas – SP. 2021, p. 9-12.
- OSÉS, M. L. O trabalho que se faz: a atividade diretorial nos Annales d’Histoire Économique et Sociale (1929-1938). **História da Historiografia**. Ouro Preto, MG. N. 24, ago, 2017, p. 60-76.
- OSÉS, M. L. “Do ponto de vista dos nossos Annales”: a Revista dos Annales e a produção da história econômica e social (1929-1944). **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 14, n. 36, p. 435-463, mai.-ago., 2021.
- OSÉS, M. L. “Nós, os Annales”: Marc Bloch, Lucien Febvre e a produção da Revista dos Annales (1929-1944). Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2018, 180 f.
- RIBEIRO, Maria Alice. As primeiras pesquisadoras brasileiras em História Econômica e a Construção da disciplina no Brasil. **História Econômica & História de Empresas**, n. 2, p. 7-40, 1999. DOI: <https://doi.org/10.29182/hehe.v2i2.56>.

RODRIGUES, José Honório. **Teoria da História do Brasil**. Introdução metodológica. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

ROIZ, D.; GONTIJO, R.; ZIMMERMANN. **As historiadoras e o(s) gênero(s) na escrita da história: pioneiras nos estudos históricos brasileiros**. Mercado das Letras, Campinas – SP. 2021.

ROUDIESCO, Elizabeth. **A análise e o arquivo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. (Coleção Transmissão da Psicanálise).

VILAR, Pierre. Pioneirismo italiano no Brasil. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 36, n. 8, p. 1467-1468, ago. 1984. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003069&pagfis=41126>. Acesso em mai. 2022.

WESTPHALEN, Cecília Maria. **Discurso proferido pela Profa. Cecilia Maria Westphalen, por ocasião da instalação do Mestrado em História na UFPR**, em 1 de out. de 1972. Curitiba. Paraná. Universidade Federal do Paraná. Instituto de Ciências Humanas.

WESTPHALEN, Cecília Maria. Frédéric Mauro e a História Quantitativa do Brasil. **Revista da SBPH**, Curitiba, n. 20, p. 137-141, 2001.

REFERÊNCIAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA DO BRASIL COLONIAL (2001-2020)

ANA LÍGIA VIANA ADAMI

Graduada em História (UNB)

analigiavianaadami@gmail.com

O período colonial brasileiro é um recorte temporal explorado desde as primeiras tentativas de monumentalização da história nacional, principalmente a partir dos estudos de autores ligados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, como Francisco Adolfo Varnhagen, no século XIX. O modo como o conhecimento a respeito da colônia passou a ser produzido no século seguinte, entretanto, se diferencia do anterior no sentido do distanciamento e do rigor científico. Sobretudo a partir de 1970, com a consolidação da historiografia brasileira, tais perspectivas foram profissionalizadas com o crescimento das universidades no país (NICODEMO, PEREIRA, SANTOS, 2018, p. 33).

Nesse sentido, estudos realizados por autores e autoras brasileiros e estrangeiros sobre a colônia têm privilegiado cada vez mais fontes diversificadas e agentes históricos que anteriormente forma “invisibilizados” e/ou “objetificados”. De fato, a partir de 1980, essas transformações passaram a ser mais evidentes, com a redução de interpretações estruturalistas e economicistas, bem como o crescimento de abordagens sociais, políticas e culturais.

A consolidação dos programas de pós-graduação, o gradual aumento de profissionais da área e suas consequentes especializações, promoveu um “novo momento” para a escrita da História, a qual passou a ter, além do universo editorial de livros, novos e múltiplos espaços para a escrita do conhecimento histórico, as revistas científicas. De fato, não foi apenas neste momento que as revistas se transformaram em espaço para tal, isso remonta ao século XIX, se tomar como base para o Brasil a revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Contudo, há uma exponencial crescimento na fundação de revistas no final do século XX e início do XXI.

A expansão do campo historiográfico trouxe consigo outras possibilidades e problemáticas. Uma delas foi a transformação da revista de um local de divulgação científica para um objeto de análise. Como bem dito por Raquel Glezer,

instituições científicas, associações profissionais e periódicos passaram de espaços institucionais de trabalho ou atuação a objetos de análise histórico-

gráfica, no conjunto das transformações do campo especializado, com muitos estudos e numerosos especialistas. Entre as novas fontes para análise, os periódicos nacionais dedicados ao conhecimento histórico, [...] passaram a ser temas para análise, em perspectivas diversas: conteúdos, propostas, autores, editores, instituições responsáveis. (GLEZER, 2021, p. 39)

A investigação aqui proposta questiona, de forma ampla, diversos elementos desses novos objetos de análise: qual a incidência (número de publicações) de artigos científicos na área de História Colonial brasileira no século XXI? Em comparação com as demais subáreas da História, quanto é produzido sobre temáticas coloniais? Nessa linha, quais os principais temas destes artigos? Qual o perfil dos historiadores e historiadoras que publicaram sobre o período? Há autoras, autores e obras que recebem uma quantidade significativa de citações? Quais as referências bibliográficas utilizadas pelos autores e autoras? Qual é a relação entre as referências bibliográficas e as orientações acadêmicas? Qual a influência que as relações acadêmicas e institucionais têm para a formação do pensamento entre os pesquisadores?

Ou seja, se está diante de uma grande reflexão sobre a produção e os(as) produtores(as) de conhecimento histórico, temáticas, publicações, referenciais e tendências acerca da História Colonial na contemporaneidade.

Nesta perspectiva, deve-se ter em mente fatores óbvios, como, por exemplo, que as demandas de cada tempo e lugar são cruciais na escolha dos temas, seus objetos de pesquisa e fontes disponíveis, o que altera a maneira como o conhecimento é produzido e comunicado, como destaca Ricardo Marques de Mello:

Novos grupos sociais emergiram ou ganharam força em suas reivindicações e exigências; os produtos mais visíveis de nosso ofício (ensino e historiografia) foram submetidos a questionamentos incisivos e inéditos, ou muito pouco comuns até então, e uma novíssima relação entre público mais amplos e áreas do saber sistematizado está sendo estabelecida, talvez imprevisível na década de 1980. Essas circunstâncias modificaram e continuam a modificar a produção cognitiva da história e, sobretudo, as formas, os conteúdos e os interesses de comunicação dos historiadores. (MELLO, 2021, p.169)

Afinal, não apenas questões de interesses pessoais e sociais ordenam o fazer histórico, como também o meio acadêmico e tudo o que está em sua órbita, o que inclui programas de pós-graduação, orientações, grupos de pesquisa e tudo o que viabiliza a formação e especialização dos historiadores. Nesse sentido, os periódicos acadêmicos e suas publicações são sintomáticos quanto à percepção das dinâmicas no campo historiográfico:

No que se refere às fontes dos balanços historiográficos, os periódicos acadêmicos têm um destaque, sobretudo porque reúnem pesquisas de alta qualidade, estabelecem interlocução interdisciplinar, expressam diálogos, adesões, tensões e dissensos entre autores e grupos de diferentes linhas teóricas, e claro, fazem a área avançar com a proposição de novas perspectivas, métodos, conceitos, problematizações e respostas a demandas de sua época. Enfim, eles são origem de importantes sintomas para um diagnóstico de campo. (MELLO, 2021, p.128)

Corroborando ao que já foi indicado por Raquel Glezer, Bruno César Nascimento (2018, p. 8) salienta em seu livro *“Revista de História: trajetórias historiográficas na Universidade de São Paulo”* a importância das revistas como objeto de análise para a genealogia do saber histórico, afinal elas são respostas imediatas a questões de seu tempo. Concomitantemente a isto, ele destaca a ligação dos periódicos acadêmicos com grupos de poder, sendo eles instituições, universidades e grupos de pesquisa, o que os tornam dispositivos de afirmação e consolidação hegemônica em determinada área.

Nesse sentido, buscar dados e respostas para as problemáticas acima elencadas, com um grande bojo de publicações e diversas revistas nacionais, se terá novos encaminhamentos e possibilidades de análise, ajudando a entender os caminhos tomados pela historiografia sobre o período colonial brasileiro de forma plural e abrangente. Logo o fator comparativo será de grande valia para argumentações e gerar reflexões acerca da produção e da formação dos historiadores no Brasil.

Como explica Rafael Benthien (2019, p. 119), os periódicos acadêmicos não ocorrem de forma isolada, principalmente por estarem, em sua maioria, ligados ao ensino superior ou a entidades governamentais não universitárias, mas que fomentam pesquisas. Este é um ponto fundamental para compreendermos como se comportam a produção e os produtores da historiografia brasileira sobre o período colonial, principalmente diante do crescimento da pesquisa histórica no Brasil nas duas últimas décadas, nas quais foram criados mais de 60% dos cursos de mestrado e doutorado na área (FICO, WARSEMAN, MAGALHÃES, 2018, p. 268), o que representa a ampliação da pesquisa acadêmica em regiões diversas.

Assim, a pesquisa tem por objetivo investigar as publicações científicas brasileiras, seus autores e referenciais bibliográficos. Mais particularmente, analisar os artigos que se dedicaram a escrever, problematizar, examinar, construir, teorizar e pôr em prática entendimentos sobre o período colonial brasileiro, artigos estes veiculadas por diversos periódicos científicos ao longo do século XXI, especificamente entre os anos de 2001-2020.

O projeto doravante apresentado possui diversas variáveis e complexidades. De certa forma, ele reside em entender o processo da escrita da História, que, como há muito já discutido, é fruto de uma organização que obedece a leis e regras próprias (CERTEAU, 1982, p. 56) cujos seus participantes, através de práticas e de relações de diferenciação, formam um campo estruturado e autônomo no qual há movimentos de ideias (BOURDIEU, 1996, p. 29) e, porque não dizer, ações.

Metodologia e estudo de caso

Diante das pretensões, o projeto suscita o desenvolvimento de uma base de dados para que se estabeleçam parâmetros comparativos entre os 79 periódicos selecionados. Informações como a edição e o ano de publicação do artigo, o título, o (a) autor (a), sua titulação à época da publicação, o programa de pós-graduação ao qual era vinculado (a), orientador (a), resumo e palavras-chaves, são norteadoras para conhecermos mais sobre o que foi produzido sobre a História do Brasil colônia ao longo das décadas e, principalmente por quais pesquisadores.

Posteriormente, há a segunda etapa de levantamento, na qual serão catalogadas as referências bibliográficas utilizadas pelos autores e autoras em cada artigo, então procuramos identificar o título citado; o gênero textual; o ano; o (a) autor(a) citado(a); nacionalidade do autor(a) citado(a) e o sexo do autor(a) citado(a). A sistematização dos referenciais passa a dialogar, portanto, com os resultados obtidos na primeira planilha, sobretudo com a formação acadêmica dos autores e as temáticas abordadas nos artigos.

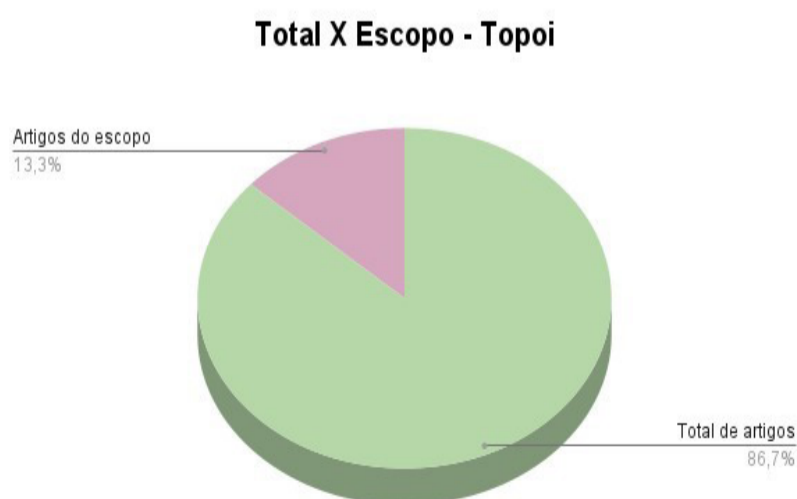
Com o intuito de ilustrar as possibilidades analíticas desse estudo, a Revista Topoi foi escolhida para a apresentação empírica. Os dados a ele referentes foram transformados em gráficos e são datados de artigos de 2001 a 2018, devido ao recorte trabalhado anteriormente em um trabalho de conclusão de curso.

A Revista Topoi é uma publicação quadrimestral que pertence ao Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), ela foi fundada em 2000 e desde 2008 passou a ser uma revista eletrônica. Com o intuito de ser um polo divulgador da produção historiográfica contemporânea, ela está aberta para todos os campos disciplinares, especialidades, períodos e temas históricos, assim como boa parte de seus artigos são de autores externos à instituição. Possui Qualis A1, quadriênio 2013 a 2016, seu ISSN é 2237-101x.

Dados empíricos

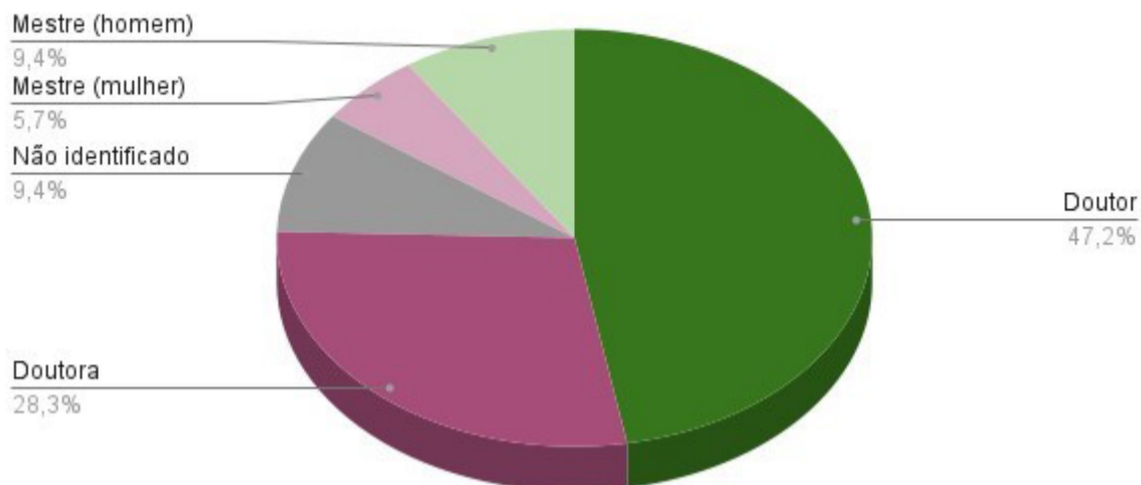
O primeiro gráfico apresenta numericamente a proporção de artigos do escopo diante do fluxo de publicação de artigos da revista durante o período. No total, foram 325 artigos, dentre os quais 50 eram sobre o Brasil colonial.

Gráfico I: Total x Escopo - Topoi



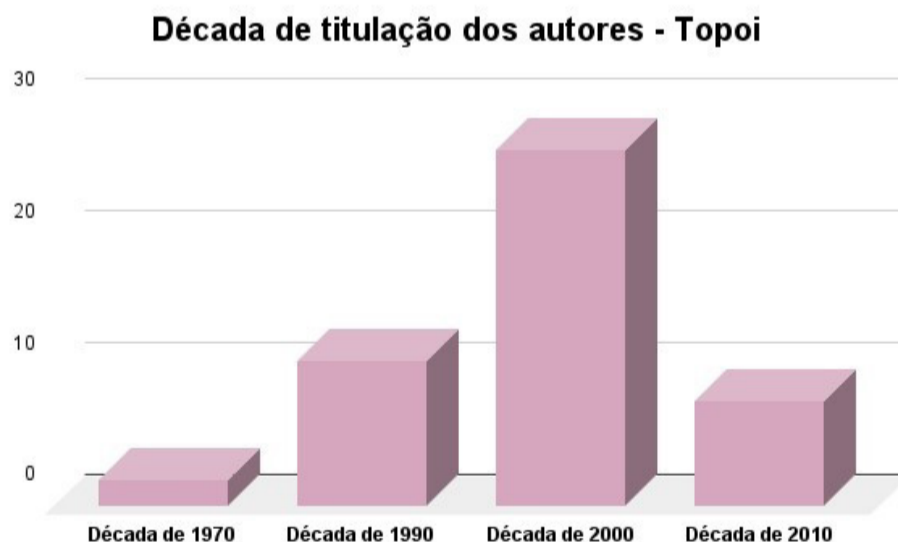
Quanto aos temas trabalhados nesses artigos, a imagem a seguir, feita a partir das palavras-chave, demonstra que assuntos relacionados à escravidão se destacaram neste periódico.

Gráfico III: Títulos dos autores - Topoi
Títulos dos autores - Topoi



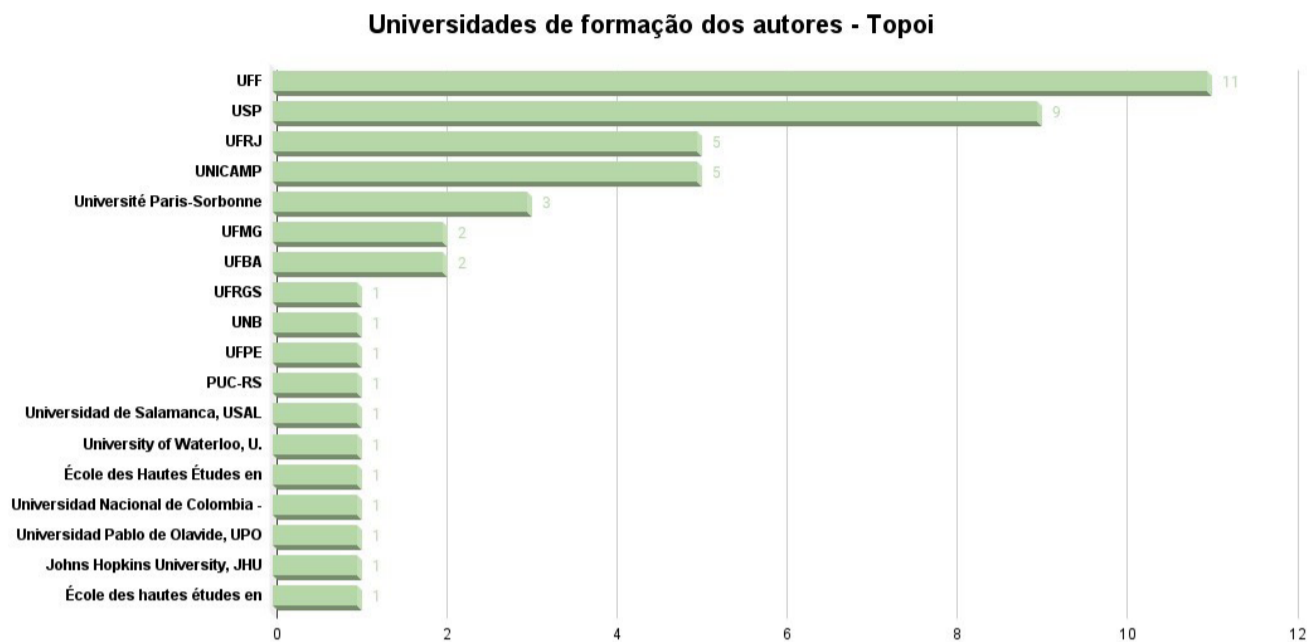
A maioria deles, 27, recebeu sua titulação na década de 2000, um dado interessante para enquadrar a geração dos autores com suas preferências teóricas, metodológicas e temáticas. Apenas 2 foram titulados na década de 1970, 11 na década de 1990 e 8 na de 2010.

Gráfico IV: Década de Titulação dos autores - Topoi



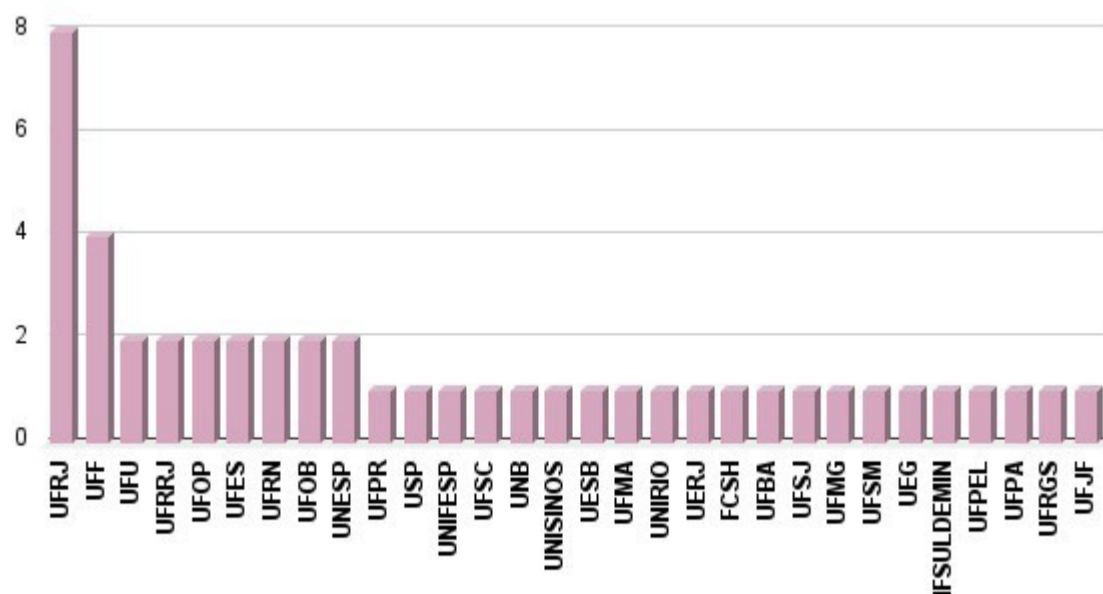
O próximo gráfico traz as instituições nas quais eles receberam suas titulações. A UFF foi a mais recorrente, tendo a USP, a UFRJ e a UNICAMP também se destacado. A importância que as universidades paulistas e cariocas têm para a formação de pesquisadores e também de correntes de pensamento fica evidente, sendo desses estados mais da metade das instituições mostradas. Além disso, há a recorrência de formações em universidades estrangeiras, o que condiz também com a época em que se formaram, já muitos programas de pós-graduação ainda estavam sendo formados em território nacional.

Gráfico V: Universidades de formação dos autores - Topoi



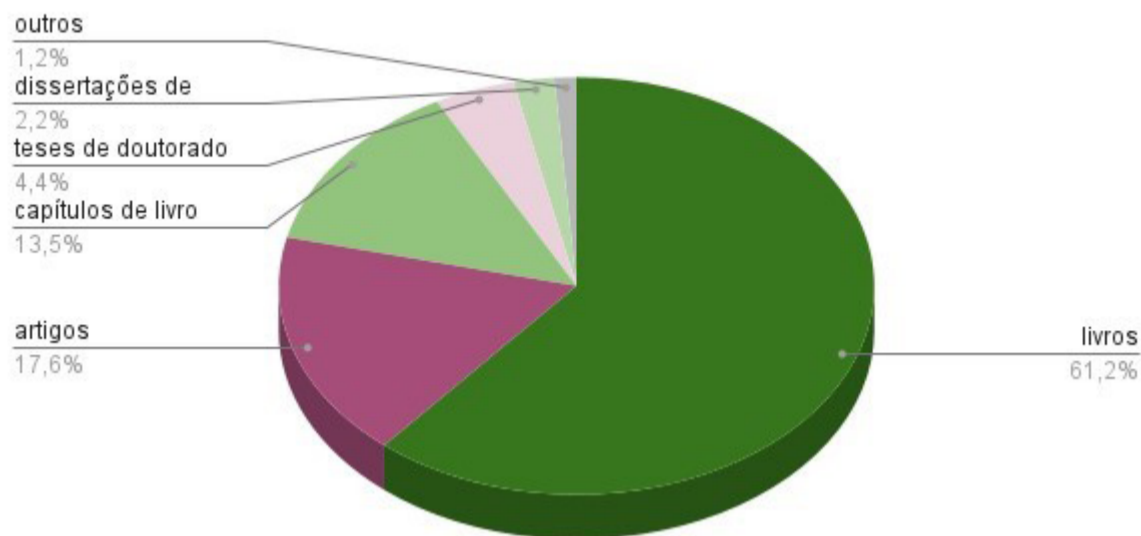
Quando se observa, porém, o trabalho atual dos autores, é perceptível a movimentação e diversificação de locais de atuação deles, que se espalharam por quase todas as regiões do país, o que também se deve ao aumento de universidades e cursos de graduação e pós-graduação em História nos últimos anos.

Gráfico VI: Trabalho atual dos autores
Trabalho atual dos autores - Topoi



Partindo para a análise das referências bibliográficas, pode-se notar que, apesar da necessidade de produção de artigos por parte dos pesquisadores, a maior parte deles utiliza livros como referências bibliográficas, em um universo de 1764 referências, 1079 foram de livros. Esse dado leva ao questionamento da ressonância dos artigos entre os próprios historiadores.

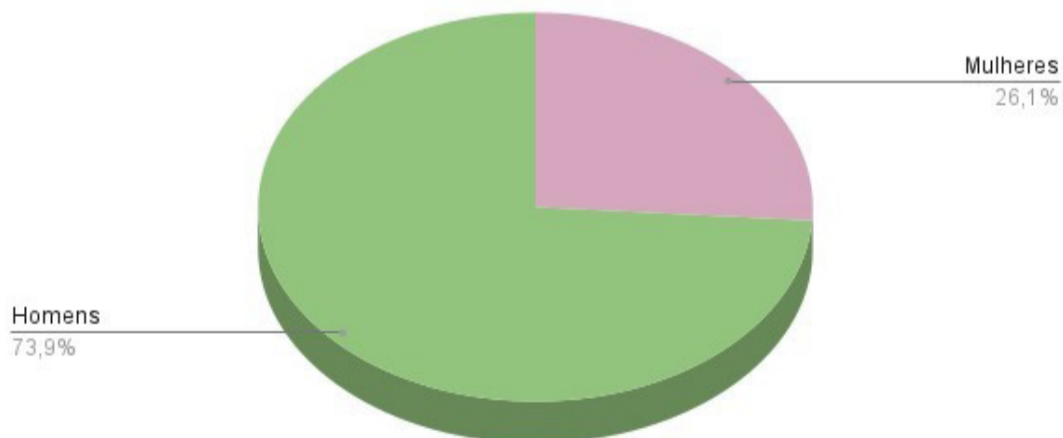
Gráfico VII: Tipologias das referências - Topoi
Tipologias das referências - Topoi



Nas referências bibliográficas também é possível notar uma diferença ainda maior na diferença com relação ao número de homens e mulheres, sendo eles 1412 e elas apenas 499.

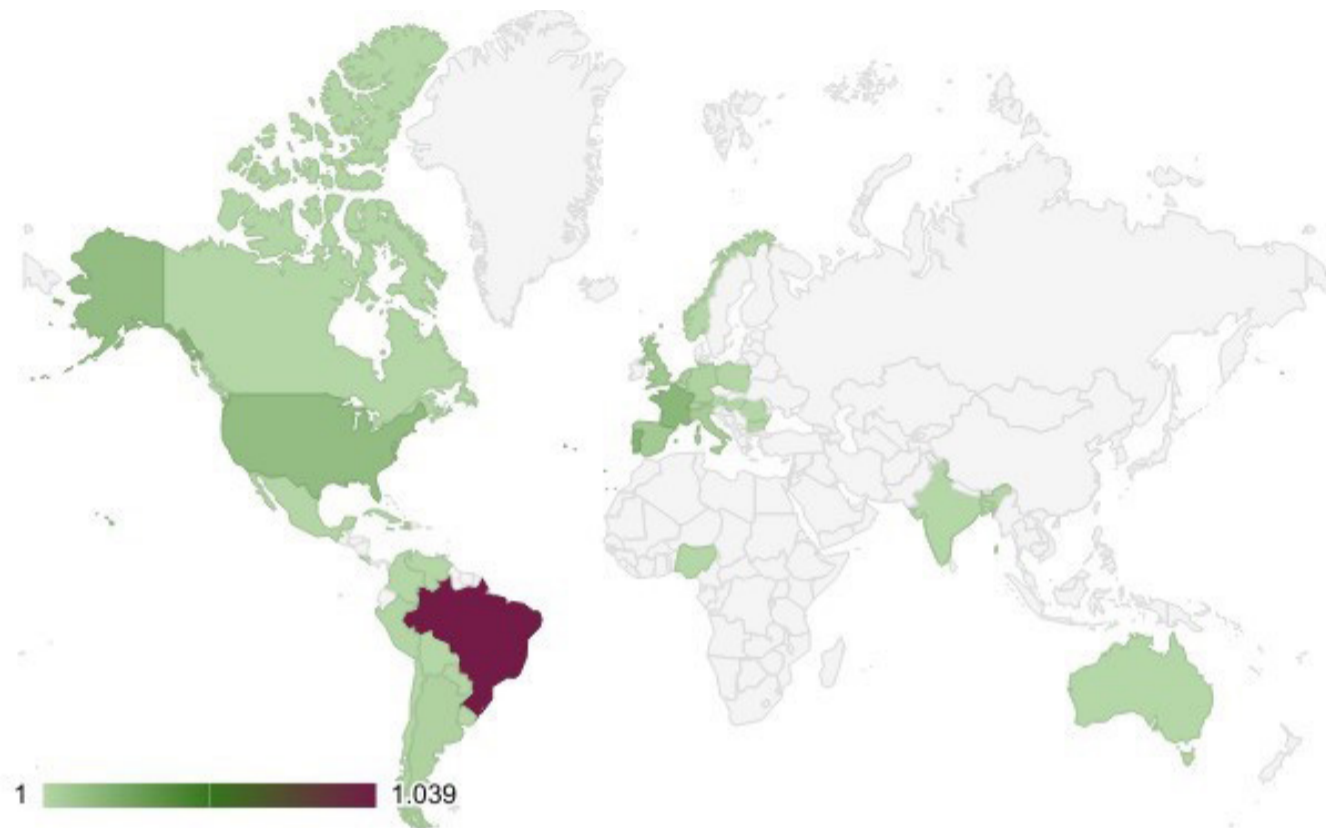
Gráfico VIII: Gênero das referências - Topoi

Gênero das referências - Topoi



O mapa a seguir, traz as nacionalidades dos autores e autoras referenciados. Além de brasileiros (1039), os países que aparecem em um tom mais escuro de verde, foram aqueles que receberam uma quantidade significativa de citações, como França (169), Portugal (182) e Estados Unidos (140). Apesar da prevalência de europeus em quantidades de citações, depois dos brasileiros, vale ressaltar a diversidade de nacionalidades, uma vez que todos os continentes foram referenciados.

Figura II



A fim de dar continuidade e mais profundidade às análises, foram catalogados os nomes mais citados nos artigos selecionados, o que possibilita a identificação de tendências teórico-metodológicas na produção historiográfica contemporânea, principalmente quando forem colhidos os dados de todas as 79 revistas.

Na Topoi, o autor mais referenciado foi João Fragoso, importante nome da historiografia de tradição carioca. Além dele, outros nomes presentes no gráfico demonstram mudança de paradigmas interpretativos, afinal a partir das últimas décadas do século XX, visões estruturalistas que preconizavam a ideia de dependência com relação à metrópole e que dominaram a produção sobre a História do Brasil nos anos de 1930, deram lugar para estudos que priorizavam o protagonismo das dinâmicas estabelecidas no interior da colônia (SCHWARTZ, 2009, p. 195). Esse é um fator determinante para a ausência de nomes como o de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda.

É preciso salientar, no entanto, que a existência de modelos interpretativos preteridos em determinada época não nega ou deve excluir visões anteriores, sobretudo de obras e autores canônicos. Caio Prado Júnior, por exemplo, aparece entre os mais referenciados, o que mostra que mesmo que não se saiba qualitativamente de que forma suas obras foram usadas, elas ainda reverberam entre outros estudiosos do campo.

Apesar da prevalência de autores brasileiros, nomes como os de Nuno Gonçalo Monteiro, Antonio Manuel Hespanha, Stuart Schwartz, Anthony Russell-Wood e Charles Boxer, tiveram um papel fundamental para a formação do pensamento sobre a colônia no Brasil e as relações ultramarinas.

Conclusão

De forma abrangente, a revista é a materialização do diálogo no tempo, fruto de debates entrecruzados do presente e, nesse sentido, uma fonte histórica de grande valia. No caso das revistas acadêmicas, que atendem a exigências de um nicho específico, a publicação de artigos atesta a vitalidade literária de um autor e é essencial para garantir espaço no meio intelectual (ROCCA, 2007, p. 12). Assim, as redes de sociabilidade que perpassam todo o processo da materialização dos debates históricos serão exploradas no projeto através da análise de componentes de artigos sobre História do Brasil Colonial, suas referências bibliográficas e a genealogia acadêmica de seus autores.

Anthony Grafton (1998, p. 23) destaca que as citações, além de servirem como identificação de fontes e ideias, também refletem estilos intelectuais de comunidades científicas, métodos pedagógicos de diferentes programas de graduação e as preferências literárias de editores de periódicos influentes; todos elementos com os quais os pesquisadores desejam ou precisam estar associados. Assim, o levantamento delas complementa os demais, no sentido de fornecer suporte para o entendimento de escolhas temáticas e abordagens, principalmente quando associadas à formação, ao lugar de produção e ao veículo de publicação.

Nesse sentido, os elementos analisados com o estudo de caso também serão contemplados para os demais periódicos no decorrer da execução do projeto, a fim de se compararem resultados e produzir afirmações mais concretas sobre o campo. Os padrões da Topoi, por exemplo, podem variar com relação a revistas de outras regiões, outra classificação pelo Qualis e outros enquadramentos temáticos. Sendo assim, o estudo panorâmico busca conhecer sobre os produtores da História colonial brasileira e sua relação com os pares e o meio.

Referências bibliográficas:

BENTHIEN, Rafael Faraco. Qualis periódicos na área de história: alguns apontamentos sobre os pressupostos, os resultados e os possíveis efeitos de uma avaliação. In: AVILA Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo. (Org.). **A História (in)disciplinada: teoria, ensino e difusão do conhecimento histórico**. 1. ed. Vitória: Milfontes, 2019, p. 119-148.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas-SP: Papyrus, 2003.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica [de] Arno Vogel. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

FICO, Carlos; WASSERMAN, Claudia; MAGALHÃES, Marcelo de Souza. Expansão e avaliação da área de história: 2010-2016. **História da Historiografia**, v. 11, n. 28, set.-dez., 2018, p. 267-302 .

GLEZER, Raquel. Caminhos Pergorridos. In: OHARA, João Munhoz; SANTOS, Wagner Geminiano dos (org.). **40 anos da Revista Brasileira de História: a historiografia em revista**. Vitória: Editora Milfontes, 2021, p 39-50.

GRAFTON, Anthony. **As origens trágicas da erudição: Pequeno tratado sobre a nota de rodapé**. Tradução Enid Abreu Dobránszky. Campinas-SP: Papyrus, 1998.

MELLO, Ricardo Marques de. Os primeiros 20 anos da Revista Brasileira de História: preferências e preterições historiográficas. In: OHARA, J.; SANTOS, W. (Org.). **40 anos da Revista Brasileira de História: a historiografia em revista**. 1. ed. Vitória: Mil Fontes, 2021, p. 127-169.

NASCIMENTO, Bruno César. **Revista de História: trajetórias historiográficas na Universidade de São Paulo**. Serra: Editora Milfontes, 2018.

NICODEMO, T.; SANTOS, Pedro A. C dos.; PEREIRA, Mateus. **Uma Introdução à História da Historiografia Brasileira 1870-1970**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2018.

ROCCA, Pablo. Por que, Para que uma revista. In: **Boletim de Pesquisa NELIC**, v. 7, n. 10, p. 1-22, 2007.

SCHWARTZ, Stuart. A historiografia dos primeiros tempos do Brasil moderno. Tendências e desafios das duas últimas décadas. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 50, p. 175-216, jan./jun. 2009.

TESTEMUNHOS DO HOLOCAUSTO, DESEJO DE PRESENÇA E O INQUIETANTE: O CASO DO *DIMENSIONS IN TESTIMONY*

FERNANDO GOMES GARCIA

Doutorando em História (UFRGS)

eroestrato@gmail.com

Todas as fotos são memento mori. Tirar uma foto é participar da mortalidade, da vulnerabilidade e da mutabilidade de outra pessoa (ou coisa). Justamente por cortar uma fatia desse momento e congelá-la, toda foto testemunha a dissolução implacável do tempo.

Susan Sontag. *Sobre a Fotografia* (2007, posição 200)

I

A USC Shoah Foundation, juntamente com o USC Institute for Creative Technologies, iniciou, em 2014, um projeto de gravação de testemunhos de vítimas do Holocausto que começa já a dar seus frutos. Com milhares de vídeos de testemunhas gravando suas experiências, trabalho descomunal, esta não se trata de uma iniciativa comum, mas grandiosa e ousada;¹ não apenas se entrevista a vítima em um vídeo – mas, sob 116 câmeras posicionadas em 360 graus ao redor do entrevistado, pretende-se criar um holograma, imagem em 3D da vítima (DEILE, 2022, p. 2), para que seu testemunho tenha ao mesmo tempo o verniz da eternidade e a aparência real o suficiente, quando um terceiro for entrevistá-lo. Sim, um terceiro, pois não se trata apenas de um vídeo no qual ouvimos o entrevistador fazer perguntas e o entrevistado respondê-las – “simplesmente”. O projeto visa que o holograma interaja com outras pessoas, como se estivesse a própria testemunha disponível para responder as perguntas de um público que toma a iniciativa da conversa. Em se tratando da última geração de testemunhas vivas do Holocausto, que estão morrendo, parece uma alternativa interessante para preservar o legado de quem passou pelos guetos e campos de concentração e extermínio nazistas – deixar para a eternidade não apenas estes relatos, como também conservar a “presença” dos que, logo, não estarão mais aqui para dar seus testemunho. Se, hoje, à controversa questão sobre quem é o guardião da memória do Holocausto pode ser respondida que são os sobreviventes, muito em breve eles não existirão mais para contar suas histórias (HOFFMAN, 2005; LANGER,

1 O projeto conta com grandes financiadores, que aportam consideráveis quantias de dinheiro. Dentre eles, filantropos, que contam entre apoiadores da educação do Holocausto mundo afora; instituições como Illinois Holocaust Museum and Education Center e Dallas Holocaust and Human Rights Museum, dentre outros museus; e apoiadores que desenvolvem a tecnologia usada pelo programa.

1993). Deste modo, a iniciativa da USC Shoah Foundation, munidas com as novas tecnologias de informação e estratégias museológicas inovadoras, parecem criar o “sobrevivente perfeito”, o “testemunho perfeito” do Holocausto, que sobrevive ao tempo que tudo destrói e mantém viva as lições a respeito do Holocausto – cumprindo um dever de memória que de que nunca podemos nos esquecer. Correto?

II

Desde ao menos ao menos o “memory boom”, a História como disciplina tem sido deslocada de seu papel de guardião do passado, mantenedora das identidades nacionais e monopolizadora das relações da sociedade com seus passados. O passado, então, tornou-se uma *commodity*, com vários interessados em disputar e explorar o nicho antes ocupado apenas por historiadores. Museus, literatura – concorrentes mais tradicionais da historiografia – e agora filmes e até jogos exploram o passado (CHAPMAN, LINDEROTH, 2015; GLOUFTSIS, 2022). No terreno da própria escrita da História, os historiógrafos da identidade nacional se vêem disputando lugar com outros escritores interessados em história, cada qual com o intuito de servir a um “passado prático” de gerar identidade para seu grupo, ou contestar a história oficial. A disputa pelo passado foi democratizada e os abusos, para além dos usos do passado, se multiplicaram. É uma realidade, porém e inevitável. Tanto quanto o passado existe, a disciplina científica da História não goza de exclusividade para tratar do passado, e precisa constantemente disputar sua legitimação. Em frente a novas mídias que suportam o passado, somos apenas um empreendedor do ramo, fornecendo nosso produto e versão do que seria um passado específico, voltado para um público específico.

É dentro deste contexto que se deve entender a iniciativa museológica de propor a eternização de testemunhos do Holocausto, via hologramas, diferentemente das “meras” gravações fílmicas das entrevistas. O espaço em que isso se dá é semelhante ao dos jogos, do lúdico, um tanto deslocado das normas historiográficas tradicionais da História e do levantamento de testemunhos. A iniciativa tem por propósito tornar mais divertido o aprendizado de História, tornar mais atrativa a ida no museu e tornar o conhecimento mais acessível.

Voltada especialmente para crianças e jovens com pouco ou nenhum conhecimento sobre o Holocausto, a ferramenta funciona assim: em uma visita ao museu, após assistirem a um filme curto contando a história de um sobrevivente, ao final, surge o holograma e diz que esta é apenas uma pequena parte, e que está disponível para contar mais. Boquiabertos, os alunos interagem com o holograma fazendo perguntas diversas que está capacitado a responder. Essa capacidade é consequência de mais de mil perguntas feitas por mais de 25 horas de gravação, que especialistas conduziram em entrevista com o sobrevivente. Entre as perguntas, além da história de vida e da experiência durante a guerra, os entrevistadores também indagam sobre curiosidades pensando no que as crianças de agora e do futuro gostariam de perguntar para o sobrevivente. Caso não tenha resposta para tal pergunta, a inteligência artificial, na voz e pessoa do entrevistado, retorna a mensagem que não sabe responder a tal pergunta e se oferece a responder outra. Enfim, ao contrário de uma entrevista tradicional, que os pesquisadores estão acostumados a ouvir ou a conduzir, a iniciativa da conversa com os hologramas parte das pessoas que estão interagindo com ele. Não temos a espontaneidade do entrevistado, as respostas são limitadas, as novidades e as revelações que se pode ter num trabalho de História Oral, como os imprevistos das respostas, o choro, a memória atravessada – nada disso está presente. O que está presente é a imagem da pessoa qual tal, sua voz, e a

curiosidade de quem interage em aprender... ou simplesmente de conversar com uma inteligência artificial. Porém, o trabalho é bem-visto pelos entrevistados e pelos museus, que fornecem, além da experiência inovadora, materiais tradicionais para os professores conduzirem o ensino sobre o Holocausto e para guiar as perguntas que as crianças devem fazer. Com vicissitudes em relação a uma experiência real de conversação, a interação com os hologramas ainda são reais o suficiente para ocupar o lugar de sobreviventes que logo desaparecerão, não sendo esforços como estes que o resgatem, não apenas em testemunho, mas em pessoa quase-física. Ou não?

III

Mas qual a real diferença entre um testemunho gravado e um testemunho em formato de holograma, em essência? Enquanto um testemunho gravado, por mais que, em se tratando de um relato traumático, tenha seus percalços, o vídeo possui uma narrativa; o entrevistado é uma pessoa que envelhece, tem uma perspectiva, tem a possibilidade de alteração – isto é, se for entrevistado novamente. O holograma é apenas uma incessante repetição do mesmo, sem a possibilidade de inovação, um presente preso em si mesmo. Não conta histórias, apenas responde de acordo com as codificações que a inteligência artificial permite. O relato está submetido a tecnicidades, como se o sobrevivente que dá o testemunho fosse, na verdade, submetido a um autômato – Lars Deile evoca a imagem benjaminiana do anão corcunda jogando xadrez e controlando um fantoche, em sua primeira tese sobre o conceito de História. O testemunho em formato de holograma deseja paralisar o tempo, e com suas respostas didáticas e pré-estabelecidas, deseja nos colocar diante da testemunha ela mesma, que não por muito mais tempo poderá ser alvo de nossas perguntas. Duas são, portanto, as diferenças entre o testemunho em vídeo e o hologramal: a condição do entrevistado análoga ao do fantoche descrito por Benjamin (aspecto a ser retomado mais adiante) e o desejo de eternizar a vítima, de estar presente-com, de comemorar o Holocausto com sua eterna presença. É como se estivéssemos lá, com ela.

Tomo aqui a noção de comemoração de Eelco Runia, que a descreve como uma forma de performar o passado diferente da da História, tomando o lugar do polimorfo conceito de memória. Para Runia, o desejo de comemorar é o que nos impulsiona a visitar lugares históricos onde aconteceram grandes catástrofes, mais especificamente – grandes eventos que moldaram a nossa identidade, eventos traumáticos, ou, como Runia os chama, eventos sublimes. Lugares como Auschwitz, ou museus onde grandes batalhas ocorreram. Como tirar fotos onde escravos recebiam suas punições. Somos tomados por um desejo de consumir história que não passa necessariamente por tomar lições sobre o passado com o historiador, mas de sentir a presença do passado em nós, na nossa carne – especialmente os passados sublimes. Aprender, podemos fazê-lo pelos livros; a visita aos locais proporciona outro tipo de experiência.

Sublime é o que Runia chama de “atos do povo” ao contrário de eventos naturais. São atos que a Humanidade infligi a si mesma na História de sua evolução – o fazer história. Um ato sublime são atos tidos, previamente como imaginados, que “destroem a cabana em que vivemos” e constrói palácios em seu lugar. Atos como a declaração de Independência dos EUA, o Holocausto, a Guerra na antiga Iugoslávia, a revolução Francesa – enfim, aquilo que cria o novo, sem que nada, aparentemente, antes, nos suscitasse a fazer o que fizemos. A pergunta que os atos sublimes sugerem é “quem em sã consciência teria feito isso?” e, no entanto, fomos nós que o fizemos. Nós cometemos História, é disso que se trata os atos sublimes. E

entender isso se trata mais de atentar-se às rupturas que engendramos quando cometemos história do que perceber a conexão entre passado, presente e futuro. As coisas mudam irremediavelmente a partir destes atos sublimes cometidos pelo humano, e ao invés de nos darmos por satisfeitos com cada mudança que fazemos, de tempo em tempo, sentimos a urgência de novo e novamente, cometermos História outra vez. No início estavam os feitos, não o verbo, como quer o evangelho. “Que em muitos casos, em níveis diferentes, “palavras” seguem os “feitos” ao invés do contrário, é demonstrado pela neurofisiologia moderna” (RUNIA, 2014, p. 133, tradução nossa) Há, entre os homens, e isso se observa em especial nos “grandes eventos” da História, um desejo por fazer as coisas impulsivamente, e de apenas depois dos atos, justificarmo-nos – e nisto atua a História, coligando passado e presente como se um fosse antevisto do outro, numa situação de “redução da dissonância”, criando uma continuidade entre os atos sublimes e os atos do passado.

O progresso humano se dá através dessas rupturas que o sublime provoca, desses atos inimagináveis e grandiloquentes – terríveis, em última instância – que nos lança ao mar perpetuamente a navegar. “Mas não há escapatória: a história progride por saltos imprevisíveis e limites – saltos e limites que não são nem implícitos ou determinados pelos atores – ou seja, de ultimato, nós mesmos – trazemos o trampolim” (RUNIA, 2014, p. 79, tradução nossa).

Adão comeu do fruto do conhecimento do Bem e do Mal, eis o ato sublime quintessencial, que a humanidade não cansou de se repetir e se lançar ao novo.² E toda vez que fazemos isto – i.e., nos lançamos ao novo – perdemos o conforto do mundo que estávamos acostumados a viver. Assim, a teoria dos atos sublimes e de sua comemoração são, também, uma História da evolução humana – ao invés de progresso cumulativo, perda e adaptação a um novo mundo.

Seria totalmente errado equalizar essa evolução com “progresso”. Como Vico, Schiller tinha um olho claro para o fato de que mutações históricas causam perdas, que num senso real, a nova situação é mais pobre do que aquela que ela substitui. (RUNIA, 2014, p. 115, tradução nossa)

Então, de acordo com a minha teoria, *Homo sapiens* deve seu sucesso evolutivo não a ser “*sapiens*”, mas ao nascimento, crescimento e aperfeiçoamento de uma urgência cega em se selar com catástrofes com as quais, na sequência, terá que alcançar. (RUNIA, 2014, p. 188, tradução nossa)

A evolução é sinônimo de perda. Nos faz perder o mundo confortável em que vivíamos, de um lado, e nos força a domesticar um novo mundo caótico, de outro – fruto de nossa liberdade em dar saltos imprevisíveis. Significa, mais uma vez, perda, uma vez que nossas condições adaptadas de existência são perdidas pelo estresse que nos leva a alcançar uma nova situação, em que perdemos características as quais considerávamos “natas” para lidar com a situação do novo. É apenas depois de cometidos os atos sublimes que podemos traçar, com esforço, alguma continuidade entre passado e presente, entre as intenções que nos moveram e o estado atual das coisas – uma vez que estes atos são impulsivos, movidos por intempestividade e como resposta à grande pergunta “por que não?”. Vejamos o ser humano. Ao contrário de outras espécies, sua relação com a natureza é de controle e alívio das pressões externas que,

2 A tentativa bem-sucedida de Adão de suplantar seus instintos é, de acordo com Schiller, “sem dúvidas o maior e mais feliz evento da História humana”. E, ele conclui, “desde esse momento a de sua liberdade se desdobra” (RUNIA, 2014, p. 111, tradução nossa).

em todo caso, leva as espécies a evoluírem. A humanidade internalizou essa pressão externa e tornou-se a causa de sua própria evolução. Criando perpetuamente ambientes novos para sobreviver e se adaptar, a evolução humana se dá pela queima de pontes a um passado a que não podemos retornar. Querer descobrir “quem somos nós, que cometemos estes atos sublimes?” que nos leva ao desejo de comemorar o passado. Já não se trata mais de querer apreender o sentido do passado, mas sentir a sua presença. Uma sensação de nostalgia é que guia nossos impulsos em querer consumi-lo, usufruir de sua força que que persiste por mais que o passado – passe.

Pois é, eu acho, não uma necessidade de sentido que se manifesta, por exemplo, em nostalgia e estilos retrôs, na inclinação por comemorações, no entusiasmo pela lembrança, no desejo por monumentos, na fascinação pela memória. Minha tese é que o que é perseguido no Memorial de Veteranos do Vietnã, em ter um diamante feito com “do carbono do ser amado como uma memorial de sua vida única [sic]”, na leitura de nomes no aniversário do World Trade Center, na paixão por reuniões, e numa quantidade de fenômenos semelhantes, não é o “sentido”, mas o que chamarei, na falta de uma palavra melhor, de “presença”. (RUNIA, 2014, p. 53, tradução nossa)

Assim, visitas a museus, memoriais, colecionar peças históricas (por exemplo, uma relíquia do Muro de Berlim), tirar fotos em lugares históricos, querer experienciar a escravidão e o Holocausto é um sintoma da força da presença que o passado exerce sobre nós, mesmo estando ele inevitavelmente - passado.

A presença é estar em contato com as pessoas, os eventos, os sentimentos, as coisas, mesmo que num sentido figurado. É, ao contrário do sentido, que é o lado conotativo da arte, o seu lado denotativo. É transmitido pela metonímia ao invés da metáfora.

Testemunhos em formato de hologramas são apenas o uso último desse nosso desejo de passado, de eternizar o tempo apesar de sua transitoriedade, de ter a sensação de estar lá, ao invés de a compreensão de como foi. Nem por isso, a tecnologia deixa de se inscrever em uma narrativa sobre o evento do qual reporta. Omer Bartov, em um panorama sobre vários museus sobre o Holocausto, nos fala do Simon Wiesenthal Center, em Los Angeles, em que o uso de tecnologia tem precedência, com o intuito de capturar a atenção dos mais jovens com mensagens sobre prevenção do genocídio. Ele nos alerta, todavia, que esses mecanismos digitais adaptados para uma geração com pouca paciência para o conhecimento e o estudo prolongado, está disponível para a manipulação emocional e mensagens superficiais, mais do que em valorizar o intelecto e se voltar às respostas das perguntas mais fundamentais a respeito de como foi possível e se desdobrou o Holocausto. E uma das formas de como o Holocausto foi possível, Bartov completa, foi a manipulação emocional das massas utilizando-se de ciência e tecnologia. Alerta-nos, portanto, para os perigos do *pathos* em relação ao ensino do Holocausto (BARTOV, 1996, posição 4522).

IV

Retomemos a imagem de Lars Deile, que comparou os hologramas com o fantoche e o anão benjaminiano, a jogarem xadrez. Freud utiliza o termo inquietante (*das unheimlich*) para designar experiências estéticas que nos causam sensação de desgosto por sua infamiliaridade. Seguindo Jentsch, a hipótese ini-

cial que causaria este desconforto seria a visualização de um autômato, que se movimentaria e aparentaria humano, mesmo não sendo – como um boneco ventríloquo. Freud, no entanto, segue suas investigações a respeito do inquietante, e descobre que a incerteza intelectual a respeito do que move o objeto inanimado não é a causa, pelo menos a única, do inquietante. O tema do sócia/duplo – “um enérgico desmentido do poder da morte” – que desafia o narcisismo do Eu, desemboca, posteriormente, em algo estranho, “um deus exilado de sua religião”, um demônio. Outras sensações evocam o inquietante, como o andar por ruas desconhecidas e acabar sempre no mesmo lugar, vermos a repetição do mesmo número sempre, horários repetidos, coisas que atribuímos ao acaso, mas que parece ter causalidade em nosso pensamento – uma onipotência do pensar que gera a realidade. O sentimento do inquietante. O retorno não intencional, basicamente, a repetição, são a causa deste sentimento. Enfim, uma concepção de animismo que preenche o mundo dos homens com espíritos sublinha o que Freud chama de o inquietante.

A palavra alemã *unheimlich* é evidentemente o oposto de *heimlich*, *heimisch*, *vertraut* [doméstico, autóctone, familiar], sendo natural concluir que algo é assustador justamente por não ser conhecido e familiar. Claro que não é assustador tudo o que é novo e não familiar; a relação não é reversível. Pode-se apenas dizer que algo novo torna-se facilmente assustador e inquietante; algumas coisas novas são assustadoras, certamente não todas. Algo tem de ser acrescentado ao novo e não familiar, a fim de torná-lo inquietante. (FREUD, 2010, p. 300)

O duplo tornou-se algo terrível, tal como os deuses tornam-se demônios após o declínio de sua religião. (FREUD, 2010, p. 317)

A análise de casos do inquietante nos levou à antiga concepção do animismo, que se caracterizava por preencher o mundo com espíritos humanos, pela superestimação narcísica dos próprios processos psíquicos, a onipotência dos pensamentos e a técnica da magia, que nela se baseia, a atribuição de poderes mágicos cuidadosamente graduados a pessoas e coisas estranhas (*mana*), e também por todas as criações com que o ilimitado narcisismo daquela etapa de desenvolvimento defendia-se da inequívoca objeção da realidade. Parece que todos nós, em nossa evolução individual, passamos por uma fase correspondente a esse animismo dos primitivos, que em nenhum de nós ela transcorreu sem deixar vestígios e traços ainda capazes de manifestação, e que tudo o que hoje nos parece “inquietante” preenche a condição de tocar nesses restos de atividade psíquica animista e estimular sua manifestação. (FREUD, 2010, p. 322)

Tendo em vista esse conceito, não é fácil evocá-lo para os testemunhos hologramais que a USC Shoah Foundation nos promove? Não são, na verdade, as testemunhas que estão presente (apesar do como-se), mas como que um duplo delas, com a finalidade de preservá-las vivas para além da morte; suas respostas, apesar de frutos de entrevistas, são adaptadas para um público majoritariamente desconhecedor do Holocausto, e, portanto, resumidas para reter-lhes a atenção; a interação com a inteligência artificial nos dá uma sensação análoga ao animismo narcísico que está latente do conceito do inquietante. Ora, não seria, pois, estes hologramas, simplesmente inquietantes, estranhos, misteriosos, sinistros, bizarros? Como o desejo de comemorar este passado através da figura do inquietante transformaria o testemunho que temos em mão? Desafiando a morte de seus entrevistados, poderíamos ainda considerar os hologramas a testemunha ideal?

Ora, o que é a testemunha ideal do Holocausto? Uma testemunha que podemos chamar de paradigmática, que sobressai das entrevistas orais com as vítimas são diferentes das que fazem seus teste-

munhos por escrito justamente porque, a oralidade é desprovida de um sentido que só posteriormente a testemunha pode alcançar. No testemunho escrito, temos a cronologia, analogias, metáforas, um senso de personagem e uma visão de mundo coerente. O testemunho oral, ao contrário, faltante de todos esses expedientes, mostra o que Lawrence Langer chama de *deep memory*, memória profunda, que cessa todas as possibilidades de continuidade entre o *self* que fornece seu testemunho. É interessante invocar a introdução de *Holocaust Testimonies* (1993), em que Langer traz o testemunho de um casal sobrevivente, na presença de seus filhos. Senhor e senhora B. respondem à pergunta o que restou a eles depois de seus sofrimentos. A resposta de ambos é, parafraseando: “a solidão”. A mesma resposta é feita à filha, que responde, sinteticamente: “a força”. Há um descompasso evidente entre a resposta de pais e filha, uma dissonância que, pare explicar, poderíamos recorrer ao mal-entendido ou à mentira. Porém, há outra explicação. Quem sobreviveu ao Holocausto está fadado a uma vida dupla, dividida entre um antes e um depois. Há um distanciamento profundo entre o que se narra, quem narra e quem ouve a narrativa. Um antes e um depois se aprofundam num abismo nesses sobreviventes. Há a pessoa que tenta se reconstruir após as experiências nos campos ou gueto, e há pessoa que viveu estas experiências, incapaz de se reconciliar. Costuma-se tomar a libertação dos campos de concentração e seus prisioneiros como uma fase de liberdade e recomeço, mas o que muitos experimentam, na verdade, é uma tortura por não conseguir deixar para trás essas experiências e ter o desafio de recomeçar a vida. A memória anterior sempre irrompe na memória atual, e a pessoa se vê cindida em duas pessoas.

Eventualmente, teremos que aprender a suspeitar dos efeitos bem como das intenções de piedades tonificantes como “redenção” e “salvação” quando são usadas para moldar nossa compreensão do sofrimento de vítimas da opressão nazista. Dificilmente aparece um volume sobre o assunto que não é celebrado como homenagem ao “indomável espírito humano”. (LANGER, 1993, p. 2, tradução nossa)

Para muitos, Auschwitz destruiu permanentemente a potência do sedativo a que chamamos ilusão. (LANGER, 1993, p. 4, tradução nossa)

Como alguém pode ser sozinho em meio a amigos? A existência dual internalizada de testemunhas como essa requer de nos uma visão dual e responsiva que pode compreender o que outra vítima quis dizer quando disse de seu passado em Auschwitz “Eu não vivo com isso. Isso vive comigo”. (LANGER, 1993, p. 23, tradução nossa)

A memória profunda divide a vida anterior da pessoa, com seus amigos e familiares, com sua memória comum, da pessoa que viveu o Holocausto, que sobreviveu a ele, e que é assombrada por ele. Ela irrompe quando o sofrimento vivido é lembrado, como se a memória pertencesse a outra pessoa, como se o *self* se rompesse em dois. A memória da normalidade antes da perseguição e a memória de quando a pessoa passou por sofrimentos irreconciliáveis com a experiência do ouvinte demonstra que não é possível uma memória heroica do Holocausto. Mas a memória profunda é apenas uma das cinco identificadas por Langer nos sobreviventes do Holocausto: há também a memória dividida, para quem o indivíduo, ao contrário de se anular, como na memória profunda, vive duas vidas; há a memória humilhada, pela qual o sujeito se vê sitiado por memórias desgraçadas que impedem o sujeito de se reconciliar consigo mesmo; a memória manchada “e, não obstante, a forma de autojustificação, uma validação penosa de condutas necessárias, nem sempre admiráveis” (LANGER, 1993, p. 122, tradução nossa); e, por fim, a memória não heroica, que diminui o ser, ao contrário das expectativas de engrandecimento que a sobrevivência poderia

trazer. Em todas essas memórias do Holocausto, de toda maneira, transparece um “tempo do agora” e um “tempo do antes”, que separam a vida do sobrevivente tentando reconstruir-se da catástrofe, criando famílias e empreendendo negócios, e a vida nos campos e guetos onde passaram por coisas cruéis e cometeram atos não lisonjeiros. E enquanto esses sobreviventes relutaram em contar suas experiências, seja em consultórios psiquiatras (EPSTEIN, 1988, p. 85) quanto mais em frente a câmeras, hoje, a geração de sobreviventes envelhecida e ainda portadora do legado do que sofreram, encontram-se à vontade para contar suas histórias em conjunto com inteligência artificial, demonstrando o quanto a memória do Holocausto na contemporaneidade transformou-se – bem como as formas de transmissão do legado.

Este, resumidamente, é um aspecto específico da memória das testemunhas do Holocausto, que nos dá pouca esperança sobre como a educação sobre o Holocausto pode resultar num mundo melhor, e como os testemunhos por via de hologramas deturpam o sentido do testemunho das vítimas – por mais que sejam elas voluntárias e aprovelem o resultado, a linguagem, a retórica do testemunho não revela a distância que há entre o público e o narrador, e entre o narrador e si mesmo. A testemunha ideal do Holocausto, não existe, porquanto várias, assim como suas experiências; mas, certamente, se a devemos procurar, o devemos não em meio à inteligência artificial, mas no terreno das memórias cindidas, angustiadas, manchadas e não heroica, como as chama Langer. Ao contrário da eternidade do testemunho, devemos reconhecer que as gerações passam e todo relato sobre o Holocausto é, antes de mais nada, um *memento mori*.

Referências bibliográficas:

BARTOV, Omer. **Murder in Our Midst: The Holocaust, Industrial Killing, and Representation: The Holocaust, Industrial Killing, and Representation.** New York: Oxford University Press, 1996.[E-book]

CHAPMAN, Adam; LINDEROTH, Jonas. Exploring the Limits of Play: A Case Study of Representations of Nazism in Games. In: BROWN, Ashley ML; LINDEROTH, Jonas, *et al* (org.). **The Dark Side of Game Play: Controversial Issues in Playful Environments.** New York: Taylor & Francis, v., 2015. [E-book]

DEILE, Lars. **Observing hologram testimony.** INTH Conference. Puebla 2022.

EPSTEIN, Helen. **Children of the Holocaust: Conversations with Sons and Daughters of Survivors.** London: Penguin Books, 1988.[E-book]

FREUD, Sigmund. **(1917-1920) “O homem dos lobos” e outros textos.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.[E-book]

GLOUFTSIS, Tamika. Implicated Gaming: Choice and complicity in Ludic Holocausto Memory. **History and Theory**, v. s/n, n. s/n, 2022. ISSN 0018-2656.

HOFFMAN, Eva. **After such knowledge: memory, history, and the legacy of the Holocaust.** London: Vintage, 2005.[E-book]

LANGER, Lawrence L. **Holocaust testimonies: the ruins of memory.** New Heaven: Yale University Press, 1993.

RUNIA, Eelco. **Moved by the Past: Discontinuity and Historical Mutation.** New York: Columbia University Press, 2014.[E-book]

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.[E-book]

UMA HISTORIADORA ASSOMBRADA: LÊDA BOECHAT RODRIGUES E O LUGAR DO FEMININO NA HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA¹

ILDA RENATA ANDREATA SESQUIM

Doutoranda em História (UFOP)

ildasesquim@gmail.com

Como resultado da comunicação apresentada no XI Seminário Nacional de História da Historiografia, este ensaio parte de uma tentativa singela, e assumidamente incipiente, de apresentar alguns resultados de uma pesquisa maior (SESQUIM, 2023) sobre as características e tensões que acompanharam a trajetória da jurista e historiadora Lêda Boechat Rodrigues. É importante ressaltar que o caso em tela se insere em um contexto intelectual predominante masculino. Em toda sua trajetória, Lêda Boechat Rodrigues recebeu um relativo reconhecimento, exceto na história da historiografia. Ou seja, a história da historiografia não reconheceu nela uma historiadora, porque o campo esteve fundamentalmente amparado por uma espécie de dualidade que orientava o imaginário histórico do historiador e seu trabalho.

Para além desses silêncios que atribuímos ao problema da misoginia presente e atuante no seio da historiografia, o caminho encarado por Lêda Boechat foi também acompanhado pela “sombra” da carreira do homem com quem escolheu se casar: José Honório Rodrigues (1913-1987). Ressalto, desde já, que não busco posicionar os sintomas da subjugação e da redução ao papel de esposa na escolha de Lêda Boechat pelo casamento. Lêda casou-se em 1941 e construiu seu lugar e carreira ao lado de Rodrigues, desenvolvendo uma relação de colaboração e companheirismo, na qual houve atritos, discordâncias e concordâncias. Outro ponto também é fundamental para compreender essas dualidades. Embora envoltos nesse companheirismo intelectual, ambos historiadores produziram de forma autoral e se dedicaram individualmente às suas obras e carreiras. É nesse sentido que um breve exercício sobre a trajetória de Lêda pode ser útil para questionar algumas das tensões que se estabeleceram entre o seu reconhecimento e a dimensão efetiva de seu trabalho. Tarefa inseparável, evidentemente, da sua escolha como companheira e colaboradora dos trabalhos de José Honório, mas cuja produção e protagonismo acadêmico ainda continuam largamente desconhecidos e ignorados, quando não completamente assombrados pelo monumento ao marido.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

O que desejo com este trabalho, portanto, é questionar o lugar reservado à Lêda Boechat Rodrigues no imaginário histórico e historiográfico. Por esse ângulo, os cerceamentos impostos à sua trajetória despontam precisamente na dimensão política de gênero que atravessa e direciona o reconhecimento no campo intelectual. Ao tentar recuperar nessas páginas a dimensão do trabalho efetivamente produzido pela historiadora e algumas das tensões que acompanharam seu trabalho ao lado de José Honório, pretendo analisar como Lêda se posicionou frente a esses desdobramentos e articulou sua carreira acadêmica individual com a parceria conjugal e intelectual.

Quem foi Lêda Boechat Rodrigues?

Lêda foi uma jurista e historiadora nascida no dia 8 de dezembro de 1917 na cidade de Carangola, Minas Gerais. Desde cedo, a abastada condição econômica de sua família, proveniente da exportação de café, concedeu-lhe grande disponibilidade financeira que implicava em certa independência econômica e propiciava seu acesso às atividades acadêmicas e culturais. Como resultado destas condições, no ano de 1934, Lêda ingressou Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. Apesar dos percalços impostos ao desenvolvimento da intelectualidade feminina, após ingressar no curso direito não demorou muito para que ela começasse a ser reconhecida no meio acadêmico.

Em paralelo à vida acadêmica, Lêda Boechat começou ainda muito jovem a desenvolver sua trajetória profissional no judiciário. No ano de 1935, foi aprovada no concurso público prestado para o cargo de taquígrafa do Supremo Tribunal Federal, sendo nomeada em 1936 como funcionária efetiva do Supremo. A posse no cargo de taquígrafa do STF confirmou a estabilidade e a autonomia de sua classe social, o que foi fundamental para que ela circulasse com mais tranquilidade entre diversos campos acadêmicos e profissionais. Em certa medida, estes privilégios de uma condição de vida estável e próspera, permitiram que Lêda gozasse de uma educação formal de excelência, tornando-se uma figura influente nos círculos jurídicos, políticos e intelectuais brasileiros.

No campo das ciências jurídicas não tardou para que a intelectual se revelasse como uma “primorosa cultora do Direto” (UMA PALESTRA..., 1938, p. 3), conquistando reconhecimentos e assumindo papéis centrais em eventos e palestras. Após concluir seu bacharelado em Direito, no ano de 1939, Lêda Boechat ingressou no curso de Geografia e História da Faculdade Nacional de Filosofia, no qual permaneceu até o ano de 1941. Neste período a intelectual pode intensificar as discussões e debates sobre os problemas sociais que cercavam sua época e, aliada as suas inclinações às ciências jurídicas, deu início a uma proeminente carreira de historiadora. No ano de 1940, formou-se em biblioteconomia na Biblioteca nacional e, em outubro do mesmo ano, o professor Jacques Lambert ofereceu a ela uma bolsa de estudos de um ano nos Estado Unidos. A bolsa foi recusada em virtude do casamento com José Honório Rodrigues que se realizaria no início do próximo ano².

Não há dúvidas de que a experiência de Lêda Boechat enquanto funcionária do Supremo Tribunal Federal possibilitou a ela um conhecimento aprofundado das diretrizes judiciárias. Ao acompanhar as sessões do tribunal, Lêda pode desenvolver competências teóricas que posteriormente seriam fundamentais

2 Esse teria sido o mesmo motivo pelo qual ela abandonou o curso de Geografia e História da FNFi.

para o desenvolvimento de sua carreira enquanto pesquisadora da história do direito. Aliando sua capacitação com o pleno domínio da língua inglesa, em 1942 a intelectual publicou sua primeira tradução, *O Pensamento Vivo de Jefferson*, escrito pelo norte-americano John Dewey e editorado pela Livraria Martins (SP). Ainda no curso de Ciências Sociais essas competências passaram a lhe render mais frutos. Em 1943, a convite do professor Hermes Lima, publicou a tradução do livro *A Natureza do processo e a evolução do direito*, do juiz estadunidense Benjamin N. Cardozo.

Seria a partir desses diálogos com intelectuais norte-americanos que se materializaria em sua obra o interesse pelo direito estadunidense, manifestado em particular pela dinâmica da Suprema Corte Americana e pela chamada “escola sociológica do direito”. O desenvolvimento desses interesses encontraria terreno fértil durante a sua primeira estadia nos Estados Unidos da América (1943-1944).³ Durante este período, além de frequentar o curso de *Jurisprudence* na Faculdade de Direito da Universidade de Columbia, Lêda Boechat Rodrigues pode acessar as bibliotecas do Congresso e da Suprema Corte norte-americana e acompanhar de perto as sessões públicas realizadas no tribunal. Nessas pesquisas a intelectual encontrou um rico campo de análise para esmiuçar seus estudos sobre a história do direito norte-americano, de forma que o tema passaria a acompanhar toda a sua trajetória acadêmica.

Em relação à vida profissional, a precoce carreira de Lêda Boechat Rodrigues no Supremo Tribunal Federal foi marcada por um ascendente prestígio. Ao aliar sua desenvoltura intelectual com o desempenho profissional, a jovem taquígrafa despertou atenção dos círculos mais influentes do judiciário brasileiro. No ano de 1958, o Ministro Orosimbo Nonato a nomeou para assumir o cargo de chefe da seção de jurisprudência do Supremo. Lêda, entretanto, recusa a nomeação⁴ e permanece no cargo de taquígrafa, onde se aposentou aos 42 anos de idade enquanto funcionária pública.

Findada sua trajetória profissional no Supremo, Lêda Boechat Rodrigues passou a acompanhá-lo de outra maneira: enquanto historiadora. Em uma coleção de quatro volumes a autora tratou esmiuçadamente a História do Supremo Tribunal Federal entre os anos de 1891 a 1963, nos quais perpassou por temas como a defesa das liberdades civis, do federalismo e a doutrina brasileira do Habeas Corpus⁵. Esta coletânea se constituiu como um importante marco em sua trajetória intelectual. Podemos dizer que, dominando a história constitucional americana e brasileira, Lêda Boechat Rodrigues ofereceu imagens vivas sobre a Suprema Corte norte-americana e sobre o Supremo Tribunal Federal, que nos permitem ainda hoje “avaliar a importância desses Tribunais no desenvolvimento material e político dos respectivos países” (LIMA, 1977, p. 5).

De modo geral, as influências que constituíram o percurso acadêmico e profissional da jurista e historiadora expressam-se em uma vasta bibliografia que se fez em um diálogo constante entre o campo

3 A viagem ocorreu em virtude da bolsa que José Honório Rodrigues recebe da Fundação Rockefeller no ano de 1943 (RODRIGUES; MELLO, 1994, p. 159).

4 Os motivos pelos quais recusou o convite são expostos na introdução do quarto volume de seu livro *História do Supremo Tribunal Federal* (1930-1963) (RODRIGUES, 2002, v. 4, p. 25-26).

5 Apesar de ter partido do modelo apresentado pelo instrumento jurídico inglês, no Brasil o termo seguiu contornos bem particulares e teve sua dimensão amplamente alargada. Na vigência da Constituição Federal de 1891, encabeçado por Ruy Barbosa, o habeas corpus se estenderia para além dos limites tradicionais da liberdade de ir e vir, alcançando a proteção dos direitos políticos e humanos em geral e o controle de legalidade de atos do poder público. Embora o texto original tenha sido alvo de restrições e reformas, a doutrina do habeas corpus brasileiro continuaria vigente até os dias atuais. No terceiro volume de *História do Supremo Tribunal de Federal*, Lêda Boechat Rodrigues defende a ideia que essa seria a maior criação jurisprudencial brasileira (RODRIGUES, 1991, v. 3).

historiográfico e o campo das ciências jurídicas e sociais. A catalogação feita até o momento indica que sua produção intelectual inclui, ao menos, 21 livros, 2 colaborações em livros coletivos, 11 opúsculos, 7 traduções de livros, 12 traduções de artigos sobre direito americano, arquivos e arquivologia, e cerca de 33 artigos publicados que giraram em torno de temas como a condição feminina, o direito norte-americano, os direitos humanos no Brasil e nos Estados Unidos e os problemas sociais brasileiros

Os livros mais conhecidos de Boechat são: *Direito e Política: os Direitos Humanos no Brasil e nos Estados Unidos* (1991), que se trata de uma coleção de ensaios próprios, publicado em 1977 e *História do Supremo Tribunal Federal*, dividido em quatro volumes, cujo primeiro foi publicado em 1965 e o último em 2002. Ambos os livros tiveram uma grande recepção entre os juristas e críticos literários da época e fizeram com que Lêda se tornasse, nas palavras de Victor Nunes Leal, uma “pioneira na apreciação histórica do Supremo Tribunal Federal” (LEAL, 1965, p. 6).

Lêda Boechat Rodrigues também foi coorganizadora do texto parlamentar *O Parlamento e a Evolução Nacional*, redigido com a coorganização de José Honório Rodrigues e colaboração de Octaciano Nogueira. Somam-se a suas produções de destaque as traduções *O Pensamento Vivo de Jefferson*, de John Dewey, em 1942, e *A avaliação dos documentos públicos modernos*, texto de Theodore Roosevelt, traduzido em 1959.

Historiadora ou colaboradora?

Em paralelo a sua própria trajetória, durante os 46 anos de casamento, a intelectual atuou como colaboradora, organizadora e digitalizadora dos trabalhos de José Honório Rodrigues. Após o falecimento do marido (1987), Lêda também foi responsável por coordenar, organizar os arquivos e publicar as obras que ainda não haviam sido publicadas, atuando de forma silenciosa na produção do acervo historiográfico de José Honório Rodrigues.

Neste sentido, mesmo que Lêda se coloque em direção à elaboração de um projeto criativo autoral, havia nitidamente um lugar de tensionamento entre o papel desempenhado pelo seu companheirismo intelectual e sua condição enquanto intelectual autônoma. Essas questões aparecem nos prefácios, nas introduções e nas notas dos livros organizados sobre José Honório Rodrigues, ou publicados postumamente por Lêda Boechat Rodrigues, como sutis vestígios de seu trabalho enquanto uma parceira intelectual.

Dotada de um espírito crítico minucioso e aguçado, a Lêda participou ativamente da vida acadêmica do historiador. Nas palavras de Barbosa Lima Sobrinho, proferidas durante o discurso de posse na Academia Brasileira de Letras⁶, Lêda permitiu que a história se tornasse uma espécie de “divindade familiar”, garantindo a José Honório um espaço de perfeita harmonia e um ambiente idílico em torno de assuntos graves e sérios.

O curso de Direito seria a ocasião que traria aos dois historiadores uma companhia, intelectual e conjugal, que perduraria até os últimos dias de suas vidas. Bacharelada em Direito, Lêda conheceu José

6 No prefácio do tomo II do segundo volume de *História da História do Brasil*, Lêda mobiliza esse discurso de Barbosa Sobrinho para ilustrar como ela participou ativamente da atividade acadêmica de José Honório na ABL. (RODRIGUES, 1988a, V. II, p. XIII).

Honório na Universidade do Rio de Janeiro, onde ele também estudava. Começaram a namorar em julho de 1935, durante uma embaixada de estudantes realizada na Bahia pelo Centro Acadêmico Cândido de Oliveira, do qual ambos faziam parte. Em 1940, em virtude da proposta de estudo que recebe do Prof. Jacques Lambert e sob a ameaça de um rompimento total caso a resposta fosse não, a intelectual pede José Honório para decidir-se se casaria com ela ou não⁷. O namoro transformou-se em casamento no ano de 1941, durante as férias obrigatórias de Lêda do Supremo Tribunal Federal. De 1935 até ao falecimento de José Honório Rodrigues, viveram juntos mais de meio século e compartilharam, na maior intensidade, “amor, emoção, trabalho intelectual, experiências de toda a ordem” (RODRIGUES, 2000, p. 17).

Após o curso de Direito, a história torna-se, assim, o elo responsável por criar um laço de união entre as carreiras e interesses individuais do casal. A bolsa de estudos que José Honório Rodrigues recebe da Fundação Rockefeller no ano de 1943 seria uma das primeiras situações na qual os intelectuais, agora casados, presenciariam efetivamente esses entrecruzar dos interesses alheios. Por um lado, a experiência foi fundamental para que Lêda conhecesse de perto a Suprema Corte. Na contramão, Lêda era situada entre as suas atividades de pesquisa e as tarefas acadêmicas de José Honório. Pela manhã, como relata, seu tempo era destinado a ajudar o marido no escritório da Faculdade e o ritmo e destino, desta e de outras viagens⁸, seguiam invariavelmente a agenda por ele demandada. Em diferentes ocasiões, a historiadora foi responsável também por datilografar⁹ várias fontes e peças escolhidas por Honório, que lhe seriam úteis na realização das suas pesquisas.

Em 1946, quando José Honório Rodrigues foi nomeado Diretor da Divisão de Obras Raras e Publicações da Biblioteca Nacional, Lêda Boechat Rodrigues passou a acompanhar de perto tudo o que se passava na Biblioteca Nacional. Em seus relatos, a intelectual menciona que José Honório chegava ao ponto de rejeitar as secretárias, encarregando a ela a correspondência da repartição para ser feita. Durante a *Exposição Capistrano de Abreu*, idealizada por José Honório e que culminaria posteriormente em sua demissão¹⁰, Lêda se tornou a responsável pelo trabalho com a correspondência de Capistrano. No dia do evento, ela se pôs ao telefone e convocou pessoalmente uma ampla gama de intelectuais, escritores, historiadores e biógrafos para dar importância e brilho à abertura da mostra.

O ano de 1955 também seria um importante reflexo das faces do companheirismo intelectual de Lêda. Ocupado pelo curso da Escola Superior de Guerra, a intelectual acompanhou com atenção todos os folhetos classificados e os relatos de José Honório impressionado com as conferências e com a revelação da atualidade brasileira. Além da astuta capacidade de escuta e do preparo intelectual para debater assuntos complexos, a jurista também atuou como uma ferrenha supervisora dos trabalhos de José Honório

7 Essa passagem é narrada por Lêda no primeiro capítulo de *José Honório Rodrigues: Um historiador na trincheira* (RODRIGUES; MELLO, 1994, p. 19).

8 Durante várias passagens sobre as viagens do casal, é possível perceber que Lêda também aproveitava as estadias em prol de suas pesquisas, embora os locais fossem primariamente escolhidos a partir dos interesses de José Honório.

9 Seja em relação aos arquivos ou as próprias obras de José Honório Rodrigues, recorrentemente Lêda Boechat Rodrigues assumia a função de datilógrafa. Cabe destacar, entretanto, que a intelectual não gostava desta função e a assumia apenas em caso de necessidade. Esse fato que pode ser observado no trecho a seguir: “Sempre que havia urgência era eu a datilógrafa. Eu fazia, mas detestava tal tarefa, porque sou péssima datilógrafa.” (RODRIGUES, 1988a, p. XXIX).

10 De acordo com Lêda, a demissão ocorreu porque um dos assessores do Ministro da Educação se sentira prejudicado por um ato administrativo realizado por José Honório na véspera da Exposição Capistrano de Abreu. No dia seguinte, em um ato de vingança, o Ministro da Educação, que tardava a comparecer na cerimônia e por isso fora diretamente intimado pela Biblioteca Nacional, demitiu José Honório da Direção Geral Interina da Biblioteca. (RODRIGUES, 1988b, p. XIX-XXI).

Rodrigues. A introdução do segundo volume de *História da História do Brasil*, publicado por Lêda em caráter póstumo, nos permite identificar esse movimento autoral de Lêda empenhado nas obras do marido:

Seu açonamento quando acabava de escrever qualquer trabalho era tal, que nunca se detinha para revê-lo. Tinha pressa de entregá-lo. Eu lhe sugeria rever, dizia que havia repetições. 'Eu gosto de repetir e não gosto de rever', respondia-me. (RODRIGUES, 1988b, p. XXV)

Em oposição à escrita afoita do historiador, o talento organizativo e sistemático de Lêda a colocava como uma revisora eficiente e precisa, apontando erros e evitando lapsos na escrita do marido. José Honório foi autor de várias publicações e Lêda acompanhou de perto cada uma delas. Como resultado e sintoma dessa minuciosa dedicação, no ano de 1955 a intelectual já havia publicado uma completa bibliografia de José Honório Rodrigues (RODRIGUES, 1955).

Após a nomeação de José Honório Rodrigues para diretor do Arquivo Nacional (1958-1964), a participação de Lêda também seria fundamental para o estabelecimento uma política nacional de arquivos. Ao atuar na tradução de obras, seu conhecimento de línguas, a sólida cultura e o preparo de historiadora foram essenciais para o desenvolvimento do que Francisco Iglésias (1988) chamou, em um movimento de exagero e exaltação¹¹, como o período “mais notável da casa [...] e um dos momentos mais felizes da administração pública no país” (IGLÉSIAS, 1988, p. 59). No geral, grande parte das obras básicas do Arquivo foram traduzidas por Lêda Boechat Rodrigues. Prezando pelo companheirismo de sempre e trabalhando três meses por tempo integral, foi tradutora de 14 folhetos, reviu os poucos que haviam sido traduzidos anteriormente por funcionárias do Arquivo Nacional e traduziu o volume de *Os Problemas Arquivísticos do Governo Geral do Brasil*, de Theodor Roosevelt Schellenberg, publicado em 1960 pelo Arquivo Nacional.

Entretanto, os frutos desse companheirismo intelectual não tardariam a ser convertidos em fortes tensões entre ela e José Honório Rodrigues. A habilidade com os arquivos e o trabalho documental havia rendido ao casal um contrato para a elaboração do *Índice de Pernambuco* e do *Índice do Ceará*. Ambas as obras foram feitas em conjunto pelo casal. Anos depois, por meio de uma nota de rodapé no livro *José Honório Rodrigues: um historiador na trincheira*, enquanto analisava uma das cartas enviadas a Amaro Quintas, a autora relata sua indignação ao ver que o *Índice da Revista do Ceará* tinha sido publicado apenas com autoria de José Honório Rodrigues, ocultando sua colaboração:

José Honório não preparou sozinho os dois índices das Revistas de Pernambuco e do Ceará. Preparou-os em co-autoria comigo. Ele mesmo afirmou nas Explicações que antecedem os dois volumes que foram feitos “desde o início em colaboração com Lêda Boechat Rodrigues”. Rubem Borba de Moraes, contratou primeiro o Índice de Pernambuco e depois o do Ceará, por dez contos de réis cada um; fizemos o trabalho e terminamos em 1944-1945. Quando saíram de nossa casa as duas folhas de rosto traziam nossos dois nomes. Foi, pois, com a maior surpresa que os vi publicados em 1959 e 1961 ape-

11 É necessário colocar em questão o caráter generalizante e tendencioso dessa afirmação. Embora José Honório Rodrigues seja reconhecido até hoje por grande parte dos arquivistas, sua trajetória no Arquivo Nacional foi acompanhada de polêmicas e desafetos. Portanto, considerar a administração de José Honório enquanto o período mais feliz e notável da casa diz mais sobre as relações pessoais entre os dois acadêmicos do que sobre um consenso quanto o caráter de sua administração (IGLÉSIAS, 1988, p. 55-78.)

nas com o nome de José Honório Rodrigues. Durante muito tempo suspeitei que meu nome pudesse ter sido tirado em Pernambuco e no Ceará. Está frase: “também preparado por mim” faz-me pensar que José Honório colaborou para a exclusão do meu nome. Resta-me apenas dizer: Sem comentários! (RODRIGUES; MELLO, 1994, p. 52)

Apesar dessas tensões, Lêda continuaria a usar sua experiência nos organismos de pesquisa para auxiliar o marido em suas atividades acadêmicas e intelectuais. Quando José Honório Rodrigues foi encarregado do preparo de *O Parlamento e a Evolução Nacional*, como as fontes recolhidas eram muito volumosas e estavam completamente desordenadas, coube à Lêda traçar um plano de classificação para publicação dos volumes. Responsável pela elaboração da coletânea, José Honório resolveu adotar o plano por ela apresentado. Publicados em 1972, Lêda, ao lado de Octaciano Nogueira, teve ativa participação na obra e foi classificada como coautora dos quatro últimos volumes, sendo eles, respectivamente: vol. 2 (Tomo I e II), *A construção legislativa (1826-1840): Seleção de textos parlamentares*; vol. 3 (Tomo I e II), *A evolução política e os poderes do Estado (1826-1840): Seleção de textos parlamentares*; vol. 4 (Tomo I e II), *Reformas constitucionais e a maioria de D. Pedro II (1832-1840): Seleção de textos parlamentares* e vol. 5 (Tomo I), *Índice onomástico e remissivo*. Como resultado de seus esforços e participação, o acurado trabalho empregado na elaboração da obra rendeu a ela e ao marido uma Medalha do Congresso, concedida por Petrônio Portela logo após a publicação dos volumes.

“A obra dela é a minha própria”: o espólio literário de José Honório Rodrigues

Esse companheirismo intelectual de Lêda passaria a assumir uma nova fase após o derrame cerebral sofrido por José Honório Rodrigues aos 22 de maio de 1986. Hemiplégico e com a fala prejudicada, seguiu para o historiador um tempo de sofrimento e paciência. Sem condições de trabalhar e dependente da parceria incontestável de Lêda e do auxílio de suas empregadas domésticas, José Honório alimentava de longe a esperança de retornar aos seus trabalhos no futuro. Passado algum tempo e após pequenos sinais de melhoras, chegaram as provas do segundo volume de *História da História do Brasil, Tomo I: Historiografia conservadora*. Com a ajuda de Lêda, o historiador conseguiu resolver a maior parte das dúvidas levantadas pelo revisor da editora. Entretanto, quando as provas do *Tomo II* ficaram prontas, José Honório já estava internado pela segunda vez e seu estado de saúde era gravíssimo. Ciente da condição e distante do marido, Lêda iniciara ela mesma a revisão:

Quando lhe disse que as recebera e iniciara a revisão, advertiu-me: “Mesmo que você a termine, não devolva o texto antes que eu volte para casa. Quero ver o volume”. Voltou dias depois, num sábado, mas nem quis vê-lo. Na segunda-feira autorizou-me a devolver para São Paulo o texto revisado. (RODRIGUES, 1988b, p. XVII-XVIII)

José Honório Rodrigues morreu no dia 6 de abril de 1987, antes da publicação dos referidos tomos. Após seu falecimento, Lêda colocou de lado de seus projetos, com renovada dedicação, e encarregou-se da publicação póstuma das obras de José Honório. Como aponta José Octávio de Arruda Mello (1994),

o fato de os dois tomos terem sido revistos e publicados por Lêda Boechat Rodrigues é um indicativo inicial das responsabilidades por ela assumida após a morte do marido. Nas próprias palavras da jurista, essas responsabilidades ecoam como as vozes de um destino a ser trilhado por ela a partir de então: “Morto José Honório, fiquei sozinha. Sem amor e sem descendentes, somente um consolo e um prazer me restam: trabalhar muito e sempre, sem descanso, na Obra dele e na minha própria” (RODRIGUES, 2000, p. 18).

O destino de Lêda Boechat Rodrigues não seria, todavia, diferente dessa sentença. Quinze dias após a morte de José Honório, Lêda já começara a se dedicar, em tempo integral, a preparar a correspondência trocada entre ele e outros professores e historiadores para a publicação. O trabalho com o arranjo das cartas durou dois anos. No dia 6 de abril de 1989, em ocasião do segundo aniversário de morte do marido, a historiadora entregou ao Editor da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Professor Mário Camarinha, três mil e duzentas cartas organizadas todas em ordem cronológica. Como se dedicou a esse trabalho em tempo integral, neste período suas obras próprias passam por uma pequena pausa. Em 1991, no jornal *Tribuna da Imprensa* (RJ), um noticiário falava sobre a demora da autora de *História do Supremo Tribunal Federal* em publicar o terceiro volume da coletânea. Indagada sobre os motivos que levaram a uma diferença de 23 anos entre a publicação do segundo e do terceiro volume do livro, na própria resposta de Lêda, já havia uma indicação:

Além do mais, esses 23 anos de intervalo foram trabalhosos para Lêda. Houve a doença e a morte de seu marido, o historiador, acadêmico, jornalista e conselheiro da ABL, José Honório Rodrigues, dessa morte e da saudade de José Honório surgiram muitas complicações. (UR-GENTE, 1991, p. 9)

Foi entre essas tensões do companheirismo intelectual que Lêda deu continuidade ao relacionamento mantido com José Honório. Um ano após o falecimento do esposo, em abril de 1988, a intelectual já havia publicado o segundo volume de *História da História do Brasil*, formado pelo tomo I, *A Historiografia Conservadora* (1988a), e o tomo II, *A Metafísica do Latifúndio: o Ultra-reacionário Oliveira Vianna* (1988b). Tempos depois, num exercício sistemático de catalogar e organizar toda a obra José Honório Rodrigues, a historiadora reuniu os artigos por ele publicados na revista *Brasil Açucareiro* e os textos resultantes do curso lecionado no Instituto Rio Branco, para publicá-los, respectivamente, nos livros *Capítulos da História do Açúcar no Brasil* e os *Capítulos das Relações Internacionais*¹². A coletânea *Ensaio Livres*, publicada em 1991, seria mais um de seus esforços em reunir os ensaios e artigos escritos ao longo da vida do historiador. Por meio de uma esmerada organização e técnica de biblioteconomia, a publicação dessas obras inéditas do marido foi fundamental para o que conceituamos¹³ como a produção de um “cânone” em torno da figura de José Honório Rodrigues.

12 Não foi possível encontrar menções exatas sobre a eventual publicação destes livros. As únicas ocorrências encontradas datam das etapas de elaboração que antecedem a publicação. Essas menções podem ser encontradas nas obras de Lêda Boechat Rodrigues e no artigo de Francisco Iglésias (1988).

13 Ao longo da dissertação, especificamente no terceiro capítulo, buscamos mostrar como o trabalho intelectual de Lêda Boechat se fez na direção de uma costura da obra e do autor fundamental para a sobrevivência e manutenção do nome de José Honório Rodrigues, ampliando o alcance de sua trajetória historiográfica (SESQUIM, 2023, p. 100).

Quanto às obras sobre o historiador, a união entre a habilidade ensaística e a arquivística de Lêda renderia em 1994, em parceria com José de Arruda Mello, a publicação de *José Honório Rodrigues: um historiador na trincheira*. Nesta obra, José de Arruda relata que Lêda foi responsável por enviar-lhe, durante sete anos consecutivos, as cartas, os livros, as notas e as informações utilizadas para a composição do livro. Além disso, a intelectual também se encarregou de uma minuciosa leitura dos arquivos originais a fim de sanar os possíveis equívocos e podar os excessos. Outros dois livros também seriam elaborados por ela a partir da correspondência trocada entre o historiador e os correspondentes nacionais e estrangeiros: *Correspondência de José Honório Rodrigues* (2000) e *Nova Correspondência de José Honório Rodrigues* (2004).

No que diz respeito aos círculos intelectuais de José Honório, coube a Lêda manter ativa a correspondência com os grupos de estudos e instituições, nacionais e estrangeiras, com as quais o marido colaborara. Um dos exemplos dessas atuações foi o papel por ela assumido frente ao Grupo de Estudos José Honório. Junto às instituições culturais da Paraíba e do Nordeste, Lêda abasteceu a coordenação do grupo com visitas, *papers*, revistas e publicações que contribuíram para dar continuidade à repercussão das obras e carreira do historiador. Quanto à participação de Lêda Boechat Rodrigues nas obras póstumas publicadas do e sobre o esposo, na passagem abaixo, retirada do prefácio do primeiro volume da correspondência, é possível ter uma breve noção do papel por ela desempenhado:

Toda a correspondência profissional de José Honório estava arranjada em ordem alfabética em arquivos de aço. Para publicação arrumei-a em ordem cronológica. Aparecem as cartas em seis línguas: português, francês, espanhol, holandês e alemão. Traduzi as escritas em inglês, francês, holandês e alemão. (RODRIGUES, 2000, p. 16)

Considerações finais

A luz sobre esses acontecimentos e situações que compuseram sua trajetória nos permitem traçar, portanto, algumas conclusões sobre o seu processo de constituição enquanto historiadora. Em linhas gerais, podemos dizer que Lêda Boechat Rodrigues construiu uma vida acadêmica ativa e notável, de modo que ao fim da década de 1990 já era reconhecida pelos críticos acadêmicos e literários como a maior escritora e pesquisadora brasileira dedicada a história do Judiciário (UR-GENTE, 1991, p. 9). Entretanto, na contramão, não é estranho para nós que esta continue ausente nos espaços de recordação e nos cânones da história da historiografia.

Essa negligência das mulheres intelectuais por parte da crítica e da historiografia, exemplificava, assim, um fenômeno recorrente nos meios acadêmicos brasileiros. Em certo sentido, o que esses atravessamentos à carreira de Lêda Boechat representam são as estruturas misóginas que acortinavam o reconhecimento intelectual. No caso das mulheres que mantinham relações conjugais com intelectuais do sexo masculino, subtendia-se uma certa relação hierárquica na qual um era mais importante que o outro. Ao lado de José Honório Rodrigues, portanto, Lêda Boechat aparecia não como intelectual, mas como esposa

incumbida da função de proteger seu “imortal”.¹⁴

Via de regra, as nuances sobre a participação e colaboração de Lêda na carreira de José Honório Rodrigues ficam assombradas pelo vulto de sucesso da carreira do historiador. Por um lado, além de suas obras autorais, Lêda foi em grande parte responsável por erigir uma obra-monumento sobre José Honório que permite, ainda hoje, que o historiador seja lido e (re)conhecido por outras gerações. Por outro, todavia, esse trabalho intelectual fica obscurecido, sendo possível notá-lo apenas nos bastidores das obras, como nos prefácios e nas notas, e em raros documentos dispersos.

Longe de encerrar um quadro das condições epistemológicas e materiais da produção histórica, este ensaio procurou esboçar uma das muitas “sombras” que acompanharam a elaboração e recepção das contribuições intelectuais das mulheres para a história da historiografia brasileira. Localizada entre as tênues linhas de uma vasta produção acadêmica e um sintomático anonimato intelectual, o estudo de caso sobre a trajetória intelectual de Lêda Boechat Rodrigues permite pensar como o gênero se mantém como problema estrutural na representação histórica da historiografia.

Referências bibliográficas:

CARDOZO, Benjamin N. **A Natureza do Processo e a Evolução do Direito**. Tradução de Lêda Boechat Rodrigues. 1ª edição, Editora Nacional de Direito, 1943.

DEWEY, John. **O Pensamento Vivo de Jefferson**. Apresentado por John Dewey. Tradução de Lêda Boechat Rodrigues. São Paulo, Livraria Martins, 1942.

IGLÉSIAS, Francisco. José Honório Rodrigues e a historiografia brasileira. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1 n. 1, 1988, p. 55-78.

LEAL, Victor Nunes. História do Supremo Tribunal Federal. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, edição 13104, p. 6, 9 ago. 1965.

LIMA, Hermes. A Suprema Corte na Constituição Americana. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, domingo e segunda-feira, 18 e 19 de setembro de 1977. Edição 00293, p. 5.

RODRIGUES, José Honório. **Correspondência de José Honório Rodrigues**. Organização, prefácio, notas e traduções de Lêda Boechat Rodrigues. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2000.

RODRIGUES, José Honório. **História da História do Brasil**. A Historiografia Conservadora. São Paulo: Editora Nacional, 1988b, v. II, t. 1.

RODRIGUES, José Honório. **História da História do Brasil**. A metafísica do Latifúndio: O Ultra-reacionário Oliveira Viana. São Paulo: Editora Nacional, 1988a, v. II, t. 2

RODRIGUES, José Honório. **Nova Correspondência de José Honório Rodrigues**. Organização, prefácio e traduções de Lêda Boechat Rodrigues; posfácio de Vamireh Chacon. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2004.

RODRIGUES, José Honório; RODRIGUES, Lêda Boechat; NOGUEIRA, Octaciano. **O parlamento e a evolução nacional**. Brasília: Senado Federal, 1972, 5 v. em 8 t

14 Na Academia Brasileira de Letras, “imortal” era o termo utilizado para se referir aos homens integrantes. É importante observar que é por essa linguagem que os sujeitos em questões se relacionam em grande parte das fontes analisadas. As menções de Lêda a José Honório, seja nos noticiários ou nas obras organizadas pela historiadora frequentemente carregariam essa entonação romântica que enaltecia a figura do historiador e seu trabalho.

- RODRIGUES, Lêda Boechat. Bibliografia de José Honório Rodrigues. **RIHGB**, Rio de Janeiro, V. 227, abr./jun. 1955, p. 361-391.
- RODRIGUES, Lêda Boechat. **Direito e política**: Os Direitos Humanos no Brasil e nos Estados Unidos. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- RODRIGUES, Lêda Boechat. **História do Supremo Tribunal Federal**. “A Doutrina Brasileira do Habeas Corpus. (1910-1930).” Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991, v. 3.
- RODRIGUES, Lêda Boechat. **História do Supremo Tribunal Federal**. tomo I: 19330-1963. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, v. 4.
- RODRIGUES, Lêda Boechat; MELLO, José Octávio de Arruda. **José Honório Rodrigues**: um historiador na trincheira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.
- SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Problemas arquivísticos do governo brasileiro**: relatório apresentado ao diretor do Arquivo Nacional. Trad. Leda Boechat Rodrigues. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960. (Publicações técnicas).
- SESQUIM, Ilda Renata Andreatta. **“A obra dele é a minha própria”**: Lêda Boechat Rodrigues e o lugar do feminino na história da historiografia brasileira. 2023. 148 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2023.
- UMA PALESTRA sobre direito criminal. **A noite**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 6 de julho de 1938. Edição 09483, p. 3.
- UR-GENTE. Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, segunda-feira, 28 de janeiro de 1991. Edição 12641, p. 9.

UMA INTRODUÇÃO A PARALAXE TEMPORAL E SEU ANACRONISMO

THAYRAN JOSÉ RAMOS

Mestrando em História (UNESP)

thayran.jramos@gmail.com

A História como uma disciplina científica procura, através de vestígios, reconstruir ou ao menos evidenciar a relação dos seres humanos com seu tempo, isto é, quando nós historiadores escrevemos a História, precisamos lidar com a categoria inevitável do tempo. A historiografia como a conhecemos hoje, comporta diversas formas de interações humanas com seu tempo. Por exemplo, a pesquisa em História comporta desde uma análise econômica sobre o Brasil colonial como também uma análise cultural sobre o surgimento do *punk* como um gênero musical de contracultura.

Como podemos perceber, é possível escrever a História de objetos diametralmente opostos, a História de todas as coisas. A questão central que une a análise econômica do Brasil colonial com o *punk* na disciplina histórica é a categoria do tempo. O historiador tem a categoria do tempo como o sistema de resfriamento em um motor: não importa o tipo do motor, o sistema de resfriamento é sempre necessário para que ele opere harmoniosamente, assim como o tempo na História: não importa o objeto, sempre haverá a categoria do tempo.

O tempo de um modo abrangente possui diversas modalidades, sendo a mais conhecida e talvez a qual nós seres humanos temos de lidar constantemente em nosso cotidiano, o tempo genérico, ou as vinte e quatro horas que marcam os ponteiros do relógio. Entretanto, este tempo não corresponde ao qual atribuímos a História. Para a História falamos de um tempo vivo que se manifesta na própria existência humana e que chamamos de temporalidade (HOY, 2009, p. 14). Portanto, a concepção de História não se utiliza do tempo universal para construir a relação entre o historiador e o objeto, mas sim da temporalidade que possui este caráter vivo atribuído por Hoy. Diferentemente do tempo universal, de acordo com Preston King, o tempo histórico é caracterizado pelas ações que perpassam o tempo universal cronológico, “não estamos medindo tanto a atividade pelo tempo, mas o tempo pela atividade” (KING, 2000).

A temporalidade como uma das categorias que compõem a concepção da História enquanto disciplina científica tem acompanhado os teóricos e filósofos da história desde sempre. De acordo com Bevernage, no período de 1985 a 2014, entre as palavras-chave mais recorrentes na produção teórica, tempo e temporalidade ocupavam o segundo lugar com uma taxa de 7,5% de recorrência, atrás somente do narrativismo

e narratologia, que apresentava 8% (BEVERNAGE, 2019, p. 426). A categoria tempo e temporalidade referida por Bevernage trata especificamente das discussões referentes à natureza do tempo histórico e das noções de tempo e temporalidade nos escritos sobre o passado (BEVERNAGE, 2019, p. 420).

Fernand Braudel foi um dos teóricos mais importantes no que tange a discussão referente a temporalidade histórica. Braudel, enquanto o mais proeminente historiador da segunda geração da Escola dos Annales, escreveu *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na época de Felipe II* em 1949, que é a sua maior contribuição para a teoria e filosofia da História. De maneira ampla, é perceptível que seu trabalho perdura até os dias atuais através das pesquisas mais recentes no campo da teoria e filosofia da história. Essas pesquisas recentes criaram um diferente ambiente na disciplina histórica, e Ethan Kleinberg nomeou este ambiente de “Nova Metafísica do Tempo” (KLEINBERG, 2012, p. 1). Nele, a temporalidade braudelianna é sempre referida em forma crítica ou em forma apologética, isto é, Braudel é retomado como uma base para as discussões que se desenvolvem neste novo momento da teoria e filosofia da história.

Em agosto de 2012, o professor de história e letras da universidade Wesleyan, Ethan Kleinberg, publicou pela *History and Theory* um pequeno artigo de sete páginas denominado “*Introduction: The New Metaphysics of Time*”. Nele, Kleinberg procura demonstrar a virada paradigmática que vem ocorrendo no campo da teoria e filosofia da história desde os anos 2000. Segundo ele, o que mais chama atenção:

é a maneira como alguns teóricos têm procurado ir além da ênfase na linguagem e representação, não retornando a uma variante grosseira de objetivismo ou empirismo, mas reexaminando nossa relação com o passado e a própria natureza do passado [...]. (KLEINBERG, 2012, p.1, tradução nossa)

Para Cardoso Jr., esse cenário que Kleinberg observa é transicional e resultante de um esgotamento do paradigma narrativista dos anos 1970 e 1980, que acaba estabelecendo um pós-narrativismo a partir dos anos 2000 (CARDOSO JR., 2021, p. 60). A *nova metafísica do tempo histórico*, apresentada por Kleinberg, se categoriza a partir de três seções epistemológicas: I) Koselleck e as temporalidades múltiplas; II) Presença; e III) Reconceitualizando o passado.

Essas três categorias definem os paradigmas que delimitam o estudo da temporalidade neste movimento emergente da teoria e filosofia da história, permitindo que seja possível identificar o tempo histórico sob aspectos nunca ou pouco explorados pela historiografia (a matematização da temporalidade), assim como a retomada de alguns paradigmas bastante corriqueiros na disciplina histórica: a discussão sobre o anacronismo.

Quanto às temporalidades múltiplas, o teórico Helge Jordheim é uma das referências. Para Jordheim, a temporalidade histórica é múltipla e engloba tanto o tempo social/histórico quanto o natural. Através do pensamento de Koselleck, Jordheim estabelece que a multiplicidade do tempo histórico se encontra amarrada às convenções linguísticas e que cada uma delas possui uma estrutura interna, o que as caracteriza como multilaminadas e complexas (JORDHEIM, 2014, p. 504). Segundo este teórico, quando assumimos uma temporalidade múltipla, contamos com o tempo dos argumentos, das experiências e das tecnologias. Esses elementos temporais não possuem uma fronteira definida, evidenciando que todos os campos da ação humana são determinados através de diferentes estruturas de repetição, que mudam

com velocidades diferentes (JORDHEIM, 2014, p. 508). Desse modo, se observa a existência das variadas camadas temporais coexistindo no presente, pois o movimento diacrônico das múltiplas temporalidades embutidas em um presente sincrônico é entendido como um anacronismo com relação ao passado, mas é um anacronismo positivo, próprio à estrutura do tempo histórico.

No que diz respeito ao paradigma da Presença relativo à nova metafísica do tempo histórico, temos, entre outros, o trabalho de Berber Bevernage como referência. Segundo Bevernage, não existe ausência do passado no presente, mas sim uma presença desse passado que assombra o presente e se torna presente através de sua ausência (BEVERNAGE, 2008, p. 154-155). A perspectiva de um passado espectral que ronda o tempo presente coloca em pauta o problema da ética e da justiça histórica, cuja principal função seria a reparação de traumas históricos

o conceito de tempo da história supera o da justiça: a retribuição da justiça nunca pode ser rápida o suficiente para reverter completamente ou desfazer o dano causado, porque todo crime já está sempre parcialmente no passado e, portanto, sempre exhibe uma dimensão de ausência. (BEVERNAGE, 2008, p.156, tradução nossa)

Para o autor, a temporalidade histórica se constrói a partir dessa constante presença do passado no tempo presente, de um anacronismo que resgata a dimensão moral da temporalidade, tomando o tempo sensível às exigências da justiça e da memória e que segundo ele, somente a partir das “reavaliações do não-contemporâneo anacrônico” é possível estabelecer essa presença em sua forma crítica, podendo “avançar para uma conceituação da ‘presença’ e persistência do passado de uma forma que transcenda a simples dicotomia presença/ausência com todas as suas implicações morais” (BEVERNAGE, 2008, p. 166).

Quanto à reconceitualização do tempo histórico que a nova metafísica do tempo promove, Paul Roth e Noël Bonneuil são os dois representantes que se destacam. Com Roth e Bonneuil novos paradigmas e horizontes epistemológicos são introduzidos na teoria e filosofia da história para reconceitualizar o passado. A proposta que acompanha Paul Roth é a de um “irrealismo histórico” a partir da retomada da filosofia analítica da história. Para isso, é necessário que o passado seja configurado como aberto, ou seja, não existe um passado homogêneo e terminado

o conhecimento do passado permanece contingente, mas uma contingência que não surge por falta de evidência sobre o passado. A contingência assim concebida oferece um contraponto a uma visão antirrealista do passado sem ainda ser realismo. (ROTH, 2012, p. 324, tradução nossa)

Segundo ele, a narrativa de um evento histórico depende do arcabouço de descrições e categorias disponíveis para o seu entendimento, estabelecendo vários passados. Contudo, esse arcabouço narrativo se modifica também, pois o tempo histórico, muito embora não se possa tratá-lo de modo direto como desejava o antigo realismo histórico, faz com que as estruturas linguísticas com que se experimenta o tempo histórico também mudem (ROTH, 2012, p. 339). Ou seja, o passado é plural e construído a partir de ana-

cronismos entre narrativas e a experiência *exterior* do tempo histórico que não depende de categorias da linguística.

Além de Paul Roth, Noël Bonneuil também é um teórico que promove a reconceitualização do tempo nos termos da filosofia analítica da história. Para além do “irrealismo histórico” de Roth, Bonneuil, apresenta a matematização do tempo histórico, demonstrando que as fontes históricas não apontam somente para um único processo ou evento, mas para uma rede que envolve o evento ou processo, estabelecendo vários passados: “do passado, nós conseguimos obter conjuntos de restrições que circunscrevem conjuntos de histórias em vez de um único cenário” (BONNEUIL, 2010, p. 29, tradução nossa). Segundo o autor, a conectividade ou a continuidade na história é resultante da construção mental, assim como na matemática, ou seja, “a história contada na história faz o papel da trajetória na matemática” (BONNEUIL, 2010, p. 34, tradução nossa). Ambas têm como principal objetivo conectar certos espaços a certos tempos, salientando alguns aspectos e ignorando outros, “construindo um objeto, contínuo em partes, aquela que se destaca do todo, esse que não podemos esperar ter por completo” (BONNEUIL, 2010, p. 34, tradução nossa).

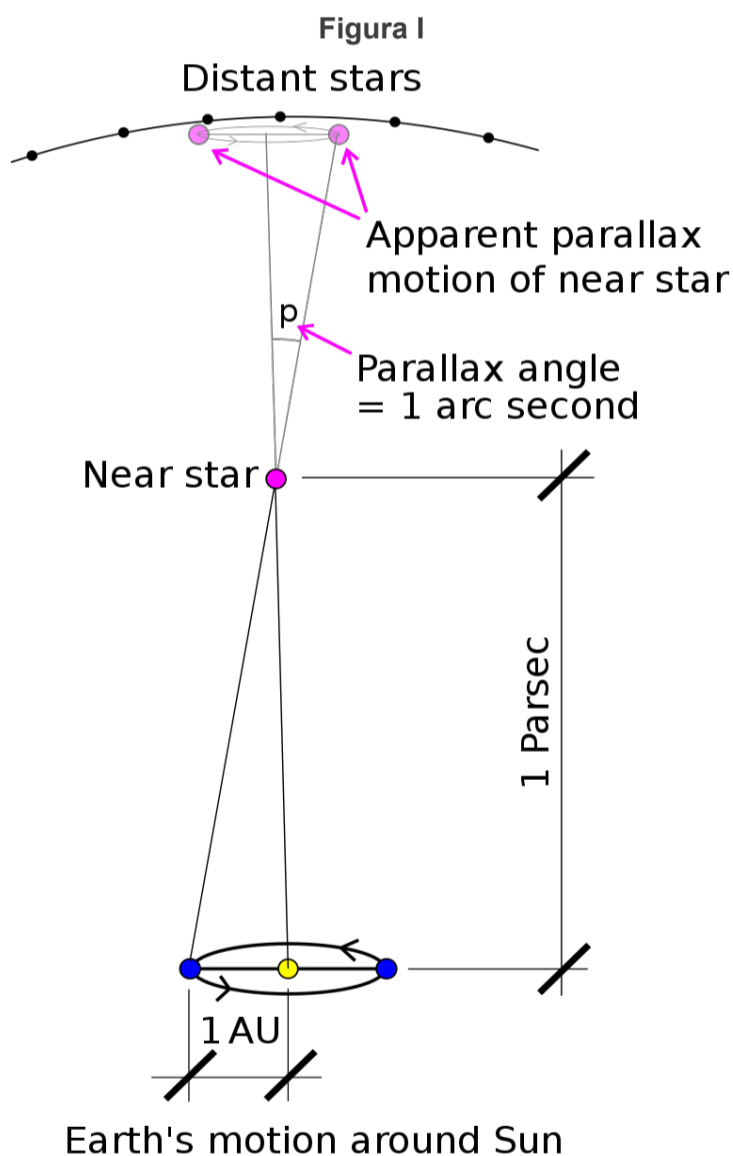
De acordo com Bonneuil, o tempo enquanto conceito possui similaridades tanto na história quanto na matemática, pois em ambas é possível identificar os princípios matemáticos que compõem uma trajetória, assim como a função de estado na termodinâmica. Ou seja, Bonneuil propõe uma temporalidade com o passado aberto e plural, que é construído a partir de um conjunto espaço-tempo (anacrônico) e determina uma trajetória e uma continuidade, mas do qual o todo é indisponível.

Essas três categorias - Koselleck e as temporalidades múltiplas; II) Presença; e III) Reconceituando o passado - definem e determinam, de certa forma, os paradigmas que circunscrevem o estudo da temporalidade neste movimento emergente da teoria e filosofia da história, a nova metafísica do tempo, permitindo entender o tempo histórico sob olhares pouco explorados anteriormente. Em todos os paradigmas resumidos anteriormente, aparece o antigo problema do anacronismo, que é uma questão central no desenvolvimento da discussão acerca da natureza do tempo histórico, como apontou Kleinberg ao determinar a natureza do tempo histórico como um ponto focal dos trabalhos mais recentes da teoria e filosofia da história (KLEINBERG, 2012, p. 1).

Com efeito, é nesse espaço de inovação dos conceitos do tempo histórico que entendemos como pertinente e útil a aproximação do conceito de paralaxe segundo Žižek, a qual é, de fato, um conceito de anacronismo que pode contribuir para a emergente nova metafísica do tempo histórico. A produção de Žižek adquire importância para a Teoria e Filosofia da História se atentarmos para o fato de existirem poucos materiais da área que utilizam de suas ideias, ou seja, poucos teóricos da história estão atentos para a contribuição do filósofo esloveno. É patente a carência de artigos interessados no filósofo se tomarmos como base a *International Network for Theory of History*¹, cuja ferramenta de busca retorna somente quatro documentos sobre Žižek e nenhum deles referente à *paralaxe temporal*. Para compreender a *paralaxe temporal* zizekiana, assim como a sua relação com a temporalidade histórica, o ponto de partida é o conceito da paralaxe em sua forma primordial que é a física, sendo necessário, inicialmente, apresentar o diagrama óptico da paralaxe:

1 Disponível em < <https://www.inth.ugent.be/bibliography> >; acessado em 10 de outubro de 2022.

O filósofo esloveno Slavoj Žižek, em seu livro *A visão em paralaxe* (2008), apresenta uma forma pouco explorada anteriormente de enxergar e compreender o mundo que nos cerca. Como o título sugere, Žižek procura entender alguns fenômenos a partir da paralaxe. A paralaxe enquanto conceito comum se refere a um fenômeno da física, mais especificamente, do campo da óptica. Para a física, a paralaxe é definida como a medida de posição aparente de um objeto em relação a um segundo plano mais distante, a partir de um observador que se posiciona em relação ao objeto observado sob diversos ângulos. Como exemplo, a paralaxe estelar atribui a uma estrela observada, uma posição aparente para um observador a partir de um ponto-referência na Terra. Žižek, partindo desta noção básica da paralaxe enquanto fenômeno de origem física, procura estabelecer este conceito como uma espécie de óculos para compreender alguns embates da contemporaneidade, como por exemplo, questões políticas, éticas e morais, com o avanço da engenharia genética e a disputa entre neurociência e psicanálise.



Fonte: < https://en.wikipedia.org/wiki/Stellar_parallax > acessado em 16 de maio de 2023

O diagrama apresentado anteriormente refere-se a paralaxe estelar, que serve como base para a construção teórica do fenômeno paralático enquanto um conceito filosófico. Na concepção filosófica da paralaxe, o autor deixa explícito que “a diferença observada não é simplesmente ‘subjéti-va’, em razão de

que o mesmo objeto que existe ‘lá fora’ é visto a partir de duas posturas ou pontos de vista diferentes” (ZIZEK, 2008, p. 32). Para desenvolver esse conceito, Žižek cercou-se de várias fontes, dentre elas os três pilares que sustentam o escopo teórico do pensamento zizekiano: a teoria psicanalítica lacaniana, a crítica da economia política de Marx e a base de tudo, o espírito (*Geist*) hegeliano.

Ao analisar a produção bibliográfica de Žižek, é perceptível o retorno constante ao pensamento hegeliano, existindo lampejos da teoria hegeliana desde as suas primeiras publicações até os dias de hoje em livros como *A visão em paralaxe* (2008), *Menos que nada: Hegel e a sombra do materialismo dialético* (2013), e mais recentemente em *Hegel in a wired brain* (2020). Desta forma, o pensamento hegeliano se apresenta como sendo de extrema importância para a construção epistemológica do autor, refletindo essencialmente na concepção teórica do conceito da paralaxe.

Slavoj Žižek apresenta o conceito de paralaxe em seu livro *A visão em paralaxe* (2008), transpondo-o de sua versão física para uma versão relativa à consciência do tempo histórico, indo até o núcleo da filosofia hegeliana para construir filosoficamente e teoricamente o elo conectivo entre a paralaxe e a temporalidade. Segundo Žižek, a paralaxe pode ser definida como a lacuna que separa o Real da aparência, caracterizando o Real não como inacessível, mas como a própria lacuna que impede nosso acesso a ele, “a pedra do antagonismo que distorce nossa perspectiva do objeto percebido através de um ponto de vista parcial” (ZIZEK, 2008, p. 372). Ou seja, para o filósofo esloveno, a realidade histórica não é inalcançável, porém ela se encontra no lugar diferencial e diferenciante que se situa entre o objeto real e suas interpretações. Segundo o autor, “há uma verdade, nem tudo é relativo; mas essa verdade é a verdade da distorção perspectiva *como tal*, não a verdade distorcida pela visão parcial de um ponto de vista unilateral” (ZIZEK, 2008, 327), o caráter impossível do Real é a própria “causa da impossibilidade de atingir a visão ‘neutra’, não perspectiva, do objeto” (ZIZEK, 2008, p. 372).

De forma categórica, a questão embutida no conceito da paralaxe em relação ao seu significado da paralaxe temporal para a natureza do tempo histórico se torna um fato, pois, de acordo com Žižek,

na dialética complexa dos fenômenos históricos encontramos fatos ou processos que, embora sejam atualizações dos mesmos ‘princípios subjacentes em níveis diferentes, por essa razão, não podem acontecer no mesmo momento histórico. (ZIZEK, 2008, p. 50)

Ou seja, para o autor, os processos históricos, mesmo que semelhantes ou “atualizações dos mesmos princípios subjacentes”, não podem acontecer no mesmo momento histórico por uma questão de paralaxe. Isto acontece porque a paralaxe é composta por dois pontos de vista não simétricos e cuja assimetria é irreduzível. Para exemplificar a paralaxe histórica, Žižek recorre à relação proposta por Hegel entre a Revolução Francesa e a reforma protestante na Alemanha na forma do idealismo alemão. O autor faz uma leitura da dialética hegeliana a partir da paralaxe e por isso contrapõe-se à interpretação mais comum da crítica de Hegel à Revolução Francesa. Isto é, a liberdade concreta proporcionada pela reforma protestante, enquanto um todo orgânico que representa o Estado Alemão, não supera a liberdade subjetiva do terror revolucionário francês e, segundo o autor, essa “escolha” histórica (modelo francês ou modelo alemão) estaria diretamente ligada à dialética fundamental do Espírito segundo a qual se desenvolve de

modo progressivo e linear a História Universal. Não pode haver temporalidade linear na história porque a paralaxe *anacroniza* o tempo histórico, tornando-o multilinear. Seria então uma expressão multilaminada koselleckiana de temporalidade?.

Žižek aponta que somente a subjetividade do terror francês tornou possível o surgimento do Estado racional moderno. Desta forma, a relação construída por Hegel entre o Estado Alemão e a Revolução Francesa assume uma posição inicial e final igual para ambos os eventos, em contraponto ao que supunha uma concepção linear do tempo histórico. Concepção essa que acabava por desconsiderar a coexistência de duas camadas temporais, mesmo que fossem atualizações do mesmo princípio subjacente e, por isso mesmo, superpostas. Desta forma, se abre espaço para a discussão acerca do anacronismo do tempo histórico a partir das camadas temporais que o conceito da paralaxe temporal apresenta, pois, ao adentrar nos meandros da concepção teórica filosófica da paralaxe, fica inserido nela um conceito do tempo histórico que não é realista, não nega o realismo histórico, mas que, entretanto, também não é narrativista e também não nega o narrativismo, adotando assim um objeto Real ao qual se somam todos os pontos de vista possíveis (ponto-referência). Seria a paralaxe então um irrealismo que se aproxima da teoria de Paul Roth?

A nova metafísica do tempo histórico resgata com todo vigor discussões ao redor do conceito de anacronismo, que se revela como uma das facetas referentes ao tempo histórico. O conceito de anacronismo torna-se muito mais complexo quando mais perto do núcleo da *nova metafísica do tempo*, pois é apresentado através dela diferentes tipos de anacronismos.

Anacronismo, do grego *chronos*, significa tempo, e seu prefixo *ana* tem como significado “voltar” ou “contra”, isto é, de volta no tempo. Mais utilizado com o significado de “fora do tempo”, só poderia tornar-se um debate dentro da temporalidade histórica após a determinação de um passado histórico vazio, fechado, que conduz para a linearidade histórica (FREEMAN, 2016, p.134). De acordo com Freeman, a concepção de anacronismo (juntamente de sincronismo) mostra uma condição paradoxal referente à temporalidade histórica: colocar no passado as concepções do presente, distorcendo o mesmo de maneira que fica difícil o entendimento do presente segundo o passado, mas ao mesmo tempo, o anacronismo “nos oferece maneira de conceitualizar a liberdade” (FREEMAN, 2016, p. 129-130). Portanto, o anacronismo perfaz a ruptura ou a resistência com relação ao tempo homogêneo e linear, assumindo a multiplicidade do tempo histórico.

De modo similar, Miri Rubin argumenta que construir a história a partir do presente para entender o passado, é uma forma ética e, ainda, a única maneira de aplicar justiça ao passado que é encarregado da construção do presente (RUBIN, 2017, p. 238). Para ela, é essencial ao historiador estar situado no presente, pois “possuímos alguns pontos de vantagem e habilidades indisponíveis para aqueles que viveram e fizeram o tempo que estudamos” (RUBIN, 2017, p. 241) e, com isso, compreender melhor o passado, assumindo essa posição de intromissão do presente em nossos estudos. No mesmo diapasão, no artigo *Eloge de l’anachronism en histoire*, Loraux (2005) mostra como, apesar da antiga repulsa do historiador pelo anacronismo enquanto pecado capital do conhecimento histórico, um “anacronismo controlado” pode contribuir para a quebra da homogeneidade da temporalidade linear da história, o que se relacionaria com a própria *paralaxe temporal*, mas de que forma essa relação é construída? A paralaxe então seria uma espécie de anacronismo?

Referências Bibliográficas:

BEVERNAGE, Berber. Time, Presence, and Historical Injustice. **History and Theory**, v. 47, p. 149-167, May 2008.

BEVERNAGE, Berber; *et al.* Philosophy of History After 1945: A Bibliometric Study. **History & Theory**, 58, n.3, p. 406-436, Sep. 2019.

BONNEUIL, Noël. The Mathematics of Time in History. **History and Theory**, Middletown, v. 49, n. 4, p. 28-46, 2010.

CARDOSO JÚNIOR, Hélio R. Filosofia da História Reformulada: Novas variedades de descontinuidade e a espacialização do tempo histórico. *Revista de Teoria da História*, Goiânia, v. 24, n. 1, p. 58–71, 2021.

FREEMAN, Elizabeth. **Synchronic/ Anachronic in Time A Vocabulary of the Present**. New York: New York University Press. 2016.

HOY, David Couzens. **The Time of Our Lives: A Critical History of Temporality**. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press. 2009.

JORDHEIM, Helge. Introduction: Multiple Times and the Work of Synchronization. **History and Theory**, v. 53, n. 4, p. 498–518, 2014.

KING, Preston. **Thinking Past a Problem Essays on the History of Ideas**. London/ Portland, OR: Frank Cass, 2000.

KLEINBERG, Ethan Kleinberg. Introduction: The New Metaphysics of Time. **History and Theory**, Virtual Issue, v. 1, p. 1-7, ago., 2012. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/page/journal/14682303/homepage/new-metaphysics-time>

LORAUX, Nicole. Éloge de l’anachronisme en histoire. **Espaces Temps**, n. 87-88, p. 127-139, 2005.

ROTH, Paul. The Pasts. **History and Theory**, v. 51, p. 313-339, oct. 2012

RUBIN, Miri. Presentism’s Useful Anachronisms. **Past & Present**, v. 234, n. 1, p. 236-244, 2017.

ZIZEK, Slavoj. **A visão em paralaxe**. São Paulo: Boitempo, 2008.

ZIZEK, Slavoj. **Hegel in a wired brain**. Londres: Bloomsbury Academic, 2020.

ZIZEK, Slavoj. *Menos que nada: Hegel e a sombra do materialismo dialético*. São Paulo: Boitempo, 2013.